



VI JORNADAS DOUTORAIS COMUNICAÇÃO E ESTUDOS CULTURAIS

# COMUNIDADES, PARTICIPAÇÃO E REGULAÇÃO

Zara Pinto-Coelho, Sandra Marinho & Teresa Ruão (Eds.)

© CECS 2019 Todos os direitos reservados  
A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:  
[www.cecs.uminho.pt](http://www.cecs.uminho.pt)

<b>Título</b>	Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais
<b>Editores</b>	Zara Pinto-Coelho, Sandra Marinho & Teresa Ruão
<b>ISBN</b>	978-989-8600-82-0
<b>Capa</b>	Foto: Daniel Funes Fuentes, de Unsplash   Composição: Pedro Portela
<b>Formato</b>	eBook, 181 páginas
<b>Data de publicação</b>	2019, abril
<b>Editora</b>	CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho Braga . Portugal
<b>Diretor</b>	Moisés de Lemos Martins
<b>Vice-Diretor</b>	Manuel Pinto
<b>Formatação gráfica e edição digital</b>	Ricardina Magalhães

Esta publicação é financiada por fundos nacionais no âmbito do Programa Estratégico do CECS (UID/CCI/00736/2019) pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

# SUMÁRIO

---

<b>Comunidades, participação e regulação</b> Zara Pinto-Coelho, Sandra Marinho & Teresa Ruão	4
<b>Do seresteiro ao artista independente: a música popular de Fortaleza entre a cena local e a indústria nacional</b> Fábio Freitas Marques & Jean Martin Rabot	11
<b>Mapeamento das comunidades online portuguesas de fãs: o caso de <i>Star Wars</i> e do <i>Marvel Cinematic Universe</i></b> Pedro Moura & Sara Pereira	32
<b>As revistas de culinária de supermercados portugueses e seus discursos sobre alimentação</b> Cynthia Luderer & Anabela Carvalho	52
<b>Crise migratória na Europa: os <i>media</i> e a construção da imagem dos refugiados</b> Cláudio Abdo, Rosa Cabecinhas & Maria José Brites	71
<b>Desafios da comunicação na prática da literacia em saúde</b> Juliana Rodrigues Vargas, Manuel Pinto & Sandra Marinho	84
<b><i>Media</i>, cultura e as transformações do jornalismo</b> Aline Tainá Amaral Horn & Jean Claude-Soulages	97
<b>A literacia mediática e a sua dimensão criativa na documentação nacional e internacional (1982-2017): um estudo</b> Ana Oliveira & Sara Pereira	114
<b>Reflexões para uma análise crítica no campo dos estudos sobre a internet</b> Marina Polo & Helena Sousa	137
<b>O enfoque sobre inovação, riscos e impactos ELSI na retórica das políticas de nanotecnologia</b> Josemari Quevedo & Noela Invernizzi	152
<b>Notas biográficas</b>	176

ZARA PINTO-COELHO, SANDRA MARINHO & TERESA RUÃO

zara@ics.uminho.pt; marinho@ics.uminho.pt; trua@ics.uminho.pt

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE,  
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

## COMUNIDADES, PARTICIPAÇÃO E REGULAÇÃO

*Comunidades, participação e regulação*, o eixo temático que atravessa esta coletânea de textos, resultante das “VI Jornadas Doutorais em Comunicação e Estudos Culturais”, remete para áreas fundamentais da investigação realizada no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho.

Desde o seu início que esta unidade de pesquisa interroga, de forma crítica, os processos de construção da comunidade humana, ao mesmo tempo que se interroga sobre possibilidades outras que inscrevam o humano num mundo a recriar (Martins, 2015, 2018). E porque não há sentido de comunidade sem uma estrutura intrincada de relações e modos de pertença social, reside precisamente aí, no fazer *com* e no diálogo entre as culturas diversas que compõem as comunidades, o desafio e a prova a que queremos responder no combate por uma “democracia a vir” (Martins, 2003).

Tal combate não se faz sem a inclusão de um exercício ativo da voz da cidadania (Pinto & Sousa, 2011), importando, portanto, compreender os mecanismos que o (im)possibilitam e configuram, através das mais diversas formas de regulação (Pinto & Sousa, 2007; Sousa, Pinto & Silva, 2013), as condições concretas da sua efetivação e o que está em jogo nessas formas de participar na vida pública (Carvalho, 2011; Pinto & Pereira, 2008; Ribeiro, Melo & Carpentier, 2019; Santos & Del Bianco, 2016).

A condição tecnológica da época em que vivemos, que nos mobiliza a todos para o mercado (Martins, 2007), tece novas espacialidades e temporalidades (Araújo, Cogo & Pinto, 2015) e com elas novas formas de experienciar e imaginar as relações e as identidades sociais e culturais (Cabecinhas & Callahan, 2014; Piçarra, Cabecinhas & Castro, 2016) num mundo que permanece desigual e marcado por velhas formas de exclusão

e discriminação social (Correia & Cerqueira, 2017; Pinto-Coelho & Mota Ribeiro, 2011), é o contexto do nosso combate. É nele que debatemos criticamente a “reconfiguração da ecologia da comunicação” (Oliveira, Portela & Vicente, 2018), as “dinâmicas políticas e estéticas da cultura contemporânea” (Pires, Mota-Ribeiro & Anne Beyaert-Geslin, 2017) e a “articulação entre a comunicação e as necessidades e desafios sociais” (Ruão & Kunsch, 2014), nas três linhas de investigação<sup>1</sup> que organizam a vida do CECS.

Como se constroem ou têm sido construídas as comunidades – comunidades de práticas e comunidades imaginadas – em contextos diversos, e a propósito de interesses culturais variados, é a preocupação que reúne os quatro primeiros textos desta coletânea.

Partindo de uma investigação anterior acerca da música de Fortaleza, desde os primeiros artistas e canções populares, no final do século XIX, passando pela chegada do rádio, da televisão e das primeiras gravadoras multinacionais, até ao despoletar de uma dinâmica local de música independente no início dos anos 1980, Fábio Freitas Marques e Jean Martin Rabot propõem-se ampliar esta retrospectiva até ao final do século XX. Enquadrando a música popular como prática social e tendo como referência as investigações sobre subculturas e cena musical, faz-se uma reflexão comparativa dos diferentes ciclos e dinâmicas da produção local e suas relações com os contextos musicais nacionais e internacionais. Colocam-se em destaque elementos ligados à política, à indústria cultural e às relações sociais que estruturam o consumo e a produção musical. Os autores mostram que a produção musical de Fortaleza ao longo do século XX esteve ligada a questões nacionais – de ordem cultural, política e económica – para além dos aspetos locais. Em comum, nas diversas fases dessa produção musical, notam uma força criativa que contrasta com a precariedade e a condição periférica do mercado local.

Até que ponto e como é que a *fandom* online portuguesa põe em prática a cultura de convergência e a construção de narrativas transmediáticas? Este é um dos objetivos do projeto de doutoramento de Pedro Moura e Sara Pereira que aqui nos apresentam um estudo netnográfico exploratório que visa mapear a atividade de grupos online portugueses de fãs de duas das mais populares narrativas transmediáticas da atualidade: *Star Wars* e *Marvel*. Os autores mostram que apesar da existência de espaços online

---

<sup>1</sup> Retirado de <http://www.cecs.uminho.pt/grupos-de-investigacao/organizacoes/>. Ver também as plataformas de intervenção social, disponível em <http://www.cecs.uminho.pt/intervencao/think-tank/>) e cultural, disponível em <http://www.museuvirtualdalusofonia.com>; <http://www.passeio.pt/passeio/> que consubstanciam alguns destes interesses.



dedicados à *fandom*, os três de maior dimensão são, essencialmente, o veículo de comunicação do grupo para o exterior, não a arena online onde a cultura dos fãs acontece. Além disso, a *fandom* desses grupos assenta, sobretudo, nos contactos presenciais entre os seus membros, não sendo, portanto, mediada digitalmente, e apresenta um baixo nível de participação, o que mantém essa *fandom* como nicho e, como tal, longe da centralidade típica da cultura da convergência. Confirmando trabalhos anteriores sobre as práticas das comunidades de fãs portuguesas, conclui-se que os contornos locais as distanciam das sugeridas pela cultura de convergência.

No quadro de um projeto de pós-doutoramento, Cynthia Luderer e Anabela Carvalho colocam no centro da atenção os discursos de sustentabilidade veiculados por revistas impressas de culinária que são publicadas por redes de supermercados. Visa-se compreender, de uma forma crítica, a relação que essas empresas mantêm com as causas da alimentação saudável, numa época marcada pelos riscos das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade. O *corpus* em questão integra duas revistas portuguesas e será explorado com a ajuda de instrumentos fornecidos pela semiótica e análise do discurso com vista a identificar as estratégias persuasivas usadas pelos diversos agentes responsáveis pelas revistas. Neste texto, que compreende os resultados de uma análise de 36 capas dessas revistas, destaca-se a presença dos discursos sobre saúde e memória e a sua importância como motores do que já é conhecido como *espetáculo gastronómico*, no quadro de um sistema capitalista.

A propósito da crise migratória na Europa, Cláudio Abdo, Rosa Cabcinhas e Maria José Brites refletem sobre a inscrição do fenómeno em processos globais, políticos e mediáticos. Defendem que a globalização é acima de tudo um fenómeno económico e consideram que a crise migratória na Europa resulta de, ao mesmo tempo que afeta, as dinâmicas envolvidas nesse processo. Sublinham, no entanto, o importante papel que as questões políticas, sociais e humanas têm nos ritmos, rumos e vivências dos processos migratórios, algo que, segundo os autores, é frequentemente posto à margem nas discussões sobre o assunto. Uma vez que os *media* têm um importante papel na marcação da agenda pública, e que a cobertura do tema dos refugiados (Pinto, Pereira & Brites, 2015) tem sido enquadrada sob o regime do espetáculo e da desinformação, importa explorar em detalhe como constroem a imagem dos refugiados e compreender o seu impacto sobre a perceção pública do fenómeno. Tal é o desafio a que se propõe o estudante no quadro do seu projeto de doutoramento.

O que significa participar na vida pública (Phillips, Carvalho & Doyle, 2012), por via das redes sociais ou no domínio dos cuidados de saúde, e que implicações tem essa participação nos contextos em que se efetiva?

No âmbito da pesquisa de Doutoramento em Ciências da Informação e da Comunicação da Universidade Lumière Lyon 2 (França), Aline Tainá Amaral Horn e Jean Claude-Soulages põem em cima da mesa algumas das linhas de reflexão do debate existente em torno das transformações no fazer jornalístico face às recentes dinâmicas de participação do público na internet. Motivada por um interesse em investigar a relação entre a produção de conteúdo jornalístico e o engajamento do público nas redes sociais, parte-se do pressuposto nesta pesquisa que os *pure players*, os novos *media* de jornalismo nascidos na internet, são ambientes que dão visibilidade e “lugar de fala” a uma parcela marginalizada da população, advertindo-se, no entanto, que nem todos eles estão afastados dos *media* hegemónicos. As autoras centram a sua atenção nos novos *media* de jornalismo digital na cultura brasileira e francesa e partilham alguns dos dados iniciais sobre a pesquisa comparativa em curso.

Situando-se no contexto da comunicação nos cuidados primários de saúde, o texto da autoria de Juliana Rodrigues Vargas, Manuel Pinto e Sandra Marinho dá conta de alguns dos traços da revisão teórica efetuada até ao momento no âmbito de um projeto de doutoramento intitulado *Literacia em comunicação na saúde: uma visão da cidadania no contexto dos cuidados primários*. Visando compreender como a comunicação pode propiciar a autonomia necessária para a promoção da literacia em saúde, os autores interrogam os entendimentos dominante de literacia e de comunicação no contexto da educação e promoção em saúde e propõem entendimentos outros que permitem potencializar as relações interpessoais que se estabelecem nos espaços de atendimento. Sendo esta via necessariamente dialógica e participativa, a sua integração contribuirá, segundo os autores, para sair do viés mediocêntrico e instrumental que define a literacia no campo da saúde. Organizam o texto de forma a dar conta de alguns estudos que permitem salientar o papel da comunicação no quadro da promoção e educação em saúde.

A encerrar esta coletânea, incluímos três textos onde se debate o tema da regulação nos domínios dos *media*, da internet e das políticas de ciência, tecnologia e inovação.

Servindo-se de um *corpus* de 26 documentos, nacionais e internacionais, produzidos entre 1982 e 2017, sobre literacia mediática (Pereira, 2015), Ana Oliveira e Sara Pereira apresentam os múltiplos significados

atribuídos aos conceitos de literacia mediática e criatividade nos documentos em apreço, e os papéis e responsabilidades que neles são atribuídos aos agentes educativos, recorrendo para esse efeito a uma combinação de técnicas da análise de conteúdo e dos ciclos de codificação. As autoras mostram que a literacia mediática é entendida como essencial para o exercício da cidadania, sublinham que o conceito de criatividade carece de uma definição mais precisa e que é atribuída aos agentes educativos a responsabilidade de capacitarem as novas gerações para o uso das ferramentas de comunicação atuais.

No quadro de um projeto de doutoramento intitulado “Uma abordagem crítica dos discursos sobre a neutralidade da rede em Portugal e no Brasil”. Marina Polo e Helena Sousa dão conta de algumas dimensões críticas do debate científico em torno da técnica e da tecnologia, prestando particular atenção ao domínio das tecnologias de comunicação. Depositando o seu interesse nos discursos reguladores da internet no que à neutralidade diz respeito, defendem que as disputas sobre o assunto vão além das questões técnicas, abarcando também elementos de natureza política. A proposta de análise documental que pretendem realizar centrar-se-á na natureza estratégica desse tipo de documentação e nos argumentos ligados à eficiência e à economia, e será enquadrada por uma abordagem crítica da economia política das comunicações.

A terminar, Josemari Quevedo e Noela Invernizzi chamam à discussão as políticas de ciência, tecnologia e inovação para as nanotecnologias e suas limitações no que diz respeito aos seus impactos nos modelos de desenvolvimento. Colocando o olhar em documentos fundamentais, comparam diferentes abordagens sobre riscos, impactos éticos, legais e sociais e dimensões sobre desenvolvimento de Pesquisa e Inovação Responsável na Europa e Estados Unidos e verificam como no Brasil e em Portugal se adotaram traços dessas preocupações. A análise efetuada mostra diferenças de enfoques normativos, mas semelhanças em lacunas que impedem o desenvolvimento de Pesquisa e Inovação Responsável. Nesses países, na perspetiva sobre risco prepondera o caráter tecnoeconómico possibilitador da inovação em detrimento de um conceito de inovação que alia a precaução ao desenvolvimento da nanotecnologia. As grandes ausências na transferência dos modelos de política de nanotecnologia dão-se ao nível da participação de atores diversificados ou organizações não-governamentais (ONGs) na tomada de decisões das políticas tecnológicas.



## REFERÊNCIAS

- Araújo, E., Cogo, D. & Pinto, M. (2015). Mobilidades, media (ções) e cultura. *Comunicação e Sociedade*, 28, 7-14. DOI: 10.17231/comsoc.28(2015).2267
- Cabecinhas, R. & Callahan, D. (Eds.) (2014). Colonialismos, pós-colonialismos e lusofonias – descolonizar o pensamento. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 2(1). Retirado de <http://rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/3>
- Carvalho, A. (2011). *As alterações climáticas, os media e os cidadãos*. Coimbra: Grácio Editor.
- Correia, M. L. & Cerqueira, C. (2017). Desarrumando o nosso álbum: fotografia e género. *Comunicação e Sociedade*, 32, 9-17. DOI: 10.17231/comsoc.32(2017).2747
- Martins, M. L. (2007). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, 12, 5-7. DOI: 10.17231/comsoc.12(2007).1092
- Martins, M. L. (2015). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(1), 341-361. Retirado de <http://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/100>
- Martins, M. L. (2018). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, 11(1), 3-11.
- Oliveira, M., Portela, P. & Vicente, E. (2018). Som e cultura: cartografias acústicas e paisagens sonoras. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 5(1), 5-10. Retirado de <http://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/289/197>
- Pereira, S. (Ed.) (2015). *Digital literacy, technology and social inclusion. Making sense of one-to-one computer programs around the world*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Phillips, L., Carvalho, A. & Doyle, J. (Eds.) (2012). *Citizen voices: Performing public participation in science and environment communication*. Londres: Intellect Books.
- Pinto, M. & Pereira, S. (2008). Nota introdutória. *Comunicação e Sociedade*, 14, 5-6. DOI: 10.17231/comsoc.14(2008).1071
- Pinto, M., Pereira, S. & Brites, M. J. (Eds.) (2015). *Os media e a crise dos refugiados*. Braga: CECS.
- Pinto, M. & Sousa, H. (Eds.) (2011). *Communication and citizenship: rethinking crisis and change*. Coimbra: Grácio Editor.

- Pinto-Coelho, Z. & Mota-Ribeiro, Z. (2012). Nota introdutória. Do uno e múltiplo: as aporias do nosso desassossego. *Comunicação e Sociedade*, 21, 7-11. DOI: 10.17231/comsoc.21(2012).695
- Pires, H., Mota-Ribeiro, S. & Beyaert-Geslin, A. (2017). Comunicação e arte. *Comunicação e Sociedade*, 31, 7-11. DOI: 10.17231/comsoc.31(2017).2600
- Ribeiro, F., Melo, A. & Carpentier, N. (Eds.) (no prelo). Resgatar a participação. *Comunicação e Sociedade*.
- Ruão, T. & Kunsch, M. (2014). A comunicação organizacional e estratégica: nota introdutória. *Comunicação e Sociedade*, 26, 7-13. DOI: 10.17231/comsoc.26(2014).2021
- Santos, L. & Del Bianco, N. (2016). Serviço público de média e participação. *Comunicação e Sociedade*, 30, 7-11. DOI: 10.17231/comsoc.30(2016).2481
- Sousa, H. & Pinto, M. (2007). A nova entidade reguladora no quadro das políticas de comunicação em Portugal. *Comunicação e Sociedade*, 11, 5-11. DOI: 10.17231/comsoc.11(2007).1112
- Sousa, H., Pinto, M. & Costa e Silva, E. (2013). Esfera pública digital – fragilidades e desafios: uma introdução. *Comunicação e Sociedade*, 23, 5-8. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1609

Citação:

Pinto-Coelho, Z., Marinho, S. & Ruão, T. (2019). Comunidades, participação e regulação. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 4-10). Braga: CECS.

**FÁBIO FREITAS MARQUES & JEAN MARTIN RABOT**

ffreitasmarques@gmail.com; jmrabot@ics.uminho.pt

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - CECS  
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL**

## **DO SERESTEIRO AO ARTISTA INDEPENDENTE: A MÚSICA POPULAR DE FORTALEZA ENTRE A CENA LOCAL E A INDÚSTRIA NACIONAL**

### **RESUMO**

A imagem do artista migrante é tida como uma espécie de traço identitário quando se fala sobre os músicos de Fortaleza. A viagem foi consagrada nas canções dos artistas da geração de 1970 que fizeram sucesso nacional após se radicarem em cidades do Sudeste do País. Em contraponto, músicos que nos anos 1980 estabeleceram suas carreiras na própria cidade têm essa condição local como um traço de distinção, sendo tratados como aqueles que ficaram. Neste capítulo, buscamos discutir estes caminhos musicais diversos, ampliando o recorte temporal para comparar diferentes períodos da produção musical de Fortaleza. Tomamos como base para a análise o enquadramento da música popular enquanto prática social, ligada a contextos culturais, políticos e econômicos, e tendo como referências os estudos de subculturas (Hebdige, 2002) e cena musical (Bennett, 2004; Silver, Clark & Rothfield, 2006; Straw, 1991, 2015). A partir de uma revisão de literatura, buscamos evidenciar contextos, práticas e personagens da música de Fortaleza, desde os primeiros artistas e canções populares, no final do século XIX, passando pela chegada do rádio, da televisão e das primeiras gravadoras multinacionais, até o surgimento de uma movimentação local de música independente no início dos anos 1980. Como pano de fundo deste percurso está, por um lado, o estabelecimento de um mercado de bens culturais no Brasil, com uma indústria fonográfica e mediática centralizada no eixo Rio-São Paulo (Ortiz, 1988) e, por outro, a possibilidade de uma produção à margem deste centro.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Anos 1980; cena musical; Fortaleza – Ceará; indústria cultural; música popular

## 1. INTRODUÇÃO

Das épocas mais cantadas e festejadas da música feita por artistas do Ceará (na região Nordeste do Brasil), os anos 1960/1970 abrigaram uma geração de compositores e intérpretes que migrou do Nordeste ao Sudeste, gravando discos e consagrando canções, ainda hoje marcantes. Esta leva de artistas, que ficou conhecida como o Pessoal do Ceará<sup>1</sup> (Carvalho, 2013a; Castro, 2007; Pimentel, 2006; Rogério, 2011), partiu de uma Fortaleza onde se apresentava em pequenos festivais, teatros e programas televisivos (onde cantavam para um público bastante restrito), para embrenhar-se na indústria da música de escala massiva que se concentrava em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

A condição periférica do artista local e a imperiosa migração para o eixo Rio-São Paulo é questão recorrente em discussões sobre a música cearense – no bar, na imprensa, entre músicos e na academia. Estão em pauta questões como a quantidade e qualidade de artistas que atingiram sucesso nacional após emigrarem nos anos 1970 (“pois o que pesa no Norte, pela lei da gravidade / Disso Newton já sabia: cai no Sul, grande cidade”, nos versos de Belchior na música *Fotografia 3x4*), mas também a relação desproporcional de forças entre os repertórios produzidos fora e dentro do “eixo”, a dependência do mercado sulista, a atualidade desta viagem e tantos outros possíveis desdobramentos.

Voltando nosso olhar para uma década à frente, nos anos 1980, como um refluxo dessa onda migratória, um novo momento musical se desenhou: Fortaleza (capital do Ceará), antes porta de saída, vira palco para uma movimentação intensa da Música Popular Brasileira (MPB), que corria à margem da grande indústria, mobilizando compositores, intérpretes, instrumentistas e um público que ocupava as universidades, os bares, os espaços culturais. Por vezes, o debate sobre a migração foca-se demasiadamente nos percursos dos artistas destas duas gerações – 1970 e 1980 – e de posteriores.

Parte de uma investigação acerca do início desta década – e que resultou na dissertação *A MPB faz sua cena: música, boémia e política em Fortaleza nos últimos anos da ditadura militar (1980-1985)* – proponho neste artigo, com base em levantamento bibliográfico, ampliar a escala desta reflexão, fazendo um resgate histórico das práticas e contextos da produção local em meio ao panorama nacional e internacional do longo de todo o

---

<sup>1</sup> Termo pelo qual ficaram conhecidos artistas cearenses como Belchior, Ednardo, Fagner, Rodger Rogério, Teti, entre outros da mesma geração.

século XX. Desta forma, possibilitar uma reflexão comparativa dos diferentes ciclos e dinâmicas de fruição musical nos períodos. Estão destacados neste recorte também elementos transversais à prática musical, ligados à política, à indústria cultural e às relações sociais em torno do consumo e produção musical.

Entre as décadas de 1970 e 1980, Fortaleza saltou de pouco mais de 800 mil habitantes para 1,3 milhões (Dantas & Costa, 2009). Atualmente possui a quinta maior população do País, somando 2,6 milhões de moradores (IBGE, 2017) sendo também a 12<sup>a</sup> cidade mais violenta do País (G1-CE, 2017). As transformações pelas quais passou a cidade ao longo do século XX foram substanciais. Em seu trabalho sobre as modinhas de fins do século XIX, Edigar de Alencar se referia à esta metrópole como

pacatíssimo burgo. Em 1870 possuía pouco mais de vinte mil almas. Quarenta e poucas ruas, cerca de quatro mil casas e raríssimos sobrados. (...) As ruas de areias movediças, prateadas pelos luaceiros famosos do Nordeste, eram assim um convite ou um desafio aos serenatistas. (Alencar, 1967, p. 25)

Assim como mudou a vida urbana, os contornos da cidade, o adensamento populacional, sua economia, suas práticas de sociabilidade, também suas dinâmicas culturais e artísticas sofreram diversas alterações ao longo das décadas. Acompanhadas de mudanças no plano nacional e internacional. A análise panorâmica destes contextos acaba por nos ajudar a compreender os três elementos centrais a este estudo: a produção local de música; sua relação com o contexto social, cultural e econômico; e as dinâmicas e conexões com a realidade nacional – a indústria fonográfica, os media, a política, dentre outros.

Na definição de José Ramos Tinhorão, a música dita popular é uma música que se diferencia da “música folclórica” por ser “composta por autores conhecidos e divulgada por meios gráficos, como as partituras, ou através da gravação de fitas, filmes ou vídeos” (Tinhorão, 2013, p. 9). É uma prática social de natureza urbana e que está intimamente ligada à modernidade, ao advento das indústrias culturais e à massificação da cultura.

Compreender a fruição de música local – com especial destaque às condições de produção, circulação e consumo – é um exercício que não se pode concretizar sem tomar em conta, para além dos personagens e da produção em si, estas diversas camadas, social, econômica, política e cultural em que ela se acerca. Para além dos mundos artísticos de Becker (1982) – que delineiam a arte como uma atividade coletiva, que abarca

desde a cadeia de profissionais envolvidos na sua realização, as relações de poder, as instituições envolvidas, a indústria e os media – buscamos destacar elementos relativos à especificidade musical, aos gêneros, seus valores e as práticas sociais agregadas. Seguindo a linha das subculturas (Hebdige, 2002) e das cenas musicais (Bennett, 2004; Silver, Clark & Rothfield, 2006; Straw, 1991, 2015), buscamos aqui pensar os diferentes momentos da criação musical na cidade, alargando a reflexão para questões ligadas ao consumo, aos espaços onde a música se fazia presente, seus atores, práticas, gostos, valores, e a toda uma teia de relações sociais. O recorte proposto lança luz sobre um tipo de canção popular que, a partir dos anos 1960, é agregada pelo termo MPB – ou que nos períodos anteriores dialogava com o que se conceberia como MPB. Não se tratando propriamente de um gênero musical específico, adotamos aqui a sigla MPB como um rótulo sob o qual diversas propostas musicais foram reunidas, mas que, embora conceitualmente difuso, ajuda a situar artistas e canções em meio à produção musical brasileira. Para Marcos Napolitano, invocando um conceito de MPB de Charles Perrone, trata-se de um “complexo cultural” (Napolitano, 2002, p. 2). O autor fala em uma institucionalização desta que tem os seus pilares na atuação política, na reverência aos ritmos ditos nacionais e no discurso da qualidade estética a ela associado.

Ao nos referenciarmos nos estudos de cenas musicais, evidenciamos também um pensamento que busca refletir sobre as práticas musicais locais em suas múltiplas conexões, que envolvem, para além de uma geografia local, diversas dinâmicas e personagens, relações com a indústria cultural, com os media, com outros polos musicais. Decorre interconectada com outras praças e práticas, de maneira translocal, como destaca Bennett (2004). Sobre o conceito de cena, buscando agregar diversas contribuições feitas ao longo de duas décadas de publicações por vários autores, Straw propõe a seguinte síntese: “cenas tornam a atividade cultural visível e decifrável ao torná-la pública, transformando atos de produção e consumo privados em contextos públicos de sociabilidade, convívio e interação” (Straw, 2015, p. 483).

Em prol de uma sistematização do pensamento, divido em três períodos o resgate proposto dos diversos momentos da música popular em Fortaleza: uma primeira fase ainda incipiente da indústria cultural, das pequenas e médias orquestras, dos pianos particulares, das modinhas, serenatas ao violão; uma outra fase, caracterizada pela transição à modernidade, do rádio, na década de 1930, ao início da TV, nos anos 1950, com a produção musical ganhando contornos mais complexos, imersa em um mercado de



bens simbólicos moldado pelos media e por práticas musicais em vias de industrialização – incluindo o período pós anos 60, de modernidade, com novos elementos políticos entrando em pauta (como o Golpe Militar em 1964) e a consolidação do eixo Rio-São Paulo como centro produtor e irradiador de bens culturais para todo território nacional; e encerrando com o novo momento que se abre a partir de fins dos anos 1970, com o início da fragmentação dessa produção industrial e a possibilidade de uma “música alternativa” ou “independente”. Três momentos que tiveram uma produção diversa e distinta uns dos outros, ao longo dos quais se registraram momentos de grande efervescência e crises, continuidades e ruturas desse percurso musical.

## 2. NO TEMPO DAS SERESTAS

Em Fortaleza, começamos nosso roteiro pelos primeiros registros que se tem de música popular urbana. Não cabem em nosso recorte outros tipos de práticas musicais, inseridas em uma lógica que foge ao conceito de música popular proposto, como é o caso da música sacra, com suas novenas e ladainhas, ou das manifestações tradicionais, como o reisado, maracatu e a banda cabaçal (Carvalho, 2013b; Martins, 2012).

A música moldada por práticas urbanas em Fortaleza tem seus primeiros registros no início do século XIX, dentro de uma lógica aristocrática, quando surgem as pequenas orquestras – também em outras cidades do Ceará<sup>2</sup>, como em Aracati, Icó e Sobral – estando vinculadas a corporações militares e outras instituições (Veríssimo, 1954, p. 150). É somente a partir da segunda metade do século XIX que a música local ganha feições, de facto, populares. Alvo de uma série de intervenções urbanas desde meados do século XIX (Costa & Amora, 2015, p. 38), a cidade ganha relevância regional – em parte, devido a sua atividade portuária e à política do governo imperial de fortalecimento das capitais – o que resulta no aumento da população e diversificação do estrato social. Ganham corpo uma classe media ligada aos serviços públicos e uma parcela empobrecida da população, formada por migrantes das zonas rurais (especialmente em períodos de estiagem), por trabalhadores menos qualificados e, após a abolição da escravatura, também pelos negros libertos.

Neste período, populariza-se a modinha. O gênero foi considerado por Tinhorão como uma das primeiras expressões originais da música

<sup>2</sup> O Estado do Ceará tinha na época o status de província do então Império do Brasil.

popular e urbana no Brasil – tendo sido bastante disseminado no século XVIII, no sudeste do País, quando também chegara a Lisboa. Na capital cearense, a modinha foi apreciada por todas as classes sociais. Enquanto os espaços centrais de Fortaleza serviam à elite e aos cidadãos médios, nas periferias embalava as festas da “ralé”. Ana Luiza Rios, em estudo sobre este gênero musical (2012), divide suas práticas entre os recitais da alta sociedade e as festas e serestas populares. Nos salões e teatros, onde se acomodava a elite local, a modinha dividia espaço com ritmos europeus (como a valsa e a polca), tocada ao piano e voz. O instrumento lhe conferia um ar refinado, servindo como meio de distinção dos ricos em relação às camadas subalternas. Entre os menos nobres, o gênero popular era acompanhado pelo violão (por vezes, também flauta e cavaquinho) e tocado nos areais dos arredores de Fortaleza (juntamente com gêneros como o fandango e o maracatu) (Martins, 2012).

Até este momento, a música era consumida essencialmente na execução ao vivo, tocada ao piano ou violão informalmente, entre amigos e familiares, também por grupos e artistas locais. Não existiam meios de difusão eletrônicos, como o rádio, e os discos eram artigos raros (pelos custos elevados e dificuldade de acesso). A informação sobre artistas de sucesso nacional chegava à cidade por meios impressos, como jornais e revistas, mas ainda de forma restrita. Chegava também pela própria circulação de artistas consagrados nacionalmente, como era o caso de Catulo da Paixão Cearense, maranhense que foi o grande representante da modinha nesse período. A música que circulava no País era difundida na cidade quase que oralmente, ou mesmo em suportes precários como o caderno de anotações, onde eram muitas vezes grafadas apenas as letras; e, para os iniciados, pelas folhas de partitura (Alencar, 1967).

A prática musical era, portanto, essencialmente presencial. Dependia dos artistas locais, o que propiciava a existência e fixação de músicos, ainda que muitos atuando de forma amadora. Dedicaram-se ao gênero uma seleção ímpar de boêmios, que mesmo oriundos de classes médias, eram “escrachados pela sociedade, pelos pais rigorosos e vigilantes que se apercebiam do perigo das lábias harmoniosas de tais enamorados” (Alencar, 1967, p. 35).

O período propiciou a formação de um mercado para a música popular local e a valorização de um repertório de compositores de Fortaleza. Nesse contexto, a imigração de artistas locais para o eixo Rio-São Paulo não se fazia tão apelativa, como veremos em décadas à frente. Notamos, ao contrário, uma imigração de instrumentistas vindos do interior do Estado

para Fortaleza, de outros Estados e até mesmo de outros países – como foi o caso dos maestros italianos Luigi Maria Smido e Ciro Ciarlini (Veríssimo, 1954, p. 151). As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo sendo centros econômico e cultural do País, ainda não detinham o monopólio da produção de bens simbólicos no território nacional.

### 3. AVES DE ARRIBAÇÃO

#### 3.1 PRIMEIRA ONDA MIGRANTE

Com o início do século XX, a tecnologia começa a abrir caminho para mudanças profundas na prática e consumo musical. Inicialmente, com a invenção do disco. A Casa Edison, primeira loja de disco do País, foi inaugurada no Rio de Janeiro em 1900 – apenas três anos depois da criação do primeiro estúdio de gravação comercial do mundo (Vicente & De Marchi, 2014, p. 9). Em 1913, foi inaugurada no Rio de Janeiro a gravadora Odeon. O conteúdo fonográfico, no entanto, só começa a ter maior alcance após 1927, quando as gravações passam a ser elétricas, resultando em discos de melhor qualidade e produzidos em maior escala; também nesse período há um acréscimo da concorrência no mercado fonográfico internacional. No Brasil, chegam a Columbia, RCA Victor e a Brunswick (Vicente & De Marchi, 2014, p. 12).

O rádio, outro avanço tecnológico importante na transformação da prática e consumo musical (e comunicacional), tem sua primeira transmissão no País em 1919 pela Rádio Clube de Pernambuco, em Recife, seguida pela criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, inaugurada em 1923 (Azevedo, 2002, p. 28). Inicialmente mais aberto ao repertório erudito e com número de ouvintes bastante restrito, ao longo dos anos 1930 o rádio começa a se popularizar. O período coincide, no plano político, com a chamada Revolução de 30 e a posterior implantação da ditadura do Estado Novo<sup>3</sup>, liderado por Getúlio Vargas. Os ideais de desenvolvimento e fortalecimento nacional aliados a inovações tecnológicas abrem um outro capítulo para a música brasileira.

O rádio é escolhido como ferramenta estratégica de fortalecimento da identidade nacional e centralização do poder político. Neste contexto, a música popular ocupa lugar de destaque (Vicente, 2006, p. 11). Nos anos seguintes, a indústria musical sai em busca de novos ritmos que simbolizassem a diversidade cultural do País. O volume de produção industrial,

<sup>3</sup> Regime político que durou de 1937 a 1947.

que era exigido pelas rádios e gravadoras instaladas no País, gera uma verdadeira “caça” a talentos musicais (intérpretes e compositores) capazes de alimentar a demanda por bens simbólicos (Vicente, 2006). Ao longo dos anos 40 e 50, a música ingressa definitivamente em uma lógica comercial, com empresas, formalização de vínculos, contratos, e a conversão de artistas e seus repertórios em produtos a serem vendidos. E o rádio firmou-se como elemento central nesse processo. É também neste período que São Paulo, como centro econômico do País, e Rio de Janeiro, capital federal, assumem o protagonismo dessa produção de bens simbólicos em todo território nacional (Vicente & De Marchi, 2014, p. 16). Essa concentração e hierarquização da produção cultural lançam as bases para a constituição do chamado eixo Rio-São Paulo.

Fortaleza ganha sua primeira emissora local em 1934, com a Ceará Rádio Clube (PRE-9). O fazer musical local, entretanto, só tem uma alteração significativa a partir da década de 1940. Em 1941, a PRE-9 começa a transmitir em ondas curtas (de maior alcance) e inaugura estúdio no Edifício Diogo (Centro). O novo endereço incluía um auditório para 100 pessoas (Rodrigues & Silva, 2009, p. 9) e a música popular ganha espaço na programação, contando com orquestra e conjunto regional<sup>4</sup> próprios.

Embora a falta de uma transmissão em cadeia tenha garantido o espaço das programações locais, já existia no período uma hierarquização dessa produção, onde uma música local convivia em relação desigual com o repertório e artistas de alcance nacionais. O caminho para o Sudeste começa a ganhar relevância, especialmente rumo ao Rio de Janeiro, que além de capital do País, concentrava gravadoras, editoras de partituras, artistas de diversas regiões e a própria Rádio Nacional. Com o correr desse processo de industrialização e centralização da produção, acentua-se também o processo de marginalização dos artistas locais e o domínio das empresas sobre o repertório a ser consumido.

O impacto no consumo local de música fica exposto em registros como o de Pedro Veríssimo para a Revista do Instituto do Ceará, em 1950, em que ele culpa o progresso aos moldes “yankee” e europeu (em referência ao rádio e ao cinema falado) pelo desaparecimento de antigas práticas musicais. “Foi o bastante para que as orquestras fôssem pouco a pouco desaparecendo dos cinemas mudos, até o desânimo final” (Veríssimo, 1954, p. 153).

Entre os músicos cearenses que migraram e obtiveram projeção no período, estão grupos como o *Quatro Ases e um Coringa*, criado no final da

<sup>4</sup> Termo formalizado a partir dos anos 1920 em referência a conjuntos de música brasileira que combinava violão, cavaquinho, bandolim, flauta e pandeiro (Peters, 2004).

década de 1930 e que gravou de 1941 a 1956 quase uma centena de compactos em 78 rotações, pela Odeon, RCA Victor e Mocambo; os *Vocalistas Tropicais*, que têm sua história ligada a Ceará Rádio Clube até 1944, quando emigram para o Rio de Janeiro, assinando contrato com a Rádio Mundial (posteriormente com a Rádio Tupi) e com a gravadora Odeon e registrando canções de sucesso até fins da década de 1950; e o Trio Nagô, que iniciou a carreira em 1950, apresentando-se na Ceará Rádio Clube e outras emissoras do Crato, Natal, Recife, sendo em 1953 contratados pela Rádio Tupi. Fazia parte deste grupo o cantor e compositor Evaldo Gouveia, ícone da música cearense que seguiu sendo bastante gravado nos anos 60 e 70. Neste mesmo contexto, cabe citar ainda os instrumentistas e compositores Zé Menezes e Lauro Maia, ambos contratados da PRE-9 e que migraram para o Rio de Janeiro em meados dos anos 1940.

Apesar da crescente centralização da indústria fonográfica no Rio de Janeiro e em São Paulo, as rádios locais propiciavam ainda o surgimento de artistas de sucesso fora do eixo Rio – São Paulo. É o caso do maestro Mozart Brandão, do pianista e compositor Luiz Assumpção, ambos empregados da Ceará Rádio Clube; posteriormente, de cantoras e grupos musicais que participavam dos programas de auditório, como Keyla Vidigal e Ayla Maria (tendo esta um disco gravado pela Rozenblit, empresa do Recife) (Carvalho, 2016, p. 47).

### 3.2 SEGUNDA ONDA MIGRANTE: O PESSOAL DO CEARÁ

Os anos 1960 no Brasil foram de turbulências na área política, econômica e cultural. No plano político, a década começou com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para a recém-criada cidade de Brasília. Seu primeiro presidente, Jânio Quadros, renuncia sete meses após assumir. O vice-presidente, João Goulart, assume em meio a um conturbado cenário político que instaura o regime parlamentarista no País por dois anos. O sistema presidencialista é retomado por meio de um plebiscito, em 1963. Em 31 de março de 1964, um golpe de Estado dá início ao longo período de regime militar, que se estendeu até 1985 (Napolitano, 2014).

Musicalmente, tudo se transformou. O fim da década de 1950 representou também o fim da Era de Ouro do rádio e o início do protagonismo televisivo. A indústria fonográfica se expande e consolida de vez no mercado nacional, mudam os formatos e o volume do consumo de música no país e, por fim, a muda própria música, com seguidos embates e inovações estéticas.

Para Renato Ortiz, até os anos 1950, o mercado de bens culturais ainda não estava consolidado. As práticas de comunicação, cinematográfica, editorial, fonográfica ou mesmo publicitária não tinham escala produtiva nem alcance de público que garantissem uma dimensão massiva (Ortiz, 1988, pp. 117- 118). Nos anos 1960 e 1970, surgem os grandes conglomerados de comunicação. Centraliza-se ao máximo a produção de bens culturais no eixo Rio-São Paulo (Vicente & De Marchi, 2014, p. 19) e viabiliza-se sua irradiação para uma grande quantidade de pessoas.

A vendagem de discos salta de 5,5 milhões de unidades, em 1966, para 52,6 milhões, em 1979 (Vicente & De Marchi, 2014, p. 17). Entre as gravadoras multinacionais que se instalam no País no período estão a Philips (1960) e a WEA (1976), que dividem mercado com outras cinco empresas nacionais, RGE, Rozemblit, Copacabana, Continental e Chantecler (Vicente, 2012, p. 201). À medida que as populações de Estados periféricos passam a ter acesso a esses bens culturais industrializados, perdem espaço as expressões regionalizadas, produzidas à margem do grande mercado (Ortiz, 1988, p. 49). A mudança nos hábitos de consumo cultural, aliada à concentração da atividade produtiva do País no eixo Rio-São Paulo, fazem com que todo o processo passe a depender desses centros.

Em meados dos anos 1960, a TV assume o protagonismo na difusão musical. Diferentes correntes disputam a atenção dos jovens em programas temáticos como *Jovem Guarda*<sup>5</sup> e *O Fino da Bossa*, e posteriormente nos Festivais de Música televisionados, das TVs Tupi, Record e Globo. Todos produzidos no Rio de Janeiro e em São Paulo e retransmitidos para o restante do País (Zan, 2001, p. 114). A Era dos Festivais (Mello, 2003) tem início em 1960, com o *I Festival da TV Record*, mas se populariza a partir de 66, com o *II Festival da TV Record* (Napolitano, 2010, p. 236). Como destaca a socióloga Mary Pimentel, na imprescindível obra *Terral dos Sonhos* (2006), é a partir destas reflexões sobre a massificação da cultura, feita por Ortiz, o protagonismo televisivo e a centralidade do Eixo Rio – São Paulo que podemos compreender o desenrolar da música local.

A televisão chega em Fortaleza no ano de 1960, com a inauguração da TV Ceará, Canal 2, emissora pertencente aos Diários Associados, que ampliava sua cadeia de emissoras no Nordeste (Cunha, 2009, p. 1). A produção local, nesse primeiro momento, valorizava programas de entretenimento, como programas de auditório e as telenovelas, absorvendo artistas e propostas de conteúdos oriundos do rádio. Cantoras de sucesso no rádio

<sup>5</sup> A *Jovem Guarda* foi o movimento musical no rock dos anos 1960, em especial, na sonoridade dos Beatles



cearense no período, como Ayla Maria, também foram estrelas nos primeiros anos da TV (Carvalho, 2016).

O prestígio da produção televisiva local, porém, duraria pouco. Já em 1966, antes mesmo de se popularizar de fato, as emissões locais têm sua programação limitada. Com a introdução do videotape, que facilita a retransmissão de conteúdo produzido pela matriz nacional, não demora até que o tempo e o investimento em produtos nas afiliadas sejam reduzidos. O processo de interligação da rede segue com o sistema de micro-ondas, implantado em 1968, permitindo um maior alcance das ondas de transmissão; a implementação de estações via satélite (1974); e culmina no sistema de emissão aberta de sinal, em 1981, que chega a todas as regiões do País. (Ortiz, 1988, p. 165)

O conteúdo cultural local, incluindo a composição musical, perdeu espaço. A composição cearense estava representada por grupos já emigrados e que já tinham alcançado sucesso em meio a produção fonográfica nacional ou por jovens artistas com atuação bastante restrita. Em Fortaleza, a partir de meados dos anos 1950, há uma expansão da vida universitária. A Universidade do Ceará (posteriormente Universidade Federal do Ceará) é criada no fim do ano 1954 pela reunião de Escolas e Institutos Federais e foi estabelecendo-se ao longo dessa segunda metade de década. Ligadas à universidade, foram criadas estruturas e instituições voltadas para a cultura, como a Imprensa Universitária, em 1956, seguida pela Concha Acústica (palco que terá especial relevância nos anos 1980), o Curso de Arte Dramática, que inicia atividade em caráter experimental em 1960, o Museu de Arte, em 1961, o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno e o Teatro Universitário, ambos em 1965 (Oliveira, 2000, pp. 22-23). A universidade, assim, abre ao longo dos anos 1960 uma certa efervescência cultural e política (Castro, 2007; Pimentel, 2006). Antenados com o momento conturbado da política nacional e com a articulação de jovens intelectuais e artistas em torno dos CPCs (unidades do Centro Popular de Cultura, organização cultural ligada à União Nacional dos Estudantes), estudantes da Universidade do Ceará passaram a atuar no plano cultural e artístico, especialmente por meio do teatro e da música.

Um marco para esta nova geração viria em 1968 com a realização do *I Festival de Música Popular Aqui*, organizado pelo estudante recém-formado em direito Aderbal Freire-Filho e que contou com realização da Rádio Assunção. A mostra rendeu o primeiro registro musical em disco dos participantes. O LP reuniu as 12 canções finalistas, tendo sido gravado no Estúdio Orgacine-Fortaleza (especializado em jingles publicitários) e fabricado no Rio de Janeiro (Castro, 2007, 2014; Rogério, 2006).

O roteiro deste jovens músicos no final da década de 1960 e início dos 1970 passava pelas dependências da universidade, especialmente no Centro Acadêmico da Arquitetura – que se manteve aberto no período; também pelo palco do Teatro Universitário; e pelas reuniões etílicas em bares como Estoril, Bar do Anísio, Bar do Vavá e Balão Vermelho (Castro, 2007, p. 97).

A televisão, mesmo com a programação local limitada, abre espaços importantes como os programas *Show do Mercantil*, *Porque Hoje é Sábado* e *Gente Que a Gente Gosta*, promovidos pela TV Ceará, Canal 2. Mas é apenas no início da década de 1970 que estes jovens artistas-estudantes entrariam num circuito de festivais universitários de maior alcance, com articulação regional ou nacional e com a participação de emissoras de TV. Por meio deles, os cearenses rompem a barreira do localismo e chegam ao eixo Rio-São Paulo. Em 1971, Fagner premiado no Festival de Música Jovem da UnB, incluindo o primeiro lugar com a música Mucuripe (Fagner – Belchior) e prêmio do júri com Cavalo Ferro (Fagner – Ricardo Bezerra); em 1971, no Rio de Janeiro, Belchior vence com “na Hora do Almoço” o IV Festival Universitário da Canção Popular, realizado pela TV Tupi (Pimentel, 2006; Rogério, 2006).

Parte dos artistas emigra para São Paulo, onde se estabelecem Belchior e Fagner (depois de uma temporada em Brasília); e outro grupo segue para o Rio de Janeiro, onde encontram-se Ednardo, Rodger Rogério e Têti. Entre os primeiros discos de Fagner estão *Cirino e Fagner* (RGE, compacto simples, 1971); *Cavalo Ferro* (Philips, compacto duplo, 1972), e *Manera Fru Fru, Manera* (Polygram, LP, 1973); Ednardo, Rodger e Teti gravam em conjunto *Meu corpo, minha embalagem todo gasto na viagem – Pessoal do Ceará* (Continental, LP, 1973); e Belchior grava *Na Hora do Almoço* (Copacabana, compacto, 1971) e *Mote e Glosa* (Continental, LP, 1974) (Rogério, 2013, pp. 33-35).

Voltando nosso olhar para as dinâmicas nacionais da MPB no período pós-68, é possível compreender melhor o espaço ocupado pelos cearenses no início da década em meio às mudanças ocorridas na indústria, no consumo e circulação musical. Em 1968 é promulgado o AI-5, que significou um endurecimento da censura e repressão militar aos artistas. O decreto afeta diretamente a música popular e este ano marca também o fim de um período de expansão criativa e de consumo da MPB, uma vez “que boa parte da vida musical brasileira, naquela década, estava lastreada num intenso debate político-ideológico” (Napolitano, 2002, p. 1). O AI-5 significou a impossibilidade de permanência de alguns artistas no País e, aos que ficaram, uma barreira a mais no seguimento da atividade musical.

Até 1972, grandes nomes da MPB como Caetano, Gil e Chico Buarque estiveram exilados e mesmo os que permaneceram no País sofriam para ter seus discos e espetáculos aprovados pela censura. O panorama pouco favorável à MPB foi ainda agravado pela forte entrada massiva da música estrangeira no mercado brasileiro. Os artistas cearenses que despontam nos anos 1970 o fazem justamente num cenário de baixa da MPB, menos favorável a novas propostas que em anos anteriores. É, porém, justamente na crise, em meio à retração e segmentação do público (Lamarão, 2012, p. 194), que tem início um movimento de rearticulação da MPB. A indústria volta a mirar nas universidades e buscar nos festivais universitários, alguns deles de caráter regional, uma renovação. E encontra no repertório desses e outros jovens artistas um novo fôlego. Torna-se corrente o emprego da expressão “tendência” para definir grupos de artistas com propostas musicais diferentes das que estavam estabelecidas, como acabaram sendo chamados os próprios baianos, do *tropicalismo*, também os “mineiros”, no grupo composto por Milton Nascimento, Lô Borges, Flávio Venturini, e os “cearenses” ou “nordestinos” (de uma forma mais ampla, que incluía ainda nomes como Zé Ramalho, Alceu Valença, Geraldo Azevedo).

#### 4. Pós-1970: A MÚSICA ALTERNATIVA E A CENA LOCAL

Musicalmente afinados com a recuperação da MPB, em 1976, os artistas cearenses emigrados comemoravam sucessos fonográficos: Ednardo lança o LP *O Berro* (RCA), após o sucesso de *O romance do pavão misterioso* (RCA), em 1974; também em 1976, Belchior lança *Alucinação* (Polygram), disco que reúne algumas de suas canções de maior êxito comercial; e Fagner vive já um grande momento, com a boa aceitação dos discos *Ave Noturna* (CBS), de 1975, e *Raimundo Fagner* (CBS), em 1976, tendo ainda a canção *Mucuripe*, dele e Belchior, gravada pelo popular Roberto Carlos (Pimentel, 2006, p. 134).

Na esteira do processo de abertura do regime militar e do novo momento da MPB (de retomada de relevância comercial e sócio-cultural e de reaproximação com as universidades), a segunda metade dos anos 1970 foi de efervescência estudantil em Fortaleza. Reavivam-se iniciativas entre a política e a arte. A inserção de artistas locais no mercado fonográfico nacional provoca ao longo dos anos 1970 um duplo impacto em Fortaleza. Em parte, um certo clima de euforia entre os artistas que permaneciam restrito ao cenário local – e mesmo de inspiração de jovens aspirantes a compositores – pela nova possibilidade dada a produção local; mas também uma tensão causada pelo fosso entre expectativa e realidade.

Outros nomes locais chegam às grandes gravadoras. Fagner se torna diretor artístico da CBS, onde produz *Flor da Paisagem* de Amelinha (1977) e, pelo selo Epic, que era dedicado a jovens apostas, produz *Maraponga*, do arquiteto e compositor Ricardo Bezerra (1978); *Melhor que Mato Verde* (1979), de Petrúcio Maia; e *Manassés* (1979), disco do violonista e compositor Manassés (Pimentel, 2006, p. 134). Ainda assim, o abismo que separava a música local e a indústria fonográfica do eixo Rio – São Paulo era profundo. Fortaleza permanecia um espaço precário e não favorável a essa projeção nacional. Havia a expectativa de que o músico local poderia ser gravado por um dos artistas que já faziam parte do *cast* das gravadoras ou ele próprio incluído nesse seleto grupo. Expectativas esta que algumas vezes foram correspondidas, mas em muitos casos eram frustradas.

O grande acontecimento da época, e que encerra o ciclo que antecede aos anos 1980, foi a mostra *Massafeira Livre*, realizada em 1979, e que rendeu um disco coletivo gravado pela CBS em 1980. Considerada emblemática, reuniu participantes nas diversas áreas da criação local – *música*, teatro, literatura, artes visuais, cinema, dança e até culinária (Oliveira, 2000, pp. 60-61).

Além do propósito de festa das artes local, musicalmente a mostra se propunha ser um canal de aproximação com o mercado de discos, reascendendo a expectativa de projeção dos artistas que ali se aglutinaram (Oliveira, 2000, p. 76). O disco é emblemático por mostrar o descompasso entre as aspirações e esperança de artistas locais quanto à indústria fonográfica – espelhados no exemplo da geração 70 – e o lugar periférico e precário que ocupava a música de Fortaleza. Após quase ser abandonado pela gravadora antes mesmo de seu lançamento, o álbum foi lançado, mas sem grande expressão até mesmo dentro da capital cearense. Os anos 1980 começam num clima de frustração de expectativas para alguns, mas também com uma produção local de música significativa, como deixou claro a *Massafeira*.

De 1966 a 1979, entre expansões e crises, as gravadoras de disco praticamente multiplicaram por dez a produção de discos (Vicente & De Marchi, 2014, p. 17). O início dos anos 1980, entretanto, é momento de crise nacional e internacional, como descreve André Midani em seu livro de memórias *Música, Ídolos e Poder*. “No Brasil, a Warner seguia muito bem até as 23h de uma noite tranqüila de dezembro de 1980”, e completa, sobre uma mensagem recebida por telefone, “André, John Lennon has been fatally shot... A gente tinha acabado de lançar o que seria o último disco dele... Era também o prenúncio simbólico da derrocada da minha companhia no Brasil” (Midani, 2008, p. 116).

As vendas de discos caem de 52,6 milhões de unidades, em 1979, para uma média de 45 milhões entre 1980 e 1985. Vicente aponta um aumento na seletividade dos artistas, com elencos mais enxutos e de maior potencial de vendas, o que “tende a marginalizar artistas menos imbuídos de sua lógica ou não classificáveis dentro dos segmentos de mercado que passa a privilegiar” (Vicente, 2002, p. 126).

Quando no início dos anos 1970 surgiram no cenário nacional os artistas da geração do Pessoal do Ceará, havia uma escalada da repressão política por parte da ditadura militar (perseguido artistas e desarticulando o movimento estudantil), enquanto a indústria, em crise, buscava novos nomes para reativar o segmento da MPB. Dez anos mais tarde, o cenário era completamente outro: a repressão dava sinais de abrandamento (com a implantação da chamada “abertura lenta, gradual e segura”<sup>6</sup>), o movimento estudantil se rearticulava e a indústria, em nova crise, apostava em segmentos capazes de alavancar a venda de discos, entre os quais, não estava a MPB. O rock nacional, que teve lugar naquela década, foi uma espécie de salvação financeira para algumas gravadoras (Midani, 2008).

A música independente surge como uma forma de resistência a esse momento da indústria, embora não necessariamente vinculado a uma postura contra-hegemônica, de rejeição à indústria fonográfica. O caminho alternativo abrigava nomes como Ney Matro Grosso e Tim Maia, consagrados no grande mercado da MPB.

Em tese sobre o papel da MPB no período de abertura política (1977-1984), a historiadora Rafaela Lunardi destaca a participação dos artistas deste segmento nos chamados “eventos cívicos de protesto” – onde ruas e espaços públicos eram ocupados para atividades de oposição à ditadura. A música, além de elemento central no “processo de construção simbólica dos valores de oposição ao Regime” (Lunardi, 2016, p. 17), esteve diretamente ligada aos atos políticos de resistência.

O movimento estudantil acompanha este momento da sociedade e já a partir de meados da década começa a se rearticular e a compor a frente de resistência à ditadura. É neste período que se articulam grupos ligados a causas sociais, como igualdade de gênero, diversidade sexual, contra o racismo ou em defesa do meio ambiente. Os grupos políticos de esquerda se fortalecem, em processo que culmina com a fundação (ou refundação) de partidos. Os sindicatos ganham novamente relevância e mesmo em meio à Igreja Católica, ganha força a corrente da Teologia da Libertação, envolvida com as lutas sociais.

<sup>6</sup> Processo iniciado em 1974, no Governo Ernesto Geisel.

Na UFC, o movimento de retomada da organização estudantil se intensifica nessa segunda metade dos anos 1970, com núcleos de organização na Medicina, na Engenharia, nas Ciências Humanas. Iniciaram as tentativas de recriação dos Centro e Diretórios Acadêmicos, que começam a ser reestabelecidos entre 1978 e 1979, quando também ocorre a eleição para o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Foi também o ano de re-fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) (Portugal, 2008). A política estava definitivamente na pauta dos estudantes. O movimento de resistência à ditadura ganhou as ruas, adquiriu grandes dimensões, com participação de artistas, intelectuais, entidades, em grandes atos públicos.

É neste clima de agitação coletiva, de aumento da comunidade universitária, de lutas por direitos que a música se faz presente no início dos anos 1980. Ainda que precariamente e à margem das estruturas da indústria fonográfica, aos poucos, tornava-se claro aos compositores locais a possibilidade de uma música alternativa e que teria no público local, no meio estudantil, nos movimentos políticos e sociais, os seus pontos de apoio. A década de 1980 começa com um horizonte de redemocratização política do País e uma juventude sedenta por fazer da arte, do engajamento e das práticas coletivas um meio para esta transformação.

## 5. CONCLUSÃO

Esta retrospectiva analítica dos contextos nos quais se deram os diversos momentos da produção musical de Fortaleza ao longo do século XX nos permite perceber o quanto esta atividade esteve atrelada a questões nacionais – de ordem cultural, política e econômica – para além dos aspectos locais. Em comum, nas diversas fases dessa produção musical, havia uma força criativa contrastando com a precariedade e a condição periférica do mercado local.

Dos modinheiros do início do século aos primeiros artistas do rádio (que enchiam os auditórios e já emplacaram no repertório nacional grupos-intérpretes e autores de Fortaleza), a produção local teve certa relevância dentro da cidade e alguma repercussão para além desta. Eram períodos em que se consumia o que vinha da então capital do país, o Rio de Janeiro, mas também aquilo que se criava localmente. À medida que Rio de Janeiro e São Paulo firmam-se como pólos produtores e irradiadores de bens culturais – centralizando empresas de comunicação, com emissão em rede, e fonográficas, distribuindo para todo o País – a produção local perde espaço



e fortalece o caminho rodoviário por onde escoavam artistas para depois voltar pelas ondas do rádio, da TV e pelos discos.

É o caso dos anos 1960/1970. Com o mercado de discos em alta, as universidades assumindo nacionalmente o protagonismo da criação musical e a televisão ditando o repertório nacional, surge uma leva de jovens artistas em Fortaleza, muitos deles universitários, que fazem da música elemento comum de uma efervescência cultural, boémia e política. Eram inspirados pelos ídolos da MPB – e pelos seus modelos estéticos – com a explosão televisionada dos festivais de música. Em meio ao recrudescimento do regime militar e da repressão ao movimento estudantil, alguns destes jovens migram para os mercados do Rio e São Paulo, onde atingem também as paradas de sucesso.

Na virada para os anos 1980, uma gama de jovens músicos começa a atuar localmente, embora com alcance de público restrito e sem penetração no mercado fonográfico nacional. Faziam arte na universidade, nos teatros, em pequenos festivais e alguns poucos programas da TV local. Além de se espelharem na MPB, tinham como referências também os conterrâneos que poucos anos antes alçaram voo.

O contexto musical local dessa década, no entanto, distinguia-se da anterior em dois pontos chave: a dimensão que tomaria o circuito musical de Fortaleza (que embora ainda restrito, permite falarmos em uma cena musical) e as perspectivas quanto aos rumos de estruturação das carreiras destes novos músicos.

Coincide com o período de “abertura lenta e gradual” do regime ditatorial, de reestruturação do movimento estudantil, com refundação de entidades como UNE e os DCEs – também, em Fortaleza, com o salto no número de estudantes, contando, além da UFC, com a criação de duas outras universidades, a Unifor (1973) e UECE (1975) – realização de grandes passeatas e manifestações articuladas nacionalmente e com o engajamento de artistas na luta pela democracia.

No plano da indústria fonográfica, o início dos anos 1980 foi tempo de crise para as grandes multinacionais do mercado de discos – que passavam por reorganização e estavam cada vez menos abertas a propostas não direcionadas a grandes públicos e vendas – mas também de afirmação de uma cultura de música “alternativa” ou “independente” que, desde meados dos anos 1970, vinha sendo desenhada. Abria-se caminho para a fragmentação da produção de bens culturais, que passa a acontecer em circuitos musicais localizados em diversas cidades do País. Tal como acontecia em Fortaleza, se deu em Brasília, Belo Horizonte, em Belém e em Teresina.

De artistas-estudantes a músicos profissionais, as personagens desta história seguiram caminhos bem distintos dos tomados em anos anteriores. Utilizar a alcunha de “pessoal que ficou no Ceará” (como se costuma fazer referência aos participantes da Massafeira, em 1979, e gerações seguintes) mostrou-se simplista e inadequada. Mais certo é percebermos o novo momento musical que se afirmava e as diversas rotas que se abriam como uma ampliação e diversificação destes caminhos artísticos. Entre idas e voltas.

## REFERÊNCIAS

- Alencar, E. d. (1967). *A modinha cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.
- Azevedo, L. C. d. (2002). *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923-1960)*. Tese de doutoramento, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. Retirado de [http://www.carosouvintes.org.br/blog/wp-content/uploads/Tese\\_Lia\\_Calabre.pdf](http://www.carosouvintes.org.br/blog/wp-content/uploads/Tese_Lia_Calabre.pdf)
- Becker, H. S. (1982). *Art worlds*. Berkeley: University of California Press.
- Bennett, A. (2004). Consolidating the music scenes perspective. *Poetics*, 32(3), 223-234.
- Carvalho, G. d. (2013a). Ceará, voz teimosa, canto torto. In P. D. F. (Ed.), *Pérolas do Centauro* (pp. 240). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora / Associação Cultural Solidariedade de Arte (Solar).
- Carvalho, G. d. (2013b). Memória literária e cultural. *Revista dos Encontros Literários Moreira Campos*, 3, 1-46.
- Carvalho, G. d. (2016). *Música de Fortaleza*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Castro, W. J. S. d. (2007). *No tom da canção Cearense: do Rádio e TV, dos lares e dos bares na era dos festivais (1963-1979)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Retirado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3389>
- Castro, W. J. S. d. (2014). *Intelectuais, professores e artistas: práticas educativas, arte engajada e o massafeira livre (1955-1981)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Retirado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8658>

- Costa, M. C. L. & Amora, Z. B. (2015). Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade a metrópole. In Maria C. L. Costa & R. Pequeno (Eds.), *Fortaleza: transformações na ordem urbana* (pp. 31-76). Rio de Janeiro: Letra Capital Editora/Observatório das Metrópoles.
- Cunha, R. d. E. S. d. (2009). *Anotações sobre a história da televisão no Ceará (décadas de 1970 e 1980)*. Comunicação apresentada no VII Encontro Nacional de História e Mídia: mídias alternativas e alternativas midiáticas, Fortaleza. Retirado de <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Anotacoes%20sobre%20a%20historia%20da%20televisao%20no%20Ceara.pdf>
- Dantas, E. W. C. & Costa, M. C. L. (Eds.) (2009). *Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza* (Vol. 4). Fortaleza: Edições UFC.
- G1-CE, P. (2017). Fortaleza sai do ranking das 10 cidades mais violentas do Brasil, diz ONG. Retirado de <https://g1.globo.com/ceara/noticia/fortaleza-sai-do-ranking-das-10-cidades-mais-violentas-do-brasil-diz-ong.ghml>
- Hebdige, D. (2002). *Subculture: the meaning of style*. Retirado de [https://books.google.co.uk/books?id=ZLTAPZ4\\_dLAC](https://books.google.co.uk/books?id=ZLTAPZ4_dLAC)
- Lamarão, L. Q. (2012). *A crista é a parte mais superficial da onda. Mediações culturais na MPB (1968-1982)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Retirado de <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1423.pdf>
- Lunardi, R. (2016). *Preparando a tinta, enfeitando a praça. O papel da MPB na “Abertura política” brasileira (1977-1984)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Retirado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03112016-150306/pt-br.php>
- Martins, A. L. R. (2012). *Entre o piano e o violão: a modinha e a cultura popular em Fortaleza (1888 – 1920)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Brasil. Retirado de [http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/3030%20\\_sem%20anexos\\_.pdf](http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/3030%20_sem%20anexos_.pdf)
- Mello, Z. H. d. (2003). *A era dos festivais: uma parábola*. São Paulo: Editora 34.
- Midani, A. (2008). *Música, ídolos e poder: do vinil ao download*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Napolitano, M. (2002). *A música popular brasileira (MPB) dos anos 70: resistência política e consumo cultural*. Comunicação apresentada no IV Congresso de la Rama Latinoamericana del IASPM, Cidade do México.
- Napolitano, M. (2010). *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume.

- Napolitano, M. (2014). *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.
- Oliveira, V. C. d. (2000). *Massafeira-Livre - "entre a algazarra criativa e a marmota do mormaço"*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.
- Ortiz, R. (1988). *Moderna tradição brasileira, cultura brasileira e indústria cultural*. Brasília: Editora Brasiliense.
- Peters, A. P. (2004). O regional, o rádio e os programas de auditório: nas ondas sonoras do Choro. *Revista eletrônica de musicologia*, 8. Retirado de [http://www.rem.ufpr.br/\\_REM/REMr8/regional.html](http://www.rem.ufpr.br/_REM/REMr8/regional.html)
- Pimentel, M. (2006). *Terral dos sonhos: o cearense na música popular brasileira* (2 ed.). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil/Gráfica e Editora Arte Brasil.
- Portugal, N. L. T. (2008). *Estudantes em movimento (Fortaleza, 1969–1979)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Retirado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2998>
- Rodrigues, Í. F. F. & Silva, E. H. (2009). *A popularização do Rádio no Ceará na década de 1940* 1. Comunicação apresentada no VII Encontro Nacional de História e Mídia: mídias alternativas e alternativas midiáticas, Fortaleza. Retirado de <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/70-encontro-2009-1/A%20popularizacao%20do%20Radio%20no%20Ceara%20na%20decada%20de%201940.pdf>
- Rogério, P. (2006). *Pessoal do Ceará: formação de um habitus e de um campo musical na década de 1970*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Retirado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3147>
- Rogério, P. (2011). *A viagem como um princípio na formação do habitus dos músicos que na década de 1970 ficaram conhecidos como "Pessoal do Ceará"*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Retirado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3148>
- Rogério, P. (2013). *Pessoal do Ceará - uma breve história entrelaçada de histórias (1972-1980)*. In P. D. F. (Ed.), *Pérolas do Centauro* (pp. 31-42). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora/Associação Cultural Solidariedade de Arte (Solar).
- Silver, D., Clark, T. N. & Rothfield, L. (2006). *A theory of scenes*. Retirado de <http://scenes.uchicago.edu/theoryofscenes.pdf>
- Straw, W. (1991). Systems of articulation, logics of change: communities and scenes in popular music. *Cultural Studies*, 5(3), 368-388. DOI: 10.1080/09502389100490311

- Straw, W. (2015). Some things a scene might be: Postface. *Cultural Studies*, 29(3), 476-485.
- Tinhorão, J. R. (2013). *Pequena história da música popular: segundo seus gêneros* (7 ed.). São Paulo: Editora 34.
- Veríssimo, P. (1954). A música na terra de Iracema: Sinopse histórica do movimento musical no Ceará de 1900 a 1950. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, LXVIII, 149-154.
- Vicente, E. (2002). *Música e disco no Brasil: a trajetória da indústria nas décadas de 80 e 90*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, Brasil. Retirado de [https://www.academia.edu/4922759/MÚSICA\\_E\\_DISCO\\_NO\\_BRASIL\\_A\\_trajetória\\_da\\_indústria\\_nas\\_décadas\\_de\\_80\\_e\\_90](https://www.academia.edu/4922759/MÚSICA_E_DISCO_NO_BRASIL_A_trajetória_da_indústria_nas_décadas_de_80_e_90)
- Vicente, E. (2006). *A música popular sob o Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Universidade de Campinas.
- Vicente, E. (2012). Indústria da música ou indústria do disco? A questão dos suportes e de sua desmaterialização no meio musical. *Rumores*, 6(12), 194-213.
- Vicente, E., & De Marchi, L. (2014). Por uma história da indústria fonográfica no Brasil 1900-2010: uma contribuição desde a Comunicação Social. *Música Popular em Revista*, 1, 7-36.
- Zan, J. R. (2001). Música popular brasileira, indústria cultural e identidade. *EccoS Revista Científica*, 3, 105-122.

Citação:

Marques, F. F. & Rabot, J. M. (2019). Do seresteiro ao artista independente: a música popular de Fortaleza entre a cena local e a indústria nacional. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação*. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais (pp. 11-31). Braga: CECS.

PEDRO MOURA & SARA PEREIRA

pedromourarsp@gmail.com; sarapereira@ics.uminho.pt

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - CECS  
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

# MAPEAMENTO DAS COMUNIDADES ONLINE PORTUGUESAS DE FÃS: O CASO DE *STAR WARS* E DO *MARVEL CINEMATIC UNIVERSE*

## RESUMO

Neste estudo apresenta-se uma análise netnográfica exploratória das comunidades de fãs portuguesas de duas das mais relevantes narrativas transmediáticas da atualidade: *Star Wars* e *Marvel Cinematic Universe*. Fãs e narrativas transmediáticas estabelecem uma relação umbilical nas propostas de Henry Jenkins sobre a emergência de uma cultura de convergência: as últimas seriam, em larga medida, uma resposta às práticas intensivas e coletivas dos primeiros. Contudo, a *fandom* portuguesa, incluindo aquela que se desenvolve (também) na Web, encontra-se escassamente estudada. Este trabalho procura contribuir para o esbatimento desta carência, tendo encontrado baixos níveis de interação e participação online entre fãs nas quatro comunidades abertas analisadas. Estas funcionaram, durante o período analisado (setembro e os primeiros nove dias de outubro de 2018), sobretudo como um veículo de divulgação de informação relacionada com as narrativas transmediáticas em questão ou com as atividades offline dos grupos.

## PALAVRAS-CHAVE

Comunidades online; *fandom*; narrativas transmediáticas; netnografia

---

## 1. INTRODUÇÃO

O percurso dos trabalhos académicos sobre os fãs tem evoluído rapidamente ao longo das últimas décadas. Se até aos anos 90 do século XX a maioria da literatura produzida sobre a *fandom* estava “assombrada por imagens de desvios” e de patologias (Jenson, 1992, p. 9), obras estruturantes dos *fan studies* como *Textual poachers*, de Henry Jenkins (1992), ou *The adoring audience*, com edição de Lisa A. Lewis (1992), ajudaram a inverter essa caracterização estereotipada. Em ambas, os fãs são apresentados



como elementos particularmente ativos entre os públicos dos *media*, ainda que minoritários. Contudo, na cultura de convergência (Jenkins, 2008) e na “era da Internet” (Sandvoss, 2011, p. 49) é já expectável que as suas práticas assumam uma maior difusão (em duplo sentido: quer em alcance e propagação, afastando-se da condição de nicho, quer em diversidade e esbatimento, problematizando o próprio conceito de fã).

Neste artigo apresenta-se um trabalho netnográfico exploratório que foi realizado com o objetivo de mapear a existência, dimensão e atividade de grupos online portugueses de fãs de duas das mais populares narrativas transmediáticas da atualidade: *Star Wars* e *Marvel Cinematic Universe*. Há ainda em Portugal, salvo raras exceções (Jorge & Navio, 2013, por exemplo), poucos trabalhos académicos sobre os fãs de conteúdos mediáticos e as suas atividades em rede. Contudo, é possível constatar que os espaços online nacionais dedicados a narrativas transmediáticas – mesmo se não destinados a ou totalmente dinamizados por fãs – conseguem gerar uma grande atividade por parte dos públicos (Moura, 2018a), sendo esta crescentemente incentivada pelos próprios *media* a nível global (Hardy, 2011; Moura, 2018b). Deste modo, pretende-se contribuir para o esbatimento da carência de trabalhos sobre os fãs online portugueses, problematizando os resultados obtidos face às expectativas e especificidades da cultura de convergência e das narrativas transmediáticas (Jenkins, 2008; Scolari, 2013).

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

De acordo com McQuail (2003), “o fenómeno dos fãs será melhor considerado como algo de coletivo – um sentimento conscientemente partilhado de atração mais ou menos intensa”. Esta síntese encontra-se espelhada e desenvolvida em trabalhos referenciais dos *fan studies*, tais como os de Jenkins (1992, 2006, 2008), Tulloch e Jenkins (1995) e Fiske (1992), que acentuam a importância da intensidade da atração e da dimensão coletiva das práticas enquanto elementos distintivos dos fãs face aos demais públicos.

Segundo Fiske (1992), a *fandom*, isto é, a cultura dos fãs, está intrinsecamente associada aos conteúdos das indústrias culturais. As atividades dos fãs assentam largamente na transformação desses textos “numa cultura popular altamente prazerosa e significativa que é similar, mas, ainda assim, significativamente diferente da cultura de públicos populares mais ‘normais’” (Fiske, 1992, p. 30). Uma ideia semelhante é defendida por Jenkins (1992, 2006, 2008), para quem a *fandom* é herdeira da *folk culture*

precisamente pelo desejo (e pela percepção de um direito) de participação coletiva na definição da sua cultura. De acordo com o autor (Jenkins, 2008), na *folk culture* americana do século XIX, desenvolvida em presença e largamente assente na oralidade, o início e o fim dos papéis de produtores e consumidores não era claro, ao contrário do que acontece no modelo tradicional das indústrias culturais. O conceito de propagação trabalhado por Sousa, Zagalo e Martins (2012), ainda que mais vasto, é em muito semelhante. Referem os autores que “quando uma história particular é capaz de cativar a atenção e a afeição do público, ela é continuamente ‘imitada’, ou seja, recontada, re-mediada, apropriada, adaptada, estendida, reinventada e referenciada, para além dos limites do enunciado material” (Sousa et al., 2012, p. 168). Deste modo, a *fandom* é uma atividade de apropriação, decomposição e reconstrução dos conteúdos dos *media* à imagem dos interesses e das identidades dos fãs (Jenkins, 1992, 2006)<sup>1</sup>. Estes são definidos por Tulloch e Jenkins (1995, p. 23) como “participantes ativos dentro da *fandom* enquanto uma instituição social, cultural e interpretativa”. Consequentemente, um fã é mais do que um consumidor ávido por conteúdos mediáticos; nesta categoria entram os seguidores por não reclamarem “uma identidade social mais ampla” com base nos seus consumos (Tulloch & Jenkins, 1995, p. 23)<sup>2</sup>. Mesmo entre os fãs atraídos para os conteúdos por motivações escapistas, como os *pop cosmopolitans*<sup>3</sup> que Jenkins (2006) estudou, a procura de comunidades onde pudessem partilhar e desenvolver a sua *fandom* constituía-se como uma marca distintiva da sua condição.

Os autores citados até aqui trabalharam a *fandom* enquanto um fenómeno localizado. Fiske (1992), por exemplo, enumerou três formas de produtividade associadas aos fãs. Tal como os demais públicos, os fãs criam sentido em torno dos conteúdos dos *media* (individualmente ou pela sociabilidade imediata e em presença, ou seja, através das produtividades

<sup>1</sup> Como refere Buckingham (2008), o conceito de identidade é polissémico, podendo ser validamente usado para se referir àquilo que nos distingue dos demais como àquilo que nos aproxima dos outros. A este propósito, é relevante evocar os primeiros trabalhos de Jenkins sobre a *fandom* feminina. Para as fãs, pertencer a uma comunidade representava a possibilidade de sair de um isolamento social, visto que os seus gostos e apropriações dos *media* não coincidiam com os dominantes (Jenkins, 2006, pp. 41-42). Consequentemente, as comunidades de fãs funcionavam como um espaço para o exercício e construção de identidades individuais e sociais.

<sup>2</sup> Um trabalho mais recente, mas exploratório, de Bourdaa e Lozano Delmar (2016) problematiza esta conceção pela voz dada às autodefinições dos fãs. Para a maioria dos 34 inquiridos, as práticas de consumo intensivas e transmediáticas prevaleciam face às práticas produtivas e participativas enquanto elementos definidores.

<sup>3</sup> O *pop cosmopolitanism* representa, segundo Jenkins (2006, p. 156) uma forma de escapismo para lá dos conteúdos e das representações nacionais. Os *pop cosmopolitans* procuram a diversidade e a libertação dos constrangimentos locais em favor do desenvolvimento de identidades mais globais, nomeadamente através de consumos mediáticas geograficamente mais diversificados.

semiótica e enunciativa, respetivamente). Distinguem-se, contudo, pela produtividade textual: “os fãs produzem e circulam entre si textos que são muitas vezes criados com valores de produção tão altos como os da cultura oficial”, escreveu Fiske (1992, p. 39). Se a última parte da asserção é particularmente problemática – Hills (2013) sublinha a necessidade de se olhar os conteúdos dos fãs para lá de julgamentos *a priori* sobre as suas qualidades (de resistência às indústrias culturais, por exemplo) ou defeitos (de origem, dado o preconceito face à cultura popular) – a primeira sublinha a dimensão comunal da *fandom*. Para Fiske (1992), os contactos estabelecidos de forma mediada assentavam numa lógica de *narrowcast*, não de *broadcast*: os textos produzidos – *fanzines* impressas e partilhadas por correio, por exemplo – tinham como público-alvo a própria comunidade. Contudo, a cultura de convergência e a proliferação dos *media* digitais vieram problematizar estas conceções.

Um dos primeiros desafios é, desde logo, o carácter mediado da *fandom* online (Hills, 2013), já que boa parte da sociabilidade imediata e quotidiana passa a ser realizada através dos *media* online, tais como as redes sociais. Nestes espaços, o conceito de fã esbate-se ou, pelo menos, adquire novos (e menos intensos) significados. Como refere Sandvoss (2011, p. 49), “muitas vezes, tornar-se um fã de algo ou alguém no Facebook é simplesmente uma fugaz e efémera declaração de gosto ou desgosto”. Simultaneamente, o mesmo autor refere que a demonstração pública do envolvimento emocional com os conteúdos dos *media* se tornou “parte das nossas rotinas quotidianas” (Sandvoss, 2011, p. 49). Deste modo, a *fandom* e os textos nela produzidos fogem do circuito fechado sugerido por Fiske (1992). Jenkins (2008) coloca-os, até, no centro da cultura de convergência, onde as suas comunidades online são abordadas a partir do conceito de inteligência coletiva de Pierre Lévy. A inteligência coletiva – isto é, a soma dos conhecimentos dos diferentes membros de uma comunidade virtual, que ninguém individualmente consegue sintetizar – permite a formação de comunidades de conhecimento. Estas assentam em práticas visíveis de participação e representam uma forma de organização dos públicos que possibilita modos de receção coletivos (Jenkins, 2008, pp. 26-27). Recuando ao trabalho de Jenkins (1992) sobre os fãs de *Star Trek* percebemos a extensão desta receção coletiva: a *fandom* em torno da série de televisão gerou aquilo que o autor designou por meta-textos, ou seja, as versões idealizadas de *Star Trek* construídas pelos fãs que dependiam quer do conhecimento (e consumo) longitudinal da série, quer dos significados idealizados pela interação entre fãs.

As narrativas transmediáticas surgem, em parte, como resposta das indústrias culturais às práticas atrás descritas. De acordo com Scolari (2013), estas caracterizam-se por se desenvolverem com recurso a vários meios, mas também por contarem com o papel ativo do público na sua expansão. Segundo Jenkins (2008), as narrativas transmediáticas procuram capitalizar a convergência dos *media* pela produção de conteúdos capazes de prolongar o envolvimento de um público particularmente empenhado, os fãs, em tempos de fragmentação das audiências. Para além disto, de acordo com o mesmo autor, os fãs e as suas práticas em rede são fundamentais para atrair a atenção de públicos mais vastos. Russell, Ito, Richmond e Tuters (2008, p. 55) sintetizam esta mesma ideia: as *fandoms* “podem servir como a fonte de *buzz* promocional entre pares, bem como a base do mercado de consumo”. Para Jenkins (2008), esta redobrada importância dos fãs contribuiu para que estes passassem das margens para o centro do debate sobre a relação entre os *media* e os seus públicos.

Como referido anteriormente, são poucos os trabalhos nacionais sobre a *fandom* de conteúdos mediáticos. Por exemplo, Jorge e Navio (2013) centraram-se nos *otakus* – os fãs de *manga* e *anime* japonesas. As autoras concluíram tratar-se de uma comunidade pequena, com distanciamentos e aproximações face às propostas de Jenkins: por um lado, sentiam-se ainda parte de um nicho nem sempre compreendido por quem os rodeava, por outro lado, beneficiavam da convergência das realidades online e *offline* para “avivar a comunidade” (Jorge & Navio, 2013, p. 12). Uma outra conclusão importante diz respeito ao tipo maioritário de fãs encontrado, que não corresponde àqueles tipicamente estudados por Jenkins: o “regular”, o fã que “além de acompanhar as séries, procura imagens, notícias e fóruns de discussão de *anime* e *manga* e está disposto a adquirir algum tipo de *merchandise*” (Jorge & Navio, 2013, p. 13). Trabalhos mais amplos sobre as práticas dos públicos portugueses (Pereira, Pinto & Moura, 2015; Pereira, Moura, Masanet, Taddeo & Tirocchi, 2018) apontam para o mesmo sentido: apesar do uso regular dos *media*, nomeadamente dos online, as práticas realizadas são menos complexas e comuais do que as sugeridas pela cultura de convergência.

### 3. METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa realizado procurou mapear, de modo exploratório, as comunidades portuguesas de fãs de duas narrativas transmediáticas: *Star Wars* e *Marvel Cinematic Universe*. Procedeu-se, para tal, à pesquisa

e observação de “informação publicamente disponível” encontrada online, sendo esta uma forma de estudar “as culturas e as comunidades que emergem através da comunicação mediada por computadores” (Kozinets, 2002, p. 62). Antes de se desenvolver as opções metodológicas adotadas, importa explicar a escolha destes universos ficcionais.

A seleção do par em questão justifica-se, em primeiro lugar, pela sua popularidade e por ambos os universos se encontrarem em plena fase de expansão (Tomé, 2018). Para além disto, as duas narrativas têm captado diferentes olhares dentro da academia (Brooker, 2002; Guynes & Hassler-Forrest, 2017; Jenkins, 2017; Menard, 2015; Scott, 2017, para citar alguns exemplos). O conhecimento gerado por estas abordagens – mesmo por aquelas que não se centram especificamente nos domínios da receção – possibilita uma mais ampla compreensão e problematização das motivações e reações dos públicos, daí a importância de se conhecer o percurso concreto de objetos específicos, “da sua produção e das querelas” desencadeadas (Esquenazi, 2006, p. 103). É esta mesma linha de pensamento que explica a pertinência do presente trabalho no âmbito do projeto de doutoramento intitulado *As narrativas transmediáticas no quotidiano dos jovens: estudo empírico com alunos do 3.º Ciclo e do Ensino Secundário*, onde o estudo da receção de *Star Wars* e do *Marvel Cinematic Universe* assume um lugar central.

Dois conceitos estruturam o plano de investigação acima mencionado: a cultura de convergência e as narrativas transmediáticas, seguindo sobretudo as propostas de Jenkins (2008). Em ambos, como indicado no enquadramento teórico, os fãs e a sua *fandom* assumem um lugar central; dos demais públicos espera-se que apresentem práticas que se aproximem crescentemente daquelas tipicamente desempenhadas pelos primeiros. Desta forma, o conhecimento (mesmo que derivado de uma abordagem exploratória) da *fandom* online portuguesa das duas narrativas transmediáticas em causa assume-se como um elemento potencialmente importante para problematizar a receção de ambas à luz das expectativas da cultura de convergência e das narrativas transmediáticas. Dito de outro modo, a extensão da *fandom* online portuguesa é um elemento crucial para se discutir o terreno para a implementação da cultura de convergência e a receção das narrativas transmediáticas em Portugal, sendo este um dos objetivos do projeto de doutoramento.

Relativamente às opções metodológicas adotadas, a netnografia proposta por Kozinets (2002, 2010) foi a técnica escolhida para encontrar e analisar as comunidades de fãs. Tal como em Moura (2018a), os procedimentos sugeridos pelo autor foram adaptados às especificidades da investigação.

Deste modo, a análise netnográfica assentou nas seguintes fases: (1) a escolha das portas de entrada nas comunidades, (2) a recolha e análise dos dados e (3) a interpretação pelo observador. De fora – por causa da conjugação do carácter exploratório da pesquisa e com os objetivos específicos deste trabalho – ficaram os *member checks*, ou seja, os comentários dos participantes das comunidades às observações realizadas. No que diz respeito à escolha das comunidades a observar, esta assentou na pesquisa por palavras-chave em dois espaços – o motor de busca Google e a rede social Facebook, cujos respetivos domínios lideravam entre os mais acedidos em Portugal em dezembro 2017, de acordo com o NetPanel da Marktest<sup>4</sup>. Assim, nas pesquisas foram usados oito conjuntos de três palavras-chave, conjugando a origem pretendida das comunidades (Portugal), a sua apresentação pública como elemento da *fandom* (em português e em inglês) e a referência específica às duas narrativas transmediáticas em análise (Tabela 1).

ESPAÇO	PALAVRAS-CHAVE USADAS SIMULTANEAMENTE NA PESQUISA
Google	Portugal + Fãs + <i>Star Wars</i>
	Portugal + Fans + <i>Star Wars</i>
	Portugal + Fãs + <i>Marvel Cinematic Universe</i>
	Portugal + Fans + <i>Marvel Cinematic Universe</i>
Facebook	Portugal + Fãs + <i>Star Wars</i>
	Portugal + Fans + <i>Star Wars</i>
	Portugal + Fãs + <i>Marvel Cinematic Universe</i>
	Portugal + Fans + <i>Marvel Cinematic Universe</i>

Tabela 1: Comunidades de fãs analisadas em função dos critérios de seleção definidos

Importa, também, explicar o contexto em que a primeira etapa foi realizada: a pesquisa foi feita com o histórico de navegação do investigador intacto. Esta opção foi seguida por se considerar que o interesse (académico e pessoal) deste pela *fandom* e pelas narrativas transmediáticas em causa – traduzido numa assinalável quantidade de dados de navegação relacionados – refletiria o interesse dos fãs de *Star Wars* e do *Marvel Cinematic Universe* com vontade de descobrir e de participar em comunidades nacionais de *fandom*. Assim sendo, esta condição estaria em consonância com um dos objetivos secundários deste trabalho: perceber quão fácil seria

<sup>4</sup> Retirado de <http://netpanel.marktest.pt/>

encontrar comunidades de fãs portuguesas. Ainda a propósito da escolha das comunidades a observar, foram definidos seis critérios para a incorporação dos sites e páginas no presente trabalho:

- deviam ser portugueses e estar escritos em português;
- tinham de constar as primeiras três páginas do Google e nos resultados imediatamente apresentados pelo Facebook;
- teriam de ser dedicados aos casos em estudo e à sua dimensão transmediática (ou seja, o foco em elementos individuais das duas narrativas – por exemplo, numa única personagem da *Marvel* – seria critério de exclusão);
- deviam ser espaços públicos – de comentário e apresentando-se como comunitários;
- deviam ter conteúdos publicados entre 1 de setembro 2018, data do início da análise, e 9 de outubro 2018, altura em que se terminou a recolha.

Da aplicação destes critérios resultou a definição da amostra de comunidades descrita na Tabela 2. Deste modo, foram analisados cinco espaços online: quatro alojados no Facebook e um blogue.

PÁGINA/COMUNIDADE	TIPO DE SITE (VIA GOOGLE)	TIPO DE PÁGINA (VIA FACEBOOK)	N.º DE SEGUIDORES NA PÁGINA DE FACEBOOK (A 09/10/2018)
Star Wars Clube Portugal	Blogue	Página	3.435
501 <sup>st</sup> Legion Portugal	-	Página	11.621
Rebel Legion Lusitanian Outpost	-	Página	1.295
Star Wars Fãs Portugal	-	Grupo público	177

Tabela 2: Comunidades de fãs analisadas em função dos critérios de seleção definidos

No que diz respeito à observação e análise, estas foram guiadas pelas seguintes questões: qual a regularidade de atualizações das comunidades? Quantos utilizadores publicam e comentam conteúdos? Que tipo de *fandom* se infere das suas atividades publicamente disponíveis? Para concretizar estas questões atentou-se, em primeiro lugar, na tipologia e



na origem das publicações feitas, seguindo-se a análise dos espaços de comentários em cada *post*.

## 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE FÃS ENCONTRADAS

Como se constata pela Tabela 2, apenas quatro comunidades cumpriram com os critérios definidos para a sua inclusão no presente trabalho, todas elas dedicadas a *Star Wars*. Contudo, pelas pesquisas foi possível encontrar outras duas relacionadas com o par de narrativas transmediáticas em análise. A página *Avengers Portugal*, que contava com 56 seguidores aquando da definição da amostra, não era atualizada desde 28 de agosto 2016. Já o grupo *Star Wars Fans Portugal*, com 485 elementos, era de acesso fechado. Por não cumprirem com os critérios definidos, ambas ficaram de fora da análise. Em todo o caso, a descoberta de todos estes grupos em resultados derivados de pesquisas pouco intensivas indicia um assinalável grau de facilidade na tarefa de encontrar espaços portugueses de fãs online.

No que diz respeito às comunidades observadas, o *Star Wars Clube Portugal* apresenta-se como “o 1.º Clube de Fãs *Star Wars* criado e registado em Portugal como uma associação sem fins lucrativos por tempo indeterminado”<sup>5</sup>. Para além disto, assume-se como uma fonte de notícias em português sobre esta narrativa transmediática. A primeira publicação no blogue remonta a fevereiro 2007. Neste espaço é também possível conhecer as condições para se ser membro do clube: há duas modalidades de inscrição, uma gratuita e outra paga; a opção por esta garante um “cartão real e um diploma personalizado do clube”<sup>6</sup>, enquanto por aquela assegura somente um cartão virtual. A condição de membro possibilita a participação em eventos e passatempos exclusivos do grupo. Estes povoam as páginas do blogue, encontrando-se em paralelo às publicações, juntamente com referências a outros clubes e páginas de fãs, ao site oficial de *Star Wars* ou a lojas de trajes ou de modelos LEGO. A página de Facebook do *Star Wars Clube Portugal* é mais recente, tendo sido criada a 16 de abril 2010. Como referido na Tabela 2, contava com 3.435 seguidores a 9 de outubro 2018.

Tanto a *501st Legion Portugal* como a *Rebel Legion Lusitanian Outpost* integram grupos internacionais de fãs de *Star Wars* dedicados ao *cosplay*.

<sup>5</sup> Retirado de <https://swccpt.blogspot.com/>

<sup>6</sup> Retirado de [https://swccpt.blogspot.com/2010/01/junta-te-nos\\_21.html#links](https://swccpt.blogspot.com/2010/01/junta-te-nos_21.html#links)

Ambas encontram-se intimamente relacionadas, mimetizando a oposição entre o Império e a Rebelião da trilogia original e partilhando a mesma missão<sup>7</sup>: fomentar o interesse em *Star Wars* e no *cosplay* aí inspirado, juntar os fãs de figuração numa comunidade de pares com os mesmos interesses e, através da consumação destes, participar em eventos e ações de solidariedade. Os dois ramos portugueses destas comunidades detêm um site, um fórum e páginas nas redes sociais. Contudo, em ambas só a presença no Facebook foi enquadrável no presente trabalho. No caso da *501st Legion Portugal*, o site<sup>8</sup> limita-se remeter os visitantes para o fórum da comunidade, que é de acesso restrito, e para “links de interesse”: as páginas nas redes sociais e o site do grupo global, nomeadamente para a entrada neste onde os membros portugueses são enumerados. Já o site da *Rebel Legion Lusitanian Outpost*<sup>9</sup> apresenta significativamente mais informações, apesar de não ser um espaço comunitário: os membros são apresentados, os eventos em que marcaram ou marcarão presença listados e as condições para se fazer parte do grupo enunciadas. Neste último caso, é especificada a necessidade de se ter um fato que cumpra os parâmetros da organização global. O fórum desta comunidade, apesar de ser de acesso aberto, não apresentava atualizações desde 30 de agosto 2018. Relativamente à antiguidade dos ramos portugueses destas comunidades, não se encontrou informação relativa à *501st Legion Portugal*; contudo, a *Rebel Legion Lusitanian Outpost* foi criada a 6 de setembro 2016. As páginas de *Facebook* de ambas foram criadas em 2016 (em janeiro e setembro, respetivamente), contando com 11.621 e 1.295 seguidores à data da recolha dos dados.

Por fim, o grupo *Star Wars Fãs Portugal* descreve-se como sendo para fãs desta narrativa transmediática, incentivando-os: “publica aqui tudo o que quiseres relacionado com a saga especialmente se tiver ligação a Portugal (cartoons, brincadeiras, etc)”<sup>10</sup>. A página, que contava com 177 membros aquando da observação, foi criada a 20 de abril 2015. Não foi encontrada qualquer referência a extensões do grupo para lá do Facebook.

## 4.2 STAR WARS CLUBE PORTUGAL

Esta comunidade apresenta uma atividade regular tanto no seu blogue como na sua página de Facebook. No primeiro espaço foram publicados 29

<sup>7</sup> A missão da *501st Legion* global está disponível em <http://www.501st.com/mission.php>. A da *Rebel Legion* pode ser acedida no seguinte endereço: <http://newsite.rebellegion.com/about-us/mission/>

<sup>8</sup> Retirado de <http://501st.pt/>

<sup>9</sup> Retirado de <http://rebellegionportugal.pt/>

<sup>10</sup> Retirado de <https://www.facebook.com/groups/367471953438344/about/>

*posts* entre os dias 1 de setembro e 9 de outubro 2018, mesmo considerando o período de uma semana de férias anunciado em meados de setembro. No segundo, a quantidade de publicações é ainda maior: 49. Apesar destes valores, os conteúdos publicados podem ser agregados em três categorias: a divulgação de notícias relacionadas com *Star Wars*, a divulgação das atividades do grupo e a publicação de entrevistas exclusivas com elementos com algum grau de envolvimento com a saga. A primeira categoria é claramente majoritária<sup>11</sup> quer no *blogue* (22) quer na página de Facebook (40), sendo eclética no que à origem e à tipologia das informações diz respeito. Deste modo, conteúdos oficiais e não oficiais, *merchandising* ou atividades de fãs convivem entre as informações divulgadas pelo clube, sem que este assuma uma posição sobre o que está a ser difundido. Aliás, o papel de divulgador de todo o tipo de informação relacionada com a saga é sublinhado numa das publicações no Facebook que importa destacar por ser ilustrativa do tipo de *fandom* identificado.

A 29 de setembro, na sua página de Facebook, o *Star Wars Clube Portugal* partilhou um *post* de um ilustrador da narrativa transmediática, que, por sua vez, difundia, celebrando, uma notícia do *Hollywood Reporter* que dava conta da continuidade de Kathleen Kennedy à frente da *Lucasfilm*. Esta é uma figura divisiva entre os fãs de *Star Wars*, sendo a responsável pelo caminho seguido pela saga após a aquisição da produtora pela *Disney*, em 2012. A publicação em causa gerou metade dos 24 comentários e respostas encontrados ao longo dos *posts* analisados. Dos 12 comentários, cinco contrariam a “boa notícia” sustentada pela publicação original, contrastando com o par que, não celebrando explicitamente a continuidade de Kathleen Kennedy, elogiam os filmes *stand alone* lançados sob a égide da *Disney* – *Rogue One* (Edwards, 2016) e *Solo* (Howard, 2018). A página, na caixa de comentários e em resposta ao descontentamento visível, defendeu a partilha da notícia colocando-se na já referida posição de divulgador: “nós apenas noticiamos tudo o que se passa sobre *Star Wars*, quer sejam boas ou más notícias”. Esta foi a única publicação em que a página interveio (com quatro respostas), adotando uma posição que contraria o entendimento de *fandom* apresentado no enquadramento teórico. Como referido, um fã apropria-se, em parte, dos objetos da sua devoção. Fá-lo com um certo código de conduta, respeitando a origem da canonicidade dos conteúdos, ao

<sup>11</sup> No *blogue* foram registadas quatro entradas relativas à divulgação de atividades do grupo e no Facebook seis. Quanto às entrevistas, as mesmas três são partilhadas por ambos os espaços. No que diz respeito a estas, são publicadas em português e em inglês, não havendo informação sobre o contexto em que foram realizadas.

mesmo tempo que exige que os produtores oficiais destes façam o mesmo. Os fãs, segundo a conceção de Jenkins, não são isentos nem divulgadores de informações. Como sintetiza o autor (Jenkins, 1992, p. 28), “a história da *fandom* dos *media* é, pelo menos em parte, a história de uma série de esforços organizados para influenciar as decisões de programação – algumas bem-sucedidas, a maioria terminadas em falhanços”. A resposta dada pela página é a negação desta intenção numa altura em que a saga passa pelo primeiro momento de grande oposição, na era *Disney*, entre parte dos fãs e os produtores oficiais, após o lançamento divisivo de *The Last Jedi* (Johnson, 2017) e do fracasso comercial de *Solo* (Howard, 2018).

Como se depreende dos números apresentados no parágrafo anterior, apesar da existência de muitas publicações, são poucos os comentários dos utilizadores: em média, surgiu um comentário a cada dois *posts* no Facebook<sup>12</sup>. Para além disto, a participação é esporádica: os comentários foram feitos por 18 perfis diferentes, sendo que somente dois intervieram em outros tantos *posts* distintos. Através dos comentários não foi possível aferir se os seus autores eram membros formais do clube, já que em nenhum momento manifestaram a pertença à comunidade em análise. No blogue, os números são ainda mais escassos no que à participação dos públicos diz respeito: nenhuma entrada continha qualquer comentário, sendo a autoria de todas as publicações atribuída a uma única pessoa.

#### 4.3 501ST LEGION PORTUGAL

Apesar de ser a página de Facebook com mais seguidores, a única na casa das dezenas de milhar, a *501st Legion Portugal* foi a comunidade menos ativa nesta rede social, no período em análise. Foram realizadas somente quatro publicações: a imagem de capa foi atualizada e as atividades do grupo foram publicitadas. Apesar da escassez de *posts*, estes registaram uma média de 40 reações por publicação, havendo ainda registo de sete partilhas e de outros tantos comentários feitos por seis perfis diferentes<sup>13</sup>. Três destes surgem na sequência do desafio lançado pela nova imagem de capa, que incentivava a adesão ao Império. Os três comentários responderam de maneiras distintas ao desafio lançado: o primeiro lamentou não ter os fatos para se poder juntar, elogiando o trabalho feito pelo grupo; o segundo disse,

<sup>12</sup> A média de reações (gostos, etc.) é de quase sete, a de partilhas não chega às 0,8, sublinhando a escassez de participação visível na página.

<sup>13</sup> Entre os comentadores, para além de quatro utilizadores comuns – havendo um que comenta em duas publicações –, há intervenções da página do grupo e da AML, organização apoiada pela solidariedade da *501st Legion Portugal*, como explicado adiante.

em inglês, estar a pensar nisso; o terceiro pergunta o que é que tem de fazer para se juntar ao grupo. O primeiro e o terceiro comentário receberam um “gosto” da página, mas não é visível qualquer resposta dada por esta, apesar da manifestação de interesse por parte do último comentador. Apenas foi encontrado um comentário feito pela página, como especificado adiante.

No que diz respeito às atividades do grupo, duas publicações anunciavam a presença da comunidade em outros tantos eventos (na *Comic Con Portugal* e na *Famalicão Extreme Gaming*); a sobrança documentava a presença da *501st Legion Portugal* no primeiro evento. Nos dois *posts* decorrentes da presença do grupo na *Comic Con*, o caráter solidário deste encontra-se patente. Na publicação em que se anuncia a presença, é dito que a AMI, a Assistência Média Internacional, será a beneficiária da recolha de fundos pela *501st Legion Portugal*. No *post* em que se documenta a participação do grupo na *Comic Con*, conhece-se o montante angariado. Esta publicação apresenta ainda outros elementos que importa destacar. Desde logo, é ilustrada com diversas fotografias de figuras em tamanho real e participantes em *cosplay*, percebendo-se que o grupo tinha um espaço próprio no evento. O único comentário registado é da própria página, que atribui os créditos das fotografias publicadas, mas que não gerou qualquer reação. Por fim, é ainda visível a colaboração com dois outros grupos de fãs, com os quais partilhava o espaço na *Comic Con*: a *The Galactic Academy Ahch-to Campus Portugal*, vocacionado para o *cosplay* infantil, e a *Rebel Legion Lusitanian Outpost*, que se analisa de seguida.

### 4.3 REBEL LEGION LUSITANIAN OUTPOST

Entre os 21 *posts* feitos por esta comunidade, a vida interna do grupo destaca-se nas publicações feitas: 10 são dedicadas às suas atividades e seis dão a conhecer os seus membros. Há, também, uma maior variedade de formatos: enquanto nos grupos anteriores havia textos (por vezes acompanhados de imagens) e partilhas de conteúdos de terceiros, na página da *Rebel Legion Lusitanian Outpost* encontram-se, também, diretos em vídeo, realizados a propósito da presença da comunidade na *Comic Con Portugal*. Foram calculadas as seguintes médias no que diz respeito a reações e partilhas: 29 e 3, respetivamente. Ao todo, registaram-se 34 comentários feitos por 22 perfis distintos (incluindo a própria página). Ao contrário do que sucedeu na análise dos grupos anteriores, neste, para além de comentários da página, verificaram-se outros realizados por membros identificados como pertencentes à comunidade.

No que à intervenção da página na caixa de comentários diz respeito, esta não difere largamente do que já se disse a propósito das comunidades anteriores, sendo marcada pela escassez e pela esporadicidade. Exemplificando, na publicação onde se faz o balanço da presença da *Rebel Legion Lusitanian Outpost* na *Comic Con*<sup>14</sup>, sendo nesta que se registou o maior número de comentários (seis), há um diálogo entre um utilizador e a página, que se prolonga ao longo de cinco mensagens. Contudo, a página apenas intervém uma vez: o utilizador, também responsável por dois comentários na *501st Legion Portugal*, elogia o trabalho do grupo e refere ter tirado uma fotografia com este no evento; a página – que apesar de publicar só uma resposta, coloca “gosto” em todas as mensagens do utilizador – agradece os elogios, refere que mais imagens serão publicadas e termina com “que a Força esteja convosco”; o utilizador responde duas vezes: primeiro agradecendo – saudando do mesmo modo – e depois referindo o privilégio que é receber uma mensagem do grupo. Onde a *Rebel Legion Lusitanian Outpost* se destaca é na individualização dos seus membros, que, como referido, para além de se apresentarem em discurso direto, num pequeno texto sobre os seus gostos e motivações, surgem em *cosplay*, na fotografia que ilustra a publicação. Em pelo menos cinco dos 11 *posts* com comentários registaram-se intervenções de elementos da comunidade a título individual. Um destes intervém em dois *posts*. Se na primeira publicação se limita a agradecer os votos de bom aniversário, na segunda entra em diálogo com um outro utilizador. Este começa por publicar uma fotografia com diferentes elementos do grupo na *Comic Con* (na qual a página coloca “gosto”), elogiando o *cosplay* do elemento em destaque na publicação. Esta agradece e o utilizador retribui o agradecimento. Apesar deste (breve) registo, os diálogos descritos são a exceção que confirma a regra já verificada nos grupos anteriores: a página publica, outros – sobretudo sem sinais evidentes de pertença formal às comunidades – comentam.

Por fim, importa ainda destacar uma outra publicação. Nesta, onde se celebra o segundo aniversário do grupo, é indicada dimensão deste. A *Rebel Legion Lusitanian Outpost* começou em 2016 com cinco membros e conta atualmente com 19. O carácter solidário do grupo é enaltificado. No final do texto que constitui o *post* referem: “esperamos continuar a crescer nos próximos anos e que mais membros se juntem a nós nesta missão de fazer o bem com a nossa saga favorita”. Contudo, não é referido como

<sup>14</sup> Esta é constituída por uma fotografia dos elementos do grupo em *cosplay* e por um breve texto onde se agradece à organização do evento e se dá conta do dinheiro angariado para a AMI e da colaboração com os outros grupos já mencionados.

novos membros podem aderir. Os cinco comentários registados – esta foi a segunda publicação mais comentada – são felicitações ao grupo, que não comenta ou reage a qualquer um destes (os quatro “gostos” atribuídos a comentários são, ainda assim, de um elemento da *Rebel Legion Lusitanian Outpost*).

#### 4.4 STAR WARS FANS PORTUGAL

No único grupo aberto analisado – cujas publicações não provinham, por isso, de uma página – registaram-se 37 publicações, sobretudo de imagens sem texto (19) e de breves textos acompanhados por imagens ou vídeos (12). Apesar desta quantidade assinalável de *posts* e da natureza da comunidade atrás referida, 29 publicações têm origem no mesmo autor, sendo sobretudo *fan art* sem atribuição de créditos. Para além deste, só três outros elementos publicaram no período em análise. A escassez de participantes também se reflete nas reações registadas: as 12 encontradas foram geradas por sete perfis diferentes. Considerando as publicações, as reações e os comentários (já que não é possível aferir a origem da única partilha feita), 14 utilizadores únicos intervieram no grupo, que conta com 177 elementos.

Não surpreendentemente face ao parágrafo anterior, somente em duas publicações foram encontrados comentários, cuja soma ascende a sete. Em ambas, a extensão de *Star Wars* pela banda desenhada está na base dos *posts*. Na publicação mais comentada, que contava com cinco intervenções entre comentários e respostas, o autor do *post* questiona o grupo sobre onde comprar BD da narrativa transmediática em causa traduzida para português. A pergunta é acompanhada por uma capa de um exemplar em inglês. Um utilizador responde não saber, apesar de ter disponibilizado um *link* que remetia para edições em inglês. Um outro comentador explica que, em Portugal, o cânone é publicado pela editora Planeta, acrescentando pormenores sobre a influência da compra da *Disney* na organização do cânone de *Star Wars*. Na segunda publicação com comentários, o mesmo autor da primeira – que, por sinal, foi o responsável por 29 dos *posts* analisados – partilha a sua surpresa com a existência de personagens mortos-vivos nas *comics*, nomeando-as. Contudo, como notou um comentador, uma das personagens introduzidas pelo filme *Rogue One* (Edwards, 2016) já tinha esse nome. Face a este esclarecimento, o autor manifesta a sua estranheza. Se, por um lado, estas brevíssimas interações podem representar indícios da inteligência coletiva em funcionamento (Jenkins, 2008),



por outro lado, são tão curtas, raras e pouco especializadas que colidem com a *fandom* altamente empenhada e coletiva apresentada no início deste trabalho. Aliás, o mesmo autor das duas últimas publicações foi o responsável por outras três que, apesar de interpelarem diretamente o grupo, não obtiveram qualquer resposta.

## 5. NOTAS CONCLUSIVAS

Face ao apresentado até aqui – e sem esquecer a natureza exploratória e não generalizável do trabalho realizado – é possível avançar algumas conclusões que fazem com que o caso português colida com as expectativas de Jenkins (2008). Assim, apesar da existência de espaços online dedicados à *fandom*, os três de maior dimensão são, essencialmente, o veículo de comunicação de um grupo para o exterior, não a arena online onde a cultura dos fãs se desenrola. A *fandom* desses grupos assenta, sobretudo, nos contactos presenciais entre os seus membros: as atividades (sempre *in loco*) dos grupos surgem como um tipo de publicação, não como o motor das mesmas. Dito de outro modo, a atividade publicamente visível é aquela que acontece em presença, não a que é mediada pelos *media* digitais. Desta forma, a produtividade enunciativa dos fãs observados aparenta estar mais próxima da proposta original de Fiske (1992) do que da de Hills (2013), onde as produtividades enunciativa e textual ficam (ainda) mais diluídas. Para este facto não será alheio o tipo de presença adotada no Facebook: a opção por estar aí enquanto página, e não como grupo aberto, com exceção da última comunidade analisada, condiciona o tipo de participação possível, sublinhando a primazia da página – uma entidade coletiva – enquanto autora dos *posts*.

Os baixos níveis de participação pública – apesar do número considerável de seguidores das três primeiras comunidades – faz, ainda, com que a ideia de transformação da *fandom* de uma atividade de nicho para algo central na forma como os públicos se relacionam com os *media*, como proposto pela cultura de convergência (Jenkins, 2008), seja, no mínimo, desafiante no contexto português. No caso do blogue estudado, este viveu, no período em análise, do esforço de um único utilizador responsável por todas as publicações. Nas páginas de Facebook, são poucos os perfis únicos que intervêm. Aliás, a publicação mais comentada não foi além de 12 intervenções. Para além disto, um outro conceito estruturante dos *fan studies* não se verificou: a ideia (e o desejo tido como intrínseco) de apropriação. Pelo contrário, no *Star Wars Clube Portugal* este é negado em favor

do papel (público, pelo menos) de divulgador de informação. Tanto nas comunidades de *cosplay* como no grupo aberto no Facebook não se identificou qualquer discussão sobre o rumo a tomar pela narrativa transmediática, apesar do momento de disputa em que esta vive desde a estreia de *The Last Jedi* (Johnson, 2017).

As conclusões apresentadas até aqui não significam que a *fandom* portuguesa seja inexistente, mesmo assumindo a bitola particularmente exigente e participativa apresentada no enquadramento deste trabalho. Ou seja, não é de descurar a hipótese de participação de fãs portugueses em espaços *online* internacionais. Esta possibilidade será um dos temas a explorar no mais vasto trabalho a realizar com os jovens da amostra do projeto de doutoramento. Para além disto, também se procurará perceber o grau de conhecimento dos jovens sobre a existência de grupos portugueses de fãs e as suas motivações para os integrarem ou não, questionando, pela valorização das suas vozes, o próprio conceito de fã.

## FINANCIAMENTO

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto de doutoramento em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através da bolsa com a referência SFRH/BD/124039/2016.

## REFERÊNCIAS

- Bourdaa, M. & Lozano Delmar, J. (2016). Contemporary participative TV audiences: identity, authorship and advertising practices between fandom. *Participations: Journal of Audiences & Reception Studies*, 13(2), 2-13. Retirado de <http://www.participations.org/Volume%2013/Issue%202/2.pdf>
- Brooker, W. (2002). *Using the force: creativity, community and Star Wars fans*. Nova Iorque e Londres: Continuum.
- Buckingham, D. (2008). Introducing identity. In D. Buckingham (Ed.), *Youth, identity, and digital media* (pp. 1-22). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Esquenazi, J-P. (2006). *Sociologia dos públicos*. Porto: Porto Editora.
- Fiske, J. (1992). The cultural economy of fandom. In L. A. Lewis (Ed.), *The adoring audience: fan culture and popular media* (pp. 30-49). Londres e Nova Iorque: Routledge.

- Guynes, S. & Hassler-Forest, D. (2017). *Star Wars and the history of transmedia storytelling*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Hardy, J. (2011). Mapping commercial intertextuality: HBO's *True Blood*. *Convergence*, 17(1), 7-17. DOI: 10.1177/1354856510383359
- Hills, M. (2013). Fiske's 'textual productivity' and digital fandom: Web 2.0 democratization versus fan distinction? *Participations: Journal of Audiences & Reception Studies*, 10(1), 130-153. Retirado de <http://www.participations.org/Volume%2010/Issue%201/9%20Hills%2010.1.pdf>
- Jenkins, H. (1992). *Textual poachers: television fans and participatory culture*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Jenkins, H. (2006). *Fans, bloggers, and gamers: exploring participatory culture*. Nova Iorque: New York University Press.
- Jenkins, H. (2008). *Convergence culture: where old and new media collide*. Nova Iorque: New York University Press.
- Jenkins, H. (2017). On cinema and convergence. *Rebeca - Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, 6(1), 164-175. DOI: 10.22475/rebeca.v6n1.480
- Jenson, J. (1992). Fandom as pathology: the consequences of characterization. In L. A. Lewis (Ed.), *The adoring audience: fan culture and popular media* (pp. 9-29). Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Jorge, A. & Navio, C. (2013). Descobrindo a comunidade Otaku portuguesa: os fãs online. *Vozes e Diálogo*, 12, 4-17. Retirado de <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/4295>
- Kozinets, R. V. (2002). The field behind the screen: using netnography for marketing research in online communities. *Journal of Marketing Research*, XXXIX, 61-72.
- Kozinets, R. V. (2010). *Netnography: doing ethnographic research online*. Londres: SAGE Publications.
- Lewis, L. A. (Ed.) (1992). *The adoring audience: fan culture and popular media*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Menard, D. (2015). *Entertainment assembled: The Marvel cinematic universe, a case study in transmedia*. Dissertação de Mestrado, Liberty University, Lynchburg, Virginia, Estados Unidos da América. Retirado de <http://digitalcommons.liberty.edu/masters/354/>

- Moura, P. (2018a). A cultura de convergência nas redes sociais: análise netnográfica de uma página de Facebook. *Revista Comunicando*, 7(1), 88-104. Retirado de [http://www.revistacomunicando.sopcom.pt/ficheiros/20181230-11\\_a\\_cultura\\_de\\_convergencia\\_nas\\_redes\\_sociais.pdf](http://www.revistacomunicando.sopcom.pt/ficheiros/20181230-11_a_cultura_de_convergencia_nas_redes_sociais.pdf)
- Moura, P. (2018b). Go Rogue: a case study of an official fan contest. *Kinephanos*, 8(1), 81-97. Retirado de <https://www.kinephanos.ca/2018/go-rogue-a-case-study-of-an-official-fan-contest/>
- Pereira, S., Moura, P., Masanet, M.-J., Taddeo, G. & Tirocchi, S. (2018). Media uses and production practices: case study with teens from Portugal, Spain and Italy. *Comunicación y Sociedad*, 33, 89-114. Retirado de <http://www.comunicacionsociedad.cucsh.udg.mx/index.php/comsoc/article/view/7091>
- Pereira, S., Pinto, M. & Moura, P. (2015). *Níveis de literacia mediática: estudo exploratório com alunos do 12.º ano*. Braga: CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/40488>
- Russell, A., Ito, M., Richmond, T. & Tuters, M. (2008). Culture: media convergence and networked participation. In K. Varnelis (Ed.), *Networked publics* (pp. 43-76). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Sandvoss, C. (2011). Fans online: affective media consumption and production in the age of convergence. In M. Christensen, A. Jansson & C. Christensen (Eds.), *Online territories: globalization, mediated practice and social space* (pp. 49-74). Nova Iorque: Peter Lang.
- Scolari, C. A. (2013). *Narrativas transmedia: cuando todos los medios cuentan*. Barcelona: Deusto.
- Scott, S. (2017). Modeling the Marvel everyfan: Agent Coulson and/as transmedia fan culture. *Palavra Chave*, 20(4), 1042-1072. DOI: 10.5294/pacla.2017.20.4.8
- Sousa, M. N., Zagalo, N. & Martins, M. (2012). “Eu também posso propagar histórias”. A adaptação e as narrativas transmediáticas na era da participação. *Comunicação e Sociedade*, 22, 167-183. DOI: 10.17231/comsoc.22(2012).1280
- Tomé, J. (2018, 03 de maio). Star Wars dá os parabéns aos Vingadores pelo novo recorde mundial. *Dinheiro Vivo*. Retirado de <https://www.dinheirovivo.pt/lifestyle/galeria/star-wars-da-os-parabens-aos-vingadores-pelo-novo-recorde-mundial/>
- Tulloch, J. & Jenkins, H. (1995). *Science fiction audiences: Watching Doctor Who and Star Trek*. Nova Iorque e Londres: Routledge.

## RECURSOS AUDIOVISUAIS

Edwards, G. (Realizador). (2016). *Rogue One: A Star Wars Story* [Filme]. Estados Unidos da América: Lucasfilm.

Howard, R. (Realizador). (2018). *Solo: A Star Wars Story* [Filme]. Estados Unidos da América: Lucasfilm.

Johnson, R. (Realizador). (2017). *Star Wars – Episode VIII: The Last Jedi* [Filme]. Estados Unidos da América: Lucasfilm.

### Citação:

Moura, P. & Pereira, S. (2019). Mapeamento das comunidades online portuguesas de fãs: o caso de *Star Wars* e do *Marvel Cinematic Universe*. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 32-51). Braga: CECS.

CYNTHIA LUDERER & ANABELA CARVALHO

cynthialud@gmail.com; carvalho@ics.uminho.pt

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

- CECS - UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA

## AS REVISTAS DE CULINÁRIA DE SUPERMERCADOS PORTUGUESES E SEUS DISCURSOS SOBRE ALIMENTAÇÃO

### RESUMO

A complexa temática da alimentação atravessa diversos campos científicos e oferece uma pluralidade de questões sociais e culturais a serem discutidas e, neste século, com o apoio de um Espetáculo Midiático imbuído de discursos em torno da gastronomia, esse tema tem se destacado globalmente. As revistas impressas de culinária fazem parte dos vários suportes comunicacionais que divulgam os alimentos e, dentre elas, há as publicadas por redes de supermercados. A pesquisa de pós-doutoramento, recém-iniciada e que aqui se propõe apresentar e discutir, tem como *corpus* duas dessas revistas portuguesas: a *Continente Magazine* e a *Sabe Bem*. Elas apresentam a maior tiragem em Portugal nesse segmento e ambas são distribuídas pelos dois maiores retalhistas lusos, respectivamente, o Continente e o Pingo Doce. Ao reconhecer que as narrativas sobre a sustentabilidade têm se destacado no Espetáculo da Gastronomia (Luderer, 2013, 2017), o principal objeto de estudo desta pesquisa serão os discursos sobre sustentabilidade apresentados nessas duas revistas selecionadas. Apoiada nessas mensagens, assim como no segundo e no 12º item anunciado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – os quais tratam, respectivamente, da erradicação da fome e da promoção da agricultura sustentável, e do consumo e produção sustentáveis –, esta investigação prima responder às seguintes questões: como os supermercados portugueses alinham os seus interesses mercantis com princípios de sustentabilidade? E ainda: qual o papel que tem ocupado essas revistas no sentido de sensibilizar e mobilizar seus leitores para a sustentabilidade? Para respondê-las, o objetivo geral deste trabalho é analisar os discursos multimodais sobre alimentação construídos e difundidos por esses distribuidores e, para alcançá-lo, buscar-se-á atentar ao conhecimento científico produzido pelas Ciências do Ambiente enquanto norteador de uma visão sobre sustentabilidade e analisar as convocações comunicacionais em torno da sustentabilidade divulgadas nas duas revistas. Esta investigação será exploratória e metodologicamente será apoiada em fontes documentais, selecionando-se para tanto os materiais impressos e virtuais. A pesquisa ainda se estenderá em campo para entrevistar: agentes relacionados à produção dos exemplares estudados; consumidores das revistas e dos dois supermercados que as publicam; e ainda fornecedores das empresas

retalhistas, mantenedoras das revistas. Para dar conta das reflexões aqui traçadas, esta pesquisa será apoiada nas análises de Charaudeau (2006), que ancoram relevantes percepções em torno das Análises dos Discursos, e de Prado (2011) e Luderer (2013), que exprimem conceitos e exemplos específicos sobre as revistas impressas e seus contratos de comunicação.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Alimentação; discursos; revistas de culinária; supermercados portugueses; sustentabilidade

## **1. INTRODUÇÃO**

A vocação multidisciplinar das Ciências da Comunicação e suas modalidades midiáticas permite aproximá-las de vários tópicos e, dentre tantos, a alimentação, um tema que, para Bakhtin (1987, p. 145), “é um dos assuntos mais antigos e mais marcantes do pensamento humano”.

Nas recentes décadas, a comida tem mostrado a sua potencialidade como fator comunicacional e, como afirma Fishler (1995), ela está na “ordem do dia” (p. 12) e presente em diversos discursos. Inclusive, segundo Rousseau (2012) “aparentemente, [há um] insaciável apetite da população por temas relacionados à comida” (p. XXIII).

Esse boom de atenção em torno da alimentação na contemporaneidade ganhou enormes proporções e, segundo Luderer (2013), transformou-se num Espetáculo midiático sobre Gastronomia<sup>1</sup>. É possível compreender esse fenômeno quando se atenta ao que diz Barthes (1961) sobre a comida, afirmando que ela “não é apenas uma coleção de produtos que podem ser usados para estudos nutricionais e estatísticos. Ela é também, e ao mesmo tempo, um sistema de comunicação, um corpo de imagens, um protocolo de usos, situações e comportamentos” (p. 979). Ou seja: comer é um exercício que está além de seu aspecto biológico, nutricional ou econômico. Compreende-se, assim, que um olhar das Ciências da Comunicação sobre a temática da alimentação ancore a pesquisa de pós-doutoramento recém iniciada e apresentada aos pares nas VI Jornadas Doutorais, promovida pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS).

A sustentabilidade alimentar é um tema complexo (Gliessman, 2015; Lang & Barling, 2012; Redclift & Springett, 2015). Esse atributo contribui

<sup>1</sup> O termo gastronomia está relacionado com o movimento insuflado pelo Espetáculo midiático, enquanto à culinária cabe percebê-la pelas receitas e as habilidades necessárias para desenvolver um prato (Luderer, 2013).



para essa temática tangenciar diversas áreas científicas, como as Ciências Sociais e as da Comunicação, a Gestão, as Políticas Públicas, a Saúde, a Economia, a Agronomia, a Arquitetura, entre outras. São diversos os trabalhos com esses e outros diferentes focos, desenvolvidos por distintas áreas científicas e dedicados a analisar os diferentes modelos de consumo em torno da sustentabilidade alimentar (Allen, 2004; Dossey, Morales-Ramos & Rojas, 2016; Esnouf, Russel & Bricas, 2013; Marsden & Morley, 2014; Pires, 2018; Sedlacko, Reisch & Scholl, 2013; Truninger, 2010). No que se refere às Ciências da Comunicação, dentre as várias contribuições que elas oferecem, há um relevante papel que ocupa no que se refere ao processo das análises das mensagens direcionadas aos consumidores, e, como salientam Verain, Sijtsema, Dagevos & Antonides (2015), é preciso pesquisar as mensagens direcionadas a eles para melhor perceber as suas escolhas.

Naccarato e Lebesco (2012), por exemplo, expõem que os consumidores que atendem aos discursos sobre alimentos sustentáveis são vistos como bons cidadãos. Apoiados na teoria de campo proposta por Bourdieu (Bourdieu & Wacquantu, 2005), na qual os sujeitos ganham um capital cultural específico de acordo com o campo no qual estão inseridos, Naccarato e Lebesco (2012) apresentam o capital culinário como sendo o capital cultural específico circulante no campo dos agentes que se movem em torno da gastronomia. A pesquisa de Luderer (2013), que apresenta a construção dos chefs de cozinha em celebridades, relata como é o movimento desse capital que ativa o Espetáculo Gastronômico nas últimas décadas. A tese demonstra como os discursos sobre a sustentabilidade, assim como os da saúde, inserem-se no contexto desse campo da gastronomia e como são relevantes para mover os agentes que almejam ganhar capital culinário. Vale ainda dizer que, além desses dois, os discursos mnêmicos também surgem como outra válvula importante para mover esse campo e, consequentemente, o próprio Espetáculo Gastronômico e a roda do sistema capitalista. Nesse sentido, cabe dar atenção aos discursos sobre a sustentabilidade e aos da memória, pois ambos apresentam características sintomáticas, pois teriam sido impulsionados pelo mal estar gerado pelo sistema capitalista, mas depois se voltam a favor desse próprio sistema (Luderer, 2017).

Há várias questões a serem discutidas em torno da comida e esse leque pode ser conferido ao fazer um levantamento desse tema nos repositórios acadêmicos. Uma pesquisa feita no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), por exemplo, com base na busca das palavras-chave *gastronomia*, *culinária* e *revistas de culinária*, confirma esse efeito, mostrando que os trabalhos foram desenvolvidos em diversas áreas

científicas e confirmando a inerente interdisciplinaridade que permite a temática da alimentação. Sem considerar as 482 publicações desenvolvidas no âmbito das instituições brasileiras, foram contabilizados outros exatos 482 trabalhos nessa busca, sendo em sua maioria contemplados nas seguintes áreas<sup>2</sup>: 113 no Turismo, 44 na Saúde, 39 nas Ciências Sociais, 34 na Gestão, 33 na Educação, 31 na Arquitetura, 27 nas Letras, 21 no Marketing, 18 nas Ciências Agrárias assim como nas Ciências Biológicas, 17 no Design e nas Engenharias, 16 na Química, 14 na Geografia, 12 nas Relações Internacionais, 12 na Economia. Outras áreas como o Direito, a História, o Meio Ambiente e a Psicologia apresentaram uma quantidade de trabalhos na casa de um dígito, incluindo as Ciências da Comunicação, que apresentaram três trabalhos relacionados ao termo gastronomia: uma produção de um vídeo, apresentada em 2006 na Universidade Aberta, com o propósito de servir à RTP, e trata sobre gastronomia molecular; um estágio, apresentado em 2010 para o mestrado em Audiovisual e Multimédia, na Universidade do Minho; e uma dissertação de mestrado, defendida em 2017 no curso de Comunicação Pública, Política e Intercultural, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Também foram conferidos no RCAAP os trabalhos que apresentassem os termos *Continente Magazine* e *Sabe Bem*, os títulos das duas revistas portuguesas de culinária com a maior tiragem nesse segmento em Portugal. Por sua vez, são elas as selecionadas como *corpus* para desenvolver esta investigação. Nessa busca foram conferidos dois trabalhos, e ambos relacionados à *Continente Magazine*: um artigo sob a ótica da Linguística, apresentado por Rebelo (2016), que faz parte de uma obra sobre patrimônio alimentar; e um plano de estágio, apresentado para um mestrado em Marketing elaborado por Macedo (2015).

Essas revistas são mantidas pelos dois maiores grupos de distribuição de alimentos em Portugal, o SONAE, mantenedor da rede de supermercados Continente, e o Jerônimo Martins, dos supermercados Pingo Doce. Com isso, também coube buscar no RCAAP os trabalhos que apresentassem os termos *SONAE*, *Supermercado Continente*, *Jerônimo Martins* e *Pingo Doce*. Desconsiderando as pesquisas oriundas do Brasil, o resultado desse grupo de palavras identificou uma soma de 350 trabalhos, dos quais: 191 deles foram desenvolvidos na área de Gestão; 46 na Economia; 43 no Marketing; 14 nas Engenharias; 11 nas Ciências da Comunicação; e, os demais, que apresentaram um dígito no cômputo, dividiram-se em 16 diferentes áreas.

<sup>2</sup> Diante os vários cursos apresentados, os trabalhos foram organizados em suas grandes áreas.

Nessa busca, pode-se conferir que nenhuma das pesquisas debruçou-se sobre as revistas citadas acima, um vácuo no qual as Ciências da Comunicação podem ter um papel relevante: o de conferir as convocações comunicacionais que esses meios de comunicação apresentam.

Na contemporaneidade, as cadeias de supermercados destacam-se como grandes centros de distribuição de alimentos e suas ações são relevantes para interferir no consumo global (Oosterveer, Guivant & Spaargaren, 2007). Por sua vez, é pertinente atentar para as medidas comunicacionais aplicadas por esses distribuidores, pois suas promoções são passíveis para movimentar vários bens de consumo. Nesse âmbito, salienta-se a relevância que apresenta a dinâmica em torno do consumo de alimentos, que interfere em inúmeras questões e, entre elas, a das condições de vida do planeta (Graça, 2018; Lahsen, 2017; Mason & Lang, 2017; Pires, 2018; Schmidt, Truninger, Guerra & Prista, 2018).

Pensar a sustentabilidade alimentar é absolutamente premente: segundo estudo recente, a alimentação é o setor que mais pesa na pegada ecológica de Portugal (Cardoso, 2018). Como exposto por Schmidt et al. (2018), a sustentabilidade é uma palavra “que expressa as mais transversais angústias do tempo presente face a um futuro incerto” (p. 18). Tendo emergido historicamente em associação com práticas de gestão florestal e referindo-se à capacidade de um determinado sistema ambiental de sustentar determinados níveis de extração de recursos e de os repor (“sustainability”), o conceito foi adquirindo uma grande variedade de sentidos ao longo do tempo (Whitehead, 2014). Na formulação proposta pela Comissão Mundial para o Ambiente em desenvolvimento em 1987, o conceito de “desenvolvimento sustentável” procurou articular crescimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Atualmente, o termo, “sustentabilidade” é muitas vezes usado de forma ambígua ou polissêmica servindo como instrumento legitimatório de determinadas práticas e discursos reprodutores de *status quo*. Numa época histórica confrontada com profundos riscos, como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, esta proposta de pesquisa procurará discutir visões e conceitos de sustentabilidade, assumindo um posicionamento crítico relativamente ao funcionamento social dos mesmos.

Como visto por Schmidt et al. (2018), num recente inquérito sobre as questões da sustentabilidade em Portugal, os supermercados apresentam um papel importante para o país, pois “os hipermercados e os supermercados perto da residência são os locais onde mais frequentemente os portugueses vão às compras (com 69,7% e 63,8%, respectivamente)” (p. 107).

Assim, no contexto da dicotomia que ronda a relação entre o crescimento econômico e a sustentabilidade, um parâmetro com perspectivas globais, nota-se o papel de destaque dessas empresas e, portanto, é relevante conhecer os discursos que praticam.

Os supermercados aplicam uma gama de recursos publicitários com o propósito de promover seus produtos e alguns incluem, nesse leque de estratégias comunicacionais, a publicação de suas próprias revistas. É comum que as receitas de culinária se destaquem nesses suportes mediáticos. No caso da *Continente Magazine*, o modelo da revista foi amparado na do Wal-Mart<sup>3</sup> e, nota-se que a *Sabe Bem* segue um modelo semelhante de sua concorrente direta. Nessas publicações, a comida torna-se um dispositivo para elencar outros temas e discursos que convocam seus enunciatórios a seguirem determinados modelos de consumo.

Os clientes do supermercado Continente podem adquirir a sua revista, a *Continente Magazine*, por 1 € (um euro) junto às caixas registradoras das lojas dessa rede, sendo que aqueles que possuem os cartões da marca *Continente*, no processo da compra podem agregar 0,50 € (cinquenta centimos) aos seus saldos do cartão para serem usados em futuras compras. Por sua vez, a *Sabe Bem*, do supermercado Pingo Doce, é vendida junto às caixas registradoras de suas lojas por 0,50 € (cinquenta centimos). Esses valores são praticados desde o lançamento dessas publicações: outubro de 2010, no caso da *Continente Magazine*, que é editada mensalmente; e em maio/junho de 2011, no caso da *Sabe Bem*, que é bimestral.

Além da versão impressa, elas também são apresentadas na versão virtual: a *Continente Magazine* é divulgada no site *Chef Continente*, onde o internauta pode acompanhar diversos conteúdos, com exceção das receitas de culinária divulgadas na revista<sup>4</sup>. A *Sabe Bem* segue outra política e disponibiliza integralmente as suas edições no site do Pingo Doce, mas as edições virtuais são disponibilizadas, aproximadamente, após um ano do seu lançamento impresso.

<sup>3</sup> Cynthia Luderer teve um encontro com a diretora de marketing da SONAE, Arnalda Alves, na sede da empresa, no Porto, em 15 de janeiro de 2018. O encontro foi oportuno para recolher parte dos exemplares ofertados pela companhia e ter conhecimento da informação referida sobre o Wal-Mart. Esta empresa encontra-se há 20 anos como a maior distribuidora do mundo e, segundo a última lista divulgada pela Deloitte, o grupo Jerónimo Martins encontra-se em 56º lugar e o SONAE em 167º (Deloitte, 2018).

<sup>4</sup> A justificativa de Arnalda Alves a esse respeito é que as receitas não são bem perecíveis.

## 2. PROPOSTA DA PESQUISA

Esta pesquisa visa investigar esse universo mercadológico dos supermercados com vistas a compreender a relação que ele mantém com a temática da sustentabilidade. Para tanto, recorre ao parâmetro de dois objetivos apresentados pela Agenda Sustentável 2030: o 2º- Erradicar a Fome; e o 12º- Produção e Consumo Sustentáveis (UN, 2015). Com essas diretrizes, esta pesquisa prima responder: Como os supermercados portugueses alinham os seus interesses mercantis com princípios de sustentabilidade? E ainda: Qual o papel que tem ocupado essas revistas no sentido de sensibilizar e mobilizar seus leitores para a sustentabilidade?

Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é aferir sobre o papel dos discursos da sustentabilidade difundidos por esses distribuidores e, para alcançá-lo, buscar-se-á conferir sobre o conhecimento científico produzido pelas Ciências do Ambiente enquanto norteador de uma visão sobre sustentabilidade e analisar as convocações comunicacionais divulgadas nas duas revistas em torno da sustentabilidade e conferir os seus efeitos. Quanto à metodologia, esta investigação de caráter crítico e exploratória, será apoiada em documentos. Para tanto, diferentes fontes serão procuradas e estudadas, quer nas versões impressa, imagética ou audiovisual. Nos textos serão observadas as condições de suas produções, como da dos sujeitos envolvidos, sendo dada a devida atenção à análise dos significantes e significados, assim como às expressões ideológicas, como ao jogo no qual as relações sociais são desenvolvidas. Além desses recursos, a pesquisa também será estendida ao campo, quando os diversos agentes relacionados à produção das revistas serão entrevistados. E, quanto aos consumidores, para observar e ouvir suas narrativas optar-se-á pela realização da metodologia de *flânerie*, como proposto por Peter McLaren (1998), mas ainda a pesquisa terá uma abordagem etnográfica, a partir da seleção de consumidores nos supermercados – a serem definidos, mas relacionados às referidas cadeias produtoras responsáveis pelas revistas analisadas –, como nos ambientes das redes virtuais e sociais, nos quais possam ser encontrados leitores dessas revistas. Esses agentes serão inquiridos com profundidade para identificar, em suas vozes, o papel que as narrativas das revistas ocupam dentro de suas escolhas e hábitos de consumo alimentar. Ainda, com o intuito de aferir a coerência entre os discursos destes grupos econômicos e as narrativas relacionadas à sustentabilidade propostas pelas Ciências do Ambiente, também serão consideradas as vozes de alguns parceiros e fornecedores das empresas de distribuição em questão e, para

tanto, esses agentes serão entrevistados para que se possam conferir os acordos traçados junto aos mantenedores dos supermercados.

Para melhor compreender e desenvolver as devidas reflexões sobre os discursos dos diferentes agentes que permeiam o ambiente pesquisado, os textos serão analisados a partir dos preceitos expostos por Charaudeau (2006). Com essa diretriz, buscar-se-á atentar e registrar o discurso circulante que ronda o meio investigado, conferindo o contexto dos enunciados expostos pelos diferentes atores. Ainda, por este trabalho ter as revistas como *corpus*, a pesquisa de Prado (2011) também guiará esta investigação, pois ela foca no debate sobre os discursos e os contratos de comunicação de revistas impressas e apresenta o uso da semiótica descritiva para proceder as devidas análises. Com justificativa semelhante, as investigações de Luderer (2013, 2017) também servirão como âncora para este estudo, pois além de tratar com especificidade de revistas de gastronomia, salientam o papel dos discursos sustentáveis como mola propulsora do Espetáculo da Gastronomia.

No tocante às questões da sustentabilidade alimentar, as fundamentações de Mason e Lang (2017) amparam esta pesquisa, pois suas considerações mostram-se atentas às complexas configurações que rondam essa temática, como as que regem o âmbito político, o econômico e o social, incluindo nesse prisma os supermercados. No sentido de amparar o aspecto sobre a sustentabilidade alimentar em Portugal, Truninger (2010) e Schmidt et al (2018) darão o resguardo para a pesquisa avançar nesse contexto geográfico. Ainda, para articular os pontos em torno das opções alimentares dos consumidores, Contreras e Gracia (2005) darão a base para avançar sobre essa premissa, por oferecerem a devida visão antropológica.

Com esta pesquisa, desenvolvida junto ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), pretende-se avançar sobre expressivas discussões culturais, científicas e ambientais que tangenciam o consumo alimentar. Ao apoiá-la nos conceitos das Ciências da Comunicação, será oportuno levantar singulares debates e aproximar pesquisadores de diferentes áreas científicas. Para tanto, nos planos de trabalho está previsto divulgar os resultados parciais e finais desta investigação em publicações reconhecidas no âmbito internacional, assim como promovê-la em seminários, congressos, aulas ou outros eventos decorrentes. Além desses eventos, prevê-se dar a devida atenção a outras oportunidades que ocorram no período dos três anos previstos para desenvolver este trabalho, com o intuito de suscitar encontros que aproximem a comunidade do CECS e da Universidade do Minho, tendo como dispositivo a temática aqui posta em pauta.

## 2.1 PRIMEIRAS ANÁLISES

Os exemplares das revistas *Continente Magazine* e *Sabe Bem* começaram a ser recolhidos em outubro de 2017 e, desde então, há o processo de busca pelos fascículos mais antigos. Com a intenção de completar as coleções das revistas, as equipas de marketing dos supermercados foram procuradas e após três meses de diálogo com o grupo da Jerônimo Martins e quatro com o SONAE, foram conseguidos grande parte dos exemplares. Para completar a coleção da *Sabe Bem* eram necessárias 38 revistas e, com a contribuição da empresa, passaram a faltar apenas quatro. No caso da *Continente Magazine* os números eram maiores, pois a revista tem periodicidade mensal e foi lançada seis meses antes da sua concorrente. Com isso, o conjunto buscado teria a soma de 84 exemplares, mas nos foram cedidos apenas 52.

Esse cenário, no qual as empresas se esquivam de arquivar suas publicações e, aparentemente, não atentam à devida potencialidade que as revistas oferecem como recursos para investigações futuras, também foi presenciado no Brasil. Para desenvolver a sua tese, Luderer (2013) analisou cinco diferentes títulos de revistas de gastronomia brasileiras, e foi preciso que a pesquisadora recorresse ao acervo da Biblioteca Nacional, situada no Rio de Janeiro, pois ali são depositadas todas as publicações do país.

Em tempos virtuais, questões como essas podem ser minimizadas, e a equipa da *Sabe Bem*, ao disponibilizar a revista na página virtual do supermercado Pingo Doce, auxilia bastante os pesquisadores. Porém, por essa solução não ser a aplicada pela equipa da *Continente Magazine*, a solução para equacionar este problema tem sido a busca às bibliotecas, às lojas de livros usados e ao comércio virtual. Por sua vez, esse recurso tem oportunizado o contato com leitores das duas revistas, e criando a possibilidade de interação para entrevistá-los.

Perante a oportunidade de apresentar esta pesquisa na “4<sup>e</sup> Convention Internationale d’Histoire et des Cultures de l’Alimentation”, promovido pelo Institut Européen D’Histoire et des Cultures de L’Alimentation (IEHCA), na Universidade de Tours, na França, em junho de 2018- o mesmo período em que se iniciou, oficialmente, esta investigação – foi pensado em um recorte do *corpus* com o propósito de levar a proposta desta investigação para os pares. Diante a recorrente limitação numérica de exemplares, foram selecionadas 24 capas da revista *Continente Magazine* e 12 da *Sabe Bem*, veiculadas em 2017 – o ano mais próximo do momento do evento- e em 2015 – o ano em que foi proposta a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (UN, 2015) – um aspecto referente a esta investigação.

É comum que as capas das revistas de culinária sejam o primeiro contato visual com o leitor, e o contexto imagético das composições alimentares nelas ilustradas oferece vários dispositivos comunicacionais para analisar.

Com o auxílio teórico-metodológico da semiótica descritiva e da análise dos discursos pode-se conferir esse conjunto de mensagens para tentar identificar as intenções do enunciador – os diversos agentes responsáveis pela revista – no que se refere às convocações enunciadas para o enunciatário – o leitor – atender ao seu chamado.

As imagens são relevantes ícones quando se trata de alimentos e alguns recursos, assim como os aplicados pela fotografia, são passíveis para salientar as mensagens de modo que o leitor seja atraído e convocado por elas (Chiachiri, 2008). Mas há outras mensagens a serem percebidas para conferir o papel que as revistas ocupam no processo de construção simbólica de modelos alimentares.

As pesquisas aferidas por Luderer (2013, 2017), apoiadas em revistas, mostram que há um Espetáculo mediático em torno da alimentação neste século e nele são destacados alguns discursos, como os que disseminam preceitos em torno de uma utópica *grande saúde* – um conceito trazido por Lucién Sfez (1996) e cabível de ser mencionado nesse âmbito –; os da sustentabilidade, que por vezes preterem os interesses ecológicos, sendo suscetíveis para emergirem a favor do movimento do Espetáculo e do capital; e, mais recentemente, os discursos mnêmicos, que podem ser percebidos como sintomáticos, pois se apresentam como reflexo de um mal estar diante o paradigma da aceleração e do excesso que vingam no modelo de vida contemporânea, indicando um esgotamento latente dos indivíduos e do próprio planeta sob a ordem de diferentes aspectos.

Esse refúgio mnêmico, materializado numa memória revisitada, indicada por discursos a favor de modelos de outrora, os quais muitos atores sequer os vivenciaram, prometem diferentes relações dos sujeitos com o tempo e o seu entorno. Por sua vez, essa dinâmica em torno da memória tem favorecido o Espetáculo da Gastronomia, pois o próprio ritmo do excesso do consumo, que contribui para instalar um mal estar entre os sujeitos, tem sido insuflado por novas propostas que, revestidas por significantes relacionados à memória, atraem os consumidores para eles se manterem na roda do consumo (Luderer, 2017). Termos como *vintage* ou *retrô* enunciam este movimento (Luderer, 2014).

Com essas referências, e com os olhos voltados à cultura lusa, as primeiras análises desta pesquisa, com base nas capas da *Continente Magazine*



e da *Sabe Bem*, buscou conferir: Como essas publicações apresentam os discursos relacionados à saúde, à sustentabilidade e à memória?

Para tanto, é relevante grifar que o Espetáculo da Gastronomia é movido pelo Campo da Gastronomia, o qual mantém discursos e agentes específicos, como os chefs de cozinha; os restaurateurs; os comensais; os críticos; os gourmets; os jornalistas; os editores; instituições educacionais, entre outros (Luderer, 2013, p. 31). Ainda que as publicações analisadas estejam focadas no segmento da culinária, é relevante atentar que esses agentes se movem para buscar o capital culinário, e seus diversos discursos tornam-se suscetíveis para alcançar diferentes esferas sociais. Desse modo, reconhece-se que os discursos que pairam no Espetáculo da Gastronomia possam inserir-se em outros segmentos mediáticos.

Em relação às capas, além da fotografia que ilustram, elas indicam outras pistas a serem averiguadas, como o próprio título e o slogan, que além dos significantes que os expressam, apresentam-se em modelos gráficos e cores, e esses signos também são passíveis para convocar o enunciatário.

No caso da *Sabe Bem*, por exemplo, ela apresenta, como subtítulo, o slogan *Faz bem!*, e esta chamada pode oferecer mais do que uma interpretação. Por um lado, “saber bem”, em português de Portugal, significa ser bom, agradável e gostoso<sup>5</sup>. Desse modo, tratando-se de uma revista de culinária, pode-se conjecturar que o que *sabe bem* seja o que tenha bom gosto, seja saboroso. Ou seja, algo *sabe bem* – tem bom gosto – é o que *faz bem!* e, nesse sentido, é possível entender que o apreço aos alimentos que agradem ao paladar estejam vinculados à sensação de bem estar, de sentir-se bem e, ainda, dentro de um sentido mais amplo, pode-se perceber o vínculo dessa sensação com um bem estar relacionado a uma boa saúde. Por sua vez, *sabe* também pode estar vinculado ao verbo saber, e para uma publicação que oferece dicas e orientações sobre a alimentação, saber algo bem pode indicar ter um melhor conhecimento sobre a temática proposta pela revista. Ou seja: com o conhecimento divulgado pelo enunciador, o enunciatário poderá se apropriar de conhecimentos que melhore as suas habilidades na cozinha. Por este ângulo, ele terá ciência para *fazer bem* o que passou a *sabe(r) bem*.

No que se refere aos aspectos da saúde, é relevante atentar ao ângulo do canto esquerdo inferior das capas da *Sabe Bem*, onde se anuncia a sessão “Sabores Mediterrânicos”, com o subtítulo “o dia-a-dia mais saboroso e saudável”. Vê-se aqui o discurso da saúde de modo explícito, ao

<sup>5</sup> Vale atentar que na língua portuguesa falada no Brasil não se aplica ao vocábulo *sabe* esse sentido.

relacionar o sabor ao significante “saudável”. Outro aspecto a ressaltar é o vocábulo “Mediterrânicos”, pela relação que carrega com a dieta Mediterrânica, a qual tem sido ditada como um paradigma da dieta saudável contemporânea e, por sua vez, tornou-se Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, sendo Portugal um dos sete países a representá-la (Romano, 2014, p. 4).

Além dessas premissas da saúde relacionadas com especificidade a *Sabe Bem*, foi verificado que o significante *saudável* apareceu sete vezes na totalidade das 36 capas analisadas das duas revistas. Outros termos, que estão relacionados aos discursos da saúde perfeita, foram conferidos nesse conjunto, como “sopas desintoxicantes e deliciosas”, “liberte-se das dietas- uma nova abordagem para perder peso”; “barriga fit- mude o seu corpo”, “regresso às aulas- dicas de nutrição”; “Diabetes-alimentos para controlar a doença”, respectivamente, grifadas nas capas das edições 76, 80, 83, 84 e 86 da *Continente Magazine* e, ainda, na 23ª capa da *Sabe Bem*, “sumos detox-equilíbrio no arranjo do novo ano”.

Ao voltar os olhos para o slogan da *Sabe bem*, nota-se que a partir do número 26 – a edição do bimestre de julho-agosto, de 2015 –, o slogan *Faz Bem!* é deslocado para a direita, respeitando a mesma direção onde era exposto nas edições anteriores: do lado esquerdo superior da capa, grafado logo abaixo do título da revista. O tamanho e a fonte cursiva foram mantidos e são os mesmos modelos de letras usadas para editar a marca do supermercado *Pingo Doce*, que passa a ser impresso logo acima do título da revista. Com esse novo layout, o nome do supermercado e o slogan da revista são expostos em consonância com a direção do olhar de seus leitores, que miram da esquerda para a direita, o mesmo movimento que é feito na leitura da língua portuguesa. Com essa nova exposição gráfica e estética, o enunciatório poderá associar que: o *Pingo Doce Faz Bem!*<sup>6</sup>.

A gramática visual dos significantes é um recurso aplicado pelos enunciadores, pois o tamanho e tipo de fontes tipográficas, como a intensidade e as cores grafadas, constroem diferentes mensagens (Carvalho, 2012). A fonte cursiva usada na impressão do nome *Pingo Doce*, por exemplo, tem traços mais sutis quando comparados com a fonte aplicada ao título da revista *Continente Magazine*. Nesta, o título é expresso em letras garrafais e seu nome mantém o mesmo que é usado no do supermercado

<sup>6</sup> A identidade visual do Pingo Doce, aplicada desde 2008, apresenta um logo com as cores verde, preto e branco e o slogan “sabe bem pagar tão pouco” (Rocha, 2017, p. 38). Com essas características é que as capas da *Sabe Bem* apresentavam o nome do supermercado anteriormente, e o destacavam no canto inferior direito.

que a distribui, o Continente. Por sua vez, seu slogan “paixão pela comida”, aparece impresso em letras cursivas e, ao aplicar esse tipo de fonte, o enunciador ameniza o significado do significante *paixão*, relacionado ao excesso e à intensidade. Assim, a chamada se constrói com uma mensagem potencialmente relacionada à luxúria, à gula, mas a delgada tipografia aplicada atenua essa percepção. Nesse sentido, vale atentar que o enunciador deva medir as convocações que instiguem aos glutões, pois elas podem ser percebidas como heresia diante dos ditames impostos pelos controles que ditam a saúde perfeita.

Outro aspecto a ser notado nas capas da *Continente Magazine* está relacionado ao diálogo que é criado entre a revista e seu canal de comunicação no Facebook. Em duas edições de 2017, a de abril e a de setembro<sup>7</sup>, o enunciador divulga e convoca os enunciatários para uma competição, a qual é veiculada nos canais das mídias sociais. A chamada, grifada num pequeno quadro em tom de rosa, exposta logo abaixo do slogan, expõe: “Esta capa foi – e este início da frase está escrito em letras garrafais – escolhida pelos fãs da página de Facebook do *Continente*. Fique atento às próximas votações!”.

Os concursos e as competições são dispositivos que movem o Campo da Gastronomia, e essa dinâmica pode ser conferida pelos vários canais de televisão, os quais, inclusive, apresentam programas de culinária com padrões globalizados (Luderer, 2013). O *Masterchef* é um exemplo, e fez a sua primeira edição em Portugal em 2011. As competições dinamizam a troca do capital culinário entre os agentes do Campo da Gastronomia e, nesse jogo, além dos concorrentes, dos jurados, dos produtores e dos jornalistas, novos atores podem ser promovidos e, com a criação de novos agentes e modelos, o ciclo do consumo é estimulado.

Nesse sentido, as chamadas para o concurso das capas da *Continente Magazine* apresentaram fragilidades, pois os agentes pouco aparecem no jogo e, segundo Luderer (2013), no Espetáculo da Gastronomia é essencial o “ver e ser visto” (p. 250).

A página da revista no Facebook disponibilizava duas produções culinárias<sup>8</sup>, e o internauta usaria um sticker para expressar aquela que aprovasse.

<sup>7</sup> Essas edições correspondem, respectivamente, aos números 79 – que evoca a Páscoa – e a 84 – relacionada à temática da volta às aulas. Ambas apresentam bolos cobertos com caldas de chocolate. Tal escolha deixa margens para ser investigada oportunamente.

<sup>8</sup> A capa da edição de fevereiro de 2017 também passou pelo sistema de escolhas de um concurso, no entanto a dinâmica praticada não foi anunciada na capa selecionada. Neste link, pode-se conferir o modelo dos stickers aplicados, a evolução dos votos e a participação dos internautas: <https://www.facebook.com/continenteoficial/videos/10155178646682439/>

O prato proposto estava desvinculado a um enredo, a um agente, aos ingredientes ou a uma origem. Os prazos eram indeterminados, pois o enunciário é quem deveria “ficar atento às próximas votações”. A inconstância da frequência do concurso indica um cronograma à deriva, dificultando as convocações para uma participação futura de outras promoções.

Diante disso, ao aferir os concursos da melhor capa, organizados pela *Continente Magazine*, percebe-se que as dinâmicas aplicadas pelos enunciadores ainda se apresentam frágeis para convocar os seus leitores para participar do jogo. Por sua vez, no que se refere às capas da *Sabe Bem*, a princípio, não foram percebidos recursos mediáticos diferenciados para convocar os seus enunciários nesse sentido.

Ao que concerne aos discursos mnêmicos, essas primeiras análises indicam que a memória apresentada nas duas revistas está voltada para o passado, ou seja, vinculada ao patrimônio e atrelada à tradição. Além do significativo “tradição” ser expresso em algumas capas<sup>9</sup>, outras mensagens vão encontro com esse modelo de memória, como as imagens que condizem com produções culinárias tradicionais em Portugal, como é o caso da sardinha<sup>10</sup>, ou a organização estética dos pratos e uso de louças mais rústicas<sup>11</sup>, ou ainda por algumas chamadas expressas na *Continente Magazine*, como: “as receitas dos nossos avós” (nº 82, jul 2017); “queijos-sabores de Portugal” (nº 53, fev 2015), “a terra da castanha” (nº 62, nov 2015). Ainda, no que se refere especificamente à *Sabe Bem*, todas as suas capas apresentam a chamada *Sabores Mediterrânicos* e, assim como exposto anteriormente, a Cozinha Mediterrânica, por si, está vinculada à tradição, a ponto de ter se tornado Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2013.

Outro aspecto a ser relacionado à memória são as datas comemorativas divulgadas nas publicações. Elas expressam as mesmas temáticas e os significantes se repetem ano a ano nas capas e, por vezes, as duas revistas apresentam narrativas, imagens, cores e recursos visuais com parâmetros muito semelhantes ao divulgarem determinados períodos do ano. Com isso, cria-se uma linha imaginária do tempo na qual o enunciador tem um *déjà vu*, mantendo-se vinculado a um ciclo de 12 meses. Nas convocatórias dessa linha do tempo, o enunciário é convidado a reiniciar um novo período ano a ano, que traz signos e significantes antes já vistos: depois do período das Festas do final do ano, deve estar bem e saudável; depois se

<sup>9</sup> Foliares-reinventar a tradição (CM, n. 79); Páscoa – a boa tradição do cabrito (SB, n. 24); Viva mais a Páscoa – propostas com o sabor da nossa tradição que fazem da mesa um lugar melhor (SB, n. 36).

<sup>10</sup> CM, nº 81, jun 2017.

<sup>11</sup> SB, nº 38, jul/ago 2017. Ilustração de frutos do mar preparados em uma cataplana.

sugere namorar no Dia de São Valentim; na sequência, permite-se esbaldar-se com os chocolates da Páscoa; depois, as mães são felicitadas pelo seu dia; e após comemora-se as festas dos Santos; na continuação, deve-se estar alerta à volta às aulas; e assim segue, até chegar ao Natal. Para este período, a capa ganha brilho e textura, e o vermelho é a marca presente. Esse calendário enunciado glorifica a (re)união familiar e, por diferentes signos, indica seus enunciatários: as mulheres- uma discussão a ser aberta em outras análises<sup>12</sup>.

Confere-se nesse percurso de datas uma memória cultural instalada, assim como defendida por Halbwachs (1990). Também se nota nesse ciclo os compromissos sociais a partir do ícone da família e, nesse calendário, as datas comemorativas fortalecem vínculos com o passado.

### 3. CONSIDERAÇÕES

Confere-se nestas primeiras análises das 36 capas que os discursos mnêmicos estão presentes nas duas revistas, assim como os da saúde.

No entanto, pode-se inferir que a sustentabilidade, que apresenta uma característica multidimensional, integrando as dimensões do ambiente, do bem-estar social, da resiliência económica e da boa governança, foi representada uma única vez. A chamada “Batata-doce da polpa à casca tudo se aproveita!”<sup>13</sup> faz referência às causas sustentáveis, mas o enunciatador se eximiu de oferecer a ela o primeiro plano. O motivo destacado na capa eram as panquecas de aveia com compota de tomate, uma proposta anunciada como opção para o *brunch*. O significante “batata-doce” manteve-se no meio da página, à esquerda e, ainda abaixo de outra chamada: “one pot pasta – a massa que está a conquistar o mundo”. Esta última, por estar impressa sobre a figura de um pote de geleias de frutas vermelhas, ganha realce e significado no contexto. Por sua vez, qualquer imagem referente à batata-doce, assim como a sua polpa ou a sua casca aparecem figuradas.

Ainda que as capas de revistas ofereçam pistas primorosas no processo das análises dos discursos mediáticos, reconhece-se a importância dos demais conteúdos expressos nessas publicações para que se possa conferir o papel que elas ocupam, e mais precisamente o das empresas que as publicam, quando se diz respeito às causas da alimentação sustentável.

<sup>12</sup> Ainda que não faça parte do *corpus*, cabe ser mencionado que a edição 37 da *Continente Magazine*, de setembro de 2013, destacou em sua capa a foto da apresentadora da televisão portuguesa Cristina Ferreira, e a temática da edição, comemorativa dos três anos da revista, foi “especial vintage”.

<sup>13</sup> Edição 27 da *Sabe Bem*, publicada no bimestre de setembro/outubro de 2015.

## REFERÊNCIAS

- Allen, P. (2004). *Together at the table: Sustainability and sustenance in the American agrifood system*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.
- Bakhtin, M. (1987). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec.
- Barthes, R. (1961). Pour une psycho-sociologie de l'alimentation contemporaine. *Annales*, 16(5), 977-986. Retirado de [https://www.persee.fr/doc/ahess\\_0395-2649\\_1961\\_num\\_16\\_5\\_420772](https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1961_num_16_5_420772)
- Bourdieu, P. & Wacquant, L. (2005). *Una invitación a la sociología reflexiva*. Argentina: siglo XXI Editores.
- Cardoso, M. D. (2018, 4 de novembro). A alimentação é o que mais pesa na pegada ecológica de Portugal, *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2018/11/04/ciencia/noticia/seis-municipios-calcularam-pegada-ecologica-alimentacao-pesa-1849552>
- Carvalho, F. (2012). *Semiótica social e imprensa: o layout da primeira página de jornais portugueses sob o enfoque analítico da gramática visual*. Tese de Doutorado, Universidade Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado de [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6642/1/ulsdo63o65\\_td\\_Flaviane\\_Carvalho.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6642/1/ulsdo63o65_td_Flaviane_Carvalho.pdf)
- Charaudeau, P. (2006). *Discursos das mídias*. São Paulo: Contexto.
- Chiachiri, A. (2008). *O sabor das imagens*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. Retirado de <file:///C:/Users/asu1/Downloads/Antonio%20Roberto%20Chiachiri%20Filho.pdf>
- Contreras, J. & Gracia, M. (2005). *Alimentación y cultura-perspectivas antropológicas*. Barcelona: Ariel.
- Deloitte (2018). Global powers of retailing 2018-Transformative change, reinvigorated commerce. Retirado de <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/at/Documents/about-deloitte/global-powers-of-retailing-2018.pdf>
- Dossey, A., Morales-Ramos, J. & Rojas, M. G. (2016). *Insects as sustainable food ingredients: production, processing and food applications*. Londres: Academic Press.
- Esnouf, C., Russel M. & Bricas, N. (Eds.) (2013). *Food system sustainability: insights from duALIne*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fishler, C. (1995). *El (h)omnívoro – el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama.

- Gliessman, S. (2015). *Agroecology: the ecology of sustainable food systems*. Londres: CRC Press.
- Graça, J. (2018,31 de outubro) Comer o mundo- desafios de sustentabilidade na nossa alimentação. Retirado de <https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2018/10/31/comer-o-mundo-desafios-de-sustentabilidade-na-nossa-alimentacao/#more-4736>
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Lahsen, M. (2017). Buffers against inconvenient knowledge: Brazilian newspaper representations of the climate-meat link. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 17-35. DOI: 10.5380/dma.v40i0.49258
- Lang, T. & Barling, D. (2012). Food security and food sustainability: reformulating the debate. *The Geographical Journal*, 178(4), 313-326.
- Luderer, C. (2013). *O papel dos chefs celebridades na construção do espetáculo da alimentação: análise discursiva das revistas de gastronomia de luxo*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. Retirado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4549?mode=full>
- Luderer, C. (2014). Memórias visitadas na gastronomia- a onda rétro. In *Anais do Comunicon 2014*. ESPM-SP, São Paulo, ESPM-SP. Retirado de [http://www3.espm.br/download/Anais\\_Comunicon\\_2014/gts/gt\\_sete/GTo7\\_LUDERER.pdf](http://www3.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_sete/GTo7_LUDERER.pdf)
- Luderer, C. (2017). Memória: sintoma do mal-estar da onivoridade. In J. Prado & V. Prates (Eds.), *Sintoma e fantasia no capitalismo comunicacional* (pp. 171-193). São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- Mason, P. & Lang, T. (2017). *Sustainable diets: How ecological nutrition can transform consumption and the food system*. Oxon, Reino Unido: Routledge.
- Marsden, T. & Morley, A. (Eds.) (2014). *Sustainable food systems: building a new paradigm*. Nova Iorque: Routledge.
- Macedo, R. (2015). *Continente Magazine multiplataformas*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior do Porto, Porto, Portugal. Retirado de [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13415/1/renata\\_macedo.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13415/1/renata_macedo.pdf)
- McLaren, P. (1998). *Multiculturalismo revolucionario: pedagogía de disensión para el nuevo milenio*. Mexico, D.F: Siglo Veintiuno Editores.
- Naccarato, P. & Lebesco, K. (2012). *Culinary capital*. Londres e Nova Iorque: BERG.

- Oosterveer, P., Guivant, J. & Spaargaren, G. (2007). Shopping for green food in globalizing supermarkets. In J. Pretty et al, *The Sage Handbook of Environment and Society* (pp. 411-428) Londres: Sage.
- Prado, J. (2011). *Regimes de visibilidade em revistas-análise multifocal dos contratos de comunicação*. Grupo de Pesquisas em Mídia Impressa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. [DVD-hipermídia].
- Pires, Iva (2018). *Desperdício alimentar*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rebelo, H. (2016). Os nomes das receitas: um património linguístico regional, nacional ou internacional? Uma análise lexical. In J. Pinheiro & C. Soares (Eds.), *Patrimónios alimentares de Aquém e Além* (pp. 283-312). Coimbra: Coimbra University Press. DOI: 10.14195/978-989-26-1191-4\_13
- Redclif, M. & Springett, D. (Eds.) (2015). *Routledge international handbook of sustainable development*. Nova Iorque: Routledge.
- Rocha, C. (2017). *Merchandising num supermercado Pingo Doce*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal. Retirado de [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/8470/MERCHANDISING\\_numSupermercadoPingoDoce\\_ROCHA2017.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/8470/MERCHANDISING_numSupermercadoPingoDoce_ROCHA2017.pdf?sequence=1)
- Romano, A. (Ed.) (2014). *Dieta mediterrânica em Portugal – cultura, alimentação e saúde*. Faro: Universidade do Algarve.
- Rousseau, S. (2012). *Food media-celebrity chefs and the politics of everyday interferences*. Londres e Nova Iorque: BERG.
- Schmidt, L., Truninger, M., Guerra, J. & Prista, P. (2018). *Sustentabilidade-primeiro grande inquérito em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sedlacko, M., Reisch, L. & Scholl, G. (2013). Sustainable food consumption: when evidence-based policy making meets policy-minded research – Introduction to the special issue, *Sustainability: Science, Practice and Policy*, 9(2), 1-6.
- Sfez, L. (1996). *A saúde perfeita- crítica de uma nova utopia*. São Paulo: Loyola.
- Truninger, M. (2010). *O campo vem à cidade: Agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- UN (2015). Sustainable development agenda-17 goals to transform our world. Retirado de <https://www.unglobalcompact.org/sdgs/17-global-goals>
- Verain, M., Sijtsema, S., Dagevos, H. & Antonides, G. (2017). Attribute segmentation and communication effects on healthy and sustainable consumer diet intentions. *Sustainability*, 9, 743.



Whitehead, M. (2018). Sustainability. In C. Death (Ed.), *Critical environmental politics* (pp. 257-266). Londres e Nova Iorque: Routledge.

Citação:

Luderer, C. & Carvalho, A. (2019). As revistas de culinária de supermercados portugueses e seus discursos sobre alimentação. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 52-70). Braga: CECS.

CLÁUDIO ABDO, ROSA CABECINHAS & MARIA JOSÉ BRITES

claudioabdo@gmail.com; cabecinhas@ics.uminho.pt; britesmariajose@gmail.com

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - CECS - UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA; CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM COMUNICAÇÃO APLICADA, CULTURA E NOVAS TECNOLOGIAS - CICANT - UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO, PORTO

# CRISE MIGRATÓRIA NA EUROPA: OS *MEDIA* E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DOS REFUGIADOS

## RESUMO

A chegada de milhões de refugiados ao continente europeu desde 2014 evidencia uma crise humanitária, mas também uma incapacidade dos países que compõem a União Europeia em encontrar em desenvolver políticas migratórias e de asilo que sejam comuns. Para compreender os desdobramentos, causas e possíveis consequências da crise migratória na Europa, se torna indispensável abordar temas como a globalização, as migrações forçadas, a Primavera Árabe, os refugiados, os *media* e os impactos na sociedade. Dessa forma, o que se alcança é um enquadramento do contexto em que a crise ocorre revisitando a história recente, mas também a possibilidade de uma análise do papel dos *media* na construção e difusão de imagens dos refugiados que encontram, do outro lado, uma sociedade baseada no espetáculo e que está pronta para consumir o conteúdo que lhes é ofertado.

## PALAVRAS-CHAVE

Crise migratória; Europa; imagem; *media*; refugiados; sociedade

---

## 1. INTRODUÇÃO

Em 2017, 68 milhões de pessoas deslocaram-se forçadamente pelo mundo e, destas, mais de 25 milhões enquadravam-se como refugiados de acordo com a ACNUR (2018). Este texto traz reflexões teóricas e também uma contextualização histórica e geográfica que contextualizam esta temática no século XXI. Trata, sobretudo, da globalização, das migrações forçadas, da Primavera Árabe, dos refugiados e chega até aos *media*, passando por questões fundamentais relativas à literacia mediática, à sociedade do espetáculo e aos valores de notícia.

Importa destacar que a “crise migratória” – em curso sobretudo desde 2014 – já é considerada a maior deslocação de pessoas, motivada por conflitos armados, que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial na Europa. Vale ressaltar ainda que a chegada em “massa” desses cidadãos na condição de refugiados foi e ainda é noticiada pelos *media* que, atuando de forma ativa e muitas vezes imparcial, exercem influência na formação da opinião pública e contribuem para a construção da imagem dos refugiados. Ademais, em pouco mais de quatro anos, os países da Europa dão sinais ao mundo de que suas políticas de migração, de acolhimento e até os pactos e tratados em relação aos direitos humanos estão ainda somente na teoria e muito distantes de serem postos em prática.

Há uma clara discordância no entendimento dos conceitos de Nação, Estado, soberania, segurança nacional na crise migratória europeia, especialmente em um tempo onde a globalização se mostra como a grande disseminadora de processos globais e que, via de regra, não consideram as fronteiras nacionais, as diferentes culturas, os direitos e liberdades, tendo as questões econômicas geralmente como principais motores de propulsão. Pensar se a crise migratória na Europa é uma ameaça pura e simples aos conceitos supracitados, ou uma oportunidade para o avanço de leis e políticas mais justas em relação aos migrantes, refugiados e às migrações, aparece como uma considerável ponderação a ser feita.

## 2. GLOBALIZAÇÃO

Os vários sentidos atribuídos à globalização tornam o processo de definição do termo bastante complexo, porém faz-se necessário considerar que existem aspetos indissociáveis ao tema. Há uma alteração sensível nos conceitos de espaço e de tempo, as interações culturais são multiplicadas, bem como surge com a globalização uma partilha dos problemas que deixam de ser locais para se tornarem globais. Além disso, com relações econômicas e sociais cada vez mais dependentes, organizações multinacionais, redes de transporte e comunicação interligadas, nota-se que há, na globalização, uma sincronização nas mais diferentes dimensões (Barreto, 2005).

Talvez para entender a globalização seja necessário notar que existe um cruzamento dos mais diversos aspetos e de diferentes dimensões, passando pela economia, mas também chegando às questões tecnológicas, sociais, políticas, de cultura e de desenvolvimento. Em se tratando de economia, a globalização pode ser apontada como uma das principais responsáveis pela perda de poder dos Estados nas questões de regulamentação, já

que grandes corporações e os próprios mercados de câmbio sucumbiram à emergência da integração e interdependência que podem ser consideradas adjetivos da globalização (Barreto, 2005).

Dessa forma, diversos autores fazem questão de afirmar que os processos migratórios só ganharam a força e a proporção que possuem graças ao estabelecimento de um mercado mundial. Mercado este que suscita nos cidadãos uma busca por qualidade de vida, conforto econômico e social utilizando-se das redes de transporte e comunicação cada vez mais integradas. Porém, engana-se quem olha para a globalização somente como promotora de bem estar social e união. Isso porque, como afirma Castells (2002), o trabalho feito para promover a globalização de maneira positiva é muito bem elaborado. Portanto, se de um lado essa globalização promove o surgimento e a formação de sociedades multiculturais onde pessoas de diferentes nacionalidades, culturas, aspetos de vida, religião, medos e anseios passam a conviver e a ter a vida compartilhada sob alguns aspetos, do outro lado há uma crescente desigualdade entre Estados e problemas sociais diretamente relacionados com essas disparidades.

Tais desigualdades traduzem-se, muitas vezes, em conflitos e guerras atuando fortemente na decisão das pessoas em migrarem em busca de melhores condições de vida e não só. As questões econômicas suscitadas pela globalização e sua propaganda que se baseia no falso pressuposto de que há uma mobilidade mais fácil e rápida, contrasta com a interferência direta dos Estados na tentativa, muitas vezes fracassada e outras tantas bem sucedida, de controlar as fronteiras e os fluxos de pessoas. A influência dos Estados não é tão premente no caso das migrações internas, porém com as migrações internacionais é importante lembrar o papel fulcral dos governos nesse processo, especialmente em países onde a democracia foi sufocada por uma ditadura.

Seria irresponsável atribuir outros atributos e responsabilidades das vagas migratórias somente aos Estados. Porém é relevante sublinhar que cabe aos Estados o desenvolvimento de políticas de imigração que visam promover a cidadania e que essas políticas atuam diretamente nos fluxos migratórios e na maneira como estes fluxos se moldam (Reis, 2004). Dessa forma, está claro que as questões migratórias são suscetíveis às interferências dos Estados e que a mudança de país por qualquer pessoa que a deseje não é tão simples como o envio e recebimento de fluxos de capital.

Portanto, se é possível fazer a associação entre a agilidade nos processos comunicacionais e das redes de transporte, também é plausível atrelar o fenômeno da força de trabalho e das migrações com a globalização. Devido à obediência da globalização a uma economia global e a um

sistema econômico interdependente, há uma permissão intrínseca no caso da movimentação de pessoas de um ponto a outro do planeta em prol dos mais diversos motivos, especialmente os que estão relacionados à economia. Essa facilidade em relação ao comércio de mercadorias, de movimentação de pessoas e de capitais não ocorreria se não fosse a globalização (Held & McGrew, 2001).

Sendo assim, é possível afirmar que a globalização é, antes de tudo, um fenômeno econômico e que também por isso gera impactos na sociedade, entre eles está o das questões migratórias que nos traz aqui. A globalização, as migrações e a força de trabalho podem ser tratados como temas correlatos e também apontados como a causa e a consequência uns dos outros.

Em relação à crise migratória na Europa no século XXI, há uma demonstração prática do mecanismo que movimenta a globalização. Guerras e conflitos de diversas naturezas forçam a movimentação de milhares de pessoas (força de trabalho) de seus países de origem (migrações) para que busquem uma vida mais digna. Essa vaga migratória se depara com o continente europeu, sua população ativa mais envelhecida e que, sem uma ação rápida e eficaz, não conseguiria reverter essa situação. Como tal, a Europa, e tudo o que ela significa em termos econômicos, perderia força diante de outros blocos econômicos globais (globalização). Ou seja, ao se analisar a crise migratória na Europa e a sua relação com a globalização, é possível notar que os acontecimentos em torno do tema (crise migratória) servem também para responder a uma necessidade de mercado.

### **3. MIGRAÇÕES FORÇADAS, PRIMAVERA ÁRABE E OS REFUGIADOS**

As migrações são parte integrante da história da humanidade e debater, mesmo que de maneira sucinta, o conceito de diáspora se faz necessário. Ainda que inicialmente o debate em torno da diáspora tenha sido fortemente influenciado pela diáspora judaica, Cohen (2008) traz para a discussão o fato de que também outros “grupos étnicos” se dispersaram por territórios. Esse autor afirma que alguns críticos argumentam que o conceito de diáspora precisou ser revisto e rediscutido por conta do que Cohen chama de mundo pós-moderno. Um mundo onde as identidades não se definem somente por conta de um território, mas também são flexíveis e dependem do contexto.

Mesmo que o conceito de diáspora tenha sido rediscutido, para Brubaker (2005, p. 5) existem ao menos três elementos que devem ser

considerados para que um movimento migratório possa ser entendido como uma diáspora, são eles: o primeiro, “a dispersão no espaço”; o segundo, “orientação para uma ‘pátria’”; e o terceiro, “manutenção das fronteiras”.

Porém, a grande maioria dos Estados, muitos deles influenciados e impactados diretamente pela globalização em seu viés econômico, partem do pressuposto que as migrações são motivadas unicamente por motivos relacionados à economia. Mas, geralmente esquecem-se de que a interdependência gerada pela globalização também atua em questões políticas e sociais. Um acontecimento em um país longínquo na América do Sul, por exemplo, gerará impactos, também migratórios, na Europa, América do Norte, Ásia ou Oceânia. A amplificação global de problemas locais pode ser apontada como mais um aspeto da globalização que pode afetar os processos e fluxos migratórios.

As diferentes decisões políticas em relação aos migrantes forçados demonstram que os Estados não sabem lidar com estas pessoas, pois como os fluxos migratórios são quase sempre permeados por questões econômicas, as discussões costumam ocorrer desconsiderando o fator humano e privilegiando outros aspetos como a concessão de benefícios sociais, controle preventivo dos imigrantes e implantação de políticas para discernir entre os migrantes desejáveis e os indesejáveis. O Canadá conta com um sistema de classificação dos requerentes de visto (estudo, trabalho, etc.) onde leva em consideração, sobretudo, aspetos econômicos e, por exemplo, para atribuir ou retirar pontos dos solicitantes, a idade, a formação acadêmica, a renda média e o domínio da língua são pontos fundamentais e determinantes. Ou seja, novamente percebe-se que as migrações interagem fortemente com os processos globais de economia (Peixoto, 2007).

E a crise migratória na Europa do século XXI surge como uma fonte quase que inesgotável de elementos que reforçam essa ideia. O evento que pode ser considerado o gatilho para tal crise é a denominada Primavera Árabe, um acontecimento que ficou assim conhecido no ocidente por conta da forma como os *media* noticiaram os diferentes incidentes políticos de caráter popular que inicialmente ocorreram nos países do norte da África e, posteriormente, nos países do Oriente Médio. Mas não só, a designação de Primavera Árabe também se deu por significar o renascimento, o fim de um período mais escuro e sombrio (Bijos & Silva, 2013) e, como afirma Babo (2013, pp. 798-799), “a designação primavera árabe – que se reporta à primavera de Praga, dado o caráter do movimento jovem na rua (...) resulta de um uso público da memória coletiva europeia” e, dessa forma, se “enquadra assim num *frame* de referências culturais e históricas a afetação vivida na experiência pública pelas impressionantes manifestações”.

Com protestos inicialmente na Tunísia no fim de 2010 por conta da morte do jovem Mohamed Bouazizi por autoimolação, a onda de revoltas chega rapidamente na Líbia, Argélia, Marrocos, Mauritânia, Egito, Sudão, Somália, Iêmen, Omã, Arábia Saudita, Iraque, Líbano, Síria e outros países que, via de regra, viviam sob regimes ditatoriais de décadas. Porém, em termos mediáticos, foi a guerra civil na Síria que ganhou a atenção dos meios de comunicação ocidentais. Desde 2011, os confrontos naquele país ocupam as páginas dedicadas às notícias internacionais dos principais jornais do mundo.

Metade dos 22 milhões de habitantes da Síria, de acordo com dados da ACNUR (2016), são atualmente compostos por pessoas na condição de refugiados (4,9 milhões) ou que se deslocaram internamente (6,6 milhões). Em termos gerais, dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2018) mostram que 68,5 milhões de pessoas são deslocadas no mundo e que, deste número, 25,4 milhões foram contabilizadas em 2017 como estando na condição de refugiadas.

Porém, quando a questão dos refugiados chega até os países do continente europeu e a crise migratória começa a pautar os *media* da Europa e do mundo a parte do conceito de globalização onde é referida a questão dos problemas compartilhados, faz muito sentido. Um sentido pragmático onde a União Europeia assiste, sem reação, à chegada de milhares de refugiados nas cidades litorais da Grécia e da Itália por via marítima e por via terrestre na Bulgária, Romênia, Sérvia e Hungria. E mesmo que 70% dos europeus sejam favoráveis a criação e ao desenvolvimento de uma política comum em relação às migrações na Europa, e que 65% se mostrem receptivos ao processo migratório intracomunitário, 52% são contrários à chegada de imigrantes provenientes de países de fora da União Europeia (Eurobarómetro 89, 2018). Ou seja, tão importante quanto discutir os impactos da crise migratória na sociedade europeia, é a abordagem feita pelos *media* quando noticiam a chegada de refugiados ao continente europeu.

#### 4. OS *MEDIA*, A LITERACIA MEDIÁTICA E A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

Estudar os *media* é, antes de tudo, passar a tentar compreender qual o impacto que eles têm na sociedade. Há, inicialmente, a necessidade premente de se admitir e reconhecer que a presença dos *media* na vida contemporânea se faz de maneira ostensiva e quase que universal, mas que além disso essa presença atuou e atua na criação de uma dependência no que se refere a busca compilada de informação por parte dos espectadores

e de experiências que, sem os *media*, não ocorreriam da maneira como acontecem (Silverstone, 2002).

Por isso a percepção da importância dos *media* na sociedade passa, inevitavelmente, pelo conceito de literacia mediática que, de acordo com a Comissão Europeia na recomendação publicada em 2009, transita na capacidade que os cidadãos possuem em acessar os *media* e em avaliar de maneira crítica, quando o fazem, os conteúdos disponibilizados respeitando os contextos diversos. Além disso, a maneira como os *media* estão incorporados ao dia a dia das pessoas, a forma como atuam na criação de novas formas de entretenimento, nas diferentes possibilidades de se conhecer o mundo e, dessa maneira, interferindo na vida laboral, educacional e no modo como são estabelecidos os processos de comunicação e de informação, mostram a importância e a necessidade em se aprender sobre o papel dos *media* (Pereira, Pinto & Moura, 2015).

Portanto, entende-se que não é possível separar a sociedade dos *media* e, sendo assim, o caminho mais apropriado é o de preparar os cidadãos para que seja possível criar uma convivência honesta e transparente. Além disso, se as sociedades democráticas são pautadas pelo exercício do poder, é na literacia mediática onde reside a possibilidade da transferência de poder dos grandes conglomerados de *media* para as pessoas que compõem a sociedade civil e que, diante do advento da internet, também são produtoras de conteúdo (João & Menezes, 2012). Segundo Potter Potter, (2004, p. 20), sem um bom entendimento dos *media*, suas mensagens e os efeitos, as pessoas podem desenvolver mal-entendidos e interpretações erradas sobre o mundo. Aqueles que não conseguirem desenvolver a sua literacia mediática serão arrastados por uma onda de mensagens. Saber muito sobre os eventos atuais apresentados pelas organizações de notícias não significa necessariamente que sabemos quais são os problemas do mundo – ou como lidar com eles. Os *media* podem dar uma falsa sensação de que estamos bem informados.

Há, portanto, uma necessidade em se discutir os *media* também pelo prisma do consumo. Para Baudrillard (1995) a sociedade baseia quase todas as suas relações no consumo onde todos os acontecimentos parecem seguir um roteiro pré-determinado para que aconteçam na hora determinada e sem causar surpresas. Para o autor, os meios de comunicação de massa universalizam os fatos e os acontecimentos justamente porque a sociedade moderna espera isso deles. Sendo assim, os *media* não são capazes de espelhar a realidade, apenas fragmentos dessa realidade.

Em se tratando dos *media* e da literacia mediática, a questão dos refugiados também é permeada pela desinformação. Se de um lado não



é possível dissociar a atuação dos *media* da vida do cidadão comum e do contrato que se estabelece entre quem envia a mensagem e quem a recebe e a maneira como isso decorre, por outro lado essa emergência dos fatos e da necessidade em serem noticiados são um campo fértil para o surgimento de notícias falsas, ou que não são verificadas, justamente pela falta de tempo. Há uma necessidade de que a informação circule rapidamente e, como afirma Bauman (2007), para que isso ocorra ela não necessariamente precisa ser verdadeira. No caso dos refugiados, outros fatores precisam ser levados em consideração para que as notícias falsas ganhem fôlego. Como as questões relacionadas com a teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1979). Porém, por ser um tema que merece um respeitoso aprofundamento, não será abordado neste texto.

Ocorre que no século XXI o impacto da notícia é muito mais relevante do que o seu teor. O jornalismo usufrui disso para gerar repercussão aproveitando-se, inclusive, das redes sociais digitais e das bolhas criadas pela internet onde a aplicação de filtros permite que os usuários vejam somente o que lhes interessa. Sendo assim, o compartilhamento e o consumo de falsas notícias ecoam e reverberam em espaços onde não existem resistências e forças que contrariam as ideias divulgadas. É uma comunicação conveniente onde quem diz sabe exatamente o que o público quer ouvir e encontra caminho livre para, inclusive, espalhar notícias falsas de maneira rápida e com consequências graves (Wardle & Derakhshan, 2017).

Porém, se faz necessário refletir sobre os mais diversos aspetos no processo comunicacional. Quem cria as notícias falsas sabe que, de alguma maneira, existe um caminho livre a ser percorrido e que há um público disposto a ouvir e ver aquelas inverdades. Para Gitlin (2003, p. 109) “os meios de comunicação não são espelhos da realidade, nem são pinturas abstratas do imaginário”. Para o autor, “eles são, novamente, mais como espelhos de casa divertidos, estreitando e alargando, alongando e encurtando, distorcendo e negligenciando o que já está lá – em algum lugar”.

Falar dos *media* e da literacia mediática possibilita que outras questões sejam debatidas, especialmente as que dizem respeito ao que se produz e ao que se consome em relação aos mais diferentes aspetos da sociedade (economia, política, etc.). O conceito de espetáculo caminha lado a lado ao das indústrias culturais, pois os espaços criados dentro dos *media* possibilitam, principalmente na internet, que pessoas e produtos circulem em um meio altamente tecnológico onde novos e possíveis consumidores são convencidos (Kellner, 2006).

A crise migratória na Europa parece pautar as notícias pelo mundo, não somente por sua gravidade e emergência humanitária, mas porque em

torno dessa crise a questão da espetacularização surge de maneira intensa. Para Debord (2003, p. 14) “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre as pessoas, mediatizada por imagens”, ou seja, a chegada de milhares de refugiados ao continente europeu possibilita a criação e o desenvolvimento dessa relação social referida pelo autor e tem sido uma oportunidade para que imagens dramáticas inundem os *media* de todo o mundo. É um processo que se retroalimenta e, mesmo que se beneficie do sofrimento humano, encontra audiências para isso.

Portanto, novamente se faz necessário compreender a relação entre quem produz e quem consome os conteúdos e notícias no que diz respeito, por exemplo, aos valores notícia. Pois, ao saber da existência de uma sociedade que baseia suas relações no espetáculo, obviamente que a contrapartida dos *media* será, em maior ou menor grau, tentar abastecer e entregar para essa sociedade informações que cumpram a função e obedeçam os requisitos para serem espetaculares. Freund (1995, p. 188) diz que “a natureza, vista pela câmara, é diferente da natureza vista pelo olho humano”, ou seja, se na sociedade do espetáculo a questão visual conta, há de se ter em conta que os *media* utilizam e se apoiam em imagens que cumprem requisitos estéticos e de noticiabilidade para que surtam o efeito pretendido.

Importante ressaltar que a maneira como o processo de seleção da informação acontece não é ocasional. Os profissionais responsáveis por essa seleção atuam como mediadores da informação, gozam de certo prestígio e confiança perante o público e, sendo assim, atuam como selecionadores das mensagens e transformam uma quantidade quase que infinita de notícias em recortes. Frente a essa situação, a redução de tantas mensagens potenciais em um conjunto tão pequeno pode parecer impossível, mas existe um longo e consolidado processo que possibilita que isso aconteça diariamente. Esse processo determina não apenas qual informação será selecionada, mas também qual será o conteúdo e a natureza das mensagens tais como as notícias, por exemplo (Shoemaker & Vos, 2016, p. 11).

Porém, o processo de definição do que é ou não notícia vai levar diferentes aspectos em consideração. Desde questões semânticas, de recepção e sintáticas. É possível dizer que a confiança e o hábito de consumir um determinado veículo de comunicação suprem os atributos semânticos, já os fatos inéditos e raros são os encarregados pelas questões sintáticas. Levando em consideração os atributos de recepção, pode-se afirmar que estes irão depender da consciência do receptor e também dos critérios de noticiabilidade utilizados (Epstein, 2007).

## 5. CONCLUSÕES

A intenção deste capítulo passa também por tentar encontrar pistas e indicações que mostrem a maneira como os cidadãos europeus percebem os refugiados e traçar um paralelo que aponte em que medida essa percepção é influenciada pelos *media*. Se é na globalização que os processos migratórios se tornam mais intensos, velozes e abundantes, pode-se dizer que as questões relacionadas aos *media* também acompanham essa velocidade, abundância e intensidade. No caso dos refugiados e da crise migratória na Europa, não é possível dissociar o papel dos *media* diante dos acontecimentos e tão pouco subestimar o trabalho realizado pelos profissionais de comunicação que atuam de maneira sistemática na busca por imagens e notícias que pretendem causar impacto em uma sociedade sedenta pelo espetáculo.

O que se viu durante o auge da crise migratória na Europa, especialmente em 2015, é que esses acontecimentos foram ilustrados por imagens de milhares de pessoas amontoadas em barcos pelo Mediterrâneo ou que seguiam a pé por centenas de quilômetros tentando chegar ao continente europeu. A maneira como a relação entre a sociedade e os *media* foi constituída pressupõe que atualmente é expectável que essa sociedade precisa ser impactada e, sendo assim, os *media* precisam entregar imagens que sejam capazes de chocar. Dessa maneira, é na crise migratória e na chegada dos milhares de refugiados à Europa que isso vai acontecer de maneira fluida, frequente e eficaz.

Outro aspeto interessante da crise migratória que envolve a Europa é que os acontecimentos políticos e sociais ocorridos na África e no Oriente Médio e que foram designados de Primavera Árabe mostram, de maneira pragmática, os efeitos da globalização. Seja pela interdependência ou pela comunhão dos problemas, os desdobramentos das revoluções ocorridas em países como a Síria, por exemplo, são sentidos, repercutem muito distante daquele território e podem ser apontados como consequências diretas da globalização. Há uma mudança, não só nos conceitos de espaço e tempo, mas também no encurtamento de distâncias promovidos pela globalização. O número crescente de refugiados e que já é o maior desde a Segunda Guerra Mundial mostra que as decisões políticas e as consequências sociais que, em princípio, seriam sentidas somente localmente, ganham na globalização uma dimensão amplificada e mundial.

A delicada e complicada questão dos refugiados na Europa serve de oportunidade, se essa for a intenção, de se analisar o entendimento e a interpretação que é dada aos diferentes conceitos. Seja por conta da

definição do que é Estado, Nação ou território, passando até mesmo pela tão defendida e proclamada segurança nacional, um argumento frequentemente utilizado para se negar pedidos de asilo ou de recebimento de refugiados, há no continente europeu, e quem sabe em outros continentes e países do mundo, uma chance de se discutir os direitos humanos. É também uma oportunidade para que seja feita uma reflexão sobre o fosso entre a teoria e prática no que diz respeito aos direitos humanos e alertar para os riscos de retrocesso.

Além disso, a conjuntura dos acontecimentos relacionados à crise migratória na Europa pode servir de inspiração para que a discussão em torno da literacia mediática ganhe adeptos e, dessa forma, outras oportunidades surjam, trazendo para o debate as responsabilidades sociais atribuídas aos media também pelo viés migratório. Com certeza a crise migratória na Europa fez as políticas de migração voltarem a ser discutidas, mesmo que para isso tenha havido algum tipo de fragmentação e discussões acaloradas no parlamento europeu.

Nota-se, com isso, que as questões migratórias jamais podem sair da pauta social, política e econômica das sociedades. A demora nas respostas às questões dos refugiados na Europa mostra exatamente os efeitos negativos de se evitar discussões em torno de temas tão sensíveis por conta do populismo político. Se a implantação de políticas migratórias comuns estivesse constantemente na pauta do parlamento europeu, por exemplo, as medidas emergenciais e humanitárias poderiam ter sido implantadas de maneira mais ágil evitando perdas de vidas humanas já no início da crise, algo que não ocorreu.

Portanto, debater o papel dos *media* na sociedade serve também para reforçar que, em países democráticos, são esses *media* que, de maneira mais ou menos intensa, cumprem a função básica de informar, mas também de agirem como fiscais da sociedade para com os olhos voltados para as ações políticas e, com isso, trazer à tona temas relevantes. A discussão em torno dos desdobramentos da crise migratória na Europa no século XXI também se dá por conta do que foi mostrado pelos *media* e como isso afetou a opinião pública.

## FINANCIAMENTO

Cláudio Abdo é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da concessão de uma bolsa de doutoramento (PD/BD/128175/2016) no âmbito da Bolsa de Investigação do POCH - Programa

Operacional Capital Humano, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.

## REFERÊNCIAS

- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2016). Deslocamento forçado atinge recorde global e afeta uma em cada 113 pessoas no mundo. Retirado de <https://goo.gl/1ARzem>
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2018). Dados sobre Refúgio. Retirado de <https://bit.ly/2sOO893>
- Babo, I. (2013). As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011: A semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais. *Análise Social*, 209, 792-809.
- Barreto, A. (Ed.) (2005). *Globalização e migrações*. Lisboa: Impr. de Ciências Sociais.
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2007). *A vida fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio de Água.
- Bijos, L. M. D. J. & Silva, P. A. D. (2013). Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. *Revista CEJ*, 17(59), 58-71.
- Brubaker, R. (2005). The 'diaspora' diaspora. *Ethnic and Racial Studies*, 28(1), 1-19.
- Castells, M. (2002). *The internet galaxy: reflections on the internet, business, and society*. Nova Iorque: Oxford University Press on Demand. Retirado de <https://goo.gl/H8btja>
- Cohen, R. (2008). Sólidas, dúcteis e líquidas: noções em mutação de "lar" e "terra natal" nos estudos da diáspora. *Caderno CRH*, 21(54), 519-532.
- Debord, G. (2003). *A sociedade do espetáculo*. Retirado de <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>
- Epstein, I. (2007). Quando um fato se transforma em notícia no jornalismo e na ciência. *Comunicação & Sociedade*, 28(47), 159-179.
- Freund, G. (1995). *Fotografia e sociedade*. Lisboa: Ed. Veja.

- Gitlin, T. (2003). *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkeley: Univ of California Press. Retirado de <https://goo.gl/AyPLK5>
- Held, D. & McGrew, A. (2001). *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar. Retirado de <https://goo.gl/o9p1ig>
- IOM, International Organization for Migration. (2018). Global migration trends. Retirado de <https://www.iom.int/global-migration-trends>
- João, S. G. & Menezes, I. (2012). Construção e validação de indicadores de literacia mediática. *Comunicação & Sociedade*, 13, 55-68.
- Kellner, D. (2006). Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. *Sociedade midiaticizada. LÍBERO*, 6(11), 119-147. Retirado de <https://goo.gl/E8e11S>
- Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal. *Análise Social*, 183, 445-469. Retirado de <https://bit.ly/2HmJFmy>
- Pereira, S., Pinto, M. & Moura, P. (2015). *Níveis de literacia mediática: estudo exploratório com jovens do 12º ano*. Retirado de <https://goo.gl/QTPM2q>
- Potter, W. J. (2004). *Theory of media literacy: a cognitive approach*. Londres: Sage Publications.
- Reis, R. R. (2004). Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, 19(55), 149-163
- Shoemaker, P. J. & Vos, T. P. (2016). *Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia*. Porto Alegre: Penso Editora. Retirado de <https://goo.gl/fdZVmj>
- Silverstone, R. (2002). *Por que estudar a mídia*. São Paulo: Edições Loyola. Retirado de <https://goo.gl/uWj5ss>
- Standard Eurobarometer 89. Spring (2018). The views of Europeans on the European Union's priorities. Retirado de <https://goo.gl/LrDy8s>
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of intergroup relations* (pp. 33-48). Monterey, California: Brooks/cole.
- Wardle, C. & Derakhshan, H. (2017). Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. *Council of Europe Report*, DGI (2017), 9.

## Citação:

Abdo, C., Cabecinhas, R. & Brites, M. J. (2019). Crise migratória na Europa: os media e a construção da imagem dos refugiados. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 71-83). Braga: CECS.

**JULIANA RODRIGUES VARGAS, MANUEL PINTO & SANDRA MARINHO**

juvargas13@gmail.com; mpinto@ics.uminho.pt; marinho@ics.uminho.pt

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE – CECS,  
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL**

## **DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO NA PRÁTICA DA LITERACIA EM SAÚDE**

### **RESUMO**

Neste artigo busca-se percorrer as bases que constroem o tema de investigação da tese de doutoramento em curso, intitulada *Literacia em comunicação na saúde: uma visão da cidadania no contexto dos cuidados primários*. O objetivo é apresentar, como parte da pesquisa exploratória, a construção do pensamento que estrutura a percepção e o uso da comunicação enquanto aspecto estratégico para a literacia em saúde. O trabalho está organizado de forma a expor a revisão dos estudos que colaboram para a identificação do papel da comunicação no quadro da promoção e educação em saúde. A configuração dos modos de comunicar, informar e participar neste contexto apontam para alguns desafios. Assim, considerando as complexidades do campo da saúde, apresentamos a sumarização das dimensões teóricas que configuram um novo olhar sobre a comunicação no contexto da literacia e suas práticas para a transformação social: a interação social, o diálogo e a mediação.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Comunicação; interação social; literacia em saúde

---

### **1. INTRODUÇÃO**

A literacia em termos conceituais compreende o conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias para que os sujeitos, no exercício da cidadania, sejam donos de uma autonomia que lhes permita cumprir com seus deveres e exercer os seus direitos. Sendo múltipla e definida para as práticas sociais (Azevedo, 2009), a literacia pode ser entendida como um mecanismo de apropriação de saberes que, quando aplicados aos mais diversos campos da vida – das mídias e internet ao meio ambiente e a ciência – definem se um indivíduo é ou não literato a partir da sua

capacidade de acessar, compreender as informações e avaliar criticamente sua relevância para o uso responsável desse conhecimento (Vieira, 2008). Esta concepção da literacia considera que, uma vez literato, o sujeito estaria apto a pensar e agir no mundo, partilhando responsabilidades com as instituições e estando preparado para produzir e mediar transformações individuais e coletivas. A aplicação da literacia ao campo da saúde se apoia nessa perspectiva ao apontar para a necessidade de se desenvolver nos indivíduos capacidades para que eles acessem, entendam, critiquem e utilizem as informações, partilhando responsabilidades e participando das tomadas de decisão individual e coletiva sobre a prevenção da doença e a promoção de modos de vida saudáveis (Espanha, Ávila & Mendes, 2016; Kickbusch, Maag & Wait 2006; Mårtensson & Hensing, 2012; Pedro, Amaral & Escoval, 2016).

Ao partirmos da premissa que a literacia pode ser percebida como fim de um processo que se dá através do binômio comunicação-educação<sup>1</sup>, buscamos compreender como a comunicação pode propiciar a autonomia necessária para a promoção da literacia em saúde. Mas, de que comunicação estamos falando? Que desafios essa comunicação nos impõe? Pensar a comunicação na saúde requer um grande esforço para identificar suas práticas. Primeiro porque em termos políticos, teóricos e empíricos, quase sempre ela é, no âmbito organizacional, sinônimo de informação e pode aparecer associada a outras dimensões da saúde como a educação, a promoção ou a prevenção de doenças. Além disso, reproduz uma lógica verticalizada – como a própria perspectiva conceitual da literacia –, sendo necessário, segundo Mårtensson e Hensing (2012), imprimir a ela uma visão complexa que valorize os contextos e as culturas. Neste sentido, os movimentos de mudança dos hábitos de saúde por parte dos utentes passariam não somente pelas estratégias no âmbito informativo para a criação de competências e participação como finalidade, mas pelas dinâmicas comunicativas que se instituem na complexidade das relações e interações potencializadas por estes espaços de cuidado. Para Dominique Wolton (2010), o grande desafio da comunicação estaria nesta capacidade de se relacionar, na ideia de vínculo, que requer tempo e confiança. Enquanto a informação, cada vez mais veloz e onipresente, dificultaria o aprofundamento e o confronto de ideias. Embora sejam faces da mesma moeda e juntas sejam inseparáveis no propósito da emancipação humana, “não há informação sem um projeto de comunicação (...)”. É falso afirmar que basta

<sup>1</sup> A comunicação e a educação são colocadas aqui em interconexão pois, embora possuam percursos distintos, fazem parte da mesma prática social (Araújo, Pessoni, Gomes & Oliveira, 2008). E, portanto, em interseção têm potencial de despertar a consciência da cidadania.



informar sempre mais para comunicar, pois a onipresença da informação torna a comunicação ainda mais difícil” (Wolton, 2010, p. 12).

Tanto a perspectiva informacional – comumente associada no âmbito das práticas da comunicação para a literacia com o uso das mídias e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – quanto as complexidades e potencialidades da interlocução que ocorre nas relações que se constituem no campo da saúde (Araújo & Cardoso, 2007), apresentam-se como dinâmicas comunicativas que interferem na promoção da cidadania. Sendo entendido como a capacidade de compreensão dos sujeitos acerca de seus direitos e deveres para a participação nas decisões políticas e sociais (Peruzzo, 2000), o exercício da cidadania no quadro da saúde teria “pelo menos duas dimensões: a pessoal, ligada à experiência de cada um na saúde, e a dimensão pública, de participação no desenvolvimento das políticas e serviços de saúde” (Nunes, 2014, p. 133).

Assim, ao explorar a complexidade teórica e empírica do campo, especialmente a noção de promoção da saúde, de literacia em saúde e dos processos de comunicação e educação como determinantes para a garantia dos direitos fundamentais, é possível perceber que as relações potencializadas nos espaços de atendimento são geralmente negligenciadas nas estratégias comunicativas. Destarte, este artigo tem como objetivo olhar a comunicação que viabiliza a literacia sob uma nova perspectiva, buscando compreender como os espaços de saúde pública podem ser vistos como espaços de comunicação e interação no seu interior, com cada um dos seus intervenientes e com o meio. Como percurso de diálogo e mediação de conhecimento, através do qual é possível negociar e promover mudanças nos hábitos de saúde dos utentes, por meio de um estado de colaboração<sup>2</sup>.

## 2. A LITERACIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE

O ideário popular configura a saúde como a ausência de doença, a boa forma, a boa alimentação, o não consumo de álcool ou tabaco.

<sup>2</sup> Note-se que aqui é feita uma diferenciação entre participação e colaboração. Diferente da participação que acontece na tomada de decisão e se relaciona ao exercício dos direitos em contextos democráticos, através do qual precisamos estar “aptos a tomar decisões coletivas e individuais, sendo capazes de nos expressar através de diferentes maneiras e práticas” (Jenkins, Ito & Boyd, 2016, p. 2), a concepção de colaboração defendida por Pekka Himanen (2002) acredita que existe uma ética implícita na relação da participação enquanto processo de colaboração no mundo do trabalho. Uma ética que relaciona o fazer e o aprender e que seria o novo espírito da era da informação e do conhecimento. Ele aponta, assim, para uma nova lógica que se instaura nas relações de trabalho, ensino e aprendizado constituídos de forma colaborativa, e onde as ações desses sujeitos são movidas primeiramente pelos valores de uma sociedade em que o conhecimento é livre e aberto.

Entretanto, quando associada ao objetivo individual de ‘ser saudável’, a saúde pode ganhar outros significados bem mais comunitários, como a sensação de bem-estar, de vitalidade, de ser amado e de disposição, de ter amigos, de se divertir e de ser feliz (Laverack, 2008). Embora a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2018a) a entenda como um completo estado de bem-estar físico, mental e social, não se restringindo apenas à perspectiva funcional do tratamento da doença, esta definição deixa de lado características holísticas que os sujeitos atribuem a ela.

Se considerarmos que “a nossa saúde é reflexo do nosso relacionamento com os outros” (Laverack, 2008, p. 23), ela pode ser entendida como um recurso para a vida e não como uma finalidade de vida. Promovê-la implica criar estratégias que concretizem os objetivos do sentido de ‘ser saudável’, aumentando o controle das pessoas sobre sua própria saúde. Portanto, para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, o indivíduo ou o grupo devem estar aptos a identificar e realizar as suas aspirações, a satisfazer as suas necessidades e a modificar ou adaptar-se ao meio. A promoção da saúde visa a construção de políticas públicas; a criação de ambientes favoráveis; a ação comunitária; o desenvolvimento de competências pessoais; e a reorientação dos serviços de saúde. As funções da promoção da saúde estão pautadas, portanto, nas capacidades de promover, capacitar e mediar para a saúde (WHO, 2018b, WHO, 2018c). Assim, ao considerar as competências dos indivíduos para controlarem a própria saúde, a promoção da saúde, geralmente pautada na ideia da participação de todas as pessoas e setores da sociedade, garante aos sujeitos um lugar de autoria (Saboga-Nunes, 2018). Nesse sentido, educação para a saúde pode ser entendida como o pressuposto que conecta a participação em saúde à promoção da saúde, numa relação simbiótica. Ou seja, “enquanto a educação para a saúde visa informar as pessoas no sentido de influenciar para a tomada de decisão individual e coletiva, a promoção da saúde tem como objetivo as ações sociais e políticas complementares” (Laverack, 2008, p. 12).

Na literatura, tanto a abordagem teórica quanto a prática da literacia em saúde partem da perspectiva da promoção e educação da saúde como aspectos que configuram e legitimam a autonomia e a participação. O termo literacia em saúde foi inicialmente associado a formas de promover educação em saúde como parte das políticas sociais (Simonds, 1974). Em 1998, a Organização Mundial de Saúde definiu-o como sendo as competências cognitivas e sociais do indivíduo para aceder, entender e usar a informação de forma a promover e manter uma boa saúde (SNS, 2018). Alguns

anos depois, Kickbusch, Maag e Wait (2006) ampliaram a compreensão do termo, definindo-o também como uma estratégia de empoderamento com vistas a permitir que os sujeitos tenham eles próprios o controle sobre a sua saúde, sendo capazes de buscar informações e assumir responsabilidades por suas escolhas. Tradicionalmente, os estudos da literacia em saúde visam medir os níveis de literacia das populações, determinar competências para que os sujeitos acessem, entendam, critiquem e utilizem as informações de saúde para adoção de modos de vida saudáveis. Neste sentido, a não-literacia teria um impacto importante tanto nos sistemas de saúde quanto na sociedade. Friedman e Hoffman-Goetz (2008) afirmam que “a literacia pode afetar fatores que determinam a nossa saúde, tais como a nossa capacidade para manter um emprego, para ter um rendimento adequado e para adotarmos comportamentos que melhoram a nossa saúde” (citado em Marinho & Ruão, 2012, p. 54).

Segundo Mårtensson e Hensing (2011), a análise da revisão de literatura científica e dos documentos normativos permite observar a literacia em saúde tanto por uma visão polarizada quanto por uma complexa. Na primeira, é possível analisar o fenômeno da literacia sob a ótica da medição dos níveis da população, colocando em lados opostos aqueles que possuem habilidades para interpretar, avaliar, participar e tomar decisões baseadas na informação em saúde e, de outro, os que não. Essa abordagem surge do contexto médico, onde as habilidades pessoais decidem se um indivíduo é literato. Na outra ponta estaria uma literacia em saúde que reconhece uma amplitude de habilidades em relação com os contextos sócio-culturais. Desde esta perspectiva, a literacia em saúde de um indivíduo pode variar de acordo com as condições e os contextos. Assim, “melhorar a literacia em saúde seria uma responsabilidade a ser compartilhada entre a sociedade, os indivíduos e os grupos” (Mårtensson & Hensing, 2011), não apenas dever dos utentes. Esta abordagem multidimensional pode significar, assim, uma abertura para a colaboração ou negociação orientada pelo conhecimento do indivíduo, que, assentada no respeito aos pensamentos e na participação ativa dele, promoveria intervenções guiadas por interações constituídas sob bases de respeito, confiança, negociação e poder partilhado (Laverack, 2008; Mårtensson & Hensing, 2011).

Assim, a literacia, tanto em termos conceituais quanto na complexidade da sua representação prática, apresenta entre os seus fundamentos os caminhos possíveis que colocam a comunicação num contraponto entre a mediação do saber institucional – desde o ângulo desenvolvimentista característico do modelo informacional – e o protagonismo dos indivíduos

na construção que se dá pela comunicação das experiências e do conhecimento, no diálogo com o outro.

### 3. OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO PARA A LITERACIA EM SAÚDE

Ao nos aprofundarmos nos estudos da literacia em saúde e sua relação com a promoção da saúde, é possível perceber o papel instrumental atribuído à comunicação. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a comunicação é fundamental para informar o público sobre as questões da saúde. O que justifica o uso das mídias e TIC nas estratégias de conscientização sobre aspectos específicos da saúde individual e coletiva (WHO, 1998). Contudo, embora se reconheça o potencial estratégico da comunicação para a educação necessária à promoção da saúde (Kreps, 2012; Nutbeam, 2000), a definição da OMS desconsidera outras circunstâncias e objetivos de comunicação. E a coloca especialmente no lugar da informação *top-down*.

Para Araújo e Cardoso (2007), o problema é que as características deste modelo (linearidade, unidirecionalidade, bipolaridade, apagamento dos ruídos, a língua como códigos pré-estabelecidos e estáveis e a linguagem instrumental) prejudicam a compreensão das dinâmicas comunicativas para promoção da saúde. Ou seja, nele, as relações de escuta e diálogo são desconsideradas. A introjeção desta dinâmica é tamanha, que uma vez enviada a mensagem – dos modos de prevenção, dos aspectos de uma vida saudável – acredita-se que foi recebida e introjetada. Além disso, impossibilita a percepção abrangente das condições de produção da comunicação e da saúde, pois a enquadra num dado formato e num dado momento. Esta percepção da comunicação enquanto sinónimo de informação (Araújo & Cardoso, 2007) ajuda-nos a entender o viés mediocêntrico e instrumental da literacia. A questão da categorização, da criação dos níveis e da definição de padrões de comportamento parece ser uma forma de apropriar-se de um melhor lugar de interlocução. Ou seja, dizer que o indivíduo é ou não literato, define os lugares daqueles que possuem as informações dos que não.

Não há aqui a intenção de negar a importância da informação para a comunicação, apenas a de problematizar o seu uso desvinculado de uma comunicação integral, que considere para a literacia “abrir espaço a um entendimento das práticas comunicativas não apenas na sua vertente informativa e transmissiva, mas igualmente na sua vertente relacional, dialógica e vinculadora” (Pinto, 2005). Que inclua a voz, os saberes e o contexto sociocultural dos utentes (Ramos, 2012), numa relação *bottom up*. Nesse

sentido, os atores sociais envolvidos no processo seriam parte de um novo *sensorium* (Martin-Barbero, 2000) constituído pela forma como se apropriam do mundo e do seu lugar nele. Assim, o que parece despontar é a urgência de propor aos sujeitos muito mais que conhecimentos, habilidades e atitudes por meio da informação unidirecional, mas a reflexão sobre as suas posições no processo produtivo de significação no âmbito da saúde. Uma percepção simbólica que autoriza modos distintos de participação e que se localiza tanto no percurso do campo da saúde como no das teorias da comunicação. O que, para Walter Benjamin (2012), explica-se na percepção que os atores envolvidos nesse processo têm deles e o valor que conferem às suas histórias, às suas experiências. Trata-se, portanto, de observar a ecologia da comunicação e da educação como promotoras de um processo que, ao contrário de reproduzir a lógica da transmissão de saberes, reinsere os sujeitos nas relações (Sodré, 2006) e promove mais que participação, mas a colaboração no diálogo. Ou seja, uma literacia que seja, ela própria, comunicação.

Assim, apesar de se reconhecer a relevância dos estudos que buscam na informação, nos *media* ou nas tecnologias um caminho para a literacia em saúde, aqui propomos observar a comunicação como o passo de base de uma dança no ritmo das relações humanas. Neste sentido, a beleza desta dança está não na técnica – embora a componha –, mas na capacidade que todo o elenco tem de atuar na significação e ressignificação de cada movimento, construindo narrativas em ação, no tempo e espaço de cada movimento. Desta maneira, a literacia, por sua ideia de transformação e por ser ela uma zona de cruzamentos conceituais compostos essencialmente pela comunicação no encontro com a autonomia voltada para a cidadania, merece ser mais do que coreografia, mas emoção. Ou seja, é necessário explorar todas as virtudes desses campos. Por conseguinte, requer uma visão da comunicação como “um padrão de interação que define a relação e liga as pessoas umas às outras. (...). É importante que cada participante na comunicação seja capaz de se adaptar à outra pessoa, ao contexto, e ao tipo particular de relação em que está envolvido” (Adams, 2010, p. iv).

### 3.1 INTERAÇÃO, DIÁLOGO E MEDIAÇÃO: CONTRIBUTOS TEÓRICOS PARA UM NOVO DEBATE

A ideia de contribuição e adaptação necessária à comunicação, ou seja, às relações que se dão em co-presença ou em sistemas ampliados de tempo-espaço, nos remete de volta à nossa dança. Para que haja sintonia é necessário sentir a dança nos movimentos e negociar cada passo da

interação. O que significa conjugar a dualidade da estrutura em diálogo. Quer dizer, não existe dança sem movimento, assim como não existe serviço de saúde sem utente. Estamos, portanto, tratando das interações que estruturam a sociedade. Num nível lógico, ensina Giddens (2013), embora a existência institucional não dependa de um indivíduo especificamente, ela simplesmente deixaria de existir se todos os agentes envolvidos desaparecessem. Assim, enquanto de um lado está a estrutura definida como as regras e os recursos organizados institucionalmente, de outro estão os sistemas sociais em que a estrutura está inserida, compreendendo as atividades humanas, reproduzidas através do tempo e do espaço. Contudo, não se trata de um dualismo onde os fenômenos são vistos de maneiras independentes, mas de uma dualidade da estrutura, através da qual as “propriedades estruturais de sistemas sociais são ao mesmo tempo meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam” (Giddens, 2013, p. 30).

Em outras palavras, embora as estruturas possuam regras e normas concebidas antes dos sujeitos, a garantia da sua manutenção e as possibilidades de mudanças somente são possíveis na interação indivíduo-organização, através da qual as experiências da interação na comunicação significam e constituem os agentes da *praxis*. Logo, o diálogo seria a capacidade que os indivíduos possuem de, no encontro, transformarem o mundo através das trocas de saberes, em colaboração. Assim, “a colaboração, como característica da ação dialógica, que não pode dar-se a não ser entre sujeitos, ainda que tenham níveis distintos de função, portanto, de responsabilidade, somente pode realizar-se na comunicação. O diálogo, que é sempre comunicação, funda a colaboração” (Freire, 1987).

Pela dimensão dialógica freiriana, é necessário compreender que não há atores sociais sem o aspecto colaborativo das suas ações, mas “atores em intersubjetividade, em intercomunicação” (Freire, 1987). Portanto, para compreender a comunicação que se dá na interação em saúde como forma de promovê-la parece ser necessário observar os movimentos de negociação e convívio que ela desperta (Wolton, 2010). E, ainda, entender a integralidade da comunicação em duas direções que coabitam o mesmo espaço. O que quer dizer que enquanto de um lado existem as relações que se dão por códigos e normas para a intercompreensão entre os atores envolvidos, do outro lado existe uma técnica na qual as lógicas estão ao serviço de uma ordem de mercado e cujas regras estão pautadas na garantia dos interesses e das necessidades institucionais (Wolton, 1999). Deste modo, a lógica dos interesses institucionais da saúde pode-se manifestar tanto nos discursos midiáticos, quanto no estado da interação pessoal e

nas mensagens textuais e intertextuais inseridas dentro e fora da instituição, em uma rede de significações.

À vista disto, é possível perceber que a comunicação se dá em processo, como mediadora dos saberes, pelos movimentos da sociedade e pela forma como ela, protagonista nas interações, pode potencializar o despertar da autonomia necessária para os indivíduos e coletivos se informarem, conviverem, questionarem, produzirem e colaborarem desde os seus lugares sociais, mesmo que nem sempre a comunicação esteja no enunciado das práticas (Martin-Barbero, 1997). A teoria das mediações aponta, assim, para a necessidade de se olhar o estado da interação desde os lugares periféricos dos sistemas sociais, ou seja, lançando olhar sobre os aspectos culturais e políticos inseridos no diálogo da saúde. Isso implica na construção de um mapa através do qual se observa o potencial transformador do deslocamento do lugar do enunciado. Trata-se, deste modo, de um rizoma em que “essas mediações se tornam básicas e se despregam, podendo ser relacionadas em formas de direções e densidades diferentes (Lopes, 2018).

Esta complexidade cartográfica, que estaria nas imediações das redes e das narrativas e discursos que produzem sentido, aponta para a necessidade de reconhecer, nas estruturas de interação mediadoras do diálogo, as dinâmicas sociais periféricas que tramam a construção de significações resultantes do conhecimento social compartilhado (van Dijk 2003, 2017).

O que nos leva, deste modo, a tratar como premissa a ideia de uma comunicação que, deslocada do seu lugar instrumental, se articula à complexidade dos sistemas sociais e às trocas de experiências que ali ocorrem com o objetivo principal de libertar a cidadania. É neste espaço que se situa o propósito de uma literacia em comunicação que, constituída no interior das dimensões de interação, diálogo e mediação, contribuiria para o protagonismo dos sujeitos enquanto participantes ativos das ações de promoção da saúde – lugar de encontros entre os sujeitos, as instituições e seus agentes e que evidenciam vulnerabilidades, relações de poder, trocas e experiências comunicativas.

#### 4. COMENTÁRIOS FINAIS

Nunca os seres humanos, as instituições e a sociedade investiram tantos recursos no acesso e na produção de informação e, paradoxalmente, nunca se comunicou tão pouco. Isso porque, embora a informação esteja a serviço dos fatos que operacionalizam sua existência e a categorizam

vulgarmente como sinônimo da boa comunicação (com a finalidade de noticiar, servir e promover conhecimento), ela depende de uma complexa relação entre os agentes que compõem o percurso da mensagem. E é nesta relação com o outro que está a incerteza dos resultados da emancipação que configuram as relações comunicativas. Segundo Dominique Wolton (2010), a informação e a comunicação compreendem as duas faces da autonomia dos sujeitos e das sociedades. Portanto, precisam aprender a conviver em pé de igualdade de modo a promoverem harmoniosamente as bases necessárias para um processo de negociação, partilha, tolerância e de acordos entre vozes e silêncios, entre comunicação e incomunicação.

Pensar a literacia no campo da saúde requer, deste modo, um esforço para pensar formas de reintegrar à comunicação sua característica vinculadora. Ao considerarmos os contributos das teorias da comunicação para os estudos da literacia em saúde buscamos ter não somente uma dimensão social que dê conta de integrar uma “comunicação interpessoal, intrapessoal e massiva, mas cosmológica, que considere as interações não apenas entre os homens, mas entre todos os elementos e sistemas que existem no cosmos e onde a comunicação seria o enredo que relaciona tudo” (Pineda, 2017).

Assim, ao investir num olhar periférico do sistema social da saúde, ou seja, que observe estes fatores a partir da lente de seus agentes, esta literacia em comunicação na saúde estaria a ampliar os horizontes dos estudos de literacia, propondo uma visão horizontal da comunicação. Destarte, a cidadania poderia ser percebida como processo de poder partilhado que se daria na comunicação em colaboração. Por certo, essa perspectiva implica observar outros desafios que, no lugar de reconhecerem o respeito e a autonomia como determinantes da colaboração, não reproduzam o imperativo da participação, colocando no indivíduo o peso e a responsabilidade de controlar um sistema que não se é possível controlar. Trata-se, portanto, de saber, como bem perguntou Deleuze (2002), relativamente à obra de Espinosa: “como um ser pode se apoderar de outro no seu mundo, conservando-lhe ou respeitando-lhe, porém, as relações e o mundo próprios?” (Deleuze, 2002, p. 131).

## REFERÊNCIAS

- Adams, K. (2010). Prefácio. In A. Fisher & K. Adams, *Comunicação interpessoal. Pragmática das relações humanas* (pp. iii-vii). [E-Book]. Retirado de <https://goo.gl/HLWUcz>



- Araújo, I. S., Pessoni, A., Gomes, I. M. A. M. & Oliveira, V. C. (2008). Comunicação e saúde: trajetória, panoramas e desafios atuais. In Barbosa, M. C. S. & Sousa, B. M. (Eds.), *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (pp. 1391-1405). Natal: Intercom.
- Araújo, I. S. & Cardoso, J. M. (2007). *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Azevedo, F. (2009). Literacia: contextos e práticas. In F. Azevedo & M. G. Sardinha (Eds.), *Modelos e práticas em literacia* (pp.1-16). Lisboa: Lidel. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/10111>
- Benjamin, W. (2012). O autor como produtor. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas* (Vol. 1, pp. 129-146). São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. (2002). *Espinoso: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- Espanha, R., Ávila, P. & Mendes, R. V. (2016). *Literacia em saúde em Portugal. Relatório síntese*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Giddens, A. (2013). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Himanen, P. (2002). *La ética del hacker y el espíritu de la era de la información*. [Ebook]. Retirado de <http://hdl.handle.net/10760/12851>
- Jenkins, H., Ito, M. & Boyd, D. (2016). *Participatory culture in a networked era. A conversation on youth, learning, commerce, and politics*. Cambridge: Polity Press.
- Kickbusch, I., Maag, D. & Wait, S. (2006). *Navigating health: the role of health literacy*. Londres: Alliance for Health and the Future International Longevity Centre - UK. [Ebook] Retirado de <https://goo.gl/wA9m>1
- Kreps, G. L. (2012). Health communication inquiry and health outcomes. *Comunicação e Sociedade* [número especial], 11-22. DOI: 10.17231/comsoc.23(2012).1351
- Laverack, G. (2008). *Promoção de saúde. Poder e empoderamento*. Loures: Lusodidactica.
- Marinho, S. & Ruão, T. (2012). Linhas para um projeto de formação em comunicação na saúde: as propostas do debate. In S. Marinho, T. Ruão, F. Lopes, Z. Pinto-Coelho & L. Fernandes (Eds.), *Olhares cruzados sobre comunicação na saúde: relatório de um debate* (pp. 53-64). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - CECS (Universidade do Minho).

- Mårtensson, L. & Hensing, G. (2012). Health literacy—a heterogeneous phenomenon: a literature review. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 26(1), 151-160. DOI: 10.1111/j.1471-6712.2011.00900.x
- Martin-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Martín-Barbero, J. (2000). Desafios culturais da comunicação à educação. *Comunicação & Educação*, 18, 51-61. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.voi18p51-61
- Nunes, L. (2014). Promoção da cidadania através do cuidar em Enfermagem. *Atas do 1º Congresso Internacional de Literacia em Saúde Mental*, 11, 131-140.
- Nutbeam, D. (2000). Health literacy as a public health goal: a challenge for contemporary health education and communication strategies into the 21st century. *Health Promotion International*, 15(3), 259-267. DOI: 10.1093/heapro/15.3.259
- Pedro, A. R., Amaral, O. & Escoval, A. (2016). Literacia em saúde, dos dados à ação: tradução, validação e aplicação do European Health Literacy Survey em Portugal. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 34(3), 259-275. DOI: 10.1016/j.rpsp.2016.07.002
- Peruzzo, C. M. K. (2000). Comunicação comunitária e educação para a cidadania. *Comunicação e Sociedade*, 2, 651-668. DOI: 10.17231/comsoc.2(2000).1427
- Pineda, M. (2017). *Las ciencias de la comunicación en tiempos de inseguridades: diversas teorías y enfoques*. Maracaibo: Luz/Unica.
- Pinto, M. (2005). A busca da comunicação na sociedade multi-ecrãs: perspectiva ecológica. *Comunicar*, 25, 259-264. Retirado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15825036>
- Ramos, M, N. P. (2012). Comunicação em saúde e interculturalidade - perspectivas teóricas, metodológicas e práticas. *RECIIS*, 6(4). DOI: 10.3395/reciis.v6i4.672pt
- Saboga-Nunes, L. (2018). *Promoção para a literacia em contextos de saúde*. Comunicação apresentada no I Semirário de Literacia em Saúde, Esposende, Portugal.
- Simonds, S. K. (1974). Health education as social policy. *Health Education & Behavior*, 2(1), 1-10. DOI: 10.1177/10901981740020S102
- SNS - Serviço Nacional de Saúde (2018, 5 de junho). *Literacia em saúde*. Retirado de <https://goo.gl/4K8we7>

- Sodré, M. (2006). *Antropológica do espelho. Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Editora Vozes.
- van Dijk, T. A. (2003). The discourse-knowledge interface. In Weiss G., Wodak R. (Eds.), *Critical Discourse Analysis* (pp. 85-109). Londres: Palgrave Macmillan
- van Dijk, T. A. (2017). Sociocognitive discourse studies. In Flowerdew, J. & Richardson, J. (Eds.), *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies* (pp. 26-43). Londres: Routledge
- Vieira, N. (2008). As literacias e o uso responsável da internet. In M. L. Martins & M. Pinto (Eds.), *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 1799-1808). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - CECS (Universidade do Minho).
- WHO - World Health Organization (2018a, 1 de junho). *Constitution of WHO: principles*. Retirado de <https://goo.gl/Sna1Zp>
- WHO - World Health Organization (2018b, 1 de junho). *Declaration of Alma-Ata*. Retirado de <https://goo.gl/ar1XGM>
- WHO - World Health Organization (2018c, 4 de junho). *Ottawa Charter*. Retirado de [goo.gl/kmT4of](https://goo.gl/kmT4of)
- Wolton, D. (1999). *Pensar a comunicação*. Algés: Difel.
- Wolton, D. (2010). *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Editora Sulina.

Citação:

Vargas, J. R., Pinto, M. & Marinho, S. (2019). Desafios da comunicação na prática da literacia em saúde. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 84-96). Braga: CECS.

ALINE TAINÁ AMARAL HORN & JEAN CLAUDE-SOULAGES

hornaline@gmail.com; jean-claude.soulages@univ-lyon2.fr

UNIVERSIDADE LUMIÈRE LYON 2, LYON, FRANÇA

## MEDIA, CULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES DO JORNALISMO

### RESUMO

Este texto apresenta as principais reflexões e discussões teóricas realizadas no primeiro ano da pesquisa de Doutorado sobre as transformações na produção de conteúdo jornalístico diante das novas dinâmicas de participação do público na web. Partimos do pressuposto que os *pure players*, como expressão dos novos *media* de jornalismo, se constituem como “lugares de fala” da sociedade civil e pautam temas não abordados pela media tradicional. A partir da compreensão de que é no ciberespaço como extensão da esfera pública (Dalhberg, 2001) que as mudanças latentes no jornalismo podem ser observadas, a problemática da pesquisa propõe responder como a produção de conteúdo dos novos *media* de jornalismo digital na cultura brasileira e francesa é impactada pelas campanhas de grande repercussão nos *media* sociais. O estudo propõe analisar comparativamente os *pure players* franco-brasileiros e o modo como o jornalista narra e apresenta os conteúdos na web, a partir da compreensão de que o uso das redes sociais nas redações alterou as práticas jornalísticas (Be Diaf, 2013), e que o público passa a influenciar a produção jornalística (Estienne, 2007). A análise preliminar permitiu constatar que embora os sites de notícias do Brasil e da França convivam na mesma paisagem midiática digital, apresentam diferenças significativas em seus modelos de negócio, pautas e natureza institucional.

### PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo digital; *media* sociais; Brasil; França

---

### 1. INTRODUÇÃO

As práticas jornalísticas em mutação decorrem de uma nova dinâmica de relacionamento e de comunicação gerada a partir do digital. O fluxo da informação na web toma novas direções com o protagonismo de

novos produtores-emissores e, à medida que o jornalista vai perdendo a hegemonia da informação, de forma constante e gradativa (com a inserção progressiva do digital na vida em sociedade) sua relação com o público é transformada: perde o monopólio da palavra e deixa de ser o único “contador de histórias”. Essa nova relação com a informação no mundo digital, somado ao contexto de convergência e tecnologias inovadoras multiplataformas, traz reflexos diretos ao fazer jornalístico.

No *jornalismo de comunicação*, atual paradigma da comunicação, que a partir das décadas de 70 e 80 entra em uma fase de transformação estimulado pelas inovações técnicas (Charron & Bonville, 2016), a introdução das redes sociais nas redações alterou as práticas jornalísticas gerando a desintermediação do *status* do jornalista (Be Diaf, 2013). O público passa a influenciar direta ou indiretamente a produção jornalística (Estienne, 2007) e, no meio da superabundância de informações na web, a missão de filtragem do jornalista torna-se cada vez mais essencial para torná-lo referência aos olhos do público, como um garantidor da informação (Be Diaf, 2013).

Para entender as mudanças no jornalismo, um campo de conhecimento que lida constantemente com inter-relações sociais e culturais, nos centramos nos preceitos teóricos apresentados por Martín-Barbero (1997, 2004) que propõe investigar a comunicação a partir das mediações e mudanças no indivíduo e na cultura. Segundo o antropólogo e filósofo espanhol radicado na Colômbia, os meios de comunicação não são apenas tecnologia, mas desempenham um papel importante no processo de formação das nações latino-americanas. Como o autor vê a comunicação como um espaço estratégico para compreender as mudanças na sociedade, afirma que a história, a política e a cultura não são apenas agentes externos, mas elementos incorporados aos debates sobre a comunicação e, por consequência, acerca também do jornalismo.

Tendo em vista que os *pure players* (sites de informação nascidos na internet) refletem as transformações vigentes no jornalismo na era digital, o estudo tem como fio norteador as discussões acerca dos *media* e da cultura. Partimos do entendimento que os veículos de comunicação como sistemas culturais (Jenkins, 2009) são instituições sociais que refletem as mediações da cultura (Martín-Barbero, 1997) na esfera pública (Habermas, 1984). Com o surgimento dos novos *media* de comunicação na cibercultura (Lévy, 1999), nossas reflexões também estão ancoradas no conceito de *gawatching* e curadoria de conteúdo na produção jornalística (Bruns, 2008). A partir da compreensão de que é no ciberespaço como extensão da esfera pública (Dalhberg, 2001) que as mudanças latentes no jornalismo podem

ser observadas, a questão-chave da pesquisa propõe responder como a produção de conteúdo dos novos *media* de jornalismo digital na cultura brasileira e francesa é impactada pelas campanhas de grande repercussão nos *media* sociais. O objetivo geral se focaliza em analisar comparativamente os *pure players* franco-brasileiros e o modo como o jornalista narra e apresenta os conteúdos na web. Como objetivos específicos, propõe-se: mapear os conteúdos jornalísticos predominantes nas edições nacionais e verificar como os conteúdos refletem a identidade cultural de cada país.

Os *pure players* brasileiros – *HuffPost Brasil*, *Nexo*, *Jornalistas livres*, *Agência Pública* e *Azmina* – e franceses – *Le Huffington*, *Mediascités*, *World Crunch*, *Brief.me* e *Là-bas si j'y suis* – compõem inicialmente o *corpus* de estudo. Como nos interessa investigar a relação entre a produção de conteúdo jornalístico e o engajamento do público nas redes sociais, pretendemos mapear algumas campanhas no Facebook que serviram como ponto de partida para a cobertura de inúmeras pautas sobre garantia dos direitos humanos, assédio sexual, empoderamento feminino, igualdade de gênero entre outros temas de debate público, a destacar: #Metoo, #EleNão e ##RefugeesWelcome. Partimos do pressuposto que os *pure players* como expressão dos novos *media* de jornalismo, se constituem como “lugares de fala” da sociedade civil e pautam temas não abordados pela media tradicional, assim como produzem conteúdos de qualidade com enfoque no interesse e debate público plural. Consideramos a análise comparativa como ferramenta heurística para descobrir e explicar relações causais entre fenômenos sociais (Herrmann, Anciaux, Gazina, 2017). O referencial teórico-metodológico considera a análise dos discursos midiáticos e suas condições de produção e reconhecimento, interação emissor-receptor (Véron, 2006).

Neste artigo, apresentamos as principais reflexões e discussões teóricas realizadas no primeiro ano da pesquisa de Doutorado em Ciências da Informação e da Comunicação da Universidade Lumière Lyon 2 (França), vinculado ao Laboratório de Pesquisa Centre Max Weber dessa mesma instituição. Tendo como título inicial: “*Media*, cultura e as transformações do Jornalismo”, o caráter internacional da investigação coloca em pauta a discussão sobre os novos rumos do jornalismo nas próximas décadas e atende à demanda do papel social da comunicação no século XXI.

## 2. PANORAMA DO JORNALISMO DIGITAL

Analisar o jornalismo na linha do tempo nos conduz a afirmar sem pormenores que suas transformações se deram juntamente com as

mudanças sócio-histórico-culturais e avanços tecnológicos. A partir dos anos 2000, com a popularização da internet, a cultura digital inaugura uma aceleração de transformações no campo jornalístico até então nunca vista, a ponto de questionarmos o uso do termo “novas práticas jornalísticas”. Afinal, o que seria considerado novo e/ou inovador no jornalismo, já que está em contínua metamorfose?

Na busca por alguns indícios e possíveis respostas a esta questão, nos chamam a atenção os argumentos apresentados por Canavilhas e Seixas (2014, p. 7) que afirmam que a inovação no jornalismo é “considerada um fenômeno que incide sobre vários aspectos do fazer, dos produtos e do consumo. Para cada novo dispositivo, nova linguagem”. Já os pesquisadores canadenses Charron e Bonville (2016, p. 48) observam que o jornalista no dia a dia profissional tende a reproduzir as regras do jornalismo, exceto, quando circunstâncias inusitadas incitam esse profissional a inovar, ou seja, a adotar um comportamento que se desvia do seu exercício profissional: “tal inovação (...) se for imitada pelos outros e assim se estender o bastante no tempo e no espaço, pode tornar-se uma nova regra”. No que diz respeito as mudanças no jornalismo, Pereira e Adhirni (2011) consideram arriscado definir o teor das atuais transformações e sinalizam algumas considerações sobre os processos que têm impulsionado a prática jornalística: a) a multiplicação de produtos, conteúdos e perfis profissionais; b) redefinição do status do jornalista e da empresa de comunicação; c) processo de integração das redações e das práticas a partir das tecnologias, com uma audiência cada vez mais exigente e participativa. Entre as colocações feitas pelos autores, destacamos este último aspecto relacionado à interatividade do público (audiência) e seu impacto na produção de conteúdo jornalístico, que a nosso ver, é elemento propulsor das atuais e recorrentes mudanças no *modus operandi* do jornalismo.

O relacionamento jornalista-público por si só sempre existiu, mas as novas dinâmicas de participação horizontal que passam a se desenhar no universo digital integram e alteram definitivamente a rotina jornalística. O público passa a ocupar o mesmo “degrau” de acesso à informação na esfera pública, espaço antes reservado apenas ao jornalista. Para explicar a reorganização das relações comunicacionais na cultura digital entre o jornalista e a sociedade, Be Diaf (2013, pp. 64-66) utiliza o termo *desintermediação no jornalismo*, fenômeno que segundo a autora ocorre em duas fases. A primeira se refere a ruptura da relação de dominação com o leitor, que se torna produtor e distribuidor da informação na web, assim como faz o jornalista, escrevendo para *blogs* de sites de notícia, por exemplo. A

segunda fase se estabelece a partir do momento em que as ferramentas digitais permitem a todos os internautas a possibilidade de publicar as informações via redes sociais, sem passar pela intermediação dos jornalistas. Como consequência, o acesso e o compartilhamento da informação, possibilitado pelos avanços tecnológicos, oportuniza que uma multidão de “vozes” espalhadas pelo planeta encontre novas formas de expressão e de leitura do mundo.

Diante de um público mais ativo e participativo no ambiente digital, o próprio conceito de *gatekeeper*<sup>1</sup> passa a ter novas possibilidades de interpretação. Segundo o autor australiano Axel Bruns (2011) a multiplicação contínua dos canais disponíveis para a publicação e divulgação das notícias, assim como o desenvolvimento dos modelos colaborativos para a participação dos usuários e para a criação de conteúdo são fatores que levaram a substituição das práticas de *gatekeeping* pelas de *gatematching*. Esta abordagem é utilizada para se referir a “republicação, divulgação, contextualização e curation de material existente em vez do desenvolvimento de conteúdo jornalístico substancialmente novo” (Bruns, 2011, p. 126).

Graças à *World Wide Web*<sup>2</sup>, novas formas de participação do público na produção jornalística passam a se configurar, assim como a flexibilização das fronteiras entre produtores e audiência no processo comunicacional, decorrentes dos avanços tecnológicos no mundo digital (Pereira & Adghirni, 2011). Castells (2006, p. 227) define a internet como um espaço social, cada vez mais amplo e diversificado a partir das tecnologias de acesso móvel: “é o meio de comunicação local-global mais livre que existe, permitindo descentralizar os meios de comunicação de massa”.

Esse fenômeno de descentramento dos *media* hegemônicos (Castells, 2006) nos remete às discussões acerca da democratização da informação. Quando há mais vozes, há também maior representatividade, mais denúncias e também engajamento político social. Mas uma breve retrospectiva histórica nos rememora que nem sempre foi assim. No Brasil e em outros países da América Latina, desde o período colonial, as medias foram construídas pela elite como veículos de dominação da população. O ato institucional (AI5), firmado em 1968, marco da repressão e de conflitos violentos da ditadura militar brasileira contra a população e profissionais dos veículos de comunicação, reflete que a liberdade de expressão é uma conquista muito recente, que veio a ser garantida apenas na Constituição

<sup>1</sup> O jornalista atua como *gatekeeper* (“porteiro”) quando seleciona o que pode ou não ser noticiado à sociedade, a partir de critérios editoriais, valores-notícia entre outros.

<sup>2</sup> Web ou www, reúne hipermídia interligadas via internet.



Brasileira, em 1988. Passadas três décadas, vivemos hoje em uma sociedade da cultura digital, onde não somente veículos de comunicação hegemônicos podem produzir e disseminar conteúdo, mas também todos nós, cidadãos e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. No entanto, vivemos um momento histórico contraditório, numa era da democratização não só da *informação*, mas também da *desinformação*.

Quando falamos em democratização da informação recorremos ao prognóstico acerto de Lévy (1999), quando afirmou há quase duas décadas que a digitalização geral das informações tornaria o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do século XXI. O autor define ciberespaço como um ambiente de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e de suas memórias que “oferece uma liberdade de expressão e navegação na esfera da informação infinitamente maior do que qualquer outro meio anterior, bem como uma ferramenta inédita de inteligência coletiva” (2002, p. 32). Em outros termos, podemos afirmar que a principal vantagem no ciberespaço é a possibilidade que qualquer cidadão tem em se expressar e ecoar sua voz, ser sujeito de sua própria narrativa.

No entanto, embora Lévy (1999) atente que é preciso garantir aos cidadãos condições de participar dos processos de inteligência coletiva – o que representa o principal interesse do espaço público – e afirme que os novos instrumentos no ciberespaço deveriam servir prioritariamente para valorizar a cultura, as competências, os recursos e projetos locais, ajudando as pessoas a participar de grupos colaborativos de aprendizagem, o autor reconhece não ser possível controlar a qualidade da informação em circulação na nova esfera pública (Lévy, 2002).

É nesse sentido que a *desinformação*, como o próprio nome diz, desinforma e tira do cidadão o direito à consciência da veracidade dos fatos. Não é novidade que conteúdos falsos, mentirosos e descontextualizados sempre existiram na vida pública, mas na web, ganham terreno fértil, se espalham e batem recordes de *views*, *shares* e *likes*. As campanhas americanas e britânicas que levaram a eleição de Donald Trump (2016) e ao Brexit (2016), respectivamente, refletem os efeitos das repercussões das *fake news* na vida em sociedade. Mais recentemente, a eleição presidencial brasileira (2018) também foi alvo de informações deturpadas – via medias sociais e Whatsapp, em particular – que acentuaram a desinformação, a polarização e a disseminação de discursos acrítricos durante toda campanha política.

Scherer (2018), diretor de prospectiva e inovação da France Télévisions, explica que as *fake news* funcionam pelo encontro entre a emoção

que provocam e as redes que fecham os indivíduos em “bolhas”. Os denominados algoritmos, “invisíveis” no universo web, selecionam assuntos, notícias e sugerem novas “amizades”, dando a ilusão que apareceram em nossas *timelines* por acaso. Recentemente, em março deste ano (2018), a denúncia sobre o vazamento de dados privados de usuários do Facebook, usados com fins políticos para manipular a opinião pública, mostra a seriedade das consequências e violações que o público (nós) está sujeito no ambiente digital.

Refletindo sobre os processos de desinformação na internet, Badoaurd (2017) afirma que a disseminação de fofocas e notícias falsas na internet é hoje característica marcante da web. Observa que os conteúdos falsos se transformaram em um verdadeiro problema das sociedades, pois os usuários acreditam mais em conteúdos compartilhados pelas pessoas das suas redes do que naqueles publicados por sites considerados confiáveis. Entre as demais características do debate público online, destaca: 1) ausência de *gatekeepers* (o trabalho manual de seleção de conteúdo feito pelo jornalista se tornou obsoleto na internet, tendo em vista que qualquer indivíduo pode publicar, sem filtros; embora os *gatekeepers* tenham desaparecido, a função de filtragem se manteve e novas formas de hierarquia substituíram as antigas, ou seja, os robôs de motores de pesquisa, no lugar dos jornalistas, passam a fazer a triagem de conteúdo em função de seus próprios critérios); 2) arquitetura de rede e igualdade dos indivíduos nas discussões (na web, todos os interlocutores dispõem das mesmas condições de tomada da palavra e da escuta; nas redes sociais, os usuários dispõem de indicadores de notoriedade, número de seguidores e de amigos, que representam as principais alavancas que permitem a um internauta se fazer ouvir; dessa forma, possuem forças desiguais em função desses indicadores); 3) modos de expressão e de participação coletiva estabelecidos na relação cotidiana com os demais indivíduos (aquilo que o indivíduo compartilha contribui para a construção da sua própria identidade digital; o ato de publicar nas redes sociais visa trazer conhecimento a um círculo de amigos, obter reconhecimento dos mesmos e, ainda afirmar seu pertencimento a uma comunidade); 4) as redes se transformaram em armas nas quais há um certo número de batalhas de opinião; os *likes* no Facebook e Twitter correspondem a formas de participação pouco limitadas, representando um ativismo preguiçoso e egocêntrico); 5) os algoritmos nos fecham em esferas ideologicamente homogêneas (evitando o incômodo do confronto, os algoritmos nos confortam em nossas opiniões; o fechamento ideológico ocorre em escala individual, não mais em grupos sociais e

políticos; para que uma democracia funcione corretamente, é necessário que cidadãos sejam expostos à argumentos contraditórios); 6) regulação da liberdade de expressão (os embates entre a batalha da internet – se referindo aqui ao debate público e campos que influenciam a opinião pública – e a batalha pela internet – tratando-se do combate de defensores de liberdades para retomar a posse de alguns pontos de controle sobre as redes).

Em resumo, podemos afirmar que os prejuízos da desinformação são causados por pessoas e instituições que têm hoje acesso as ferramentas jornalísticas, mas que “não se servem dos códigos, das regras, da ética, sem saber o que é difamação ou copiar-colar” (Scherer, 2018, p.6). É nesse sentido que como diz Be Diaf (2013), o jornalista não pode mais se contentar de apenas disseminar informações. Ele deve pesquisar, verificar e analisar dando aos leitores fatos contextualizados e ponderados. Segundo a autora, essas novas competências se impõem cada vez mais diante de uma concorrência de produtores de conteúdo que possuem estratégias comerciais que colocam o leitor frente a fontes de informação não contextualizadas e analisadas. “É nesse momento que o jornalista se distingue dos demais produtores de conteúdo assumindo o papel de filtro que permite descrever a atualidade” (Be Diaf, 2013, p. 181). Na missão de filtrar as informações, o jornalista: 1) reduz os rumores; 2) presta serviço; 3) produz informação jornalística, bem público útil e necessário para o bom funcionamento da democracia; 4) compartilha informação que sirva de proteção e defesa para os todos os cidadãos, bem longe de qualquer conteúdo viral (Be Diaf, 2013, p. 189).

Fato é que as novas práticas jornalísticas – verificação de conteúdo e fontes; curadoria; *fact-checking*; *crowdsourcing*; transformações de conteúdos; diversificação de modos de narração e de formatos editoriais – dão lugar a aparição de novas profissões e novas competências profissionais (Be Diaf, 2013). O jornalista passa a desenvolver habilidades de pesquisa e investigação com o uso de tecnologias e ferramentas que auxiliam na checagem da informação (como a utilização de aplicativos de geolocalização para rastrear a origem de conteúdos produzidos em determinada localidade, por exemplo). A transparência da rotina jornalística mostrando para o público tanto metodologias de análise e verificação de informações, como critérios de pauta, publicação e divulgação de notícias também passa a se configurar como novas aptidões no meio digital. Mas como bem observa Ferrari (2008, p. 42), não basta que o jornalista saiba lidar com as tecnologias, é preciso que tenha um *background* cultural para conseguir contextualizar e empacotar a informação de jeitos diferentes a cada necessidade editorial.

Diante desse cenário, é possível observar que as empresas de comunicação têm sido desafiadas a desenvolver formas inovadoras para atrair novos leitores e espectadores e manter os seus atuais públicos (Longhi, 2010). A linguagem jornalística digital mais informal, em tom de “fala”, com a intenção de se aproximar do público, exige dos jornalistas o domínio de recursos criativos que as tornem atraentes e, consequentemente, mais visualizadas. A adequação contínua à linguagem digital passa a ser prioridade nas redações, levando os veículos de comunicação a buscar alternativas novas e diferenciadas de relacionamento com o público-emissor.

Segundo Be Diaf (2013) a paisagem digital é alterada com a chegada das redes sociais que revolucionam os modos de consumo da informação jornalística e se apresentam aos jornalistas como novos suportes de comunicação instantânea e interativa com fontes, audiência e pessoas de todo mundo. Para a autora, um novo espaço-tempo da informação se origina – com o surgimento de novas competências profissionais geridas pela instantaneidade, imediatismo, interatividade, viralidade, entre outros – assim como novos usos. É nesse sentido que Estienne (2007) afirma que a “participação”, fortemente presente nas novas medias, tende a se tornar um recurso central na nova cultura do jornalismo e, do ponto de vista público, representa avanços na apropriação da informação e compartilhamento do controle do processo editorial. “Este empoderamento do receptor tradicional de informação é considerado como uma verdadeira ‘revolução’” (Estienne, 2007, p. 298).

Marcos Palacios (2011) exemplifica que a participação dos cidadãos no Jornalismo ocorre de duas maneiras: 1) enquanto contribuição do público por meio de comentários nas notícias, envio de fotos e vídeos ou então pela publicação de artigos no espaço de “blogs” dos sites de notícias; 2) enquanto iniciativas independentes de jornalismo que produzem conteúdos que geralmente não são abordados pelos *media* hegemônicos. Na primeira situação, o cidadão tem voz, mas pode ser “silenciado” e não ganhar, por sua vez, visibilidade, já que os conteúdos enviados às redações passam por um fluxo de moderação e aprovação. Nesse caso, o autor diz que são criados “guetos” dentro dos sites, espaços onde ficam alocados conteúdos (produzidos pelos cidadãos) separadamente das notícias, não sendo integrados efetivamente na produção jornalística. A participação da forma como se configura, conforme ressalta o autor, é uma estratégia de atração e manutenção das audiências. Um exemplo recente, é o quadro “O Brasil que eu quero” (2018), criado pela emissora de televisão Rede Globo, que reuniu depoimentos de pessoas de várias regiões do país em resposta à pergunta:

“Que Brasil você quer para o futuro?”. Embora se trate de um quadro televisivo, os vídeos selecionados e colocados no ar ficaram também disponíveis no site da emissora, permitindo a disseminação e o compartilhamento pelas redes digitais. Já na segunda situação, é possível observar que as pautas e reportagens prioritárias são produzidas a partir das demandas da sociedade, enfatizando a realidade das comunidades, periferias, regiões ou bairros excluídos, fora da cena midiática tradicional e dominante.

Por entendermos que este último formato de participação almeja a democratização da informação legítima pela igualdade de direitos e debate público plural na sociedade civil, é que propomos estudar os *pure players* franco-brasileiros, orientados pelo seguinte questionamento: “quais seriam as semelhanças e diferenças que os *media* apresentam ao se inscreverem em espaços culturais diversos, sua perenidade ou transformação quando observados através do tempo?” (Charaudeau, 2006, p. 22).

## 2.1 OS NOVOS MEDIA DE COMUNICAÇÃO NO CIBERESPAÇO

A partir das reflexões levantadas no item anterior, vimos que o universo digital representa um campo de observação das metamorfoses do jornalismo e que a internet não é somente uma escola para os futuros jornalistas, mas é igualmente um laboratório para o jornalismo do futuro (Estienne, 2007). Segundo Le Diaf (2013) a internet, no fim dos anos 1990, modifica métodos de trabalho nas redações de jornalismo e se impõe ora como uma ferramenta de comunicação, ora como fonte de informação e também como instrumento de produção de informação jornalística. Para a autora, esse novo ecossistema informacional faz emergir novas formas e suportes de informação, como os *pure players*, que representam um novo modo de produção e de difusão de conteúdos.

Nossas reflexões partem do pressuposto que os *pure players*, frente ao fenômeno da desinformação e das novas dinâmicas de participação e acesso à informação pelas redes sociais – em que qualquer indivíduo pode produzir, disseminar e compartilhar conteúdo –, ganham força ao pautar e produzir reportagens investigativas, mais aprofundadas, que tratam de temas de relevância social, dando visibilidade e “lugar de fala” a parcela marginalizada da população.

Embora alguns autores afirmem que o texto jornalístico da forma como ele se configura nos dias de hoje se diferencie cada vez menos de um especialista reconhecido ou de um internauta que tenha habilidades na escrita em um grupo de discussão (Lévy, 2002) e, que a linguagem jornalística não pertence mais ao Jornalismo, mas a todos nós (Chaparro,

2018)<sup>3</sup>, é importante ressaltar que o produtor de conteúdo na web não é um profissional jornalista, já que não tem o comprometimento com os princípios formativos, valores da profissão e ética jornalística. Em outras palavras, o campo jornalístico está muito além do simples “informar” do senso comum. Com a emergência dos novos *media* de jornalismo que, em sua maioria, propõem um panorama mais representativo e democrático da vida em sociedade, os jornalistas, como afirma Chaparro (2018), exercem o dever de dar voz as pessoas da sociedade. A nosso ver, isso só é possível por meio de informação de qualidade, que contribua para o conhecimento do indivíduo, para sua libertação enquanto cidadão conhecedor de seus direitos e deveres.

Para refletir sobre essas novas narrativas jornalísticas no ambiente digital, nos ancoramos no conceito de esfera pública tal como Jürgen Habermas (1984) definiu. Na concepção do filósofo alemão, os indivíduos fazem uso da razão para transformar a esfera pública – dominada pelas forças controladoras – e transformá-la em uma esfera onde prevaleça a crítica contra a hegemonia do Estado, a partir do agir comunicativo (1989) – interação conversacional que visa o entendimento e oferece possibilidades de emancipação do indivíduo. Em consonância com as concepções teóricas do autor, nos embasamos também em Dalberg (2001), quando afirma que o ciberespaço é a extensão da esfera pública (esse lugar onde o homem se emancipa e se liberta pelo diálogo que gera ação).

Sabemos que está fora do alcance do jornalista saber como a informação será recebida e significada pelo público, mas atentar para a qualidade e credibilidade do conteúdo jornalístico tornou-se ainda mais relevante em tempos digitais, em que cidadãos comuns são tanto produtores de conteúdo (sujeitos de suas narrativas), como também “reféns” das estratégias de manipulação de desinformação superabundante. Por entendermos que o sentimento de desconfiança na web, decorrente da viralização de notícias fraudulentas, atinge particularmente o jornalismo a ponto de ser equivocadamente confundido com desserviço, deseducação, desinformação – características opostas aos seus valores deontológicos enquanto campo do saber – nos propomos investigar os novos *media* enquanto espaços de fortalecimento da democratização da informação e da identidade cultural da sociedade brasileira e francesa no ciberespaço.

Segundo Lévy (1999, pp. 240-241) a diversidade cultural no ciberespaço será diretamente proporcional ao envolvimento ativo e à qualidade

<sup>3</sup> Palestra Prof. Dr. Manuel Carlos Chaparro. Ver em <https://www.facebook.com/gpJCPPECT/videos/331011650809642/>

das contribuições dos diversos representantes culturais. “O principal fato a ser lembrado é que os freios políticos, econômicos ou tecnológicos à expressão mundial da diversidade cultural jamais foram tão fracos quanto no ciberespaço”, o que para o autor não significa que essas barreiras sejam inexistentes, mas que são menos fortes do que nos outros dispositivos de comunicação. Observa também que “não há ninguém a quem reclamar” no ciberespaço, pois este contém de fato tudo aquilo que as pessoas nele colocam e, ressalta que a manutenção da diversidade cultural depende principalmente da “capacidade de iniciativa de cada um de nós, e talvez do suporte que os poderes públicos, as fundações, as organizações internacionais ou as ONGs possam conceder aos projetos com características artísticas ou culturais” (Lévy, 1999, p. 241).

Hoje é possível ver os novos *media* de comunicação ganhando espaço e cada vez mais visibilidade no ciberespaço. Quanto mais pessoas passam a consumir notícias, além daquelas produzidas pelos veículos de massa, mais enxergam novas possibilidades de interpretação da realidade, uma realidade muitas vezes silenciada e ignorada pelos grandes *media*. O cidadão, se vendo representado, passa a ter voz e ser também protagonista como sujeito da realidade social em que vive, muitas vezes de exclusão, nas margens da sociedade. Embora Neveu (2013) explique que a existência de *media* livres não garanta automaticamente igual acesso ao debate público dos mais diversos setores da sociedade e afirme ainda que os obstáculos relacionados as práticas jornalísticas permanecem numerosos, considera que a imprensa livre está historicamente ligada à construção de regimes democráticos.

A título de exemplo, o *Nexo Jornal*, um dos *pure players* que compõe o *corpus* da pesquisa, lançou recentemente na sua homepage: “quem assina um jornal independente assina um compromisso com a democracia. Assine o Nexo”. Este mesmo veículo de comunicação, embora se sustente financeiramente por meio de assinaturas, manteve acesso livre às notícias relacionadas à cobertura política durante todo período eleitoral brasileiro (2018). Reportagens, vídeos, entrevistas, análises de especialistas, entre outros conteúdos relacionados às pesquisas eleitorais e propostas dos candidatos à presidência ficaram disponíveis no site gratuitamente, o que já sinaliza por si só os propósitos editoriais de um meio independente e engajada com a democratização da informação acessível a todos os cidadãos.

Tais reflexões nos remetem para o conceito de ciberdemocracia, que segundo Lévy (2002, pp. 32-33) é um tipo de aprofundamento e de generalização de abordagens de uma livre diversidade de espaços abertos de

comunicação e de cooperação: “os destinos da democracia e do ciberespaço estão intimamente ligados, porque ambos implicam no que é mais essencial para a humanidade: o desejo de liberdade e o poder criativo da inteligência coletiva”. Em outras palavras, está associada à liberdade de expressão e à emancipação da humanidade de suas tradicionais forças controladoras pelas interações comunicativas e produção colaborativa de conteúdo.

A partir da compreensão que o jornalista não é mais o único porta-voz da informação e que sua relação com o público é permeada por trocas e negociações que acontecem o tempo todo, estamos de acordo com a afirmativa de Be Diaf (2013, p. 58) de que a audiência (o público) altera a produção jornalística na nova era informação digital – onde a ruptura é tanto tecnológica, como societal: “a audiência muda, especialmente, com a geração dos *pure players* que distribuem informações fragmentadas ao longo do dia a partir de múltiplas fontes. Nesse novo paradigma, os *media* se adaptam a oferta e a demanda”. Também se referindo a um novo paradigma da comunicação, Bruns (2008, p. 24) utiliza o termo “produtilizador” (*produsage*) para se referir à mudança da produção de notícias para criação colaborativa orientada para o receptor: “quanto mais participantes puderem examinar, avaliar e expandir as contribuições dos seus predecessores, mais provável será um resultado de qualidade forte e crescente”.

Diante de tais apontamentos, partimos da compreensão que os *pure players* como novos *media* de comunicação noticiam um mundo não noticiado (Chaparro, 2018), tendo um viés que reconhece a diversidade das vozes da cultura e sociedade como parte da produção jornalística e o receptor como protagonista, testemunha e agente social que denuncia e coloca em pauta assuntos de relevância social. A questão, portanto, é então saber em que termos, isto é, “em que novos termos, será possível e viável proteger a sociedade, a democracia e o cidadão do enorme poder concentrado pelos grandes grupos, pelos gigantes conglomerados” (Bucci, 1996, p. 23), tendo em vista que nem todos os *pure players* são desvinculados dos *media* hegemônicos, como é o caso, por exemplo, do *Le Huffington Post*, associado ao grupo de comunicação francês *Le Monde*.

Investigar as inferências de temas – levantados, debatidos e repercutidos pelo público nas redes sociais – na produção de conteúdo dos novos *media* de comunicação nos instiga a pensar a transformação e reinvenção do jornalismo a partir da sua relação com o público. Assim, como diz Be Diaf (2013, p. 183), acreditamos que “valorizar a informação como um bem público e não mais como conteúdo, é ingrediente indispensável para o funcionamento das democracias”.



### 3. CONCLUSÕES

Nesse artigo, apresentamos reflexões acerca das discussões iniciais da pesquisa de doutoramento sobre as alterações da produção de conteúdo jornalístico diante das novas dinâmicas de participação do público na web, em particular a partir das campanhas criadas no Facebook como atos de denúncia, protesto e engajamento social e político. O objeto de estudo se focaliza na análise dos *pure players*, novos *media* de jornalismo nascidas na internet, por entendermos que constituem ambientes que dão voz aos cidadãos e colocam em pauta um mundo “desconhecido”, uma bolha que não é vista pela media tradicional.

Até o presente momento, a análise preliminar permitiu constatar diferenças quanto aos modelos de negócio, pautas e natureza institucional dos *pure players* franco-brasileiros. No que diz respeito aos tipos de financiamento, identificamos que os portais de jornalismo brasileiros são financiados em sua maioria por cidadãos, via doações e financiamentos coletivos, enquanto que na França o financiamento ocorre por meio de assinaturas, publicidade ou patrocínios de empresas. Quanto às pautas, no Brasil observamos a predominância de temas relacionados com a defesa da democracia, mulheres, igualdade de gênero e direitos humanos. Já na França, identificamos conteúdos gerais sobre atualidade, com enfoque na cultura local e internacional. Por fim, em relação à natureza institucional, a maioria dos sites brasileiros são ONGs, enquanto que os franceses são empresas de comunicação. De forma geral, é possível afirmar que alguns *pure players* brasileiros nasceram sob o pilar ideológico da “contra-hegemonia” (Jornalistas Livres), enquanto outros se estruturam como “checadores dos fatos” (Agência Pública) e incentivadores do “debate público e plural” (Nexo, HuffPost Brasil) ou têm o propósito de “dar voz ao público” (Azmina). Já na França é notória a valorização tanto de iniciativas que facilitam o consumo da informação (Brief.me), quanto de projetos *in loco* (Mediasci-tés) e/ou de amplitude internacional (Le Huffington, World Crunch).

A revisão teórica sobre as transformações no jornalismo nos permitiu constatar que se antes da era digital era possível dizer que os canais de comunicação eram tomados como referências para o público se informar sobre o mundo, hoje percebe-se um movimento contrário: os veículos dos *media* se “informam” pelo o que o público produz, publica e compartilha. Fazem a curadoria de conteúdo e o ofício prioritário não é mais lançar notícias em primeira mão e, sim, checar a veracidade da informação ou então fazer uma releitura da informação já existente, atribuindo novos significados ou reflexões. Observamos também que o trabalho de pesquisa e

de investigação apurada, características ontológicas do jornalismo, adquire nova roupagem em um ambiente com uma massa de amadores produtores de conteúdo. Enquanto que a credibilidade – como valor deontológico – passa a ser cada vez mais questionada no imenso oceano de informações fictícias na web, que se confundem com notícia.

Vimos também que o ambiente digital é um terreno de ambivalências: favorece a democratização da *informação*, mas também a democratização da *desinformação*. No primeiro caso, serve como instrumento de emancipação e de libertação para o indivíduo quando este passa a ser também protagonista, tem voz, produz conteúdos, denuncia, protesta, mobiliza ações sociais e tem representatividade nos produtos dos *media*. No segundo caso, seu efeito é contrário, é de dominação, pois a mentira ou a informação não contextualizada deturpam a compreensão do mundo e das sociedades.

Diante de tais constatações, focalizamos o estudo sobre os novos *media* de comunicação por entendermos que são ferramentas que visam fortalecer a democratização da informação a partir de uma prática jornalística que permite “filtrar com eficácia, triar e verificar, assim como colocar em perspectiva, interpretar e simplificar o mundo” (Be Diaf, 2013, p. 182).

## FINANCIAMENTO E AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pelo financiamento da bolsa de estudos do Programa de Doutorado Pleno no Exterior (Edital n. 18/2016). Agradeço também a acolhida dos professores e organizadores do evento *VI Jornadas Doutorais* – promovido pelo Programa CECS da Universidade do Minho (Braga/Portugal) – e contribuições às proposições iniciais da pesquisa de doutoramento.

## REFERÊNCIAS

- Badoaurd, R. (2017). *Le désenchantement de l'Internet*. Limoges: FYP éditions.
- Be Diaf, L. (2014). *Journalistes 2.0: usages et dilemmes des journalistes contemporains*. Paris: L'Harmattan.
- Bruns, A. (2008). *Blogs, Wikipedia, Second Life, and beyond: from production to produsage*. Nova Iorque: Peter Lang.

- Bruns, A. (2011). Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: Novos desafios para o jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 7(2), 119-141. Retirado de <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/342>
- Bucci, E. (1996). *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Canavilhas, J. & Seixas, L. (2014). Jornalismo e dispositivos móveis. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, 3(2), 2-9. Retirado de <https://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/download/178/238/>
- Castells, M. (2006). Inovação, liberdade e poder na era da informação. In D. Moraes (Ed.), *Sociedade midiaticizada*. (pp. 225-231). Rio de Janeiro: Mauad.
- Charaudeau, P. (2006). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- Charron, J. & Bonville, J. (2016). *Natureza e transformações do jornalismo*. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros.
- Dahlberg, L. (2001). The internet and democratic discourse: exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere. *Information, Communication and Society*, 4(4), 615-633. DOI: 10.1080/13691180110097030
- Estienne, Y. (2007). *Le journalisme après internet*. Paris: L'Harmattan.
- Ferrari, P. (2010). *Jornalismo digital*. São Paulo: Contexto.
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph.
- Herrmann J., Anciaux, A. & Guazina, L. (2017). Pesquisa comparativa: jornalismo, mídia e política. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, 6(2), 20-27. Retirado de <https://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/view/322/323>
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34.
- Lévy, P. (2002). *Cyberdémocratie*. Paris: Editions Odile Jacob.
- Longhi, R. (2010, novembro). *Formatos de linguagem no webjornalismo convergente: a fotorreportagem revisitada*. Comunicação apresentada no VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Luís.

- Martín-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Martín-Barbero, J. (2004). *Ofício do cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Editora Loyola.
- Neveu, E. (2013). *Sociologie du journalisme*. Paris: Editions la Decouverte.
- Palacios, M. (2011). *Webjornalismo: Marcos Palacios critica modelo de jornalismo cidadão dos jornais*. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=n-SQfBciFCo>
- Pereira, F. & Adghirni, Z. (2011). O jornalismo em tempos de mudanças estruturais. *Intexto*, 1(24), 38-57. Retirado de <https://core.ac.uk/download/pdf/33544832.pdf>
- Scherer, E. (2018, 24 de janeiro). Les fake news constituent un danger majeur pour la démocratie. *Le 1*, p. 5-6.
- Verón, E. (1988). Presse écrite et théorie des discours sociaux: production, réception, régulation. In P. Charaudeau (Ed.), *La presse produit production réception* (pp. 11-25). Paris: Didier-Erudition.

Citação:

Horn, A. T. A. & Claude-Soulages, J. (2019). *Media, cultura e as transformações do jornalismo*. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Douto-rais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 97-113). Braga: CECS.

**ANA OLIVEIRA & SARA PEREIRA**

anaf.oliveira.j@gmail.com; sarapereira@ics.uminho.pt

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - CECS,  
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL**

## **A LITERACIA MEDIÁTICA E A SUA DIMENSÃO CRIATIVA NA DOCUMENTAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL (1982-2017): UM ESTUDO**

### **RESUMO**

Partindo da importância das recomendações, diretivas e legislação produzidas ao longo dos últimos 30 anos para a evolução do campo da Literacia Mediática (LM), esta investigação propõe uma reflexão sobre três questões. Considera-se, em primeiro lugar, a forma como a LM é apresentada nas recomendações, diretivas e legislação internacional e nacional; em segundo, o destaque dado à dimensão criativa da LM nestes documentos; e por último, o modo como é espelhado o papel dos agentes educativos na documentação. Através de um método de análise documental que associou etapas da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2010) com ciclos de codificação (Saldaña, 2016), foi analisado um *corpus* de 25 documentos de âmbito internacional, europeu e nacional, produzidos entre 1982 e 2017. Os resultados obtidos apontam para: 1) uma compreensão generalizada da LM como elemento de carácter transcurricular; 2) a persistência da dificuldade de estabilização clara das competências associadas ao campo da LM; 3) um entendimento da avaliação (das competências) como elemento essencial, mas a existência de carência no que refere à uniformização de ferramentas; 4) a indefinição da criatividade no contexto da LM; 5) uma tendência para remeter esta dimensão criativa para terceiro plano e 6) a importância do papel, da formação e motivação do professor para promover o ensino da LM. A investigação apresentada realça, por fim, a importância de aprofundar as reflexões sobre a área da LM tomando em consideração os ambientes educativos específicos em que é trabalhada, bem como a urgência de promover, analisar e acompanhar a introdução de práticas de Educação para os *media* através da modernização dos currículos escolares.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Análise de conteúdo; criatividade; legislação; literacia mediática

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo de mais de três décadas, a produção documental sobre a temática da Literacia mediática e da Educação para os *Media* tem vindo a desenvolver-se *pari passu* da evolução da realidade socio-comunicacional. A aceleração do tempo e do espaço, bem como a alteração das realidades quotidianas, foram alguns dos aspetos que deram origem a novas perceções do conceito de literacia mediática, a reflexões sobre as novas competências exigidas ao indivíduo e a uma redefinição de responsabilidades dos agentes educativos. Os documentos, principalmente os surgidos na área da formação e da educação, têm vindo a refletir este novo cenário.

Desde propostas legislativas que visam regulamentar o campo, a recomendações que promovem a integração e o desenvolvimento de práticas, as pistas deixadas pela produção documental apontam para linhas orientadoras que destacam a importância crescente da literacia mediática no contexto educativo e social deste século e para a urgência da (re)definição das competências a ela associadas. Tema cada vez mais pertinente (Center for Media Literacy 2003; Grizzle, 2016; World Economic Forum, 2015), a literacia mediática afirma-se como a base para o pensamento crítico, a autoexpressão, a criatividade e a participação responsável dos indivíduos – aspetos determinantes para a constituição de uma consciência cívica plena. Mas em que ponto estamos?

Por seu turno, o tema da criatividade tem vindo a entrar nas discussões mais atuais referentes às competências essenciais para este século. Indo além do seu impacto económico e da sua relação com o desenvolvimento tecnológico (Throsby, 2001), considerar a criatividade enquanto elemento que impacta o potencial humano realça a sua importância enquanto dimensão da literacia mediática (Burn e Durran, 2007).

Analisar os contributos da produção documental para a discussão sobre a literacia mediática impõe-se, neste sentido, como essencial. Procuramos, através dela, compreender e analisar os temas e os pontos de reflexão emergentes. Partindo da análise de um *corpus* de 26 documentos, produzidos entre 1982 e 2017, o trabalho aqui apresentado traça uma perspetiva de 35 anos de produção documental, analisando a forma como é apresentada a literacia mediática na documentação, mapeando a utilização do conceito de criatividade no contexto da literacia mediática e observando os papéis e responsabilidades imputadas aos agentes educativos.

## 2. LITERACIA MEDIÁTICA E CRIATIVIDADE – BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A conotação inicial de literacia com as capacidades basilares de ler, escrever e calcular (Benavente, 1996) há muito se fundiu com os elementos que caracterizam as *novas literacias*. Esta mutação conduziu à incorporação de aspetos característicos da modernidade – o digital, a multimédia e a tecnologia são traços que têm cunhado as conceções mais atuais de literacia, entre elas a de literacia mediática.

A compreensão generalizada deste conceito – doravante denominado LM – apresenta-a enquanto competência que retrata as exigências colocadas aos indivíduos no século XXI; no fundo, “as competências (...) que lhes permitem compreender e relacionar-se com aquilo que os rodeia de maneiras cada vez mais subtis do que a simples compreensão de palavras e números encadeados” (Moeller et al., 2011, citado em Pereira et al., 2015).

Em verdade, o contexto “mediaticamente saturado, tecnologicamente dependente, globalmente conectado” em que nos inserimos (Kellner & Share, 2007, p. 3) criou um sentido de obrigatoriedade face à aquisição e desenvolvimento de competências que permitam ao indivíduo utilizar e analisar os meios, as redes e as plataformas de uma forma mais crítica e criativa, nos foros pessoal e profissional. O desenvolvimento de uma postura mais analítica face à informação será, portanto, fundamental, de forma a que o sujeito seja capaz de conceber interpretações sustentadas para comunicar, partilhar e explorar conceitos, ideias e estratégias que apoiem a sua participação e a resolução efetiva de problemas. Outrora compreendidos como complementares às necessidades básicas de literacia, estes são, hoje, critérios apresentados como indispensáveis à capacidade de sobrevivência e ao exercício de uma cidadania plena (Center for Media Literacy 2003; Grizzle, 2016; World Economic Forum, 2015).

A par destes aspetos, e também decorrente da inovação tecnológica, o poder e o impacto do ecrã em todas estas dinâmicas é crucial, tornando-se mais clara e legitimando-se a necessidade de clarificar as novas competências. Os ecrãs dos *media* moldam e toldam a experiência e a perceção que o indivíduo constrói sobre o mundo que o rodeia (Oliveira, 2018). Assim, a realidade transmitida não é pura, sendo retratada uma imagem trabalhada através da visão de um acontecimento. A habilidade analítica crítica, *per si* essencial, será a chave que permitirá descodificar as mensagens e discernir de forma mais empoderada entre os planos do real e do encenado (Tufekci & Wilson, 2012).

Além da LM, também a criatividade se tem apresentado como uma temática para discussão. Por um lado, surge nos discursos como elemento relacionado com as exigências crescentes que o indivíduo enfrenta e que o confrontam com a necessidade de explorar o seu capital humano<sup>1</sup>. O intuito máximo: criar soluções disruptivas e inovadoras para dar resposta aos desafios impostos pela modernidade. Por outro prisma, é apresentada como característica relacionada com o papel de produtor e disseminador de conteúdo que é conferido ao sujeito e que se reflete nas capacidades que lhe são exigidas (Global Digital Foundation, 2016). Kellner e Share (2005) recordam que ler e produzir são aspetos determinantes para o indivíduo ser um cidadão efetivo e participativo na sociedade moderna.

Literacia mediática e criatividade assumem, assim, o lugar de componentes cruciais para o capital humano, sem as quais a inserção do indivíduo na sociedade moderna (Comissão Europeia, 2009a) e o seu papel de produtor e disseminador de mensagens com recurso aos diferentes *media* estariam condicionadas (Comissão Europeia, 2009b).

### 3. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Tomando em consideração os aspetos anteriormente descritos, analisar as recomendações, diretivas e legislação produzidas no âmbito da LM permitirá compreender os caminhos percorridos ao longo de 35 anos de produção documental e desenhar um quadro que realce os principais temas em discussão no campo.

A análise norteou-se por três questões fundacionais:

- como é apresentada a LM nas diretivas, recomendações/ conclusões e legislação internacional e nacional?;
- qual o destaque dado à dimensão criativa da LM na documentação?;
- como é compreendido o papel dos agentes educativos na documentação?

---

<sup>1</sup> Claudia Goldin, do departamento de Economia da Universidade de Harvard, descreve o capital humano enquanto o conjunto de conhecimentos, hábitos, atributos sociais e de personalidade, no qual se incluem a criatividade, que integram a capacidade de realizar trabalho, produzindo valor económico. Para uma leitura mais completa, consultar [http://scholar.harvard.edu/files/goldin/files/human\\_capital\\_handbook\\_of\\_clometrics\\_o.pdf](http://scholar.harvard.edu/files/goldin/files/human_capital_handbook_of_clometrics_o.pdf)



A metodologia adotada associou duas técnicas de análise – a análise de conteúdo (Bardin, 2010) e os ciclos de codificação (Saldaña, 2016) – e, partindo dos resultados positivos da sua complementaridade (Vosgerau, Pcrifka & Simonian, 2016), o processo de análise decorreu em três momentos, com recurso ao software de análise Atlas.ti., tal como enunciado na Figura 1. A junção destas duas técnicas permitiu adotar uma perspetiva interpretativa e holística (Creswell, 2013) e desenvolver uma análise crítica fortalecida para obter respostas mais precisas às questões de pesquisa determinadas.

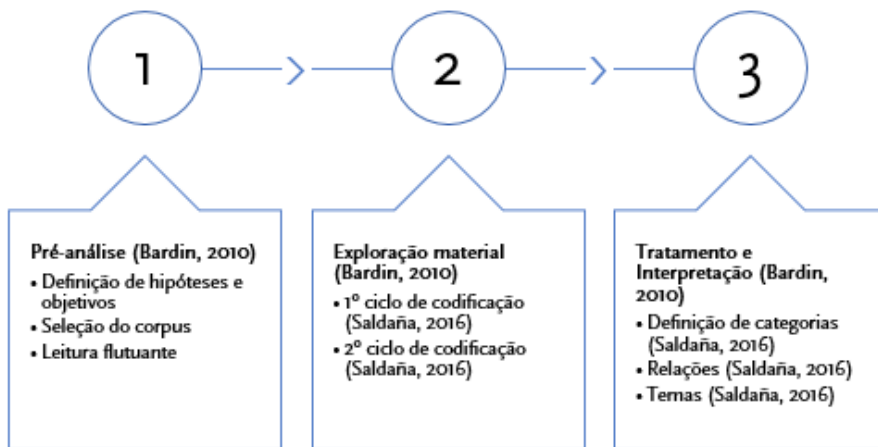


Figura 1: Desenho da proposta metodológica

Bardin (2010) descreve a pré-análise (1) como uma fase constituída por “três missões: escolha dos documentos (...), a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (p. 95). Não sendo obrigatório que decorram de forma sequencial, a autora recorda que as etapas estão “estritamente ligadas umas às outras” (p. 96), uma vez que a seleção dos documentos depende dos objetivos definidos para a análise, os indicadores dependem das hipóteses estabelecidas, e vice-versa (Bardin, 2010). Desta forma, tendo por base os objetivos previamente ancorados nas questões de análise, foi efetuada uma pesquisa nos sites das entidades internacionais, europeias e nacionais tomadas como referência – a Unesco, a União Europeia (no EUR-Lex, página que arquiva os recursos legislativos da UE), o Ministério da

Educação Português e o Conselho Nacional de Educação (através do Diário da República eletrónico e posteriormente no sítio web da Direção Geral da Educação). De acordo com a categorização proposta por O’Leary (2014), a análise documental centrou-se, portanto, em registos públicos - produção documental normativa e legislativa, focada no estudo, promoção, normalização e regulamentação do domínio em análise. Optou-se por analisar a produção das entidades anteriormente referidas pelo prestígio e atenção dedicada aos temas mais prementes de nível político, social, económico e cultural. As pesquisas foram efetuadas com base em palavras-chave (literacia mediática, *media literacy*, educação para os *media*, *media education*, criatividade, *creativity*).

A delimitação do *corpus* considerou os objetivos definidos e as regras de seleção documental propostas por Bardin (2010). Procurou-se garantir a qualidade e representatividade dos documentos – estes que são critérios essenciais para a sua seleção (Bowen, 2009). Como critérios básicos de inclusão, foram considerados documentos cujo a) tema central fosse a literacia para os *media* ou b) cujo intuito fosse recomendar, regulamentar e legislar o campo; c) que tivessem importância histórica ou d) que fossem relevantes no contexto dos últimos 15 anos. A seleção dos documentos privilegiou, ainda, a presença de referências diretas à temática/ conceito central e a relevância das instituições. O *corpus* final foi constituído por 26 documentos, enunciados na Tabela 1, provenientes da Unesco, Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Conselho da Europa, Observatório Europeu do Audiovisual, Ministério da Educação Português e Conselho Nacional da Educação.

---

#### INTERNACIONAL

---

##### Unesco

Declaração de Grünwald (1982)  
 Declaração de Jontiem (1990)  
 Conferência de Toulouse – Novas Direções na Educação para os Media (1990)  
 Conferência Internacional de Viena – Educação para a era mediática e digital (1999)  
 Recomendação de Sevilha (2002)  
 Declaração de Praga (2003)  
 Reunião do grupo de especialistas da UNESCO em Paris – Aspetos de Avaliação da Literacia (2005)  
 Agenda de Paris – 12 recomendações para a Educação para os Media (2007)  
 Alfabetização Mediática e Informacional – Currículo para Formação de Professores (2013)  
 Alfabetização Mediática e Informacional: Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias (2016)

---

---

## EUROPEIA

---

**Parlamento Europeu**

Diretiva 2007/65/CE relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros relativas ao exercício de actividades de radiodifusão televisiva (2007)

**Comissão Europeia**

Estudo sobre as tendências e abordagens atuais à Literacia Mediática na Europa (2009)  
 Recomendação da Comissão sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva (2009)

**Conselho da Europa**

Conclusões do Conselho de 22 de Maio de 2008 sobre uma Abordagem Europeia da Literacia Mediática no Ambiente Digital (2008)  
 Conclusões do Conselho de 27 de Novembro de 2009 sobre a Literacia Mediática no Ambiente Digital (2009)  
 Conclusões do Conselho sobre o papel da educação pré-escolar e do ensino básico no fomento da criatividade, da inovação e da competência digital (2015)

**Observatório Europeu do Audiovisual**

Mapping of media literacy practices and actions in EU-28 – Observatório Europeu do Audiovisual (2016)

---

## NACIONAL

---

**Ministério da Educação**

Lei de Bases do Sistema Educativo (1986)  
 Lei de Bases do Sistema Educativo – revisão (2005)  
 Decreto-Lei n.º 139/2012 (2012)  
 Referencial de Educação para os Media (2014)  
 Despacho normativo n.º 1-F/2016  
 Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (2017)  
 Perfil dos Alunos à saída de Escolaridade Obrigatória (2017)  
 Despacho n.º 6478/2017 (2017)

**Conselho Nacional da Educação**

Recomendação sobre Educação para a Literacia Mediática (2011)

---

Tabela 1: *Corpus* de análise

Tendo sido as hipóteses/ objetivos de análise definidos *a priori*, e partindo das unidades de sentido extraídas do texto no decurso da leitura flutuante, a exploração do material (2) decorreu de acordo com os procedimentos sugeridos por Saldaña (2016). Visando aprofundar ao máximo a análise, optámos por executar dois ciclos de codificação, adotando uma abordagem dedutiva, que partiu das questões de base desta reflexão – aplicação de categorias dedutivas (Mayring, 2000).

O primeiro ciclo de codificação foi desenvolvido segundo o método de codificação estrutural (Saldaña, 2016), em duas iterações, com o objetivo

de identificar as palavras-chave da documentação. Procurou-se que estas palavras-chave fossem representantes de tópicos, no sentido de, paralelamente à codificação do conteúdo, apontar possibilidades de categorização. Potter & Levine-Donnerstein (1999) descrevem este processo como identificação de variáveis-chave – categorias de codificação. Posteriormente, no sentido de clarificar e aprofundar a codificação, foi realizada uma segunda iteração, da qual emergiram 25 palavras-chave. A identificação destas tomou em consideração critérios de pertinência e de homogeneidade – existindo apenas uma vertente de análise, orientada por interrogações claras e objetivas (Bardin, 2010; Coutinho, 2011).

O segundo ciclo de codificação decorreu da possibilidade identificada de reorganizar as 25 palavras-chave em seis grupos estruturantes (categorias). Para tal, aptou-se por um procedimento de codificação teórica (*theoretical coding*).

A par de permitir a organização, acesso e processamento dos dados, a análise foi efetuada com recurso ao Atlas.ti, pela possibilidade de registo e acesso ao historial do processo de interpretação dos dados recolhidos. O investigador pode, desta forma, desenvolver, logo à partida, uma análise sustentada por evidências, recuperando e refletindo sobre o trajeto traçado ao longo da investigação (Vosgerau, Meyer & Contreras, 2017).

A última fase de análise – o tratamento e interpretação dos resultados da codificação (3) – visou representar e captar a essência e as preocupações da documentação analisada através da definição de categorias, relações e temas.

#### 4. A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL

A documentação recolhida na fase de pesquisa reuniu cerca de 100 documentos produzidos pela Unesco, instituições europeias<sup>2</sup>, Ministério da Educação e outros agentes nacionais (Gráfico 1). Tomando como referência a década de 1980<sup>3</sup> e terminando a recolha no ano de 2017 (que assinala o início desta investigação), compreende-se um crescimento gradual da produção de documentos referentes ao campo da LM, sendo que a nível nacional e europeu esta cresceu de forma marcada a partir dos anos 2000.

<sup>2</sup> Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Conselho da Europa, Observatório Europeu do Audiovisual.

<sup>3</sup> A recolha de documentação tomou como ponto de partida o ano de 1982 e a publicação da Declaração de Grünwald, documento que alavancou os estudos e a regulamentação da educação para os *media* a nível internacional.

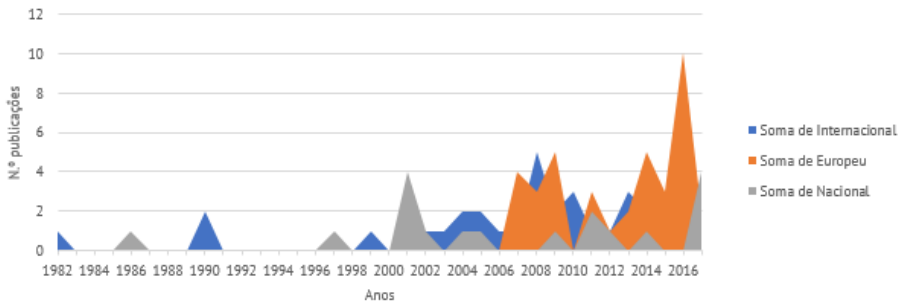


Gráfico 1: 35 anos de produção documental internacional (1982-2017)

Percebe-se, ainda, a existência de três picos na produção, aliás já observados por Pereira em 2011<sup>4</sup>: a década de 90 (que marca a passagem para o novo milénio), o ano de 2003 (onde se destaca o aumento da produção centrada na Educação para os *Media* pelo Conselho da Europa) e o período entre 2007 e 2009 (assinalado pela influência do expoente do digital e consequente interesse das instituições com responsabilidades de foro político, social e económico) (Pereira, 2011).

## 5. A LM E A SUA DIMENSÃO CRIATIVA — UMA LEITURA A PARTIR DA ANÁLISE DOCUMENTAL

### 5.1 AS PALAVRAS-CHAVE E AS CATEGORIAS ESTRUTURANTES DA DOCUMENTAÇÃO

O processo de codificação deixa transparecer a existência de 25 palavras-chave e seis grupos estruturantes que delineiam e são recorrentes na documentação. Uma primeira análise (primeira iteração do primeiro ciclo de codificação) clarificou a existência de seis palavras-chave (Figura 2).

A Figura 3 apresenta o registo de unidades de sentido — citações — e as respetivas palavras-chave associadas, sendo perceptível a existência de disparidades relativamente ao seu nível de incidência.

<sup>4</sup> O trabalho do autor foca a documentação desenvolvida entre 1982 e 2009.

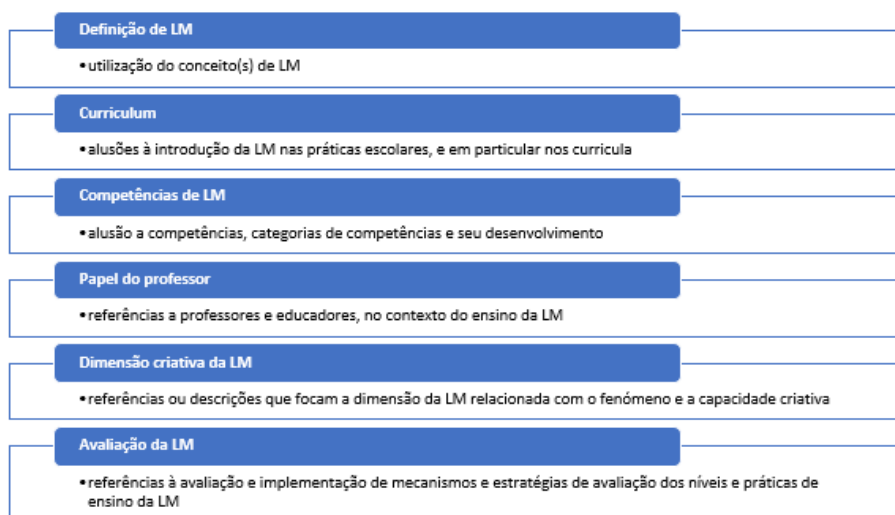


Figura 2: As seis palavras-chave iniciais e respetivas descrições

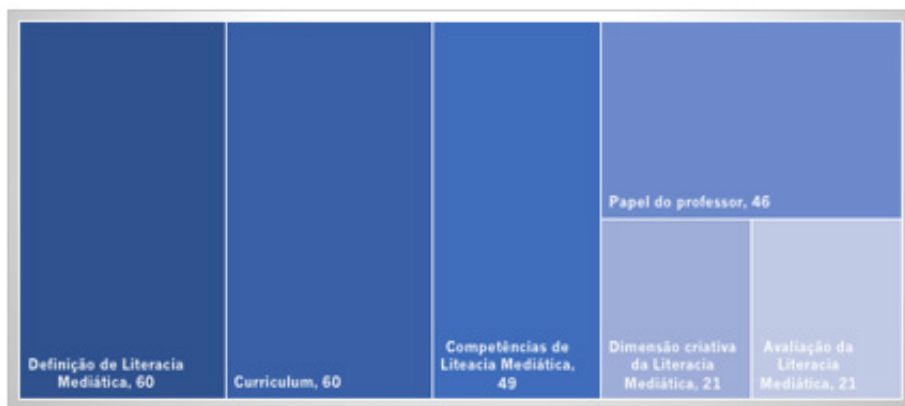


Figura 3: As seis palavras-chave iniciais e respetivo registo de frequências

Um segundo momento de análise (segunda iteração do primeiro ciclo de codificação), permitiu identificar 25 palavras-chave (Figura 4), com claras diferenças de peso na documentação analisada. Compreende-se, por exemplo, uma maior referência a um conceito genérico de LM – Definição de literacia mediática, 60 citações – comparativamente com a utilização de definições particulares e alusivas às funções sociais da LM – Foco na

dimensão criativa (29), Foco na dimensão cultural (19) e Foco na dimensão crítica (17). É também perceptível a relevância das competências na documentação que constituiu o nosso *corpus* de análise. Dos 26 documentos, somente não identificámos referências a competências de LM em três deles – Competências (*competences*) (43 citações), Competências crítico-cognitivas (72 citações), Competências criativas (49 citações) e Competências Tecnológicas (29 citações).



Figura 4: As 25 palavras-chave finais e a sua distribuição

No decurso do segundo ciclo de análise, a realização de uma codificação teórica (*theoretical coding*) (Saldaña, 2016) permitiu observar as relações de proximidade e as características similares entre as várias palavras-chave. Estas foram reorganizadas em seis categorias estruturantes, como exposto na Figura 7, que comandam a produção documental. Exploramos, de seguida, cada uma delas:

1. definição de LM – as definições utilizadas na documentação analisada vão, na sua generalidade, ao encontro das denominações propostas por Reia-Batista (2011), Bazalgette (2009) e Burn e Durran (2007). São habitualmente contempladas as suas três dimensões – funções sociais (crítica, cultural e criativa) –, sendo que 14 dos 26 documentos analisados discutem a LM apoiando-se, para tal, numa proposta de definição. Nos restantes, o conceito é mencionado sem o apoio de uma definição concetual, explícita;
2. dimensão criativa da LM –, no *corpus* analisado, esta surge maioritariamente expressa através de práticas de produção. Esta dimensão é apresentada como ferramenta prática que permite desenvolver uma pedagogia mais focada nos alunos (Wilson et al., 2013). A par disso, percebe-se que, face à exigência do envolvimento do cidadão com a diversidade de *media* existentes, a “literacia

mediática não pode ser considerada como um todo sem a aquisição de capacidades de produção criativa”, esta que é uma “parte essencial da educação formal e da aprendizagem ao longo da vida” (Comissão Europeia, 2009b, p. 93). À escola, enquanto promotora do ensino, é atribuída a missão de desenvolver e aperfeiçoar a literacia para os media, a capacidade criativa e o potencial de inovação de todos os cidadãos (Conselho da Europa, 2009b). Apesar disso, e observando as citações identificadas de forma mais detalhada, compreende-se que, quando empregue no contexto da LM, a criatividade é mais frequentemente mencionada de forma lata, não sendo nem explorada, nem definida em profundidade;

3. competências de LM – percebe-se uma aproximação às três categorias propostas pelos trabalhos de Mediawijzer.net<sup>5</sup>, Lopes (2013) e Hobbs (2010) – tecnológicas, crítico-cognitivas e criativas. Os resultados da análise dos documentos apontam para um maior número de referências à aquisição e desenvolvimento de competências de ordem crítico-cognitiva (72 citações), face às de nível criativo e tecnológico (49 citações e 29 citações, respetivamente). Vinte dos 26 documentos analisados focam o tema das Competências de LM;
4. avaliação da LM – sobressaem, neste ponto, dois aspetos essenciais. Por um lado, direciona-se a reflexão no sentido da distinção entre competências e habilidades. Por outro, procura-se reforçar a importância da estabilização dos sistemas de avaliação de competências. A informação aponta, ainda, para uma tendência de enfoque do discurso no conceito competências sem, no entanto, o campo estar clarificado. Apesar de serem identificadas menções aos três grandes grupos – a recordar, tecnológicas, crítico-cognitivas e criativas –, importará aprofundar a distinção entre este conceito e o de capacidades, especificar as capacidades que integram cada grupo de competências e, acima de tudo, melhorar as ferramentas de avaliação. A documentação debate, ainda, a) a estabilização para que seja possível promover estudos comparativos; b) uma melhor adequação aos contextos onde são aplicadas e aos grupos de indivíduos que as aplicam; e c) a definição de objetivos de aplicação claros que potenciem a utilização dos resultados obtidos numa lógica de melhoria;
5. papel do professor – observando na documentação o retrato dos agentes educativos, o papel do docente sobressai. Refere-se a importância a) da aquisição de competências para o ensino da LM, b) do desenvolvimento de programas de formação docente adequados e c) das características intrínsecas ao indivíduo e ao contexto, tais como a sua

<sup>5</sup> Retirado de <https://www.mediawijzer.net/wp-content/uploads/sites/6/2013/09/ENG-10-media-literacy-competences.pdf>



motivação. Estes serão aspetos essenciais para que os ensinamentos e as práticas de LM passem da teoria (dos currículos e das recomendações) para a prática (para as escolas e salas de aula);

6. currículo – a produção documental analisada não descarta a importância do currículo escolar. Tema frisado em 18 dos documentos que constituíram o *corpus* de análise, neles, sobressai a urgência de definir o modo de integração da LM nos programas escolares – entre o transcurricular e o interdisciplinar. A par disso, a documentação frisa a introdução da LM nas escolas através de disciplinas relacionadas com as TIC, bem como através da Educação para a Cidadania, referindo-se, por exemplo, que a “implementação da Educação para os Media (...) beneficiará de uma metodologia diversificada, dado entender-se como uma temática transversal e transdisciplinar da Educação para a Cidadania” (Pereira et al., 2014, p. 7).

LITERACIA MEDIÁTICA						
Grupos estruturantes	Definição de LM	Dimensão criativa da LM	Competências de LM	Avaliação de LM	Papel do Professor	Currículo
Palavras-chave	Definição de LM	Dimensão criativa da LM	Competências de LM	Avaliação de LM	Papel do professor	Currículo
	Dificuldades de Definição	Criatividade como aspeto externo com influência na LM	Competências criativas	Competências ( <i>competences</i> )	Desenvolvimento de competências (professor)	LM Interdisciplinar
	Definição com foco na dimensão criativa	Criatividade como dimensão da literacia Mediática	Competências crítico-cognitivas	Habilidades ( <i>skills</i> )	Formação docente	LM nas TIC
	Definição com foco dimensão cultural		Competências Tecnológicas	Dificuldades de Avaliação	Motivação do professor	LM Transcurricular
	Definição com foco dimensão crítica					LM independente
	Definição sem foco específico					

Tabela 2: O que relata a documentação?  
Grupos estruturantes e palavras-chave

## 5.2 O QUE DISCUTIR A PARTIR DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO?

### 5.2.1 A LM – CRÍTICA, CULTURAL ... E CRIATIVA?

As definições presentes na amostra documental analisada encontram-se, como já referido anteriormente, alinhadas com as propostas de vários autores (Bazalgette, 2009; Burns & Durran, 2007; Reia-Batista, 2011). As suas funções sociais – crítica, cultural e criativa – são contempladas, surgindo a dimensão criativa recorrentemente ancorada nas restantes, como por exemplo:

alcançar o pensamento crítico não significa apenas que a educação para os media se deve focar em análises críticas de textos e programas, isto é, ocorrer no nível de receção, mas também que a educação deve conduzir a *habilidades de produção*. (Unesco, 1999, pp. 8)

Analisar, refletir criticamente e *criar conteúdo* mediático. (Unesco, 2002, s.p.)

Literacia mediática é a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos media e dos seus conteúdos e de *criar comunicações* em diversos contextos. (Comissão Europeia, 2009a, p. 12)

As capacidades de ordem técnica, cognitiva e social são descritas enquanto origem das capacidades de compreensão crítica que, por sua vez, possibilitam o desenvolvimento das capacidades de interação com os *media*, onde se integram as capacidades de produção e criação mediática (Comissão Europeia, 2009; Conselho da Europa, 2009; Pinto, 1988). Sobre este aspeto, Burn e Durran haviam realçado já a “ênfase recorrente na função dos meios digitais de fornecer informações, e uma negligência correspondente em funções como narrativa, fantasia, *roleplay*, redes sociais, que são indiscutivelmente as funções mais importantes para os jovens” (2007, p. 7). Os autores referem, também, uma relação de grande proximidade entre a função criativa da literacia dos *media* e a capacidade do ato criativo em si ser transformador para o indivíduo que cria (Burn & Durran, 2007). O produto resultante deste ato deverá refletir características de base de um produto denominado criativo: valioso, útil e novo.

Observando os resultados da análise efetuada não é compreensível uma aproximação tão clara e objetiva àquilo que os produtos criativos mediáticos devem refletir. A criatividade surge ora como aspeto a ser

promovido através da Educação para os *media* – “incentivar a produção, criatividade e interatividade nos diferentes campos da comunicação mediática” (Unesco, 2007b, p. 2) –, ora como aspeto essencial à aquisição integral de competências de literacia mediática – “a Literacia mediática não pode ser considerada completa sem a aquisição de habilidades de produção criativa de conteúdos mediáticos” (Comissão Europeia, 2009b, p. 93). Não se compreende a existência de uma noção concreta de produto mediático criativo.

A análise documental deixa, no entanto, transparecer picos de interesse na questão da criatividade.

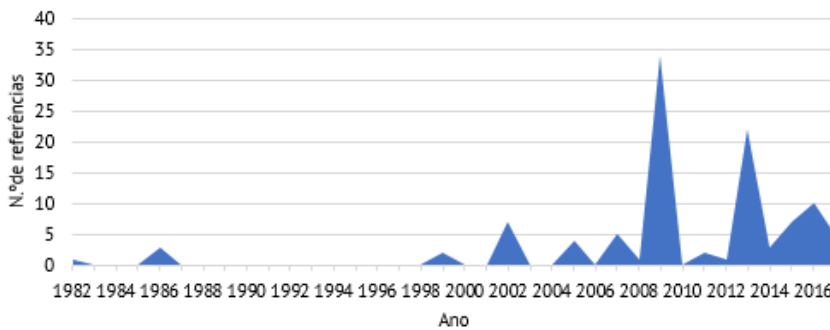


Gráfico 2: A criatividade na documentação:  
distribuição do número de referências por ano

Tal como evidenciado no Gráfico 2, os documentos elaborados nos anos de 2009, 2013 e 2016 que integraram o nosso *corpus* de análise foram aqueles onde foi percebida a existência de um maior número de referências ao conceito de criatividade, aspeto que aponta para uma introdução, gradual, do tema nas agendas internacionais, europeias e nacionais. É referida a importância de desenvolver a criação de produtos mediáticos no espaço da escola (Comissão Europeia, 2009b; Conselho Europeu, 2009) e de promover o desenvolvimento de programa de Educação para os Media que se apresentem como “oportunidades de empoderamento e maior participação democrática ao envolver os cidadãos na produção criativa de conteúdo midiática e informacional e ao fornecer-lhes o conhecimento, as atitudes e as habilidades para usarem e se engajarem com senso crítico nas mídias e em outros provedores de informação” (Grizzle, 2016). No entanto, reforça-se a ideia de que a indefinição da dimensão é clara. As competências a ela

associadas permanecem uma incógnita – “criar, construir e gerar conteúdo mediático” (Observatório Europeu do Audiovisual, 2016, p. 33) são descrições demasiado genéricas para retratar um aspeto tão complexo como a criatividade ou a produção criativa. Optando-se por um olhar que coloca os media no lugar de domínio para a expressão/ autoexpressão criativa ou como impulsionadores da participação digital, como proposto por Peppler e Kafai (2007), a definição torna-se essencial.

### 5.2.2 ADQUIRIR COMPETÊNCIAS E ESTABILIZAR A AVALIAÇÃO?

Da análise de conteúdo realizada, a importância das competências e da sua avaliação no contexto da literacia mediática resulta fortalecida. Sendo um dos temas centrais da produção documental, o desenvolvimento de práticas e de dinâmicas que visem promover o desenvolvimento de competências e a clarificação da sua importância para o indivíduo deste século são questões que abrem portas a discussões mais profundas.

O conceito de competências surge relacionado com dois elementos fulcrais da dinâmica de aprendizagem – alunos e professores. Por um lado, é referida a importância de desenvolver as aptidões das crianças e dos jovens; por outro, foca-se a urgência de formar docentes conscientes e que dominem as ferramentas e conhecimentos fundamentais para ensinar os adultos e cidadãos de amanhã. Como Wilson et al. referem, a LM desenvolver-se-á de forma progressiva e gradual, partindo de professores alfabetizados em termos informacionais para os seus alunos e, eventualmente, para a sociedade em geral (2013). Assim, mais do que promover a aquisição de competências de LM pelos jovens, através dos programas curriculares, impõe-se a formação de uma classe docente mediaticamente literada e com competências de ordem tecnológica, crítico-cognitiva e criativa.

A avaliação da literacia é, neste contexto, reforçada como um aspeto fundamental “para a monitorização do progresso educacional” (Unesco, 2005, p. 9). A documentação analisada compreende e foca-se na importância da implementação de ferramentas adequadas que permitam, por um lado, a construção de um quadro comum de avaliação que permita desenvolver estudos comparativos (Observatório Europeu do Audiovisual, 2016) e, por outro, o acompanhamento e apreciação dos planos e ações de Educação para os media (Grizzle, 2016). Apenas definindo como objetivo último de uma educação para a LM a avaliação e a comparação, será possível refletir de forma detalhada sobre os resultados, propor a implementação de práticas melhoradas e desenvolver documentos de apoio que guiem as atividades educativas.

A ausência de um quadro comum de avaliação que permita realizar comparações entre projetos de alfabetização mediática surge, ainda, como limitação metodológica (Observatório Europeu do Audiovisual, 2016). Não esquecendo as particularidades dos diversos contextos sociais, políticos e económicos, é proposta, como recomendação, a adoção de uma definição de âmbito operacional que suporte a avaliação de conteúdos formativos e os conhecimentos adquiridos por professores e alunos (Unesco, 2002) – o desenvolvimento de programas, currículos e outras iniciativas harmonizados face aos níveis educativos e necessidades dos indivíduos poderá ser, deste modo, concretizado.

### 5.2.3 E NA ESCOLA? A LM COMO ELEMENTO TRANSCURRICULAR E O PAPEL DO PROFESSOR

A inclusão do ensino da literacia para os media em todos os níveis de escolaridade através de numa lógica transcurricular é um ponto comumente enunciado na produção documental. Estas propostas tornam claro o objetivo (e a expectativa) de implementação de estratégias que favoreçam a inclusão de tópicos e temas de aprendizagem a serem tratados, bem como de capacidades e competências a serem desenvolvidas em várias áreas e no decurso de todo o percurso escolar (Grizzle, 2016). A par disso, leem-se sugestões que apontam para a exploração de uma abordagem de ordem interdisciplinar, uma vez que esta poderá favorecer a compreensão de temas e ideias que vão além das disciplinas e das relações, focando a sua ligação com o mundo real, realçando o processo e o significado, combinando conteúdos, teorias, metodologias e perspetivas de duas ou mais disciplinas (Grizzle, 2016). As propostas retiradas da documentação realçam, ainda, as vantagens de assumir uma prática deste género, no sentido de dissolver as fronteiras estabelecidas entre as disciplinas, ligando os “mundos escolares e de vida de crianças e jovens fora da escola” (Krucsay, 2008, p. 198), – tornar o ensino das competências verdadeiramente transversal a todas as disciplinas e áreas curriculares poderá sustentar a expansão das literacias e uma liberalização e impulso das práticas criativas dos alunos.

Por outro lado, e olhando os aspetos relacionados com o âmbito educativo, a documentação que compôs o nosso *corpus* de análise reforça o lugar de destaque do professor na promoção da LM. A par de ser compreendido como principal motor para a implementação de práticas de Educação para os *Media* na escola, três aspetos surgem recorrentemente a ele associados: a formação, as competências e a motivação. Na esfera da

formação, a documentação refere que “os professores devem desenvolver a capacidade de avaliar como os estudantes interpretam as mensagens de média e as informações de uma série de fontes” (Grizzle, 2016, p. 27) e realça-se a importância de, para tal, desenvolver propostas curriculares e de formação que apoiem os docentes no fortalecimento das competências necessárias para lecionar o campo, uma vez que “documentos e estruturas bem intencionados são inúteis, sem pessoal treinado para implementá-los” (Unesco, 2002, p. 13). As competências surgem articuladas com a formação, uma vez que o professor mediaticamente literado e capacitado deve ser capaz de “demonstrar seu conhecimento e sua compreensão de que os conteúdos de media são produzidos em meio a contextos sociais e culturais específicos” (Wilson et al., 2013, pp.33), assim como de “selecionar, adaptar e/ou desenvolver materiais e ferramentas de alfabetização mediática e informacional para um dado conjunto de objetivos e necessidades de aprendizagem dos estudantes” (Wilson et al., 2013, pp. 28). Por sua vez, a formação deve favorecer a motivação do docente para aceitar e legitimar a relevância do seu papel enquanto promotor do espírito crítico, da cidadania e do empoderamento das crianças e jovens (Ministério da Educação, 1986, 2005; Unesco, 1982, 1990 2007a, 2007b; Wilson et al., 2013).

Torna-se, ainda, evidente a importância de todos estes aspetos, conjugados com a introdução de currículos adequados, confluírem na avaliação de competências de LM dos alunos, bem como o desempenho dos educadores neste âmbito – por um lado, “a educação para os meios de comunicação deve usar esta definição operacional para avaliar e avaliar o conteúdo dos cursos sobre os media, bem como a aquisição do aluno e o desempenho do professor/ instrutor de maneiras apropriadas à sua configuração cultural e ao conteúdo mediático produzido” (Unesco, 2002, p. 5); por outro, “se a maioria dos profissionais for clara sobre os objetivos gerais da educação para os media, a medida em que eles são traduzidos para a prática nas salas de aula é altamente variável. Uma estrutura conceitual claramente definida para o currículo é obviamente necessária (...) para fornecer uma base de avaliação estabilizada” (Unesco, 2002, p.16).

## 6. CONCLUSÕES – QUE CAMINHOS PARA UMA DISCUSSÃO FUTURA?

A LM, nos dias de hoje, adquire uma importância cada vez maior para a educação e formação cidadã. Compreender a informação proveniente dos *media*, congregar um nível de destreza aceitável que permita utilizar de forma eficiente diversos meios para atividades pessoais e profissionais e

deter a capacidade de produzir, reproduzir e disseminar conteúdo mediático, eficaz, coerente e responsável são traços associados a um protótipo do indivíduo-cidadão do século XXI. Neste sentido, analisar o caminho percorrido ao longo de 35 anos de produção documental focada no campo da LM, considerando o ambiente exponencialmente tecnológico em que vivemos, é crucial, por forma a compreender o ponto em que nos encontramos.

As questões de investigação colocadas no início deste artigo procuraram promover uma reflexão sobre três aspetos fundamentais. Em primeiro, focou-se a representação da LM nas diretivas, recomendações/ conclusões e legislação internacional e nacional, compreendendo-se que as suas funções sociais sobressaem, sendo a LM compreendida como, mais do que uma ferramenta, uma competência determinante para o indivíduo assumir e gozar da sua cidadania. Seguidamente, partimos da importância da criatividade nos discursos socioeconómicos e da função social que assume dentro da LM para analisar a forma como a documentação se debruça sobre a questão. Enquanto elemento que integra as listagens das competências fundamentais ao indivíduo deste século, a criatividade é retratada, nestes documentos, enquanto ferramenta prática que deverá culminar na criação de produtos. No entanto, parece não existir uma noção concreta dos critérios que poderemos utilizar para caracterizar ou avaliar um produto mediático enquanto criativo. Uma uniformização da noção de criatividade no contexto da LM apenas contribuirá para a melhoria das práticas desenvolvidas e para uma melhor avaliação dos seus resultados (produtos).

Por último, unindo todos estes aspetos, a análise da documentação produzida pelas instituições estudadas considerou o papel e as responsabilidades atribuídas aos agentes educativos. Mais do que a formação de docentes, discute-se, hoje, a importância de motivar para a introdução dos *media* nas salas de aula e de promover o desenvolvimento de competências que, a par de capacitarem para o uso das ferramentas mediáticas mais atuais, serão um sinónimo de confiança para que o professor abrace o desafio de desenvolver práticas pedagógicas alinhadas com as necessidades dos jovens da geração Z.

A documentação analisada deixa, ainda, transparecer pontos que carecem de investigação futura. Em primeiro lugar, mais reflexão sobre os desafios inerentes à avaliação e às competências é necessária, sendo para isso fundamental considerar os ambientes particulares em que a literacia para os *media* é ensinada e trabalhada. Aliado a este aspeto, promover, analisar e acompanhar a introdução de práticas de educação para os *media* nos currículos será fundamental. Só assim será possível compreender a

realidade prática da inclusão da LM nas salas de aula, a exequibilidade das propostas documentais e os resultados das atividades de produção e criação de produtos mediáticos.

## FINANCIAMENTO

Investigação desenvolvida no âmbito de uma tese de doutoramento com financiamento da FCT (SFRH/BD/126433/2016).

## REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bazalgette, C. (2009). *Impacts of moving image education*. Glasgow: Scottish Screen.
- Benavente, A. (org.) (1996). *A literacia em Portugal: Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27-40. DOI: 10.3316/QRJ0902027.
- Burn, A. & Durran, J. (2007). *Media literacy in schools: Practice, production, progression*. Londres: Sage.
- Center for Media Literacy (2003). *Literacy for the 21st Century. An overview & orientation guide to Media Literacy Education*. Retirado de [https://www.medialit.org/sites/default/files/01a\\_mlkorientation\\_rev2.pdf](https://www.medialit.org/sites/default/files/01a_mlkorientation_rev2.pdf).
- Comissão Europeia (2009b). *Study on the current trends and approaches to media literacy in europe*. Retirado de [http://www.gabinetecomunicacionyeducacion.com/sites/default/files/field/adjuntos/study\\_media\\_literacy\\_in\\_europe\\_o.pdf](http://www.gabinetecomunicacionyeducacion.com/sites/default/files/field/adjuntos/study_media_literacy_in_europe_o.pdf).
- Conclusões do Conselho, de 27 de Novembro de 2009, sobre a literacia mediática no ambiente digital. *Jornal Oficial da Comissão Europeia*. Retirado de [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52009XG1211\(03\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52009XG1211(03)&from=PT).
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Creswell, J. W. (2013). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Los Angeles: Sage Publications, Inc.



- d'Oliveira Martins, G. et al (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Ministério da Educação/ Direção-Geral da Educação. Retirado de [https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf)
- Global Digital Foundation (2016). *21st Century Skills/ Fluencies*. Retirado de <https://globaldigitalcitizen.org/21st-century-fluencies>.
- Grizzle, A. (2016). *Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias*. Brasília: Unesco, Cetic.br. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfoooo246421>
- Hobbs, R. (2010). *Digital and media literacy: A plan of action*. Washington: Aspen Institute and Knight Foundation.
- Kellner, D. & Share, J. (2007). Critical media literacy, democracy, and the reconstruction of education. In D. Macedo & S. R. Steinberg (Eds.), *Media Literacy: A Reader* (pp. 3-23). Nova Iorque: Peter Lang.
- Krucsay, S. (2008). Educational television and school. In U. Carlsson, S. Tayie, G. Jacquinet-Delaunay & J. Perez Tornero (Eds.), *Empowerment through media education: an intercultural dialogue* (pp. 259-264). Gotemburgo: The International Clearinghouse on Children, Youth and Media.
- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro - Diário da República n.º 237, Série I, de 14.10.1986. Lei de Bases do Sistema Educativo, República Portuguesa. Retirado de [https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/222418/details/normal?p\\_p\\_auth=gDcp9Whg](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/222418/details/normal?p_p_auth=gDcp9Whg)
- Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto - Diário da República n.º 166, Série I-A, de 30.08.2005. Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, República Portuguesa. Retirado de: <https://dre.pt/application/dir/pdfs/2005/08/166A00/51225138.pdf>
- Lopes, P. (2013). *Literacia mediática e cidadania. Práticas e competências de adultos em formação na Grande Lisboa*. Tese de Doutoramento em Sociologia. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8666>
- Mayring, P. (2000). Qualitative content analysis. *Forum: Qualitative Social Research*, 1(2).
- Miles, M. & Huberman, A. (1994). *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. Thousand Oaks: Sage.
- Morse, J. & Field, P. (1995). *Qualitative research methods for health professionals*. Thousand Oaks: Sage.

- O'Leary, Z. (2014). *The essential guide to doing your research project*. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.
- Observatório Europeu do Audiovisual (2016). *Mapping of media literacy practices and actions in EU-28*. Estrasburgo: Observatório Europeu do Audiovisual. Retirado de <https://rm.coe.int/0900001680783500>
- Oliveira, A. (2018). Identidade, memória e a ecranização. O indivíduo e a experiência na era hipermoderna. *Revista Vista*, 2, 264-283.
- Peppler, K. & Kafai, Y. (2007). From SuperGoo to Scratch: exploring creative digital media production in informal learning. *Learning, Media, and Technology*, 32(2), 149–166.
- Pereira, L. (2011). *Conceções de literacia digital nas políticas públicas – estudo a partir do Plano Tecnológico da Educação*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19825>
- Pereira, S., Pinto, M. & Moura, P. (2015). *Níveis de literacia mediática: Estudo exploratório com jovens do 12º ano*. Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho. Retirado de [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/issue/view/169](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/169)
- Pereira, S., Pinto, M., Madureira, E. J., Pombo, T. & Guedes, M. (2014). *Referencial de educação para os media para a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário*. Lisboa: Ministério da Educação e da Ciência.
- Pinto, M., Pereira, S., Pereira, L. & Ferreira, T. (2011). *Educação para os media em Portugal: experiências, actores e contextos*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Retirado de <https://tinyurl.com/6m87ygs>
- Pinto, M. (1988). *Educar para a comunicação*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.
- Potter, W. J. & Levine-Donnerstein, D. (1999). Rethinking validity and reliability in content analysis. *Journal of Applied Communication Research*, 27, 258-284.
- Recomendação da Comissão, de 20 de Agosto de 2009, sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva. *Jornal Oficial da Comissão Europeia*.
- Reia-Baptista, V. (2011). Os media, as literacias e a cidadania. In *Literacia, Media e Cidadania - Livro de Atas do Congresso Nacional Literacia, Media e Cidadania* (pp-49-58). Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Saldaña, J. (2016). *The coding manual for qualitative researchers*. Londres: Sage.

- Tufekci, Z. & Wilson, C. (2012). Social media and the decision to participate in political protest: Observations from Tahrir Square. *Journal of Communication*, 62(2), 363-379.
- Unesco (1982). *Grünwald declaration on media education*. Retirado de [www.unesco.org/education/pdf/MEDIA\\_E.PDF](http://www.unesco.org/education/pdf/MEDIA_E.PDF).
- Unesco (1990). *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>
- Unesco (1999). *Educating for the media and the digital age*. Viena. Retirado de <http://en.unesco.org/>.
- Unesco (2002). *Youth media education seminar in Seville*. Retirado de <http://en.unesco.org/>.
- Unesco (2005). *Aspects of literacy assessment - Topics and issues from the UNESCO Expert Meeting*. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001401/140125eo.pdf>.
- Unesco (2007a). *Media education: a kit for teachers, students, parents and professional*. Unesco. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000149278>
- Unesco (2007b). *Paris Agenda or 12 Recommendations for media literacy*. Retirado de <http://milobs.pt/wp-content/uploads/2018/06/Paris-Agenda-or-12-Recommendations-for-Media-Education.pdf>
- Vosgerau, D., Meyer, A. & Contreras, R. (2017). Análise de dados qualitativos nas pesquisas sobre formação de professores. *Revista Diálogo Educativo*, 17(53), 909-935. Retirado de: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/9237>
- Vosgerau, D., Pcrifka, D. & Simonian, M. (2013). Associação entre a técnica de análise de conteúdo e os ciclos de codificação: possibilidades a partir do software ATLAS.ti. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, (19), 93-106. Retirado de <https://tinyurl.com/y38mg9rs>
- World Economic Forum (2015). *The 10 skills you need to thrive in the Fourth Industrial Revolution*. Retirado de <https://tinyurl.com/h683b8m>

Citação:

Oliveira, A. & Pereira, S. (2019). A literacia mediática e a sua dimensão criativa na documentação nacional e internacional (1982-2017): um estudo. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação*. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais (pp. 114-136). Braga: CECS.

**MARINA POLO & HELENA SOUSA**

marina@marinapolo.net; helenas@ics.uminho.pt

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, UNIVERSIDADE DO MINHO**

## **REFLEXÕES PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA NO CAMPO DOS ESTUDOS SOBRE A INTERNET**

### **RESUMO**

Este trabalho apresenta elementos do enquadramento teórico que orienta a análise empírica a ser aplicada no projeto doutoral provisoriamente intitulado “Uma abordagem crítica dos discursos sobre a neutralidade da rede em Portugal e no Brasil”. É apresentada uma breve cronologia, da sociologia clássica à teoria crítica da tecnologia de Feenberg. O foco da revisão incide nas dimensões de renovação do pensamento crítico que levam à superação das ideias de neutralidade tecnológica e de determinismo tecnológico. Concluímos que as problemáticas das tecnologias enfatizadas pela teoria crítica possibilitam caminhos para uma análise discursiva. Definimos, a partir desse estudo, a teoria crítica como suporte teórico para a análise do nosso objeto de pesquisa: os discursos sobre a neutralidade da internet.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Análise crítica dos discursos; Brasil; neutralidade da internet, Portugal;  
teoria crítica

---

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho se insere no âmbito do Programa Doutoral em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, e pretende dar a conhecer as escolhas teóricas que orientam o desenvolvimento do projeto provisoriamente intitulado “Uma abordagem crítica dos discursos sobre a neutralidade da rede em Portugal e no Brasil”. O projeto encontra, em sua gênese, uma preocupação em analisar criticamente os discursos sobre o que se convencionou chamar de neutralidade da Internet (ou neutralidade da rede) nos dois países desde 2009, período no qual se verifica o

surgimento de iniciativas de regulação que disciplinam sobre os princípios de neutralidade da internet.

Entendemos que o percurso de desenvolvimento de uma investigação doutoral implica escolhas; e que estas incidem sobre a visão do mundo a partir da qual propomos analisar o nosso objeto de estudo. É a escolha por um enquadramento orientado pela vertente teórica dos estudos críticos da sociedade que nos leva a desenvolver três questões no presente trabalho: quais são as definições para uma abordagem crítica nas ciências sociais? Quais são as variedades dos estudos que servem de base teórica para os estudos críticos sobre tecnologia? Qual é a relevância de uma análise crítica no campo dos estudos sobre a internet? Responder a estas interrogações significa, para nós, registrar e orientar o percurso de desenvolvimento do projeto no que diz respeito ao olhar que adotamos.

O presente trabalho é de natureza teórica e se divide a partir de uma breve cronologia sobre os estudos críticos que abordam a problemática da técnica. No ponto inicial refletimos sobre as definições de teoria crítica; passamos, nas subseções seguintes, a apresentar algumas das diferentes abordagens dos estudos críticos sobre tecnologia. O nosso intuito não é dar conta de todas as variedades dos estudos, mas sim compreender algumas das dimensões críticas do debate. A cronologia também serve para orientar as referências de pesquisas na área, o que justifica a extensa lista de referências apresentada no final deste trabalho. Começamos com os estudos sobre tecnologia na sociologia clássica (Marx, 2005, 2011, 2014) e passamos pelo pensamento de Heidegger (1987, 1954/2002) para chegar à teoria crítica da sociedade da Escola de Frankfurt. Neste ponto enfatizamos o estudo de Horkheimer e Adorno (1985) e os diálogos entre as teorias de Marcuse (1973, 1999) e Habermas (1987). No ponto mais atual da cronologia proposta é abordada a teoria crítica da tecnologia de Feenberg (1991, 1995, 1999, 2002). Desta forma, o presente trabalho levanta algumas dimensões críticas relevantes no campo dos estudos sobre a Internet.

## **2. DA TEORIA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO DE UMA CRÍTICA DA TECNOLOGIA**

Dos pensadores que se ocupam da teoria crítica, Fuchs (2016), autor contemporâneo, será tomado como uma orientação inicial para o nosso trabalho por se direcionar para os Estudos Críticos de Informação e Mídia (Fuchs, 2011), contribuindo com uma teoria sobre Internet e sociedade (Fuchs, 2008, 2014). O autor, ao revisitar trabalhos que propõem uma definição

para as abordagens críticas, como os de Lash (2002), Tyson (2006), Tallack (1995) e Agger (2006), apresenta algumas das possibilidades neste campo. Entre elas, podemos citar a crítica dialética baseada em Hegel e Marx, a crítica aporética baseada em Kant e influenciada pelo pós-estruturalismo, a crítica psicanalítica, a crítica feminista e a crítica pós-colonial, entre outras (Fuchs, 2016, p. 5). O pensamento de uma teoria crítica atribuído exclusivamente à chamada “Escola de Frankfurt” é referido por Fuchs (2016, p. 5) como um dos pontos de partida de alguns dicionários, como o *European encyclopedia of philosophy and science* e o *Historical critical dictionary of Marxism*<sup>1</sup>. Autores como Held (1980), Wiggershaus (2006), Forst (1999) e Honneth (2007) também reconhecem o termo, “teoria crítica”, a partir da sua introdução no ensaio publicado em 1937 por Horkheimer (1980).

É também a partir da teoria crítica inicialmente refletida por Horkheimer (1980), no âmbito da Escola de Frankfurt, que passamos a pensar no seu conceito. Este ponto de partida nos leva a um retorno às matrizes do pensamento da sociologia clássica. Eis aqui uma característica da teoria crítica: ser ela mesma dialética, ponto a partir do qual importa que cada novo contributo seja o resultado de uma leitura crítica das contribuições anteriores. Uma teoria crítica, como coloca Fuchs (2016, p. 3), não é um universo fechado, mas sim um empreendimento aberto que faz referências cruzadas a outras abordagens críticas. A crítica está na evolução do pensamento crítico e está presente, como veremos, no diálogo estabelecido entre os pensadores, nas propostas de revisão e de superação das abordagens sobre tecnologia e nas possíveis formas de emancipação do sujeito.

Dos estudos sobre a internet que se assumem como críticos, Fuchs (2012) distingue duas abordagens; a dos estudos culturais, com modelo teórico pós-estruturalista, e a abordagem da economia política, com modelo teórico marxista. Considerando que o pensamento marxista é a herança da Teoria Crítica clássica, é a partir da economia política que apresentamos as variedades dos estudos que servem de base teórica para uma reflexão sobre os estudos críticos no campo da internet.

## 2.1 A SOCIOLOGIA CLÁSSICA COMO FIO CONDUTOR PARA O PENSAMENTO CRÍTICO DA TÉCNICA

Os primeiros teóricos críticos, oriundos da sociologia clássica, estavam atentos às transformações ocorridas no século XVIII, principalmente com o desenvolvimento do capitalismo industrial que marcou, a partir da

<sup>1</sup> Ver <http://www.inkrit.de/hkwm/hkwm-index.htm>

corrente histórica marxista, a entrada na era moderna. O trabalho de Marx incide justamente sobre estas que passaram a configurar características exclusivas da modernidade, tais como o sistema político do Estado-nação, a completa transformação dos produtos em mercadoria e o trabalho assalariado (Giddens, 1991, p. 12). Os teóricos estavam cientes de que as transformações vindas com a inserção da lógica mercantil na sociedade traziam riscos associados. Em sua análise, Marx adotou uma postura de crítica perante às condições de desenvolvimento na era moderna.

A trajetória do pensamento crítico é importante para o nosso trabalho principalmente no que diz respeito à compreensão da modernidade como a época da técnica. Como coloca Serra (1996, p. 5), “o problema da técnica estava-nos destinado desde o início da Modernidade”. A sociedade moderna burguesa foi o objeto de pesquisa de Marx e, para compreendê-la, dedicou-se aos estudos das máquinas de trabalho (Marx, 2005, 2011, 2014). Esses estudos relacionam a sociedade burguesa ao progresso tecnológico, através da visão dialética e crítica e de uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico.

Do pensamento marxista do século XIX até a constituição da Escola de Frankfurt no século XX, passaram-se pelo menos seis décadas; espaço de tempo preenchido com importantes contributos para uma crítica à tecnologia. O pensamento crítico de tradição marxista se desenvolveu através de autores como Ellul (1964)<sup>2</sup> e Lukács (2003). De entre os autores de corrente existencialista que contribuíram para o pensamento sobre a técnica estão Ortega y Gasset (1963), Arendt (1988, 2010) e Heidegger (1987, 1954/2002), este último considerado um autor fundamental para a compreensão do problema da técnica (Miranda, 1993 citado em Serra, 1996).

Heidegger, tendo vivido acontecimentos que provaram ser experiências tecnológicas, como a II Guerra Mundial (1939-1945) e o início da Guerra Fria (1947-1953), refletiu sobre a questão tecnológica na modernidade em trabalhos como “A questão da técnica” (Heidegger, 1954/2002). Segundo a sua concepção, a técnica moderna é “um meio produzido pelo homem para um fim estabelecido pelo homem” (Heidegger, 1954/2002, p. 12). O seu pensamento não se restringiu a uma lógica instrumental mecânica, pois as suas reflexões, como enfatizou McLuhan (1972, p. 306), podem estar relacionadas a fases tecnológicas tão avançadas quanto a eletrônica, isso porque o autor pensou a tecnologia não apenas como “um simples meio”, mas também como uma “forma de desencobrimento”, o que nos

<sup>2</sup> Esta obra foi traduzida para o português, intitulada “A técnica e o desafio do século”, porém houve apenas uma edição, pela editora Paz e Terra, 1968.

leva à “essência da técnica” (Heidegger, 1954/2002, p. 17). As suas colocações refletem de forma quase profética, como coloca Martins (2015, p. 44), “pontos desconhecidos pelo próprio Heidegger, pois têm o seu destino associado à globalização” e, “falar de globalização e de integração dos mercados é falar de tecnologias da comunicação e da informação, que são a condição de possibilidade dessa integração”. É nesse aspecto que Heidegger (1954/2002, p. 31) se torna um autor fundamental para o pensamento da tecnologia como um perigo intrínseco ao projeto de modernidade.

## 2.2 A CRÍTICA DA TECNOLOGIA NA ESCOLA DE FRANKFURT

A teoria crítica é expressa no âmbito da Escola de Frankfurt através da reapropriação de alguns elementos do pensamento marxista e do seu fundamento filosófico: a dialética hegeliana. Tal ponto de partida é demonstrativo de que os frankfurtianos não tomaram o materialismo histórico como o método de análise basilar para os seus objetos de pesquisa. Mesmo assim é óbvia a influência de Marx através da identificação destes pensadores “com aquilo que era princípio na teoria marxista. Esse princípio essencial consistia na crítica concreta das relações sociais alienadas e alienantes” (Wiggershaus, 2006, p. 37). Estavam abertos os caminhos para questionar o legado anterior de pensadores como Marx, Weber e Lukács (como é próprio do pensamento crítico) e, ao mesmo tempo, ter as suas teses como referências. Dessa forma, os frankfurtianos desenvolveram uma profunda análise das estruturas capitalistas que, nessa época, configuravam um capitalismo monopolista.

A primeira geração da Escola de Frankfurt elaborou uma crítica ao capitalismo monopolista principalmente a partir da crítica à racionalidade técnico-científica. No seu ápice, a racionalidade capitalista tinha a sua expressão nas novas formas de organização do trabalho. Foi a partir dos avanços técnicos que “o sujeito se coisificou após sua eliminação da consciência” (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 35). Além da perda da consciência crítica, a problemática da dominação foi refletida na sua relação com a instrumentalidade tendo em conta que “o desenvolvimento da máquina se converteu em desenvolvimento da maquinaria da dominação” (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 40). “A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão”, concluem Horkheimer e Adorno (1985, p. 40).

A enfática crítica à racionalidade tecno-científica elaborada pela primeira geração da Escola de Frankfurt, também presente no trabalho de Benjamin (1936/1975), prolongou, à sua maneira, a metáfora da “jaula de



aço” atribuída a Weber (Löwy, 2014). Essas reflexões serviram como contraponto de resistência à visão otimista, mais corrente na época, acerca do progresso tecnológico.

Ainda na primeira geração da Escola de Frankfurt, Marcuse (1999) continuou a refletir sobre as transformações ocorridas na sociedade moderna sob a égide da revolução científico-tecnológica. No ensaio “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”, o autor introduz duas ideias que são importantes para pensar a crítica da tecnologia. A primeira ideia é a de que “a tecnologia é vista como um processo social no qual a técnica propriamente dita (isto é, o aparato técnico da indústria, transportes, comunicações) não passa de um fator parcial” (Marcuse, 1999, p. 73). A afirmação de que a tecnologia é socialmente determinada continuou a ser desenvolvida: sendo a tecnologia socialmente determinada, ela é mutável. Sendo a tecnologia mutável, também há nela um potencial emancipador.

A ideia de neutralidade, que pode ser interpretada quando Marcuse coloca que a técnica “pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância” (1999, p. 74) foi recusada pelo autor duas décadas depois. Os argumentos que refutam a ideia de neutralidade (Marcuse, 1973, 1998) vieram já em um período pós-guerra, em que a interrogativa sobre a neutralidade da tecnologia se colocava de forma mais enfática. A ideia de que a tecnologia não é neutra concorda com a visão heideggeriana e está enfatizada quando Marcuse coloca que “o *a priori* tecnológico é um *a priori* político na medida em que a transformação da natureza compreende a do homem” e “quando a técnica se torna a forma universal da produção material, ela circunscreve uma cultura inteira; ela projeta uma totalidade histórica – um ‘mundo’” (Marcuse, 1973, p. 150).

Ao rejeitar a neutralidade da técnica, Marcuse reforça as suas preocupações com o potencial de dominação da tecnologia, mas continua a acreditar no potencial de emancipação da sociedade através de uma transformação fundamental na razão técnica. Pois, sendo mutável, é possível encontrar novas formas de ciência e de técnica. Nesse aspecto, o trabalho de Marcuse passa a apontar para um discurso emancipador de que “a própria estrutura da existência humana seria alterada; o indivíduo seria libertado da imposição”, e “ficaria livre para exercer autonomia sobre uma vida que seria sua” (Marcuse, 1973, p. 24).

Habermas, da segunda geração da Escola de Frankfurt, desenvolve uma crítica a respeito da questão da neutralidade tecnológica e das possibilidades de emancipação (1987, 2012a, 2012b). A partir da visão marcusiana de que há uma fusão entre técnica e dominação, racionalidade e opressão,

o autor questiona que “não poderia pensar-se uma emancipação sem uma revolução prévia da própria ciência e técnica” (Habermas, 1987, p. 50). Se fosse possível estabelecer um pensamento de um “projeto alternativo e, além disso, uma nova ciência alternativa deveria incluir a definição de uma nova técnica” e “teria evidentemente de conduzir a um projeto do gênero humano no seu conjunto” (Habermas, 1987, p. 51). Ou seja, a ideia de que possa existir uma nova ciência e uma nova técnica é rejeitada por Habermas. Nesse sentido a sua crítica a Marcuse passa pela mesma lógica utilizada pelos que posicionam este último no plano do romantismo de uma comunhão utópica com a natureza.

Habermas (2012a, 2012b) concorda que há nas instituições uma dominação empreendida com a penetração da ciência e da técnica, tanto que as suas propostas seguem em uma direção emancipadora; porém, em sua teoria da ação comunicativa, contrapõe-se à ideia de que a racionalidade se tornou unicamente instrumental e, portanto, um instrumento de dominação na sociedade.

As críticas de Habermas marcaram dois pontos de retorno ao pensamento da Escola de Frankfurt: o retorno à neutralização da tecnologia e o retorno à ideia de que a tecnologia não é socialmente determinada.

### 2.3 A TEORIA CRÍTICA DA TECNOLOGIA DE FEENBERG

Chegamos até o ponto temporalmente mais próximo da linha cronológica que propomos apresentar nesse trabalho: a teoria crítica da tecnologia do filósofo A. Feenberg. O autor propõe uma reflexão dialética a partir, principalmente, da comparação dos diálogos de Marcuse e Habermas. Ao longo dos seus trabalhos (Feenberg, 1991, 1995, 1999, 2002, 2003, 2005, 2017) propõe enfaticamente a superação da visão de neutralidade tecnológica e confirma, tal como Marcuse, que a tecnologia é socialmente determinada. O autor propõe uma renovação crítica do pensamento frankfurtiano.

Para posicionar e reformular a teoria crítica da tecnologia, Feenberg (2003) elabora uma síntese das principais abordagens teóricas na filosofia contemporânea sobre o tema. A distinção entre as abordagens se dá a partir de duas dicotomias que se encontram na relação entre a humanidade e a tecnologia. Na primeira, ou a tecnologia é autônoma ou é humanamente controlada. Na segunda, ou a tecnologia é neutra ou é orientada pelos valores da sociedade. O autor organiza os seus comentários da seguinte forma:

Technology is:	Autonomous	Humanly Controlled
Neutral (complete separation of means and ends)	Determinism (e.g. modernization theory)	Instrumentalism (liberal faith in progress)
Value-laden (means form a way of life that includes ends)	Substantivism (means and ends linked in systems)	Critical Theory (choice of alternative means-ends systems)

Figura 1: Perspectiva contemporânea de filosofia da tecnologia

Fonte: Feenberg, 2003, p. 5

Na combinação desses valores estão apresentadas as diferentes abordagens teóricas. É a partir da teoria instrumental e da teoria determinista do desenvolvimento tecnológico que o autor desenvolve as suas principais críticas à neutralidade da tecnologia. Com relação a uma teoria substantiva da tecnologia, Feenberg concorda que as consequências negativas do desenvolvimento tecnológico têm de ser enfatizadas, mas não acredita em um destino tecnológico cuja aceitação passiva é inevitável. Como contraponto, propõe a teoria crítica da tecnologia.

A teoria crítica da tecnologia nos interessa principalmente a partir da introdução da ideia de “código técnico”. Este conceito foi introduzido por Feenberg (2002, p. 74) para se referir ao fenômeno de relação entre as exigências sociais (ou projetos sociais) e às exigências técnicas (ou projetos técnicos). O código técnico funciona como um critério que seleciona, dentre outras possibilidades de escolhas técnicas viáveis, apenas uma, e a toma como a melhor solução. Os códigos técnicos explicam “como o resultado das escolhas técnicas pode ser um mundo que apoia o modo de vida de um ou outro grupo social influente” (Feenberg, 2017, p. 158) pois “estão sempre enviesados, em certa medida, pelos valores dos atores dominantes” (Feenberg, 2002, p. 159).

A racionalidade do código técnico é o que leva à aceitação hegemônica do que Feenberg chama de “caixa-preta”<sup>3</sup> (2017, p. 100). A “caixa-preta” é o processo de fechamento dos dispositivos técnicos sem o questionamento das outras possibilidades técnicas viáveis, ou seja, é um conceito que se refere às “formas estandardizadas de compreender e fazer dispositivos” (Feenberg, 2017, p. 308).

<sup>3</sup> Este conceito tem a influência de estudos anteriores como os de Latour (1987) a respeito das “black boxes” e Flusser (2002).

O “código de projeto” é outro conceito introduzido por Feenberg (2017, p. 308) para se referir de forma generalizada à normatização dos modos de compreensão dos sistemas racionais. É devido a essa racionalidade que as instituições não são verdadeiramente democráticas quanto às escolhas de design e ao desenvolvimento tecnológico. Por isso, as instituições que temos não são apropriadas para exercer o controle humano sobre a tecnologia. Nesse sentido, Feenberg propõe um modelo alternativo para a tecnologia, possível com a abertura da “caixa-preta” (2017, p. 100) dos códigos técnicos.

De forma a explicar a evolução do fenômeno do código-técnico e demonstrar que um dos problemas deste processo é “o entrelaçamento da função e significado”, que “está generalizado nas sociedades modernas” (Feenberg, 2017, p. 149), o autor dá como exemplo o caso do domínio das tecnologias de comunicação:

a internet é um sistema, no sentido de Habermas, gerido de acordo com a racionalidade administrativa e distribuído num mercado. Como tal, suporta agências governamentais e grandes empresas com imenso poder político e económico. Contudo, as atividades que a internet facilita são essencialmente atividades de comunicação. No mundo da vida, a internet envolve significados e conotações que têm a ver com situações de intimidade, contatos humanos, auto-promoção das pessoas, criatividade, etc. A internet não é meramente instrumental para estas finalidades do mundo da vida; pertence ao próprio mundo da vida como um artefato rico de significados. Isto é mais do que uma questão de associações subjetivas, pois afeta a evolução e o projeto da rede e da interface, que não podem ser entendidos em termos de uma ideia abstrata de eficiência. (Feenberg, 2017 p. 149)

Tal ideia, além de servir como uma crítica ao esquema de interpretação de Habermas, que, “embora fecundo, está cheio de problemas”, tais como “omissões e ambiguidades” (Feenberg, 2017, p. 148), serve para enfatizar que a ideia abstrata de eficiência é um ponto que “tornou-se claro na luta em torno da neutralidade da rede” (Feenberg, 2017, p. 149). O autor conclui que “a contradição entre o sistema e o mundo da vida dos seus utilizadores e vítimas explica o aumento de lutas na Internet, na esfera pública técnica emergente” (Feenberg, 2017, p. 150).

### 3. REFLEXÕES CONCLUSIVAS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A NEUTRALIDADE DA INTERNET

Apresentamos um quadro teórico crítico sobre as problemáticas da tecnologia. Este enquadramento é representativo das escolhas que orientam, teoricamente, a análise empírica a ser aplicada no nosso projeto doutoral, através da ferramenta teórico-metodológica da análise crítica dos discursos (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2003; Fairclough & Wodak, 1997). Consideramos que os problemas tecnológicos referidos, desde a entrada da humanidade na era moderna, constituem dimensões críticas a serem observadas e analisadas nas controvérsias atuais da sociedade, ou seja, fundamentais para a análise do nosso objeto de pesquisa: os discursos sobre a neutralidade da internet.

Para posicionar o nosso objeto em uma abordagem crítica, consideramos importante, ainda, dois aspectos iniciais: contextualizar que esses discursos estão inseridos em um projeto de modernidade e refletir sobre as estruturas, as contradições e as características exclusivas do capitalismo em seu estágio atual: o capitalismo digital (Schiller, 1999). O debate sobre o capitalismo através de uma abordagem crítica da economia política das comunicações (Sousa, 2011; Wasko, Murdock & Sousa, 2011) constitui um elemento fundamental para a compreensão das disputas pelo domínio da internet.

A internet se divide em três camadas (infraestrutura, protocolos e conteúdos). O seu funcionamento resulta da articulação autônoma entre as camadas dos protocolos e conteúdos e a camada física da infraestrutura. As disputas em torno da neutralidade da Internet estão situadas na infraestrutura comunicacional. É justamente a característica autônoma de cada camada que define que o tráfego de dados não seja diferenciado ou discriminado ao longo do percurso pelos controladores da rede física, como, por exemplo, pelas empresas fornecedoras de conexão à internet. Essa forma de funcionamento é uma característica fundamental da internet, arquitetada de forma a prezar pela não interferência nos fluxos de dados e a garantir a autonomia dos seus utilizadores. A esse princípio de design chamamos neutralidade da internet.

A forma como a internet foi arquitetada e os valores que estão associados a esse artefato tecnológico, como a liberdade de expressão, no entanto, não devem ser tomados como garantidos. O seu funcionamento está a ser estrategicamente definido, como sugere Galloway (2004) ao apontar diversos fatos que ajudam a levantar a hipótese de que houve uma alteração na própria arquitetura da internet, a partir dos anos 2000, de

um modelo descentralizado, que preza pelo compartilhamento para um modelo cada vez mais fechado e controlado. Tais constatações foram fortalecidas com a publicação de documentos através da organização WikiLeaks (Greenwald, 2014).

Sendo assim, as disputas sobre a neutralidade da internet vão além da perspectiva técnica, sendo permeadas por elementos de natureza política. É neste sentido que a análise do nosso objeto dialoga com o problema dos códigos técnicos. O interesse dos grupos sociais dominantes deve ser uma dimensão de análise do nosso objeto e, para tal, partiremos da indicação colocada por Feenberg (2017, p. 309). O autor sugere que um processo de tradução entre o discurso técnico e os discursos social, cultural e político é bastante eficaz para tornar visível as formulações dos tipos ideais do código de projeto pelo investigador.

A análise do nosso *corpus*, que constitui maioritariamente de arquivo, a partir de documentos já existentes e que regulam a neutralidade da internet, atentarà para os argumentos que passam pelos critérios de eficiência e da economia. Esses critérios configuram bloqueios não-tecnológicos e devem ser interrogados na nossa análise. Os códigos de projeto estão formulados de forma estratégica por especialistas, por exemplo, em regulamentos de instituições governamentais e empresariais.

A nossa análise dialoga ainda com a proposta de abertura da “caixa-preta” dos códigos técnicos. Partimos da ideia de que as infraestruturas e o funcionamento técnico da internet são propositalmente invisibilizados no debate sobre as tecnologias de informação e comunicação. Também as discussões sobre controvérsias tecnológicas, como no debate sobre a neutralidade da internet, utilizam, muitas vezes, linguagem estrategicamente especializada e que afasta a perspectiva de participação pública. Tais capturas facilitam o controle tecnológico e representam um perigo para uma sociedade cada vez mais dependente da mediação tecnológica. Esses perigos passam pelo alargamento da vigilância na sociedade e pela perda de direitos, tais como a liberdade de expressão, a proteção de dados pessoais, a privacidade e os modos de acesso aos conteúdos na internet.

Para finalizar, consideramos que o pensamento da racionalidade técnica está presente nas diversas esferas da sociedade moderna e, neste aspecto, o tema da neutralidade da internet está inserido em um campo de estudo estratégico, dada a relevância da comunicação em rede na sociedade atual. A disputa pelo controle e domínio dos artefatos tecnológicos é um tema que configura um rico campo de pesquisa, com diversas lacunas críticas a serem colmatadas. Os desafios que envolvem a análise que propomos

são múltiplos e, para alcançar os nossos objetivos escolhemos estabelecer um estreito diálogo com o nosso quadro teórico, principalmente a partir de três conceitos: poder, ideologia e crítica, que, de acordo com Wodak e Meyer (2015, p. 5) são conceitos vinculados à análise crítica dos discursos. Concluímos, assim, que a teoria crítica, a partir das dimensões críticas que enfatizam o desenvolvimento tecnológico, possibilita caminhos para uma análise discursiva no campo dos estudos sobre a internet.

## FINANCIAMENTO E AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pelo apoio financeiro através de uma bolsa de doutoramento (PD/BD/128177/2016).

## REFERÊNCIAS

- Agger, B. (2006). *Critical social theories: an introduction*. Boulder, CO: Paradigm.
- Arendt, H. (1988). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Arendt, H. (2010). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Benjamin, W. (1936/1975). A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In *Coleção Os Pensadores. Textos Escolhidos. Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas* (pp. 9-34). São Paulo: Abril Cultural.
- Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Ellul, J. (1964). *The technological society*. Nova Iorque: Alfred Knopf.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Londres: Routledge.
- Fairclough, N. & Wodak, R. (1997). Critical Discourse Analysis. In T. van Dijk (Ed.), *Discourse Studies: a multidisciplinary introduction* (Vol. 2, pp. 258-284). Londres: Sage.
- Feenberg, A. (1991). *Critical theory of technology*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Feenberg, A. (1995). *Alternative modernity: the technical turn in philosophy and social theory*. Berkeley: University of California Press.
- Feenberg, A. (1999). *Questioning technology*. Londres: Routledge.

- Feenberg, A. (2002). *Transforming technology: a critical theory revisited*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Feenberg, A. (2003). *What is philosophy of technology?* Lecture for the Komaba Undergraduates. San Diego State University. Retirado de [https://www.sfu.ca/~andrewf/books/What\\_is\\_Philosophy\\_of\\_Technology.pdf](https://www.sfu.ca/~andrewf/books/What_is_Philosophy_of_Technology.pdf)
- Feenberg, A. (2005). *Heidegger and Marcuse: the catastrophe and redemption of history*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Feenberg, A. (2017). *Entre a razão e a experiência. Ensaios sobre tecnologia e modernidade*. Lisboa: MIT Portugal e Inovatec. Retirado de <https://www.sfu.ca/~andrewf/Entre%20a%20razao.pdf>
- Flusser, V. (2002). *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Forst, R. (1999). Justice, reason, and critique: basic concepts of critical theory. In D. Rasmussen (Ed.). *The Handbook of Critical Theory* (pp. 336-360). Malden, MA: Blackwell.
- Fuchs, C. (2008). *Internet and society. social theory in the information age*. Nova Iorque: Routledge.
- Fuchs, C. (2011). *Foundations of Critical Media and Information Studies*. Nova Iorque: Routledge.
- Fuchs, C. (2012). Towards marxian internet studies. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 10(2), 392-412. DOI: 10.31269/triplec.v10i2.277
- Fuchs, C. (2014). *Social media: a critical introduction*. Londres: Sage.
- Fuchs, C. (2016). *Critical theory of communication*. Londres: University of Westminster Press. DOI: 10.16997/book1
- Galloway, A. (2004). *Protocol: how control exists after decentralization*. Cambridge, MA: MIT.
- Giddens, A. (1991). *Consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Greenwald, G. (2014). *Sem esconderijo: o caso Snowden nas palavras de quem o revelou*. Lisboa: Bertrand.
- Habermas, J. (1987). *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições 70.
- Habermas, J. (2012a). *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social (Vol. I)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Habermas, J. (2012b). *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista (Vol. II)*. São Paulo: Martins Fontes.



- Heidegger, M. (1987). *Introdução à metafísica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Heidegger, M. (1954/2002). A questão da técnica. In M. Heidegger, *Ensaio e Conferências* (pp. 11-38). Petrópolis: Ed. Vozes.
- Held, D. (1980). *Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Honneth, A. (2007). *Disrespect: the normative foundations of Critical Theory*. Cambridge: Polity.
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Horkheimer, M. (1980). *Teoria tradicional e teoria crítica. Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Lash, S. (2002). *Critique of information*. Londres: Sage.
- Latour, B. (1987). *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge: Harvard University Press.
- Löwy, M. (2014). *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo.
- Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marcuse, H. (1973). *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marcuse, H. (1998). Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In H. Marcuse, *Cultura e sociedade* (vol. 2, pp. 113-137). São Paulo: Paz e Terra.
- Marcuse, H. (1999). Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In H. Marcuse & D. Kellner (Eds.), *Tecnologia, guerra e fascismo: coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. (pp. 73-104). São Paulo: UNESP.
- Martins, M. L. (2015). Mídias digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e Interculturalidade - Promessa e Travessia* (pp. 27-56). Famlificação: Edições Húmus.
- Marx, K. (2005). *La tecnología del capital*. México: Ítaca.
- Marx, K. (2011). *Gundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboço da crítica a economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Marx, K. (2014). *O capital: crítica da economia política. Livro I*. São Paulo: Boitempo Editorial.

- McLuhan, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP.
- Ortega y Gasset, J. (1963). *Meditação sobre a técnica: vicissitudes das ciências - cacofonia na Física*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano.
- Schiller, D. (1999). *Digital capitalism: networking the global market system*. Cambridge: Mass MIT Press.
- Serra, P. (1996). O problema da técnica e o ciberespaço. Retirado de <http://bocc.ubi.pt/pag/jpserra-problema.html>
- Sousa, H. (2011). Economia Política dos Media: origens e percursos, características nucleares e grandes temáticas. *Alicerces*, 4, 383-407. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29984>
- Tallack, D. (1995). *Critical theory: a reader*. Nova Iorque: Harvester Wheatsheaf.
- Tyson, L. (2006). *Critical theory today: a user-friendly guide*. Nova Iorque: Routledge.
- Wasko, J., Murdock, G. & Sousa, H. (Eds.) (2011). *The handbook of Political Economy of Communications*. Londres: Wiley-Blackwell.
- Wiggershaus, R. (2006). *Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Wodak, R. & Meyer, M. (Eds.). (2015). *Methods of critical discourse studies*. Londres: Sage.

Citação:

Polo, M. & Sousa, H. (2019). Reflexões para uma análise crítica no campo dos estudos sobre a internet. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 137-151). Braga: CECS.

JOSEMARI QUEVEDO & NOELA INVERNIZZI

josemari.quevedo@gmail.com; noela.invernizzi@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA, BRASIL

## O ENFOQUE SOBRE INOVAÇÃO, RISCOS E IMPACTOS ELSI NA RETÓRICA DAS POLÍTICAS DE NANOTECNOLOGIA

### RESUMO

As políticas de ciência, tecnologia e inovação (PCTI) para as nanotecnologias na maioria dos países priorizam a inovação para o setor produtivo com limitada abordagem sobre impactos nos modelos de desenvolvimento. No entanto, os dois blocos globais de influência normativa sobre o modelo de PCTI, Estados Unidos e Europa, contemplaram nas políticas alguma dimensão à preocupação com riscos ao meio ambiente e saúde [EHS] e impactos éticos, legais e sociais [ELSI]. Além disso, embora com enfoques diferentes, há dimensões sobre desenvolvimento de Pesquisa e Inovação Responsável [do Inglês Responsible Research and Innovation – RRI]. A RRI é discutida em enfoques teóricos e promovida por organismos globais. A União Europeia lançou um projeto no âmbito dos programas quadro, o *Horizon 2020*, que aponta que o desenvolvimento da RRI se baseia em valores socialmente desejados, incluindo sustentabilidade, ética, aceitação pública e participação nas decisões de CT&I<sup>1</sup>. A RRI consiste em uma forma de atores interessados (*stakeholders*) se tornarem mutuamente responsivos na antecipação dos resultados de inovação e pesquisa a considerar os grandes desafios globais (Schomberg, 2013). No entanto, questões sobre riscos, impactos e participação pública – aspectos da RRI – ainda não constaram na transferência de modelo da PCTI dos países desenvolvidos para o Brasil, na América Latina, e Portugal, mesmo que este último esteja situado na Europa. No Brasil, a PCTI de nanotecnologia teve restrito enfoque sobre riscos, sendo mais escassa na abordagem dos impactos ELSI, apresentando o início de uma tardia governança englobando questões relacionadas com a RRI na segunda década da política. Já em Portugal há lacuna entre a implementação do enfoque a riscos normativa e a RRI na prática em laboratórios. Portanto, analisamos a PCTI nos contextos de Portugal e do Brasil sob este enfoque da prioridade à inovação e o limitado alcance da efetividade da RRI.

Diante disto, a) comparamos diferentes abordagens sobre riscos, impactos ELSI e RRI na Europa e Estados Unidos; e b) verificamos como Brasil e Portugal adotaram traços destes enfoques.

<sup>1</sup> A Pesquisa e Inovação Responsável [Responsible Research and Innovation – RRI] visa criar uma sociedade na qual a pesquisa e a inovação trabalhem por meio de objetivos socialmente desejados como sustentabilidade, aceitação ética, direcionando as variadas agendas necessárias a uma sociedade mais justa (RRI Tools, 2018). Retirado de <https://www.rri-tools.eu/training/about>

A metodologia inclui a revisão de literatura sobre a abordagem discursiva de políticas públicas. Na análise de argumentos, a análise de conteúdo examina os enfoques, realizando-se uma classificação retórica sobre trechos fundamentais de documentos das políticas.

Destaca-se que no Brasil e em Portugal, de formas específicas, foram enfocados restritos públicos na formulação das políticas e pouca prioridade a elementos que pudessem promover outros tipos de inovação visando a RRI. Nesses países, a perspectiva sobre risco prepondera o caráter tecnoeconômico possibilitador da inovação em detrimento de um conceito de inovação que alie a precaução ao desenvolvimento da nanotecnologia.

### PALAVRAS-CHAVE

Brasil; pesquisa e inovação responsável; políticas de nanotecnologia; Portugal; retórica

## 1. INTRODUÇÃO

A nanotecnologia se tornou foco de investimentos públicos e privados em vários países nos anos 2000<sup>2</sup>. O marco-zero referencial para estas ações foi a *National Nanotechnology Initiative* (NNI), dos Estados Unidos (EUA), lançada em 2001. Ao largo desta, países da União Europeia (*European Union*, EU), entre outros países referenciais, lançaram as suas políticas para nanotecnologia e nanociência (N&N), incluindo-se Brasil e Portugal, a seguir. Embora com políticas de design diferenciado e diferente de previsões iniciais de documentos da política estadunidense e europeia<sup>3</sup>, Brasil e Portugal têm como similitude atores do campo científico atuantes nas decisões sobre as políticas de N&N. Outra semelhança é que a ausência nas políticas de enfoques prioritários a riscos no que se refere a questões de ambiente, saúde e segurança (EHS *issues*); e impactos éticos legais e sociais, os impactos ou aspectos ELSI [*ethical, legal and social aspects* – ELSI]<sup>4</sup>, acarretando déficit de Pesquisa e Inovação Responsável [do Inglês *Responsible Research Innovation* – RRI].

<sup>2</sup> Países da OCDE, por exemplo (Foladori et al., 2015).

<sup>3</sup> Nos EUA, o documento da NNI (2000) apresenta eixos de tratamento para questões ELSI e riscos desde o início da concepção da política, com instrumentos para avaliação de riscos relativos às questões de ambiente, saúde e segurança [do Inglês *environmental, health and safe* (EHS) *issues*] e implicações ou impactos éticas, legais e sociais (ELSI). Na Europa, os primeiros documentos citaram o potencial da nanotecnologia em “impulsionar a qualidade de vida” (Comissão Europeia, 2007, p. 1).

<sup>4</sup> Constam como impactos éticos, legais e sociais (ELSI) ou princípios ELSA (aspectos éticos legais e sociais). Segundo Hohendorff, Jotz e Machado (2017, p. 9), “ELSI é uma ideia que trabalha através de uma perspectiva de aspectos éticos, legais e sociais a serem considerados nas pesquisas científicas, também conhecidas como ELSA, utilizando o termo aspectos ao invés de impactos.” Nota-se que a diferença entre os acrônimos ELSI e ELSA portanto se refere, no primeiro, em inglês, a *Ethical, Legal and Social Impacts*, e, no segundo, *Ethical, Legal and Social Aspects*.

No Brasil, destaca-se o papel de cientistas que se tornaram formuladores políticos no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC)<sup>5</sup>. Em Portugal, o foco incide sobre cientistas e professores que competem por editais de pesquisa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), relativo às agências de CT&I Capes e CNPq no Brasil.

O Brasil adotou um desenvolvimento da nanotecnologia sob um design *top-down*<sup>6</sup>, com a orientação de desenvolvimento de políticas públicas em nanotecnologia e nanociência (N&N) a jusante do governo. Foram criados órgãos institucionais específicos como a CGMNT (2003)<sup>7</sup>, e comitês de formulação e aconselhamento político como CCNano<sup>8</sup> e CIN<sup>9</sup>. Os principais formuladores políticos brasileiros, oriundos do campo científico, ocuparam, além de cargos de liderança, posições de aconselhamento sobre esta política no atualmente MCTIC.

Pioneiro e líder em nanotecnologia na América Latina na primeira década dos anos 2000<sup>10</sup>, o Brasil teve as primeiras ações oficiais para estabelecimento da política em 2004. Neste ano, a nanotecnologia entrou como prioridade no planejamento do Estado, sendo parte do Plano Plurianual 2004-2007 e sequentemente até, pelo menos, o PPA 2012-2015. O objetivo da política era promover a inovação de processos e produtos através da pesquisa e em parceria com empresas, efetivando ações para tanto que incluíssem incentivo a redes de pesquisa, formação de recursos humanos e subvenções a empresas (Barbosa, 2017). No entanto, como apontam Invernizzi, Foladori e Quevedo (2017), surgiram lacunas na implementação inicial da política quanto a incentivo ao desenvolvimento de abordagens a risco e aos impactos ELSI.

<sup>5</sup> O MCTIC teve mudanças nos últimos 18 anos, de modo que pode ser referido como MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia) e MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação).

<sup>6</sup> Meny e Thoenig (1992) definem os enfoques de modelos de políticas públicas da seguinte forma: a jusante (*top-down*) e a montante (*bottom-up*). A primeira considera a decisão tomada a partir do centro de poder como essencial, enquanto a execução estaria na periferia. O segundo estabelece que o ponto de partida situa-se na formulação concreta do comportamento ou a situação que incita a intervenção da autoridade pública.

<sup>7</sup> Coordenação-Geral de Políticas e Programas de Nanotecnologia, designada pelo Decreto Presidencial N. 4724/2003.

<sup>8</sup> O Comitê Consultivo de Nanotecnologia (CCNano) foi instituído pela primeira vez pela Portaria nº 587, de 10 de setembro de 2007, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

<sup>9</sup> O Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN) foi instituído pela Portaria Interministerial nº 510, de 9 de julho de 2012, pelos “Ministérios de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Defesa do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Educação, do Meio Ambiente, de Minas e Energia e da Saúde.”

<sup>10</sup> O Brasil é líder latino-americano em nanotecnologia na primeira década dos anos 2000 em termos de “produção científica, recursos humanos, infraestrutura de investigação e financiamento à pesquisa e no incipiente desenvolvimento industrial” (Invernizzi, Korbes & Fuck, 2011, p. 1).

Já Portugal apresentou um design *bottom-up* no que se refere à iniciativa coordenada com recursos públicos<sup>11</sup>. Verificou-se um ação mais descentralizada, mas no nível de atores do campo científico atuando no direcionamento do desenvolvimento da N&N. Cientistas e professores atuantes em centros de pesquisa e universidades direcionaram a agenda ao proporem projetos competitivos com este foco a serem financiados pelas chamadas de investigação da FTC. Do ponto de vista das lacunas de Portugal, verificam-se ausências de desenvolvimento responsável, a considerar sua posição como país da União Europeia (EU), próximo dos centros de decisão e participante dos Programas Quadro (*Framework Program*) da Comissão Europeia. O Horizon 2020<sup>12</sup> incentiva a implementação da RRI, o que vem se apresentando desacoplada e deficitária no desenvolvimento da N&N neste enfoque de inovação.

Este artigo, portanto, a) compara diferenças de abordagens sobre riscos, impactos ELSI e RRI na EU e nos EUA; e b) verifica como Brasil e Portugal adotaram alguns traços destes enfoques. A metodologia utiliza revisão teórica, análise documental e de conteúdo e aborda a política pública de nanotecnologia sob o aspecto discursivo de políticas pública. Na análise de argumentos, realiza-se uma classificação retórica dos documentos oficiais das políticas de nanotecnologia de Portugal e do Brasil. Em conclusão, um diagnóstico do panorama encerra, mas não limita a análise, para discussões futuras visando a RRI.

## 2. A ABORDAGEM SOBRE RISCOS, IMPACTOS ELSI E RRI NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS

No caso das nanotecnologias, a RRI emergiu como foco integrado para tratamento dos riscos (*EHS issues*) e impactos ELSI após a divulgação do relatório da Royal Society e Royal Academy of Engineering (RSRAE, 2004). Pesquisadores da área de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), de países industrializados e desenvolvidos do norte global, começaram, então, a indagar sobre as consequências de riscos relacionados aos nanomateriais e o seu conjunto, tendo relevância nano elementos tais quais nanosílica e

<sup>11</sup> Em pesquisa de instância doutoral em Portugal, verificou-se o desenvolvimento da N&N não se estrutura, como no Brasil, a partir de uma política de Estado *top-down* e caracteriza-se por uma perspectiva em estágios, mas com ação mais sistemática *bottom-up* no fomento de pesquisa (Quevedo, Carrozza & Pereira, 2016).

<sup>12</sup> O Horizon 2020 é o atual programa quadro de financiamento de CT&I em vigência da Comissão Europeia. Mais informações disponíveis em <https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/en/>

nanoprata (Bowman et al., 2015, p. 2). Com os estudos de CTS a aumentar atenção sobre “responsabilidade”, “desenvolvimento responsável” e “inovação responsável” da nanotecnologia e outras tecnologias emergentes, as implicações e as consequências destas tecnologias se tornaram tema relevante nas últimas duas décadas (Bowman, et al., 2015, p. 2).

Medidas para responder às incertezas sobre riscos e impactos ELSI das nanotecnologias foram previstas no lançamento das iniciativas políticas dos Estados Unidos e da Europa. A Iniciativa Nacional de Nanotecnologia (NNI, 2000) dos Estados Unidos, que serviu de modelo para o lançamento da política pública brasileira, faz referências à avaliação de riscos e de impactos. Isto também foi referido em documentos da União Europeia. Quanto ao debate regulatório, este tem sido mais ativo na Europa, e algumas medidas, maioria de caráter voluntário, foram desenhadas.

Apesar deste panorama, permanece o desafio de integrar na prática a RRI à governação no desenvolvimento de políticas tecnológicas, bem como ações públicas ou que visem o coletivo da população no avanço de tecnologias emergentes. Ressalta-se que em países do norte global, onde o conceito de RRI já está mais estabelecido, não são claros os valores embutidos na Pesquisa e Inovação Responsável com o objetivo de antecipar soluções para os inconvenientes de tecnologias (Konrad, 2017). Isto ocorre em menor medida nos países de primeiro mundo, mas reflete em isomorfismos parciais em países latino-americanos (Invernizzi, Foladori, Lau, Quevedo & Carrozza, 2017). Considera-se que o isomorfismo normativo dos campos tende a promover homogeneização de processos (Dimaggio & Powell, 2005). Um dos processos mais comuns nesta enseada é o isomorfismo normativo (especialmente profissional, na atuação de cientistas pesquisadores) em campos estabelecidos em direção à homogeneização de processos.

No que se trata da N&N e os interesses dos Estados Unidos e da União Europeia, enquanto blocos de influência global, a padronização se verifica como um recurso chave na estruturação da competição econômica. Afinal, a competição promovida por organismos, fomentos locais e globais e consórcios com este fim são evidentes, apontam Invernizzi, Hubert e Vinck (2014). Nesse viés, tem-se o Banco Mundial<sup>13</sup>, a OCDE<sup>14</sup> e ainda, a nível

<sup>13</sup> Invernizzi et al. (2011, p. 2) destacam a atuação do Banco Mundial em iniciativa para a nanotecnologia resultante nos Institutos do Milênio, programa promovido pela instituição em vários países latino-americanos orientado “a desenvolver redes de investigação de excelência em áreas estratégicas.”

<sup>14</sup> A OCDE tem um grupo de trabalho específico e produz relatórios para dimensionar e avaliar políticas de nanotecnologia desenvolvidas desde 2008, englobando 21 países membros e três países observados, nestes últimos inclui-se o Brasil.

européu, programas quadros. Indústria e as próprias políticas de N&N não são os únicos fatores envolvidos na implementação deste complexo tecnológico, mas incluem atores globais ou locais (empresas e pesquisadores) na transferência de políticas a contextos locais (Invernizzi et al., 2014, p. 3).

Assim, as grandes ausências verificadas nos países emergentes ou em desenvolvimento na transferência dos modelos de política de nanotecnologia ocorre a nível de participação de atores diversificados ou organizações não-governamentais (ONGs) na tomada de decisões das políticas tecnológicas. As considerações a direitos difusos em decisões de inovação são excluídas em países considerados semiperiféricos ou periféricos no contexto do desenvolvimento global de processos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), incluindo-se nessas determinações Portugal e Brasil (Battaglini, 2013; Foladori & Invernizzi, 2017; Fonseca, 2014).

A RRI é definida em um quadro referente ao Princípio da Precaução integrado à perspectiva europeia, conforme segue Schomberg (2013, p. 19):

um processo transparente e interativo, pela qual atores sociais e da área de inovação se tornam mutuamente responsáveis com uma visão à aceitabilidade (ética), sustentabilidade e efeitos sociais desejáveis embutidos no processo de inovação e sua comercialização de modo a permitir apropriados avanços tecnológicos e científicos em nossa sociedade.

Outro ponto que justifica a mensuração dos impactos ELSI é, para além das questões de Direitos Humanos envolvendo riscos, evitar dispêndio em desenvolver de forma não precautória tecnologias que futuramente provocarão controvérsia devido à incerteza (Schomberg, 2013). O que pode ser publicamente rejeitado tal qual ocorre com os transgênicos (OGMs).

A perspectiva sobre RRI, portanto, está conectada às questões EHS e aspectos ELSI por meio do Princípio de Precaução, ao caracterizar em seu escopo a avaliação de produtos e processos atrelados a seus riscos e impactos (Schomberg, 2013). A caracterização da RRI, na dimensão de produtos, determina a avaliação destes de acordo com o “alto nível de proteção ambiental e à saúde humana, sustentabilidade e efeitos sociais desejados” (Schomberg, 2013). No processo, a RRI é assim caracterizada: “uma abordagem multidisciplinar com envolvimento de *stakeholders* e outras partes interessadas” que devem levar a um “processo de inovação inclusivo, enquanto técnicos inovadores se *tornam* responsáveis às necessidades sociais e os atores sociais se *tornam* corresponsáveis em um processo de inovação de *inputs* construtivos em termos de definição de



produtos socialmente desejáveis” (Schomberg, 2013, p. 21, grifo nosso). Com os Estados Unidos e a Europa enquanto blocos referenciais nas políticas de nanotecnologia, entendimentos de ambos sobre perspectivas que envolvam a RRI são básicos neste panorama (Foladori & Invernizzi, 2017).

Os principais documentos oficiais de políticas europeias se legitimam “ao menos na justificativa, em termos de valores públicos orientando as políticas por meio de impactos positivos” e na “defesa dos direitos humanos e um sistema de Justiça baseado na dignidade humana” (Schomberg, 2013, p. 9). Schomberg considera a “Europa uma comunidade de valores” que devem ser comuns a guiar o desenvolvimento de ações europeias, sustentado em citações de formuladores políticos que estão presentes nos documentos do Parlamento Europeu. Destaca a manutenção da proteção do meio ambiente como foco de alto nível nas políticas europeias, enquanto observa que a grande incógnita se estabelece em termos de valores públicos quando estes se limitam a questões meramente econômicas sem o mínimo provisionamento sobre impactos. Os valores comuns se ancoram no Tratado da União Europeia, documento normativo na consideração a “emprego e progresso social”, no “combate à exclusão social, equidade entre mulher e homem, solidariedade entre gerações e proteção aos direitos das crianças” (Schomberg, 2013, p. 10). Os critérios acima expostos se relacionam aos princípios que direcionam a inovação responsável.

O programa de financiamento para pesquisa da UE Horizon 2020 prioriza em termos práticos os “grandes desafios” contemporâneos enquanto política europeia, conforme mencionado na *The Lund Declaration* (Declaração de Lund), em julho de 2009<sup>15</sup>, atualizada em 2015<sup>16</sup>. A responsabilidade do desenvolvimento sustentável relacionada ao aquecimento global, energia, água e alimento, sociedade, saúde e segurança legitimam o Tratado da União Europeia, a direcionar área de pesquisa e inovação para questões relevantes<sup>17</sup>.

Diante das incertezas decorrentes das nanotecnologias, Hohendorff, Jotz e Machado (2017, p. 108), destacam a “consideração a evidências científicas que apontam para a existência de riscos”. O Princípio da Precaução, portanto, se valida para conduzir os atores envolvidos ao monitoramento dos riscos e à produção de informações (Hohendorff et al., 2017). Conforme Schomberg (2013, p. 23), o Princípio da Precaução deve ser integrado

<sup>15</sup> Ver <https://era.gv.at/object/document/130>

<sup>16</sup> Ver <http://www.jpi-culturalheritage.eu/wp-content/uploads/LundDeclaration2015.pdf>

<sup>17</sup> Retirado de *The Lund Declaration. Europe must focus on the grand challenges of our time*, disponível em <https://era.gv.at/object/document/130>

em códigos de conduta para puxarem financiamento ao desenvolvimento de investigações sobre “metodologias de risco, execução de pesquisa de risco e identificação ativa de lacunas de conhecimento”.

A recomendação da Comissão Europeia respaldou a precaução no Código de Conduta para Pesquisa Responsável em N&N indicando a governação de risco das nanotecnologias (Comissão Europeia, 2009)<sup>18</sup>. Schomberg (2013) destaca que esse documento já mencionava o princípio para a necessidade de avaliar riscos antes de qualquer financiamento de pesquisa de outra ordem. Posteriormente, a estratégia foi aplicada no 7th Framework Program – FP7 [7o Programa Quadro para Pesquisa]<sup>19</sup> da EU.

Por sua vez, a governação voltada para a RRI, ao estipular o envolvimento *multistakeholders* nas decisões, integra pesquisadores, fabricantes, vendedores, consumidores, cidadãos e ONGs na implementação de padrões, certificação e autorregulação. Nessa direção, Schomberg (2013, pp. 23-26) destaca a importância das definições utilizadas nas padronizações com via à governança sustentável. Nesse quesito, se enquadra a padronização de definições sobre nanopartículas para harmonizar regulações.

Sobre os Estados Unidos, com a criação de oportunidades interdisciplinares críticas das nanotecnologias, a NNI (2000) incluiu no design de governação a US National Science Foundation – NSF [Fundação Nacional de Ciência], o Department of Defense (DOD) [Departamento de Defesa], o Department of Energy (DOE) [Departamento de Energia], os institutos National Institutes of Health (NIH) [Institutos Nacionais de Saúde], e National Aeronautics and Space Administration (NASA) [Aeronáutica Nacional e a Administração Espacial], e o Department of Commerce’s National Institute of Standards and Technology (NIST) [Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia do Departamento de Comércio] (NNI, 2000, p. 11). O documento oficial da iniciativa ressaltava que aproximadamente 70% do então novo financiamento proposto se direcionariam a pesquisas baseadas na universidade para atender crescentes demandas de trabalhadores com habilidades em ciência e engenharia em nanoescala (NNI, 2000, p. 11). Embora em menor medida, 5,65% do orçamento (US\$28 milhões) foram previstos para o eixo de Implicações Éticas, Legais e Sociais e Trabalhadores. Investimentos sobre segurança dos nanomateriais para saúde e o ambiente tiveram

<sup>18</sup> No documento também consta conclusões do Conselho da Comissão Europeia intitulado *Responsible Nanosciences and Nanotechnologies Research*. Retirado de [http://ec.europa.eu/research/science-society/document\\_library/pdf\\_o6/nanocode-aprog\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_o6/nanocode-aprog_en.pdf)

<sup>19</sup> O FP7 é o programa de financiamento para pesquisa e inovação da União Europeia vigente entre 2007 e 2013. Mais informações disponíveis em [http://ec.europa.eu/research/fp7/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/research/fp7/index_en.cfm)

aumentos no orçamento da NNI sucedendo, por exemplo, dos 2,8% de 2006, para 6,6% em 2011, e 10% em 2016.

As abordagens visando RRI inserida nos objetivos científicos da NSF avalia as propostas “em termos de ‘impactos amplos’ em um panorama em que as pesquisas sejam compensadoras” (Schomberg, 2013, p. 9). Já em termos de desenvolvimento de pesquisa propriamente, a interdisciplinaridade de conhecimentos nos laboratórios é um enfoque de interesse nos Estados Unidos. Schomberg (2013, pp. 27-28) cita pesquisas emergentes de *midstream modulation*<sup>20</sup> em abordagens que aumentam a reflexividade sócio-ética entre as práticas e os praticantes de pesquisa. O pressuposto é a inserção de cientistas sociais ou de humanas nos laboratoriais de *hardscience* e/ou ciências naturais a fim de acionar a efetividade da RRI. Essas medidas devem prever ainda mecanismos deliberativos que permitam feedback com formuladores políticos e/ou decisores concebendo modelos para governação responsiva. O engajamento público de atores interessados e potencialmente atingidos promove a participação em uma condução de responsabilidade partilhada no processo de inovação (*co-responsibility*) (Schomberg, 2013, p. 28).

Verifica-se, portanto, que a NNI explicitou ações voltadas a responder questões de risco postas pela nanotecnologia no seu primeiro documento e discutiu-se ao longo da primeira década questões visando incertezas e implicações, incluindo a conexão com órgãos de governação, regulação e de fomento (Foss Hansen et al., 2013).

Na Europa, há mais de 20 anos a N&N constam em documentos da União Europeia (Baran, 2016). Efetivamente implementada em 2004, a política de nanotecnologia está alinhada com a Estratégia de Lisboa (António & Fernandes, 2007). Uma série de ações em sequência e planos foram e são lançados, com recursos sendo destinados pelos programas quadro.

Em 2004, a Comissão Europeia divulgou o relatório *Towards a European strategy for nanotechnology* (Comissão Europeia, 2004) destacando os empenhos científicos na área desde os anos 1990, e traçando objetivos e perspectivas para planos no século XXI. No documento, o então comissário europeu de pesquisa, Philippe Busquin afirmou atenção “para resolver inconvenientes da nanotecnologia e assegurar que a pesquisa fosse

<sup>20</sup> Fonseca e Pereira (2014, p. 24), ao focar este viés como uma metodologia de participação de cientistas sociais nas pesquisas de ciências naturais em projetos de P&D, destacam a importância do conhecimento multidisciplinar para iniciativas que “requerem uma colaboração aproximada” entre cientistas de diferentes áreas do conhecimento. No caso da nanotecnologia, a *midstream modulation* funciona como uma avaliação em tempo real que aproxima o trabalho de cientistas de diferentes áreas para conscientização sobre os impactos sociais das pesquisas que produzem.

desenvolvida de maneira responsável” (Comissão Europeia, 2004, p. 1). A estratégia apresentava sessões específicas de “integração de dimensão societal” e “saúde pública, segurança, meio ambiente e proteção ao consumidor” (Comissão Europeia, 2004, p. 2).

A Comissão Europeia detalhou, no documento *Nanosciences and Nanotechnologies: Action Plan for Europe 2005-2009*, a implementação da política de nanotecnologia entre os anos de 2005 e 2007. Ressaltou-se o potencial da nanotecnologia em “impulsionar a qualidade de vida e a competitividade industrial na Europa” (Comissão Europeia, 2007, p. 1). Neste estágio, relatava-se a necessidade de desenvolvimento de infraestruturas interdisciplinares, condições apropriadas ao uso seguro e efetivo da nanotecnologia, e o compartilhamento de entendimento sobre a responsabilidade dos pesquisadores num panorama ético. À iniciativa seguiu-se o relatório sobre a consulta pública online *Toward a strategic nanotechnology action plan (SNAP) 2010-2015* (Soldatenko, 2011). Ambos objetivavam assegurar uma governação eficiente ao desenvolvimento e uso da nanotecnologia através de coordenação com “consultas regulares aos estados-membros da União Europeia e todos os atores interessados” (Comissão Europeia, 2007, p. 12).

Algumas ações na direção de RRI surgiram e corresponderam a este objetivo. Financiado pela Comissão Europeia, o Projeto DEEPEN *Deepening ethical engagement and participation in emerging nanotechnologies* é uma delas, e decorreu entre 2006 e 2009. A iniciativa inédita em Portugal se integra ao escopo da *midstream modulation* e promoveu dois exercícios de participação para reflexão sociotécnica entre os afetados pelo desenvolvimento da nanotecnologia. O projeto gerou recomendações a nível de RRI ainda que persista lacuna de diálogo na formulação e avaliação do desenvolvimento da tecnologia, como demonstram Carvalho e Nunes (2018).

### 3. ENFOQUES DE RRI NAS POLÍTICAS DE NANOTECNOLOGIA DE PORTUGAL E DO BRASIL

Brasil e Portugal, conquanto tenham políticas de desenvolvimento da nanotecnologia com designs diferenciados, convergem na tardia adoção da precaução na abordagem de riscos e impactos ELSI na formulação e na implementação de ações. Embora existam alguns elementos dos enfoques dos EUA e EU que possibilitam RRI, persistiram, até então, nos dois países, lacunas de implementação prática. Detecta-se isto na retórica de documentos das políticas.

No que tange a uma governação de carácter *multistakeholder*, verifica-se que isto ocorreu de forma mais concreta apenas na segunda década da política do Brasil, a partir de 2011. Paralelamente às ações dos países desenvolvidos, particularmente dos Estados Unidos, a política no Brasil começou a ser formulada em 2000. Logo a seguir, em 2001, o CNPq lançou quatro redes sob o programa Institutos do Milênio<sup>21</sup>, com recursos provenientes do Banco Mundial. Isto se somou à iniciativa recomendada por um grupo de trabalho formado por brasileiros, que originou uma chamada do CNPq de quatro projetos multidisciplinares formando quatro redes de pesquisa em nanociência<sup>22</sup>. Em 2003, as redes chegaram a receber R\$5 milhões, quase o dobro de recursos que tinham recebido desde 2001 (MCT, 2006). As oito redes receberam R\$ 30 milhões por quatro anos (Invernizzi, et al., 2011; Invernizzi et al., 2017; Plentz & Fazio, 2013).

Desde o início, a prioridade da política foi alavancar o setor produtivo, num paradigma tecnoeconômico de inovação (Long & Blok, 2017). No entanto, Invernizzi (2008) afirma que havia, embora pouco citada nos documentos do MCTI, a previsão de desenvolver medidas visando a mensuração de impactos ELSI de nanoproductos. Dentre as redes na primeira década, a única a ter aprovados quatro projetos relacionados a questões de saúde e meio ambiente visando estudo de riscos, sem citar riscos ou impactos no título, foi a do Edital MCT/CNPq Nanotecnologia no. 013/2004, com a previsão de R\$ 200 mil<sup>23</sup>.

As chamadas de pesquisa, instrumento de implementação importante, incluíram em 2010 considerações a riscos e impactos ao ambiente entre tópicos propostos. No entanto, “nenhuma rede foi financiada neste tema, evidenciando a baixa prioridade que a revisão por pares da área e a avaliação dos comitês atribuíram a isto” (Invernizzi, Foladori & Quevedo, 2017, p. 78).

Em 2011, iniciou-se um primeiro movimento para tratamento mais sistemático dos riscos com o lançamento de seis redes cooperativas de

<sup>21</sup> As redes dos Institutos do Milênio foram: Instituto de Nanociências; Instituto do Milênio de Materiais Complexos; Rede de Pesquisa em Sistema em Chip, Microssistemas e Nanoeletrônica; e Instituto Multidisciplinar de Materiais Poliméricos (Invernizzi et al., 2011, p. 2).

<sup>22</sup> As redes são: Rede de Materiais Nanoestruturados; Rede de Nanotecnologia Molecular e Interfaces; Rede de Nanobiotecnologia; e Rede de Nanodispositivos Semicondutores.

<sup>23</sup> Os temas incluíram: propriedade intelectual em nanotecnologia; dilemas éticos relacionados a aplicação da nanotecnologia em ciências da vida; impactos sociais, econômicos e regulatórios das aplicações de nanotecnologia no setor farmacêutico; governança em nanotecnologia e participação pública; e comunicação pública de nanotecnologia (Invernizzi, Foladori & Quevedo, 2017, p. 82).

pesquisa e desenvolvimento em nanotoxicologia<sup>24</sup> e duas redes de nanoinstrumentação<sup>25</sup>. Oriundas da chamada do Edital CNPQ 2011, previa-se R\$1,2 milhões em apoio à formação das seis Redes Cooperativas de Pesquisa e Desenvolvimento de Nanotoxicologia para “avaliar a segurança dos nanomateriais e fornecer suporte para a questão regulatória” (MCTI, 2014, p. 48). Cada uma das seis seria contemplada com R\$ 600 mil, sendo R\$450 mil para despesas de custeio e R\$150 mil para despesas de capital. Já a formação das duas redes de nanoinstrumentação previa um orçamento bem mais robusto, devendo ser apoiada com R\$2,7 milhões cada uma, com R\$686 mil para despesas de custeio e R\$656 mil para despesas de capital. A título de comparação, entre 2004 e 2013, apenas nove chamadas de pesquisa de um total de 25 organizadas pelo MCTI, mencionaram riscos, com três destas relacionadas a risco econômico (Invernizzi, Foladori & Quevedo, 2017).

Essa ação mais sistemática, mas ainda muito díspar em relação aos recursos destinados ao objetivo de inovação de mercado, se integrou à Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN, 2012), que apresentou um design de governação institucional mais completo. Havia a previsão de marco regulatório e tratamento de questões societárias, abordando impactos ELSI. Esta perspectiva aparece no documento oficial da IBN. No objetivo “Proteger o meio ambiente e os seres humanos”, a ação apontada é “propor a criação de uma estrutura de coordenação, avaliação, monitoramento dos impactos da nanotecnologia no meio ambiente e nos seres humanos” (IBN, 2012, p. 76). Ainda assim, entre 2012 e 2015, pela primeira vez na série da política, a regulação, os riscos e os impactos ELSI constaram explicitamente na apresentação das finalidades. A IBN também originou a criação do Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN) para integrar, em uma governação transversal a ministérios, órgãos como agências reguladoras, fundações e empresas públicas – e alguns atores da sociedade. Dessa forma, ampliou-se, ainda que restritamente, o caráter da participação na coordenação e na gestão da IBN, “contribuindo para o aprimoramento constante e implementação de suas políticas, diretrizes e ações” (Plentz & Fazzio, 2013, p. 25).

<sup>24</sup> Aquática do Centro-Oeste (UNB); Compostos Nanoestruturados: Citotoxicidade e Genotoxicidade de Produtos com Potencial Industrial (Cigenanotox - Unicamp); Aplicada a Nanopartículas de Interesse da Indústria Petrolífera e de Tintas (UFSC); Ocupacional e Ambiental: Subsídios Científicos para Estabelecer Marcos Regulatórios e Avaliação de Riscos (UFRGS); Avaliação da Toxicidade de Nanomateriais Aplicados em Medicina e Agricultura: Desenvolvimento de Estudos *in vivo*, *in vitro* e em Modelos de Membrana (USP) (MCTI, 2014).

<sup>25</sup> Toxicidade de Nanopartículas em Sistemas Biológicos: Produção de Material de Referência, Desenvolvimento de Métodos Normalizados para Caracterização Físico-Química; e Estudo das Interações de Nanopartículas com Células e Tecidos (Rede Nanotox - Inmetro) (MCTI, 2014).

A política de nanotecnologia do Brasil teve participação direta de cientistas (em sua maioria da Física e Química) em cargos de confiança e no aconselhamento (Santos Junior, 2013). Em termos de implementação, isto revelou uma racionalidade partilhada da política para a prevalência das redes voltadas a “soluções de gargalos tecnológicos da indústria brasileira” (Plentz & Fazzio, 2013, p. 24) em detrimento do estudo de risco e, menos ainda, impactos ELSI.

Na política de nanotecnologia portuguesa, como aponta Fonseca (2014), isto está refletido na detecção de lacunas no desenvolvimento responsável da nanotecnologia deste país. Na verificação do desenvolvimento responsável tendo como análise o International Iberian Nanotechnology Laboratory (INL – Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia), no Norte de Portugal, verificou-se restrita participação na tomada de decisão de avaliação e desenvolvimento de tecnologia. Houve, até então, ausência nos critérios de inovação e pesquisa responsável de forma que efetivamente contemplasse um controle *multistakeholder* e os valores sociais no desenvolvimento desejável de nanotecnologia (Fonseca, 2014; Quevedo, 2017). Verifica-se ausente o critério *multistakeholder* com pesquisadores em nanotecnologia no país.

O desenho intrincado da política portuguesa de N&N é notável no comparativo dos investimentos para projetos de investigação, através das chamadas da FCT (Gráfico 1). Dentre os projetos que identificam a nanotecnologia e outras áreas do conhecimento, entre 2000 e 2013, a diferença é contrastante.

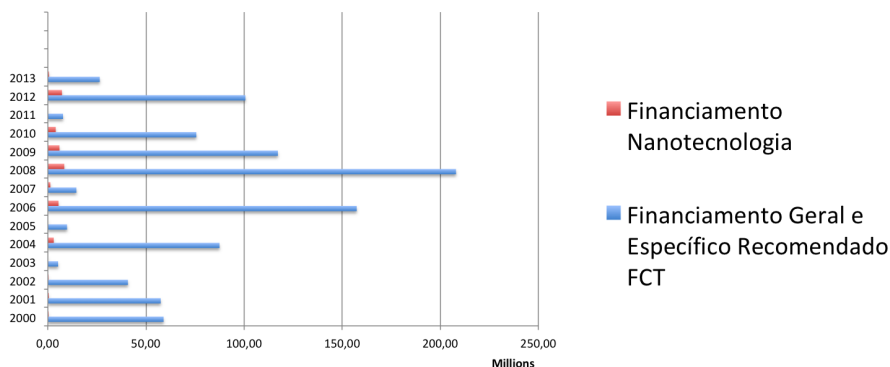


Gráfico 1: Comparativo de investimentos previstos entre projetos nano-específicos e demais áreas do conhecimento  
Fonte: base em arquivos da FCT pesquisados em estágio de doutoramento (Quevedo, 2017)

A identificação dos projetos resulta de uma abordagem específica, e outra distinta, e isto pode resultar em um número de projetos ligeiramente diferentes. Por outro lado, a definição das áreas resulta também de painéis existentes em cada concurso, e estes variaram ao longo dos anos. Há ainda áreas que desenvolvem nanotecnologia sem nomear com o prefixo *nano* (Quevedo, 2017; Quevedo, Carrozza & Pereira, 2016).

Portanto, atores institucionais, sem uma força organizativa de Estado sobre a nanotecnologia, competiram por projetos e sugeriram pesquisa em N&N. A concentração regional dos projetos distinguiu prioridades do desenvolvimento da nanociência no país. Quando os projetos abordam explicitamente a nano na nomenclatura, há déficit de áreas de investigação potencialmente multidisciplinares e que cubram no escopo as questões de riscos, considerando questões EHS e impactos ELSI.

A prioridade do desenvolvimento da nanotecnologia em Portugal visa para áreas de pesquisa de nanomateriais e suas aplicações, principalmente materiais e eletrônica. Na Área Metropolitana de Lisboa, dos 127 projetos, apenas quatro citaram meio ambiente e oito saúde; no Centro, dos 108 projetos, foram 11 para meio ambiente e nove saúde; no Norte foram 94, sendo 11 para meio ambiente e oito saúde; no Algarve, dos cinco projetos, houve apenas um de saúde; e na Região Autónoma da Madeira, dos quatro projetos, nenhum citou meio ambiente ou saúde.

Os cientistas locais portugueses ainda se encontram em uma posição marginal do sistema mundial de produção de conhecimento, e com a predominância de investigadores dependentes de financiamentos públicos (Quevedo, 2017). Além disso, há prevalência das universidades como principal *locus* de P&D, além da precarização de infraestrutura e financiamento do que se apresenta em relação a maioria dos principais países de produção científica. Diante disto, para Fonseca e Pereira (2014, p. 17), a C&T de Portugal e Brasil se enquadram em categoria similar.

#### **4. ARGUMENTOS E AUDITÓRIOS DAS POLÍTICAS DE NANOTECNOLOGIA DE PORTUGAL E DO BRASIL**

A abordagem discursiva e comunicacional das políticas públicas apresenta entendimentos nos estudos na análise de políticas para dirimir complexidades da governação nos processos de produção de decisão. Compreende análise de justificativas das políticas públicas por meio da retórica. Para Fischer e Gottweis (2012, p. 2), a face discursiva demonstra “a relação entre as questões práticas e normativas, e como estas são configuradas na



argumentação da política pública”. Pela visão de Zittoun (2009), questões discursivas na análise de políticas públicas tratam de expressões e significações que inferem sobre o comportamento dos decisores.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 580) propõem um entendimento teórico e metodológico para a análise de “termos baseados em contextos fornecidos pelos hábitos, pelos modos de pensar, pelos métodos e pelas circunstâncias exteriores, abrangendo argumentos de documentos ou atores sociais”. Indica-se que é “em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 6). Em síntese, um auditório se refere ao conjunto daquelas pessoas que o orador quer influenciar com sua argumentação. O orador pensa, “de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 22). Os auditórios estruturam argumentos e constituem espaços reais ou imaginados para o discurso enquanto expediente da retórica e estão sistematizados em:

- *amplos*: a considerar o interlocutor, buscam a ponderação para desenvolver argumentação convincente que visa obter a adesão de todo o ser racional;
- *universais*: tem retórica eficaz que utiliza a prova lógica, buscando convencer a todos. Se o orador não convencer, vai ativar o recurso de desqualificar o crítico não convencido;
- *particulares*: mais propensos a aceitarem determinados acordos. Propícios para argumentação persuasiva por se pretenderem valer a auditório escolhido;
- *elite*: se pretendem com conhecimentos excepcionais, perfeitos e se estabelecem através de caracterização hierárquica. Buscam estabelecer modelo, mesmo que delimitado.

A relação entre as políticas públicas e a comunicação emerge na avaliação das políticas e ações para a nanotecnologia com foco na análise discursiva de documentos fundamentais. Este exame demonstrou que, a nível de retórica, documentos das políticas de Brasil e Portugal apresentam características delimitadas.

Em Portugal, o primeiro e único edital focado em nanotecnologia consistiu numa chamada de equipas de pesquisa para compor o INL,

lançado em 2006. Estimulava o financiamento de “Projectos de Investigação e Desenvolvimento”<sup>26</sup>, sem menção a riscos, relacionados à Saúde (Nanomedicina: 1. Sistema de Diagnóstico e 2. Aplicações Terapêuticas, Carreadores Terapêuticos) e Ambiente (1. Controlo Ambiental e 2. Segurança e Qualidade Alimentar) (FCT, 2006). Visava formar equipes multidisciplinares de investigação “de excelência científica e tecnológica internacional nos referidos temas e mistas” e “envolvendo investigadores integrados em instituições públicas, ou privadas, sem fins lucrativos, portuguesas e espanholas”, com cada projeto tendo uma equipe de cada país (FCT, 2006, pp. 2-3). Destacava o “envolvimento de jovens investigadores em formação” (FCT, 2006, p. 3), sem referir as Ciências Sociais e Humanidades.

Outro documento analisado trata-se do projeto NANOFOFOL – “Folate-based nanodevices for integrated diagnosis/therapy targeting chronic inflammatory diseases”<sup>27</sup> no âmbito do 7º Programa Quadro – Programas com Coordenação Portuguesa (2007-2013). O período era de 1/12/2009 a 30/11/2013<sup>28</sup> e objetivava “o design, desenvolvimento e produção de nano-bio-aplicativos com alvo nos efeitos celulares”, o “desenvolvimento de estratégia para acessar os potenciais ciclos de vida de risco assegurando segurança na entrega de aplicações bionano” e a “avaliação de toxicidade *nanobiodevice in vitro* e *in vivo*”<sup>29</sup>. Na análise, por visar aplicações para cidadãos, o projeto dimensionaria um auditório Universal, mas caracterizou-se como Particular por identificar, além da Universidade do Minho, parceiros a exemplo de empresas de farmacologia (Espanha, Portugal); universidades e institutos específicos e grupos de consultoria, envolvendo outros países a exemplo de Áustria, França, Alemanha, sem possibilidade visível para ampliação de auditórios.

Em 2017, verifica-se, em outro documento, o *NanoData landscape compilation – health* o estágio da nanotecnologia no setor de Saúde em Portugal, com o INL o laboratório exemplar (Comissão Europeia, 2017). O relatório, incluído no âmbito do *Horizon 2020*, especifica “objetivos sociais e desafios” e prioriza a saúde, engendrado no EIPs (*European Innovation Partnerships* [Parcerias de Inovação Europeias]). Cita o incremento da saúde e qualidade de

<sup>26</sup> “O financiamento total previsto para este concurso era de “1,6 M€, a assumir em partes iguais pela FCT e pela Dirección General de Investigación. O valor máximo indicativo para o financiamento global de cada projecto é de 300 a 400 mil euros” (FCT, 2006, p. 2).

<sup>27</sup> Informação do projeto retirada do documento *7th Framework programme (2007-2013): projects with portuguese coordination*, disponível em [https://cordis.europa.eu/project/rcn/92640\\_en.html](https://cordis.europa.eu/project/rcn/92640_en.html).

<sup>28</sup> Site do projeto com os resultados disponível em <http://www.nanofol.eu>.

<sup>29</sup> Informação do projeto retirada do documento *7th Framework programme (2007-2013): projects with portuguese coordination*, disponível em [https://cordis.europa.eu/project/rcn/92640\\_en.html](https://cordis.europa.eu/project/rcn/92640_en.html).

vida (com foco na terceira idade), assegurando que os sistemas de cuidado sociais e de saúde sejam sustentáveis e eficientes a longo prazo, cuja meta seria aumentar a competitividade da indústria da EU através de negócios e expansão de novos mercados (Comissão Europeia, 2017, p. 22). Ao ser um documento normativo e contemplar Portugal reduzido à iniciativa do INL, verificou-se a abordagem tecnoeconômicas para auditório de elite. Embora o compilado cite interdisciplinaridade do laboratório e “objetivos sociais”, no que tange à participação de parcerias, dimensiona uma “classe mundial de excelência de pesquisa” em todas as áreas de atividade e o desenvolvimento de “parcerias com indústria” na “transferência de conhecimento para valores econômicos e empregos” (Comissão Europeia, 2017, p. 192). Não menciona questões de *co-responsibility* ou os critérios de “excelência de pesquisa” e relação com outras disciplinas. Questões sobre saúde (doenças e desordens genéticas) e ambiente (incluindo segurança e controle de alimentos) abordadas pelas aplicações em pesquisa no INL também são citadas, sem detalhar contribuições específicas a desafios globais, aspectos de governação e responsabilidade<sup>30</sup> (Comissão Europeia, 2017, p. 47).

No Brasil, um dos primeiros documentos a citar riscos foi o relatório do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAEPR, 2004). Neste, verifica-se uma abordagem para riscos. No entanto, o documento se restringe a apresentar o desenvolvimento da nanotecnologia em outros países e as prerrogativas para o planejamento do desenvolvimento científico no Brasil citando a avaliação de riscos.

Posta a implementação de ações, o *Relatório de gestão institucional de exercício 2011* do MCT&I (MCT, 2012, p. 190) foi o único documento que citou riscos na execução do PPA 2008-2011. Traçava a trajetória da política, no âmbito da nanoinstrumentação, e relatava a chamada de pesquisa CNPq sobre avaliação de riscos potenciais. Essa ênfase é notável, mas não menciona a possibilidade de integrar cientistas de outras áreas na chamada de pesquisa que pudessem alargar a perspectiva de avaliação, já que se limitou a um edital para pesquisadores das áreas das Ciências Exatas e Naturais.

Por fim, na análise do documento da IBN (2012), verifica-se nos objetivos a divulgação e a educação da sociedade sobre os benefícios e os riscos, e supõe a possibilidade desenvolvimento responsável entre diversificados atores: área acadêmica, indústria, governo, terceiro setor e organismos globais. Estabelece-se a retórica sob um caráter de auditório Amplo na

<sup>30</sup> Questões de governança e participação de outras partes interessadas na política são citadas no documento de forma genérica e não junto a Portugal. A Alemanha é o único país em que o documento relaciona a atuação de ONGs (Comissão Europeia, 2017, pp. 188 e 196).

comparação a auditórios já analisados, ainda que indefinidos quais atores e de que forma seriam integrados. A nível de objetivo da política citava que o “desenvolvimento sustentável das nanotecnologias dependerá do desenvolvimento da habilidade de controlar riscos sanitários e ambientais” (IBN, 2012, p. 32) e destacava entre os “critérios para a seleção final dos setores prioritários para a nanotecnologia brasileira” os “riscos ao homem e ao meio ambiente” (IBN, 2012, p. 75). Não obstante, tais termos embasam a postura de governação da IBN, que se tornou mais abrangente e integrou, ainda que tardiamente a nível retórico, uma abordagem de riscos.

A classificação retórica de documentos das políticas de Portugal e do Brasil verifica-se, segundo os auditórios mensurados, na Tabela 1.

PAÍS	DATA	DOCUMENTO	ENFOQUE SOBRE RISCOS E/OU ELSI	AUDITÓRIO
BRASIL	2004	Estudos Estratégicos: Nanotecnologia – Presidência	1. Impactos sociais 2. Exposição humana a nanopartículas 3. Entendimento público da nano 4. Avaliação e gestão de riscos 5. Aspectos éticos 6. Regulamentação da produção e comercialização	Universal
	2011	Relatório Gestão Inst. Do MCT: Exercício 2011	1. Examinar os riscos potenciais de novas tecnologias baseadas na nanociência e seus impactos.	Particular
	2012	IBN	1.Compartilhar responsabilidade. 2.Desenvolvimento sustentável (controle de riscos) 3.Riscos ao homem e ao meio ambiente	Ampla
PORTUGAL	2007	INL Projetos de Investigação Científica e Desenvol. Tecnol. em NT – Concurso FCT	Saúde 1.Sistemas de Diagnóstico; 2.Aplicações e Carreadores Terapêuticos. Ambiente: 1.Controle Ambiental; 2.Segurança e Qualidade Alimentar.	Particular
	2007-2013	7º Programa Quadro EU – FCT: Dep. de Engenharia Biológica Univ. do Minho	1.Estratégia sobre ciclo de vida de potenciais riscos; 2.Conscientização de cidadãos sobre nanomedicina e aplicações; 3.Avaliação de nanobiotex.	Particular
	2017	NanoData Landscape Compilation – Health EU: INL	1. Aplicações: diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças; 2. Monitoram. ambiental, e qualidade de alimento.	Elite

Tabela 1: Auditórios mensurados nos documentos das políticas de nanotecnologia – Brasil e Portugal

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise retórica das políticas públicas de nanotecnologia de Portugal e do Brasil sobre inovação, riscos e impactos ELSI, verificam-se diferenças de enfoques normativos, mas semelhanças em lacunas que travaram o desenvolvimento de Pesquisa e Inovação Responsável (RRI). Em análise, Fonseca (2014, p. 295) já apontou “contextos distintos e ausências semelhantes” em estudo que aborda a RRI em dois laboratórios específicos nos países.

No que tange aos contextos distintos, dados concretos sobre as implementações das políticas apontaram que estruturação das iniciativas contemplam designs diferenciados, com o enfoque *top-down* no Brasil, cujos *policy makers* cientistas das Ciências Exatas de Física e Química (*hardscience*) assumiram papéis políticos em ações estruturadas e implementadas pelo governo. Em Portugal, isto se confirma na organização de chamadas de pesquisa (*calls*), com as áreas em torno da nanotecnologia se aglutinando pela iniciativa da comunidade de pesquisa.

Sobre as lacunas semelhantes, a análise da retórica demonstrou que os argumentos constantes nos documentos consideraram auditórios com características Particulares de ou Elite. Destarte o Brasil apresentar auditórios potencialmente Universal e Amplo, isto não chegou a se concretizar em medidas de governação responsável de caráter *multistakeholder* em ações implementadas de forma mais abrangente na formulação política, o que deveria acontecer através do CCNano e do CIN, ambos com o ideal de reunirem atores heterogêneos na formulação política.

Outra similitude entre os países é a ausência de referência ao Princípio da Precaução na retórica dos documentos. Em alguma medida são considerados os impactos ELSI da nanotecnologia e os riscos EHS. No entanto, sob o design e o contexto da política em cada um dos países, em Portugal, essas questões são destacadas para aplicações de tratamento de saúde e no Brasil, politicamente, foi uma questão evitada. Entretanto, nos dois países percebe-se a visão prioritária sobre os riscos da inovação enquanto oportunidade econômica e competitividade objetivando rápido lançamento no mercado.

Dessa forma, a política nos contextos de Brasil e Portugal colocaram a inovação até então desacoplada da avaliação de riscos e impactos, emperrando a efetividade da RRI. Observa-se, pela análise retórica, que a Pesquisa e Inovação Responsável esteve presente enquanto intenção em alguns elementos citados, mas ainda assim quando foram mencionadas isto ocorreu pela metade. Ou seja, a norma das políticas inferiu direta ou indiretamente riscos e impactos, a necessidade de compartilhamento da

pesquisa e inovação com a sociedade e outras áreas do conhecimento, mas não se chegou a implementar a RRI na prática e não se estabeleceram indicadores para tanto na formulação de decisões e na implementação política.

No que se refere à realização de pesquisas com valores socialmente desejáveis, o enfoque normativo da retórica documental foi parcial, uma vez que não houve detalhamento sobre quais valores sociais estariam implicados em critério de riscos e impactos. Até então sobressaiu somente a oportunidade de mercado e não o do Princípio da Precaução.

## FINANCIAMENTO E AGRADECIMENTO

De acordo com as Normas para Publicação do ebook das “VI Jornadas Doutorais em Comunicação e Estudos Culturais” e obrigação ética como pesquisadoras, relatamos que a doutoranda Josemari Quevedo recebeu diárias junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR para apresentação deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- António, F. & Fernandes, S. (2007, 15 de março). Lançamento e relançamento da Estratégia de Lisboa. Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Eurocid. Retirado de [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcoto.detalhe?p\\_cot\\_id=953](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcoto.detalhe?p_cot_id=953)
- Bagattolli, C. (2013). *Política científica tecnológica no Brasil: mitos e modelos em um país periférico*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, Brasil.
- Baran, A. (2016). Nanotechnology: legal and ethical issues. *Economics and Management*, 8(1), 47-54. Retirado de <https://pdfs.semanticscholar.org/3087/07815411095a1efc50abc5d3eobce7d8c788.pdf>
- Barbosa, T. (2017). *Política de inovação em nanotecnologia no Brasil: trajetórias e empresas beneficiadas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Brasil.
- Bowman, D., Dijkstra, A., Fautz, C., Guivant, J. S., Konrad, K., van Lente, H. & Woll, S. (2015). Moving beyond concern: practices of innovation and responsibility for emerging technologies. In D. M. Bowman, A. Dijkstra, C. Fautz, J. S. Guivant, K. Konrad, H. van Lente & S. Woll (Eds.), *Practices of innovation and responsibility: insights from methods, governance and action* (pp. 1-8). Berlim: IOS Press.

- Carvalho, A. & Nunes, J. A. (2018). Assembling upstream engagement: the case of the Portuguese deliberative forum on nanotechnologies. *Nanoethics*, 12(2), 99-113. DOI: 10.1007/s11569-018-0314-0
- Comissão Europeia (2004). *Towards a European strategy for nanotechnology: communication from the Commission*. Bruxelas: Comissão Europeia. Retirado de [https://ec.europa.eu/research/industrial\\_technologies/pdf/policy/nano\\_com\\_en\\_new.pdf](https://ec.europa.eu/research/industrial_technologies/pdf/policy/nano_com_en_new.pdf)
- Comissão Europeia (2007). *Nanosciences and nanotechnologies: action plan for Europe 2005-2009. Communication from the Commission to the Council, the European Parliament and the Economic and Social Committee*. Bruxelas: Comissão Europeia. Retirado de [https://ec.europa.eu/research/industrial\\_technologies/pdf/policy/action\\_plan\\_brochure\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/research/industrial_technologies/pdf/policy/action_plan_brochure_en.pdf)
- Comissão Europeia (2009). *Commission recommendation on “A code of conduct for responsible nanosciences and nanotechnologies research & Council conclusions on Responsible nanosciences and nanotechnologies research”*. Bruxelas: Comissão Europeia. Retirado de [http://ec.europa.eu/research/science-society/document\\_library/pdf\\_06/nanocode-aprog\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/nanocode-aprog_en.pdf)
- Comissão Europeia (2017). *NanoData landscape compilation – health: research and innovation*. Bruxelas: Comissão Europeia. Retirado de <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/684d2ef2-4cco-11e7-a5ca-01aa75ed71a1/language-en>
- Decreto Presidencial N. 4724/2003, de 09 de junho, República Federal do Brasil.
- Dimaggio, J. & Powell W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 45(2), 74-89. Retirado de <http://tinyurl.com/y35x5t2l>
- FCT, Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2006). *Projectos de investigação e desenvolvimento. Cooperação científica e tecnológica entre Espanha e Portugal*. INL. Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Nanotecnologia. Retirado de <https://www.fct.pt/apoios/projectos/concursos/nano/>
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). (2009). *7th Framework programme (2007-2013): projects with portuguese coordination*. FP Promotion Office. Ministério da Educação e Ciência de Portugal. Retirado de [https://cordis.europa.eu/project/rcn/92640\\_en.html](https://cordis.europa.eu/project/rcn/92640_en.html)
- Fischer, F. & Gottweis, H. (2012). Introduction. In F. Fischer & H. Gottweis, *The Argumentative Turn Revisited: Public Policy as Communicative Practice* (pp. 1-15). Londres: Duke University Press.

- Foladori, G. & Invernizzi, N. (2017). El papel de las organizaciones civiles en la innovación: discusión a partir del caso de la nanotecnología. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 13(28), 111-131. DOI: 10.3895/rt.v13n28.5154
- Foladori, G., Arteaga Figueroa, E., Záyago Lau, E., Appelbaum, R., Robles-Belmont, E., Villa, L., Parker, R. & Leos, V. (2015). Nanotechnology in Mexico: key findings based on OECD criteria. *Minerva*, 53(3), 279-301. DOI: 10.1007/s11024-015-9281-6
- Fonseca, P. (2014). *Traduzindo o desenvolvimento responsável da nanotecnologia: reflexões sociotécnicas a partir de casos no Brasil e em Portugal*. Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Fonseca, P. & Pereira, T. S. (2014). The governance of nanotechnology in the Brazilian context: Entangling approaches. *Technology in Society*, 37, 16-27. DOI: 10.1016/j.techsoc.2013.07.003
- Foss Hansen, S. et al. (2013). Nanotechnology – early lessons from early warnings. Late lessons from early warnings: science, precaution, innovation. EEA Report, 1. European Protection Agency.
- Hohendorff, R., Jotz, E. & Machado, C. (2017). As nanotecnologias e o meio ambiente: alternativa jurídica fundada na bioética e nos princípios éticos, legais e sociais (ELSA). In W. Engelmann & H. M. Hupffer (Eds.), *BioNanoÉtica: Perspectivas Jurídicas* (pp. 101-126). São Leopoldo: Trajetos Editorial.
- IBN, Iniciativa Nacional de Nanotecnologia (2012). Documento de Plano de Governo, pp. 1-88, Brasília: MCTI.
- Invernizzi, N. (2008, maio). *Visões do futuro: nanociência e nanotecnologia no Jornal da Ciência*. Trabalho apresentado no VII Esocite - Jornadas Latinoamericanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Invernizzi, N., Foladori, G. & Quevedo, J. (2017). The rise (and fall?) of nanotechnology policy in Brazil. In Bowman, D. et al (Eds.), *The Politics and Situatedness of Emerging Technologies* (pp. 69-90). Berlim: IOS Press.
- Invernizzi, N., et al. (2017, novembro). *Nanotechnology policy in Argentina, Brazil and Mexico: a comparative analysis*. Trabalho apresentado no GT Questioning the Policies and Practices of Nanotechnology do 9<sup>th</sup> Meeting Society for the Studies of New and Emerging Technologies (Snet), Arizona State University, Phoenix, EUA.



- Invernizzi, N., Hubert, M. & Vinck, D. (2014). Nanoscience and nanotechnology: how an emerging area on the scientific agenda of the core countries has been adopted and transformed in Latin America? In E. Medina, I. da C. Marques & C. Holmes (Eds.), *Beyond imported magic: essays on science, technology, and society in Latin America* (pp. 225-245). Cambridge: MIT Press.
- Invernizzi, N., Korbes, C. & Fuck, M. P. (2011). Política de nanotecnología en Brasil: a 10 años de las primeras redes. In Foladori, G., Zallago, E. & Invernizzi, N. (Eds.), *Perspectivas sobre el Desarrollo de las Nanotecnologías en América Latina* (pp.98-130). Mexico DF: Porrúa.
- Konrad, K. (2017). Collaborative anticipatory practices as an intermediary between policy and innovation actor? In *Abstracts book of Society for the Studies of New and Emerging Technologies – Annual meeting, Phoenix, Arizona* (p. 29). Phoenix, Arizona: Arizona State University.
- Long, T. & Blok, V. (2017). When the going gets tough, the tough get going: towards a new – more critical – engagement with responsible research and innovation in an age of Trump, Brexit, and wider populism. *Journal of Responsible Innovation*, 4(1), 64-70. DOI: 10.1080/23299460.2017.1319036
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). (2014). *Regulação da Nanotecnologia no Brasil e na União Europeia – Diálogos Setoriais*. Brasil: MCTI.
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT). (2012). *Relatório de gestão institucional do exercício 2011*. Brasil: MCT.
- Meny, I. & Thoenig, J. C. (1992). *As políticas públicas*. Barcelona: Editorial Ariel S.A.
- NAEPR (Núcleo de Estudos Estratégicos da Presidência). (2004). Estudos Estratégicos – Nanotecnologia. Brasília: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
- Plentz, F. & Fazzio, A. (2013). Considerações sobre o Programa Brasileiro de Nanotecnologia. *Ciência e Cultura*, 65(3), 23-27. DOI: 10.21800/S0009-67252013000300010
- National Nanotechnology Initiative (NNI). (2000). *Leading to the next Industrial Revolution. A report by the Interagency Working Group on Nanoscience, Engineering and Technology Committee on Technology National Science and Technology Council*. Washington, D.C.: The White House.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (2014). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Portaria Interministerial nº 510, de 9 de julho de 2012, República Federal do Brasil.

- Portaria nº 587, de 10 de setembro de 2007. Institui o Comitê Consultivo de Nanotecnologia (CCNano), República Federal do Brasil.
- Quevedo, J. (2017). Nanotecnologia em Portugal: governação, riscos e participação. Seminário de Conclusão de Estágio de Doutoramento. Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Quevedo, J., Carrozza, C. & Pereira, T. S. (2016, dezembro). *Avaliação do modelo de implementação de ações públicas para o desenvolvimento da nanotecnologia em Portugal*. Comunicação apresentada na 7th Winter School on Technology Assessment. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Responsible Research Innovation Tools (RRI Tools). (2018). Projected funded from the European Union's Seventh Framework Programme for research, technological development and demonstration under grant agreement no. 612393. Retirado de <https://www.rri-tools.eu/training/about>
- The Royal Society & The Royal Academy of Engineering (RSRAE). (2004). *Nanoscience and nanotechnologies: opportunities and uncertainties*. Londres: The Royal Society.
- Santos Junior, J. L. (2013). *Ciência do futuro e futuro da ciência: redes e políticas de nanociência e nanotecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Soldatenko, A. (2011, julho). *An overview of activities related to nanotechnologies in Central and Eastern Europe, Caucasus and Central Asia*. University of Strasbourg. Retirado de <http://tinyurl.com/y4lklg5a>
- Schomberg, R. V. (2013). A vision of responsible Innovation. In Owen, R., Heintz, M. & Bessant, J. (Eds.), *Responsible innovation* (pp. 51-74). Londres: John Wiley.
- Zittoun, P. (2009). Understanding policy change as a discursive problem. *Journal of Comparative Policy Analysis*, 11(1), 65-82. DOI: 10.1080/13876980802648235

Citação:

Quevedo, J. & Invernizzi, N. (2019). O enfoque sobre inovação, riscos e impactos ELSI na retórica das políticas de nanotecnologia. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação*. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais (pp. 152-175). Braga: CECS.

## NOTAS BIOGRÁFICAS

### **Cláudio Abdo**

É estudante da 4ª Edição do Doutorado FCT em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho; Especialista em Comunicação, Cultura e Arte pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR/Brasil); Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Regional de Blumenau/SC/Brasil. Sua tese de doutoramento tem como título “A crise migratória na Europa: um olhar sobre os refugiados em Braga, norte de Portugal”, um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Orientado pelas Professoras Doutora Rosa Cabecinhas e Doutora Maria José Brites, Cláudio é também investigador do CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade) da Universidade do Minho (Braga/Portugal). É autor da obra *Morar fora: sentimentos de quem decidiu partir* (Chiado Editora, 2017).

### **Aline Tainá Amaral Horn**

Doutoranda em Sciences de l'Information et de la Communication (EPIC 485) e integrante do laboratório de pesquisa Centre Max Weber (UMR 5283), Universidade Lumière Lyon 2 (França), com bolsa de estudos do Programa de Doutorado Pleno no Exterior da CAPES (Edital n. 18/2016). Jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com especialização em Gestão da Comunicação Organizacional (FAE Centro Universitário). Integrante de um grupo de pesquisa internacional decorrente de um convênio de cooperação entre o programa francês JADN (Journalisme à l'heure du numérique) e grupos de pesquisa brasileiros da UFPR, UTP e UP, atua com pesquisas sobre novas práticas jornalísticas, cultura digital e novas tecnologias.

---

### **Ana Oliveira**

Bolseira de doutoramento FCT (SFRH/BD/126433/2016) no CECS-UM, onde realiza uma tese de doutoramento na área da Literacia Mediática sob orientação da prof. Sara Pereira. Desenvolve investigação desde 2013, tendo como principais interesses a Literacia Mediática, a Criatividade, as Indústrias Criativas, a Memória e a Cibercultura. É licenciada em Ciências da Comunicação – vertente de Jornalismo pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Mestre em Marketing pelo Instituto Universitário da Maia. Integra, atualmente, o ELN – European Literacy Network, o MILOBS e o Laboratório Digital do Património Cultural.

### **Anabela Carvalho**

Doutorada pela University College London, é Professora Associada no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. A sua investigação centra-se nos domínios da comunicação e ambiente, comunicação e ciência, e comunicação e envolvimento político, com particular incidência no tema das alterações climáticas. É autora e/ou organizadora de livros como *Climate Change Politics: Communication and Public Engagement* (com T.R. Peterson; 2012), *Citizen Voices: Performing Public Participation in Science and Environment Communication* (com L. Phillips e J. Doyle, 2012), e *As Alterações Climáticas, os Media e os Cidadãos* (2011), bem como de vários números temáticos de revistas científicas, para além de cerca de uma centena de artigos científicos e capítulos de livros. É atualmente Diretora do Doutoramento FCT em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade.

### **Cynthia Luderer**

Doutorada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, junto ao Programa de Comunicação e Semiótica, desenvolve um pós-doutoramento no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho. Com base na análise dos discursos midiáticos e dos agentes sociais, seus estudos e publicações focam na gastronomia contemporânea e conferem a dinâmica das convocações comunicacionais em torno do consumo de alimentos.

### **Fábio Freitas Marques**

Doutorando em Estudos Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (UMinho), mestre em Comunicação, Arte e Cultura por esta mesma instituição, e graduado em Comunicação Social/

---

Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (Brasil). Atualmente é investigador ligado ao projeto Passeio – Plataforma de Arte e Cultura Urbana e desenvolve pesquisa na área da comunicação e dos estudos culturais, com especial interesse em música popular.

### **Helena Sousa**

Doutorada, em 1996, em Política da Comunicação (City University, Londres). Presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Membro da Direção do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da mesma universidade. Especialista do Conselho da Europa para a área dos media (*Committee of experts on Media Pluralism and Transparency of Media Ownership*, MSI-MED). Editora do *European Journal of Communication*. Membro eleito do *International Council da International Association for Media and Communication Research*, após coordenação, entre 2004 e 2014 da Secção de Economia Política.

### **Josemari Quevedo**

Doutora em Políticas Públicas (UFPR), com pesquisa sobre a retórica da política de nanotecnologia do Brasil. É professora na Faculdade de Comunicação Social no curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), em São Borja-RS, Brasil. Entre 2016 e 2017, realizou estágio de Doutoramento no Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra.

### **Jean-Claude Soulages**

Professor do Institut de la Communication (ICOM) e pesquisador do laboratório de pesquisa Centre Max Weber (UMR 5283), Universidade Lumière Lyon 2 (França). É especialista em análise do discurso midiático e produções culturais. Suas pesquisas têm enfoque na construção de identidades (nacionais, sociais, de gênero, entre outros) por meio da comunicação visual, televisiva e publicitária em relação ao imaginário social. Colaborou no âmbito do Inathèque para desenvolver ferramentas para pesquisadores (desenvolvimento do Médiacorpus e do DVD interativo).

### **Jean-Martin Rabot**

Professor Auxiliar. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

---

### **Juliana Rodrigues Vargas**

Investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e doutoranda no Programa Doutoral em Ciências da Comunicação, da Universidade do Minho. O seu projeto de doutoramento intitula-se *Literacia em comunicação na saúde: uma visão da cidadania no contexto dos cuidados primários*.

### **Maria José Brites**

Professora Associada na Universidade Lusófona do Porto (ULP) e investigadora no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT). Coordenou em Portugal o projeto RadioActive Europe. É membro de três redes de investigação (COST IS1401 European Literacy Network – onde coordena a Digital Literacy Team, COST IS1410 DigitLitEY e CA15212: Citizen Science para promover a criatividade, literacia científica e inovação em toda a Europa) e de dois projectos (Notícias como Recursos Democráticos: Pesquisa Comparativa Transcultural e alfabetização digital de crianças pequenas e práticas multimodais). Concluiu o seu doutoramento em Ciências da Comunicação (2013) na Universidade Nova de Lisboa.

### **Manuel Pinto**

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Atualmente é Professor Catedrático do Instituto de Ciências Sociais da UM, instituição onde lecciona, desde 1999, disciplinas da área de Educação para os Media e de Jornalismo; é também diretor do Doutoramento em Ciências da Comunicação e membro da Direção do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade na qualidade de Diretor da Linha de *Media* e Jornalismo. Co-dirigie o MILOBS – Observatório sobre Literacia Mediática e integra o GILM – Grupo Informal sobre Literacia Mediática, que reúne desde 2009 dez entidades públicas portuguesas de âmbito nacional ligadas aos sectores da comunicação, da educação e da ciência. Preside ao Conselho do Instituto de Ciências Sociais da UMinho.

### **Marina Polo**

Integra o grupo de investigação Comunicação, Organizações e Dinâmicas Sociais do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. É doutoranda do Programa em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade. A sua pesquisa intitula-se

---

provisoriamente “Uma abordagem crítica dos discursos sobre a neutralidade da rede em Portugal e no Brasil” e está a ser desenvolvida sob orientação da Professora Doutora Helena Sousa.

### **Noela Invernizzi**

Doutora em Política Científica e Tecnológica (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp). É professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Paraná (UFPR), em Curitiba, Brasil, onde atua na graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Desde 2005 pesquisa o desenvolvimento das nanotecnologias em países em desenvolvimento.

### **Pedro Moura**

Aluno de doutoramento na Universidade do Minho, frequentando o Programa Doutoral em Ciências da Comunicação. É ainda investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. O seu projeto de doutoramento intitula-se: *As narrativas transmediáticas no quotidiano dos jovens: estudo empírico com alunos do 3.º Ciclo e do Ensino Secundário*. Investiga, sobretudo, nos campos dos estudos de receção e da educação e literacia para os *media*. Integrou as equipas de investigação de projetos nacionais (*Níveis de Literacia Mediática: Estudo exploratório com jovens do 12.º ano*) e internacionais (*Transmedia Literacy. Exploiting transmedia skills and informal learning strategies to improve formal education*).

### **Sandra Marinho**

Doutorada em Ciências da Comunicação, na área de Estudos de Jornalismo, pela Universidade do Minho. É Professora Auxiliar nesta Universidade, onde ensina nas áreas de Metodologias de Investigação e Jornalismo. Desenvolve investigação no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) sobre a qualidade do jornalismo e do ensino do jornalismo e sobre jornalismo de saúde. Tem diversas publicações nestas áreas, em periódicos nacionais e internacionais.

### **Rosa Cabecinhas**

Professora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). Doutorada em Psicologia da Comunicação pela Universidade do Minho, Mestre em Psicologia Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e Licenciada em Psicologia pela Universidade de Lisboa. Participa

---

em diversos projetos nacionais e internacionais, principalmente nas áreas da diversidade e comunicação intercultural, memória social, representações sociais, identidades sociais, estereótipos e discriminação social. Publicou trabalhos em várias revistas científicas nacionais e internacionais. É autora da obra *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial* (Campo das Letras, 2007) e coeditora do livro *Comunicação Intercultural: Perspetivas, Dilemas e Desafios* (Campo das Letras, 2008).

### **Sara Pereira**

Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. É atualmente Diretora do Departamento de Ciências da Comunicação. Os seus interesses de investigação centram-se na relação das crianças e dos jovens com os *media*, na literacia mediática e no estudo dos públicos. Tem coordenado projetos de investigação, nacionais e internacionais, e tem publicado sobre estas temáticas.

### **Teresa Ruão**

Docente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, desde 1995. Investigadora do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, desde a fundação 2001. Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, 2008. Vice-Presidente e Presidente do Conselho Pedagógico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, desde 2010. Leciona e investiga nas áreas de Comunicação Organizacional e Estratégica, Marcas e Relações Públicas.

### **Zara Pinto-Coelho**

Doutorada em Ciências da Comunicação – Semiótica Social, pela Universidade do Minho, é Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho onde leciona Sociologia da Comunicação, Estudos do Discurso e Semiótica Social. A sua pesquisa está centrada nas teorias do discurso e nas aplicações críticas destas aos média em temas como saúde pública, género, heterossexualidade, participação pública. É coordenadora da linha de investigação em Estudos Culturais do Centro de Investigação em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e um dos editores da *Revista Lusófona de Estudos Culturais*.